

RAQUEL DISCINI DE CAMPOS

Mulheres e crianças na imprensa paulista
(1920-1940): representação e história



ARARAQUARA – SÃO PAULO.
2007

RAQUEL DISCINI DE CAMPOS

MULHERES E CRIANÇAS NA IMPRENSA PAULISTA (1920-1940): REPRESENTAÇÃO E HISTÓRIA

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Epistemologia do Trabalho Educativo.

Orientadora: Profª Drª Rosa de Fátima Souza

ARARAQUARA – SÃO PAULO.
2007

RAQUEL DISCINI DE CAMPOS

Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940): representação e história

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Epistemologia do Trabalho Educativo

Orientadora: Profª Drª Rosa de Fátima Souza

Data de aprovação: ____/____/____

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Nome e título
Universidade.

Membro Titular: Nome e título
Universidade.

Membro Titular: Nome e título
Universidade.

Membro Titular: Nome e título
Universidade.

Membro Titular: Nome e título
Universidade.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

CAMPOS, Raquel Discini. **Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940): representação e história**. 2007. 216 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

RESUMO

Nas primeiras décadas do século XX, a região que atualmente é conhecida como Noroeste Paulista, à época chamada de Oeste Paulista ou *Araraquarense*, constituía-se como uma das últimas grandes porções de terras ainda parcialmente intocadas do Estado de São Paulo. Particularmente nas décadas de 1920 e 1930, essa zona viveu um verdadeiro surto de desenvolvimento econômico, cultural e social impulsionado, sobretudo, pelas levas maciças de migrantes e imigrantes que aportavam nas estações de trens atraídos pela prosperidade e progresso, que parecia tocar a todos indistintamente. A economia se diversificava para além da cafeicultura, as ruas se alargavam para a convivência muitas vezes conflituosa entre automóveis, pedestres de diversas etnias e classes sociais, carros-de-boi e jardineiras; emergiam inéditos padrões de comportamento e sociabilidade até então inexistentes por essas plagas.

No meio desse complexo conjunto de mudanças que então caracterizava a *Araraquarense*, também passaram a circular diversos jornais produzidos regionalmente e que colaboravam de maneira decisiva para que esse turbilhão de novidades e estilos de vida ecoasse – ou mesmo acontecesse – por entre os pujantes municípios, pequenas cidadezinhas e vilarejos da região.

Da análise minuciosa dos jornais *A Cidade*, de Catanduva; *O Município*, *A Notícia*, *Folha de Rio Preto* e *Diário da Araraquarense*, de São José do Rio Preto; além do *Correio de Mirassol*, da cidade Mirassol, todos recentemente redescobertos nesta derradeira zona pioneira paulista, duas temáticas em especial foram perscrutadas em função da importância que adquiriram no imaginário regional do período: a contraditória apropriação feminina dos espaços públicos, que naqueles tempos ganhava grande publicidade; e a preservação, educação, exaltação, assistência e ordenação das crianças do sertão.

Palavras-chave: mulheres; crianças; interior paulista; imprensa; educação.

ABSTRACT

In the first decades of the 20th century, a region currently known as *Noroeste Paulista*, at the time named *Oeste Paulista* or *Araraquarense*, was one of the last large portion of partially untouched land of the State of São Paulo. Specially in the 1920's and 1930's, this area faced a fast economic, cultural e social development driven, in major part, by the immigrants attracted by prosperity and progress, which seemed to reach everyone indistinctly. The economy was being diversified at that moment beyond coffee, the streets became wider so that pedestrian from every ethnic background and social classes, cars, carts as well as open buses could live together; There would emerge unknown patterns of behavior and sociability non – existent at the place then

In middle of these complex changes that featured *Araraquarense* at that time, several newspapers published in the region began their distribution, which helped greatly to new life style in towns and villages in the region.

From a detailed analysis of newspapers named *A Cidade*, from Catanduva; *O Municipio*, *A Noticia*, *Folha de Rio Preto* and *Diario da Araraquarense*, from São José do Rio Preto; as well as *Correio de Mirasol*, from Mirassol, all recently rediscovered in this pioneer land of São Paulo, two themes in special were studied due to the importance in the imagination of the region at the time: a contradictory seizure of public spaces by women, which at that time gained publicity; as well as the preservation, education, exaltation, assistance and order of the children from the backwoods.

Key-words: women; children; inland of São Paulo; press; education.

Lista de ilustrações

Capítulo 1 - A emergência da *Araraquarense* no cenário nacional

1. Sertão do Estado de São Paulo no início do século XIX	34
2. Traçado da <i>Araraquarense</i> na primeira metade do século XX	39
3. Trabalhadores da EFA e curiosos posam na estação de Catanduva	41
4. Instante da partida de uma jardineira de Rio Preto para Mirasol	42
5. A criação das escolas normais...	47
6. Cine Teatro São Pedro	48
7. Celebração de dez anos do jornal A Notícia de São José do Rio Preto	56
8. Carros hiper-confortáveis	60
9. A expansão agrícola convive com os signos urbanos...	61
10, 11 e 12. Touradas e leilões...	62/3
13 e 14. Primeiras páginas do <i>Correio de Mirasol</i>	65
15. Rumo ao Oeste: coragem e glória paulista	76
16. Moderno bandeirante da <i>Araraquarense</i>	80

Capítulo 2 - O universo feminino em debate

1. Secretária	89
2. Escola de datilografia	90
3. Anúncio de curso técnico noturno	91
4. Formandas da escola de corte e costura de Catanduva	92
5 e 6. Mães da <i>Quaker Oats</i>	101
7. Pai orgulhoso	102
8. Orgulho do papai	103
9. Fortificante <i>Vanadiol</i>	103
10. Trabalhadoras de hotel	104
11 e 12. Famílias urbana e rural	105
13. A louca	106

14. Fragilidade feminina 1	118
15. Fragilidade feminina 2	119
16. Poetisa	121
17. Greta Garbo	121
18. A motorista	122
19. Independência feminina	123
20. O ideal perdido	132

Capítulo 3 - A beleza da mulher paulista

1. Jovens “chics” excursionam pelo sertão.	142
2, 3 e 4. Inteligência, beleza ou sedução?	144/45
5. A mulher vende e consome moda...	149
6 e 7. Elegância feminina	149
8 e 9. O universo feminino...	150
10. Salão sóbrio	151
11, 12 e 13. O corpo, a juventude e a velhice	161/62
14. Creme Rugol	163
15. Biotônico Fontoura	163
16. Velhos bandeirantes.	167
17. Cédula de votação para escolha da rainha da beleza	172
18 e 19: Vencedoras do primeiro concurso de beleza da <i>Araraquarense</i>	173

Capítulo 4 - Crianças do *interland*

1. Shirley Temple	191
2. Garoto-propaganda	191
3. Publicidade da Revista <i>O Tico-Tico</i>	192
4. Pureza	193
5. Singularidade	193
6. Quanto tempo dura a infância?	194

7. “O povo”, destacando-se os meninos urbanos	199
8. “Pujante” comércio da <i>Araraquarense</i>	210
9. Criança trabalhadora caracterizada em estilo <i>blackface</i>	211

Lista de quadros

1. População total do Estado de São Paulo nos séculos XIX e XX	36
2. População total do Brasil no século XX	36
3. Produção cafeeira paulista nos séculos XIX e XX	37

Lista de tabelas

1. Produção agrícola brasileira nos séculos XIX e XX	37
2. Produção cafeeira e distribuição populacional paulista no século XIX	44
3. Produção cafeeira e distribuição populacional paulista no século XX	45

Sumário

Introdução	10
I – A emergência da <i>Araraquarense</i> no cenário nacional	31
1 - Desenvolvimento paulista e zona pioneira	34
2 - Impressos e impressões urbanas	50
3- O sertão e a glória paulista	70
II – O universo feminino em debate	82
1 - A emergência da temática feminina	84
2 - A família feliz	94
3 – Maternologia e aleitamento	107
4 – Feminismos	120
III – A beleza da mulher paulista	137
1 - Moda e refinamento	138
2 - Esbeltez e velhice	152
3 - Rainhas e princesas	169
IV – Crianças do <i>interland</i>	176
1- Fragilidade e inocência	176
2- Menores e moleques	199
Considerações finais	214
Fontes	216
Bibliografia	219

Introdução

Em março de 2001 iniciei minhas pesquisas sobre a História da Educação no interior do Estado de São Paulo, utilizando jornais antigos como fonte de pesquisa. O encantamento, que se emparelhou à curiosidade em relação às folhas noticiosas produzidas nas primeiras décadas do século XX na cidade de São José do Rio Preto, propiciou a realização da dissertação de mestrado intitulada *A “princesa do sertão” na modernidade republicana: urbanidade, imprensa e educação na Rio Preto dos anos de 1920*, defendida em julho de 2003 na Universidade Estadual Paulista, *campus* de Araraquara.

Naquela época procurei mapear os discursos educacionais que circulavam na cidade por intermédio do jornalismo matutino, esfera adequada para a manifestação dos letrados de então sobre os mais variados temas – inclusive os relativos à educação, que nesse período causavam verdadeiro *frenesi* entre a intelectualidade brasileira.

Nessa pesquisa foi possível observar o diálogo existente entre os eruditos de uma cidade de colonização recente e que se urbanizava rapidamente, e os expoentes da intelectualidade nacional e internacional justamente porque nos jornais da década de 1920 entrecruzavam-se os mais variados assuntos, temporalidades e vozes: as que anunciavam diariamente os assuntos palpitantes do momento e as que eram silenciadas, já que sequer constavam nas páginas impressas; os ideais eugênicos tão em voga naqueles anos ou a contraditória crença modernista no poder da cultura brasileira miscigenada e popular; o grande entusiasmo com o progresso num clima que pode ser definido como de *belle époque* tardia e também as certezas compartilhadas por muitos acerca das verdades que emanavam do campo da ciência, particularmente no que diz respeito à degeneração social que parecia se disseminar entre todas as classes sociais.

Interessa destacar que ao lado do olhar perscrutador direcionado para os jornais *A Notícia* e *O Município*, utilizados como fontes para a realização daquele estudo, iniciei o percurso de um longo caminho que atualmente ainda é trilhado em torno da procura, preservação, disponibilização e escrita da história regional a partir da utilização dos outros

impressos produzidos não apenas em São José do Rio Preto, mas em toda região da *Araraquarense*.¹

Tal processo me levou à descoberta de diversas folhas editadas na primeira metade do século XX nos ditos confins do Estado de São Paulo e que estavam esquecidas pelo poder público e pelos velhos moradores da região, ou que eram mesmo desconhecidas. Além disso, deparei com inúmeros matutinos muito antigos que estavam em péssimo estado de armazenamento, infelizmente situação partilhada pela maioria da documentação. A única exceção à regra de desconhecimento, descaso e destruição em relação à memória impressa das cidades dessa parte do interior paulista é a exemplar organização do Museu Padre Albino, de Catanduva e mais recentemente, da Hemeroteca Dario de Jesus, de São José do Rio Preto.²

A opção pela busca de fontes editadas em vários municípios da *Araraquarense* possibilitou o diálogo com memorialistas e diletantes em geral, todos interessados na recuperação da história de suas cidades, o que permitiu, por sua vez, a existência de parcerias inusitadas entre os moradores empolgados com a redescoberta e a valorização da história de suas comunidades e a pesquisa realizada no início solitariamente por mim e, atualmente, desenvolvida também pelos alunos que oriento.

Desde 2006 existe um pequeno grupo de estudantes ligados aos cursos de Pedagogia, História e Ciências Sociais das cidades de Catanduva e São José do Rio Preto, que desenvolvem monografias e trabalhos de iniciação científica utilizando-se justamente da imprensa regional. Esse é o caso das pesquisas já realizadas ou em andamento que têm os jornais editados em Olímpia, Barretos, Catanduva, Mirassol e, sobretudo, São José do Rio Preto como fontes de pesquisa.³

¹ O capítulo 1 deste trabalho esclarece a historicidade das expressões *Araraquarense* e *sertão*, ambas construções culturais do período e que foram mantidas na escrita da tese para designar um determinado espaço geográfico do Estado de São Paulo, uma área de desbravamento, de fronteira.

² A hemeroteca Dario de Jesus, apesar de ter passado por reforma, ainda não têm seu acervo digitalizado, sequer acondicionado adequadamente. Além disso, a criação de um Arquivo Público Municipal efetivamente aparelhado é promessa não cumprida pelo poder público de São José do Rio Preto e demais cidades da *Araraquarense*. Como consequência dessa desordem estrutural das fontes impressas, alguns extratos de textos foram apresentados ao longo dessa pesquisa com a data de publicação aproximada, conforme regulamentação da ABNT.

³ Nas décadas de 1920 e 1930, o nome da cidade de Mirassol era grafado com um único s, e São José do Rio Preto chamava-se apenas Rio Preto. A grafia original da época foi mantida neste texto.

Como consequência de tal partilhamento com alunos de graduação e concomitantemente a ele, tem sido viabilizada uma série de encontros e palestras sobre a história regional reconstruída a partir do trabalho com esse material. Ao *corpus* documental formado pelos jornais, fontes fragmentadas por excelência, têm-se buscado agregar as outras raras fontes existentes ou devidamente disponibilizadas sobre a *Araraquarense* da primeira metade do século XX, como, por exemplo, os depoimentos orais, os documentos oficiais, as fotografias antigas, os álbuns comemorativos, a escrita dos memorialistas, os monumentos arquitetônicos e outras.⁴

Carlo Ginsburg (1989), em ensaio já clássico, indicava a importância do comportamento do historiador, comparando-o a um detetive em busca de indícios para solução de um crime, ou mesmo a um caçador pré-histórico à procura de pegadas de animais que, quando transformados em alimento, garantiriam a sobrevivência das tribos nômades existentes em tempos imemoriais. No caso dos jornais editados no interior paulista, observa-se o empenho na sua recuperação, na decifração de pistas e enigmas que os cercam, esforço este realizado por aqueles que buscam reconstruir o passado, o que se dá muito antes da realização da leitura analítica dos impressos, devido, entre outras coisas, à precariedade que os caracterizam.

Além de perscrutar e cotejar os periódicos com outras fontes é preciso, ao mesmo tempo, desvendar os caminhos imponderáveis que levam o pesquisador até a descoberta ou redescoberta da materialidade do próprio jornal. É necessário, por exemplo, localizar por onde andam as brochuras encadernadas e empoeiradas, que anunciam armazenar um outro periódico, ou decifrar o destino das décadas inteiras de impressos que constam nos raros “catálogos” supostamente existentes e que na verdade não existem mais. Trata-se de um trabalho árduo, de uma senda estranha e solitária trilhada em meio a sacos de lixo, cubículos escuros e sem ventilação, páginas e mais páginas recortadas, rabiscadas ou destruídas pelos cupins, ratos, venenos e afins. Depois desse trabalho investigativo, vem a busca da análise daquilo que é dito e do porquê do dizer desses jornais; vem a investigação do que ora denomino como *educação entre linhas*.

⁴ Muitas das fotografias reproduzidas foram originalmente publicadas no *Album da Comarca de Rio Preto*, editado no ano de 1929. Este *Album* tinha o claro propósito de dar publicidade ao progresso na região, além de enaltecer os membros da elite regional – destacadamente os homens da imprensa da *Araraquarense*.

No entanto, no mesmo movimento em que se investiga a intenção educativa dos impressos, busca-se também articular o texto (as imagens veiculadas nos jornais, os artigos, os poemas, os discursos, etc) ao contexto da zona pioneira (a materialidade e a concretude das relações históricas vividas na *Araraquarense*). Sem essa articulação seria impossível tentar reconstruir a história regional.

Jacques Le Goff (1994), por sua vez, sinaliza que dentre a infinidade de filtros que se interpõem entre os historiadores e as fontes que utilizam no dia-a-dia, destacam-se sobremaneira o acaso e a sorte, e também a intencionalidade daqueles que no passado selecionaram alguns documentos considerados mais importantes do que outros para que se transformassem em memória no futuro. Além disso, muitas vezes contraditoriamente, o próprio esquecimento ou a indiferença dos possuidores dos documentos em relação ao seu destino colaboram com o ofício daquelas pessoas que, nas palavras de Paul Veyne, se aventuram na dimensão do “espanto com o óbvio” – ponto de partida do trabalho dos profissionais da História.⁵

Não obstante, a idéia de que uma fonte – jornal ou não – é reflexo do que realmente aconteceu, de onde é possível resgatar os tempos idos de maneira imparcial, neutra ou pura, há muito foi superada pela historiografia, já que é consenso no campo que o próprio documento é, em si, uma representação do real, um “outro acontecimento”, com uma “materialidade edificada por camadas sedimentadas de interpretações” (RAGO, 2005, p.11; BURKE, 2005; LUCA, 2006); enquanto a História, conforme polemizou Veyne (1998, p.18) “é em essência conhecimento por meio de documentos (...), por isso, (...)“a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento”.

Isso significa dizer, em outras palavras, que não apenas a escrita da história é representação do que aconteceu, mas as próprias fontes que permitem essa escrita o são. A narrativa historiográfica, que é representação, almeja substituir o passado, que é, em última instância, inatingível, por meio de fontes que também substituem o fato ocorrido, representando-o. Conforme tais proposições, o historiador seria ingênuo se buscasse convencer o público leitor (ou a banca), de que oferece a verdade total sobre os fatos

⁵ Se, por um lado, a indiferença em relação aos impressos foi um dos fatores que possibilitou a sua existência nos dias de hoje, paradoxalmente é a grande responsável pelos sérios riscos aos quais eles estão expostos atualmente.

concretamente sucedidos ou representados – mesmo que as fontes sejam argumento de autoridade para contar o que se passou ou o que se desejou e se repudiou nos tempos idos.

Tais ponderações estiveram sempre presentes ao longo da escrita desta tese, ao passo que a constatação rotineira da natureza lacunar da História, das próprias fontes e de mim mesma – continuamente buscando driblar os limites às vezes intransponíveis de apreensão do passado e de uma metodologia que, afinal “seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba numa página” (VEYNE, 1988, p.18) – só me aproximaram ainda mais das assertivas dos historiadores que postulam que a própria subjetividade daquele que conta é um filtro importante que se coloca em meio ao passado e ao presente; entre os tempos que se foram e que o narrador, de alguma maneira, busca reconstruir, dar sentido, contar, enfim.

Pode-se compreender, por conseguinte, que não apenas os jornais – ou qualquer outro tipo de fonte – são documentos parciais, mas o próprio ofício do historiador é repleto de faltas, independentemente da honestidade, do esforço da busca e do trato rigoroso da documentação empregada na aproximação o mais fidedigna possível dos tempos de outrora.

Aliás, o manuseio honesto das fontes e a ambição de reconstruir o que realmente aconteceu com os personagens do passado é a grande especificidade tanto do ofício de historiador quanto da própria História enquanto saber específico. É o que permite que as limitações da disciplina não impeçam que esta seja celebrada nos dias atuais justamente por ser percebida como uma “narrativa verídica” ou “ficção controlada”, apoiando-se muito mais no conceito de verossimilhança do que no de veracidade (HUNT, 1995; BURKE, 1992; 2005; PESAVENTO, 2004). Por fim, não apesar de tantas faltas, mas por meio da observação delas, definitivamente faz parte da ética dos historiadores não apenas o compromisso com a realidade, mas também a busca pela verdade – mesmo que esta seja, em última instância, uma construção.

No entanto, penso que, a partir da leitura dos impressos da *Araraquarense*, pude chegar muito perto do universo cultural de parte da população do interior do Estado nas décadas de 1920 e 1930, sem, contudo, ter tido a ilusão de reconstruir toda a história regional ou de resgatar o passado exatamente tal qual aconteceu. Assim, mesmo descartando qualquer espécie de resgate e distinguindo a natureza problemática da face de *Clio* que ora apresento para avaliação, acredito que pude trazer à tona representações

sociais recorrentes que circulavam na região por meio desses importantes veículos de informação e formação que eram os jornais. Estes, por sua vez, também emergiram da neblina do esquecimento para reassumir não só o posto de fundamental meio de educação daqueles tempos – mas também a estatura de frágeis, raros, singulares e preciosos vestígios do passado de toda uma região.

A partir da leitura dos jornais das primeiras décadas do século XX constatei a enorme força persuasiva e formadora não só de opiniões, mas de representações coletivas, aspirações e crenças das páginas impressas. Força persuasiva que não se evidenciava, aliás, apenas no convencimento racional e argumentativo de editoriais, artigos ou notícias, mas também por meio de imagens iconográficas, figuras de linguagens, publicidade diversa, poemas e tantos outros artifícios presentes diariamente nas folhas do interior paulista.

A esse respeito, bem sabemos que todo texto, impresso em jornal ou não, é, em si, coercitivo, educativo, pois objetiva convencer de alguma maneira o leitor. Chartier (1992), Benveniste (1995) e Discini (2003; 2005), dentre outros, afirmaram que o leitor está inevitavelmente presente no texto, pois, ou ele é conduzido ao longo da leitura por meio de prefácios, prólogos e notas, ou é verdadeiramente “encurralado”, quando é convencido – supostamente convencido – de uma maneira mais sutil. Quanto mais implícita ou subentendida a persuasão do texto, mais ela é concretizada por meio de uma linguagem que oferece àquele que lê uma compreensão de mundo tida como legítima ou legitimadora.⁶

Nicolau Sevcenko (1985, p.11; 1992), ao se referir a tal força persuasiva das páginas impressas, acertadamente identificou-as como compostas de todo “ruído, confusão, hesitação, erro, contradição, emoção, imperfectibilidade e, portanto, muito mais vida no sentido amplo e insondável dessa palavra”. Aludiu ainda às ricas possibilidades de compreensão dos padrões culturais compartilhados por grupos sociais específicos ao longo dos séculos, se se parte da observação minuciosa desses veículos que são, ao mesmo tempo, suportes e artífices de estereótipos, de anseios, de concepções de mundo.

Robert Darnton (1995; 1996) também destacou a imensa força construtora de valores partilhados pelos jornais, atentando para a importância do olhar cuidadoso do

⁶ O mesmo Chartier (1992), em importante formulação, indicou que os textos não persuadem da mesma maneira todos os leitores.

pesquisador para essas fontes que são, afinal, não apenas um registro do que aconteceu, mas também um ingrediente do próprio acontecimento – como verificado por ele em relação ao papel fundamental dos impressos nos episódios relacionados à revolução francesa.

Uma das hipóteses com a qual trabalho, e que compartilho com estes e outros historiadores, é a de que a imprensa da *Araraquarense* se organizou segundo uma prática social e cultural constituída e constituinte de modos de viver e de pensar, fundamentando-se, por isso, num importante veículo educativo para a população desse segmento do interior do Estado de São Paulo. A idéia é a de que os jornais não apenas alteravam o tempo e os fatos ocorridos, criando mesmo um outro fato, mas também arquitetavam representações coletivas que, por sua vez, contribuíam para a existência de condutas coletivas. Conforme apontam os estudos já elencados, além dos de Antoine Prost (1992), Luca (1996; 2006), Martins (2001) e diversos outros pesquisadores, a imprensa de pequena ou grande circulação, de ontem e de hoje, não apenas ocupa, mas também inventa os espaços urbanos nos quais é instituída. Ela é, antes de tudo, um “agente da história que (...) também registra e comenta” (CRUZ, 2000, p.12).

No caso específico dos jornais da *Araraquarense*, eles não se furtaram da destinação de olhares sobre o mundo, na construção dos espaços urbanos. Não se omitiram na educação desse olhar para direções que interessavam a certos grupos sociais específicos. A palavra jornalística, longe de ser neutra, como todos sabemos, também era dada a repisar, a orientar o sujeito visto como suporte de formações de idéias e ideais. O enunciador do jornal, também ele suporte de discursos reproduzidos, construía na efemeridade de cada edição e no dia-a-dia acumulado dessas mesmas edições, uma determinada consciência sobre o mundo que o cercava, uma certa aprendizagem ética, lingüística e visual.

Entretanto, não são todos os jornais de todos os tempos e lugares encontrados nas andanças pelo sertão paulista que foram utilizados como fontes. Operou-se um recorte em torno dos matutinos de maior representatividade, que circulavam pelas cidades de Catanduva, Rio Preto e Mirasol nas décadas de 1920 e 1930. Além disso, no presente trabalho, os jornais regionais, apesar de todo interesse e infinitas possibilidades que suscitam, não foram tomados como questão de pesquisa em si, mas como fonte privilegiada

para a reconstrução das representações ligadas aos sujeitos sociais escolhidos como objeto de estudo: *as mulheres e as crianças da Araraquarense*. Não obstante, ao longo da tese, os jornais selecionados também foram historicizados, ou seja, também foram cotejados com a situação de produção, com a História, de onde vieram.

Decorrente do exame da representação desses atores sociais recortados para observação específica, emergiram parâmetros educacionais de um tempo e de um espaço, dados nas entrelinhas e nas linhas dos jornais, tomada aqui uma acepção ampla para a própria noção de educação: a educação para além das paredes escolares; a educação como normalização do indivíduo no sentido de destinação de crenças e valores que o fazem habitar o mundo de modo próprio: num tempo, num espaço, num segmento social. Por isso acredito que o jornal educava, promovendo a aprendizagem de determinado discurso. Aqui interessa o discurso da *Araraquarense*, das décadas de 1920 e 1930, com foco nas representações dos dois atores sociais, intrinsecamente ligados à educação no sentido restrito: a mulher (educadora natural ou oficial) e a criança (aprendiz).

No que diz respeito à utilização de fontes impressas não declaradamente pedagógicas para o estudo da história da educação, se Ariès (1981), Cambi (1999), Manacorda (2002), e tantos outros historiadores da educação estiverem corretos, uma das maneiras de se compreender a educação é observá-la como a tentativa, deliberada ou não, de fazer *o outro* crer num determinado universo, de moralizá-lo segundo a ética hegemônica num dado período, de formá-lo e socializá-lo, enfim. Por isso, a educação das pessoas está longe de ser monopólio do espaço escolar, já que esse espaço é também atravessado pela cultura que circula na sociedade.

Partindo desse princípio, entendo que os jornais das décadas de 1920 e 1930 educavam o leitor dia-após-dia por meio da construção de imagens ligadas a uma grande diversidade de temas – especialmente aqueles atrelados às figuras das mulheres e das crianças – interesse particularmente privilegiado dos letrados do período. Na verdade, tratava-se de uma espécie de ânsia civilizatória e educativa que emanava dos jornais da *Araraquarense* em torno não apenas das mulheres e das crianças, mas da família em geral,

e que também passava pela escola, mas que jamais pode ser tomada como restrita a uma prática exclusivamente escolarizada.

Nesse processo de educação da família via jornalismo diário, os impressos selecionados como fontes para a reconstrução do imaginário regional buscaram instituir o leitor ideal construindo-o como feixe de expectativas, utilizando-se, para isso, de uma série de artifícios que envolviam desde a construção de textos publicitários, a organização da diagramação, até a escolha dos próprios temas e o modo de concretizá-los por meio de variados gêneros textuais: colunas, poemas, notícias e afins. Presentes nas páginas impressas havia um sistema de idéias não fechado em si mesmo, já que responsivo a formações do imaginário preexistente da própria sociedade, e também às aspirações coletivas daqueles que liam e/ou escreviam nos jornais.

Dessa maneira, os impressos editados no sertão paulista refletiam a realidade, refratavam a realidade, perpetuavam a realidade, construía e reconstruía a realidade, sempre buscando educar e moralizar o leitor. Ensinando gostos e modos de ser por meio de escritos, fotos, poemas e crônicas, os diários noticiosos instruía o público consumidor a apreciar isto e não aquilo; a consagrar A e rejeitar B.

Assim, as fontes foram observadas como suportes de muitas falas entrecruzadas. Não apenas as falas que eram estampadas na imprensa periódica nacional e tantas vezes divulgadas na imprensa local, mas também as que eram veiculadas veladamente pelos saberes e crenças do senso comum, por meio de textos reveladores de ideais de caráter e de cidadania. As fontes foram também examinadas como veículo de tabus comportamentais, como espaços privilegiados que permitiram reconstruir o imaginário – sempre polissêmico, comportando diferentes temporalidades – das primeiras décadas do século XX.

Dessa maneira, entendo que utilizar matutinos destinados ao consumo das massas e não aqueles nomeadamente destinados ao público escolar como fontes privilegiadas para a História da Educação significa compreender que a educação acontece nas mais variadas instâncias, não apenas dentro da escola ou por intermédio das publicações voltadas especificamente para a leitura dos atores que compõem aquele universo, sejam eles professores ou alunos. Trabalhar com fontes que eram lidas e escritas por pessoas que não estavam diretamente envolvidas com as temáticas pedagógicas das décadas de 1920 e 1930

é apreender um universo cultural e educacional mais abrangente, do qual os jornais são testemunhos privilegiados e no qual a escola está inevitavelmente inserida.

Ao historiador da educação que trabalha com esse tipo de imprensa, compreendendo-a como importante agente pedagógico, é facultada a reconstrução das maneiras como os homens produziram a própria existência, ensinando, aprendendo e recriando o que circulava na cultura, interessando aqui certa acepção da noção de “cultura”. Conforme indicou Forquin (1993, p.11), cultura é o resultado de aspectos “os mais cotidianos, os mais triviais ou os mais inconfessáveis”; ou, segundo esclareceu Benveniste (1995, p.33) é a consequência do conjunto compartilhado de costumes, valores e modos de vida, é

um conjunto muito complexo de representações, organizadas por um código de relações e de valores: tradições, religião, leis, política, ética, artes, tudo isso de que o homem, onde quer que nasça, será impregnado no mais profundo da sua consciência, e que dirigirá o seu comportamento em todas as formas da sua atividade (...).

Ainda a esse respeito, Faria Filho (2002, p.134) afirma que os jornais não especificamente pedagógicos podem ser tomados pelos historiadores da educação “como importante estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades, de maneiras e costumes. Sobretudo (...) como importante estratégia educativa”.

A importância da utilização dos jornais na História da Educação é ainda enfatizada por Bastos (2002), que indica que a imprensa não especificamente pedagógica: faz circular perspectivas; informa; põe ordem no mundo; fixa sentidos; disciplina conflitos; organiza relações; divulga saberes e homogeneiza condutas; modela e disciplina leitores; é o ponto de convergência de uma multiplicidade de falas; educa para uma certa maneira de ver; informa e coloca em forma o real; engendra uma mentalidade; incorpora e promove práticas que legitimam e privilegiam alguns conhecimentos em detrimentos de outros, além, é claro, de mediar o espaço público e o privado.

No processo de educação dos leitores da *Araraquarense* via jornais, destaca-se o fato de que as tentativas cotidianas de construção de um determinado tipo de leitor idealizado só era possível porque existia um diálogo entre a imagem que o sujeito

enunciador objetivava construir de si, e a imagem que o sujeito-leitor tinha do mundo, assim como do próprio enunciador do jornal. Um contrato de confiança estabelecido pelos jornais, no que diz respeito à relação jornal/ leitor tinha de ser mantido.

Nesse contrato de confiança transitavam não apenas informações e saberes, mas o querer, o crer, o dever querer, o dever crer, segundo os ideais estabelecidos pelo segmento social pertencente à esfera de circulação jornalística. Sem a existência de um terreno comum entre escritores e leitores dos jornais, a relação de significado não se estabeleceria, caindo no vazio, conforme demonstrou Carvalho (1990) em relação à construção do imaginário da República no Brasil. A hipótese deste trabalho é a de que o público leitor se via projetado, espelhado mesmo nas páginas impressas, por isso a suposição de que a força educativa dos jornais ia muito além da persuasão, ia muito além da função utilitária de informar.⁷

Por conseguinte buscou-se examinar os impressos e descrever neles o que determinados grupos falavam e de onde falavam, assim como, por que, e para quem falavam. Lugares enunciativos (do jornal e do leitor) adquiriram certa estabilidade, ao longo do exame dos diversos periódicos, de modo a firmarem-se não só o ideal de voz do próprio jornal, como o ideal de presença das figuras centrais da análise, a mulher e a criança, emblemáticas do processo educacional, desde a cena familiar de primeira educação.

A esse respeito, as reflexões de Robert Darnton sobre sua experiência profissional como jornalista do *The New York Times* coincidem extraordinariamente com o que verifiquei nos impressos do interior paulista da primeira metade do século XX, um período em que as redações e as notícias adquiriam rapidamente as feições que mantêm nos dias atuais. Respeitando as evidentes diferenças de tempo, suporte e espaço em relação ao material coletado por mim e a vivência de Darnton, penso que as idéias do autor são esclarecedoras a respeito desse contrato estabelecido entre jornal e leitor de jornal; entre o modo de ser de um povo predominante numa região, num dado período, e o que é publicado no jornal, no “rosto do mundo”, como chamou Sevcenko (1985).

⁷ Infelizmente, nenhum dos impressos analisados reservou em suas páginas uma seção destinada exclusivamente à reprodução das cartas dos leitores, o que teria enriquecido sobremaneira o presente trabalho.

(...) a redação de notícias é fortemente influenciada por estereótipos e concepções prévias sobre o que deve ser “a matéria”. Sem categorias preestabelecidas do que constitui “a notícia”, é impossível classificar a experiência. Há uma epistemologia do *fait divers*. Converter um boletim policial num artigo requer uma percepção treinada e um domínio do manejo de imagens padronizadas, clichês, “ângulos”, “pontos de vista” e enredos, que vão despertar uma reação convencional no espírito dos editores e leitores. Um redator perspicaz impõe uma velha forma sobre um assunto novo, de uma maneira que cria uma certa tensão – o sujeito vai se adequar ao predicado? – e, a seguir dá-lhe uma solução voltando ao familiar (...) É esse ajuste certo que dá a sensação de satisfação, como o alívio que se segue depois da luta em calçar uma bota apertada. O truque não vai funcionar se o redator se afastar muito do repertório conceitual que partilha com seu público e das técnicas de prepará-lo que aprendeu com seus predecessores (DARNTON, 1995, p.92).

Além disso, o jornal – visto como um dos focos da vida cultural daquele tempo e espaço e como um veículo no qual se procurava ordenar parcialmente a realidade do cotidiano, apesar de sua pretensão estrutural à totalidade, dava corpo às normas discursivas com maior eficácia justamente porque muitas vezes não dizia claramente o que convinha fazer, como ocorria no discurso pedagógico explícito. Antes, demonstrava sutilmente o que se fazer no mundo recortado pelas páginas cheias de “vida imediata” que constituem, afinal, a essência do jornalismo. Trata-se de um tipo de texto e de suporte peculiares para a efetivação do “encurralamento” do leitor, fato ao qual se refere Chartier (1992). Aliás, destaca-se que o caráter publicitário de uma propaganda de maiôs, por exemplo, pode ser visto como tão convincente junto ao público quanto um texto prescritivo sobre a importância dos exercícios físicos. Trata-se da educação de uma classe social, para a perpetuação de um *modus vivendi* da mesma classe social, com apoio num instrumento de circulação pública, que é o jornal. Trata-se, sobretudo, da instauração desse *modus vivendi* que resulta, como texto, em confronto de ideais entre classes sociais diferentes. Na polêmica constitutiva de um mero anúncio publicitário de maiôs, por exemplo, é possível depreender vozes sociais em confronto, ou seja: os variados segmentos sociais e os variados esquemas de representação.

Resta destacar que os jornais que analisei jamais foram tomados como inculcadores soberanos de valores dos “mais fortes” sobre os “mais fracos”, mesmo porque parto do princípio de que os leitores dos impressos faziam parte do grupo social que os publicava. Em momento algum os leitores dos jornais da *Araraquarense* foram tomados como meros

receptáculos de mensagens, o que seria voltar, conforme diz Robert Darnton (1995, p.71) “à época da inocência (...) quando a comunicação era entendida como um processo unilateral de inculcar mensagens nos receptores”, o que seria impensável nos dias de hoje.

É grande a importância que os historiadores, os psicólogos, os educadores, os lingüistas, os sociólogos e tantos outros pesquisadores das ciências humanas dão atualmente à temática da apropriação de informações. Bem sabemos que é do resultado da intenção da comunicação, atrelada aos usos particulares que cada indivíduo faz dela, que resulta, afinal, a sua consumação. Desde as proposições de Carlo Ginsburg (1987), de Roger Chartier (1991; 1992), Michel de Certeau (1994) e outros, conceitos como os de “criatividade”, “inventividade”, “ressignificação”, “tática”, “uso” e o próprio conceito de “apropriação” se disseminaram não apenas na História.

No entanto, o presente trabalho nem de longe trata da história da leitura, perspectiva tão em voga nos dias atuais. Não foram as apropriações ou ressignificações de valores disseminados pelos jornais que procurei mapear – isso seria, aliás, impossível de ser feito por mim. Mesmo sabendo que as maneiras como os leitores absorviam as informações eram atravessadas pelas mais diferentes variantes, tais como a etnia, a idade, o gênero, o grau de alfabetização e tantas outras, busquei reconstruir o leitor idealizado nos impressos da *Araraquarense*, pois esse leitor só era representado cotidianamente porque respondia às representações que circulavam na cultura – e vice-versa.

Se for papel do historiador a reconstrução dos sentidos que os homens do passado conferiram ao mundo por meio de palavras, imagens e práticas, postulo que a imprensa é palco privilegiado para o encontro do pesquisador com os valores, idéias e conceitos que os atores sociais de um tempo distante arquitetaram a respeito de si mesmos, enquanto cotejaram a imagem do outro, no caso, da mulher e da criança, como emblema da constelação familiar e da educação em sentido amplo. Se Chartier (1988, p. 17) estiver correto, e a História tiver “por principal objetivo identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”, acredito que os jornais do interior paulista cumprem o fundamental papel de ponte entre o passado e o presente.

Admiravelmente, no que concerne às décadas de 1920 e 1930, trata-se de uma ponte com nós mesmos, naquilo que cada um representa de polêmica velada entre o eu e o outro.

Quanto ao recorte cronológico efetuado, foi privilegiado o estudo dos jornais publicados nessas décadas justamente porque nesse período a *Araraquarense* deixava de ser *sertão* para se transformar numa das zonas mais produtivas e densamente povoadas de São Paulo. Em função dessa mutabilidade e dessa maior complexidade regional, os jornais locais se tornaram especialmente férteis na articulação de variadas propostas de reordenação das cidades e de educação dos cidadãos – destacadamente das mulheres e das crianças – não apenas por intermédio da escola, mas também pela atuação da Igreja e do laicato católico, das instituições filantrópicas e postos de higiene existentes, dos filmes exibidos nos cinemas e peças encenadas nos teatros, e, ainda prioritariamente, por meio dos próprios textos que, presentes nos jornais locais, eram utilizados declarada ou sutilmente na educação dos cidadãos.

Já nos últimos anos da década de 1930, tanto o povoamento quanto a colonização da *Araraquarense* estavam praticamente consolidados, e o movimento expansionista dos pioneiros pelo interior avançava rumo a outras terras tanto paulistas como paranaenses, ou mesmo mato-grossenses. Tal acomodação se refletiu no decréscimo significativo de propagandas, artigos, crônicas e polêmicas regionais, que envolviam o assunto privilegiado por mim nesta pesquisa. Além disso, nesse período, a crença na importância dos papéis sociais desempenhados por mulheres e crianças, figuras tidas por muitos como cruciais para o progresso da região e do país, já tinha se cristalizado e, paulatinamente, a certeza tão transparente da redenção da nação por meio desses personagens se transformava numa abundância de leis e práticas não apenas nas terras paulistas, mas em todo território nacional.

Por outro lado, a sensação de caos social que se disseminava nos anos de 1920 e em parte dos anos de 1930, no final dessa década já estava aparentemente sob controle principalmente em função da emergência da ditadura do Estado Novo, símbolo maior do que significava a modernização conservadora em curso. Ao mesmo tempo, a moralidade sexual das mulheres e a harmonia familiar, que estavam supostamente fora de ordem nos anos de 1920, em fins da década de 1930 já não assustavam tanto – quem sabe porque parte das famílias estivesse realmente normalizada, quem sabe porque o imaginário sobre a

sexualidade feminina, as modas ou sobre a infância estivesse efetivamente se transformando.

Resta por fim buscar inspiração em alguns pensadores das Ciências Humanas e tentar refletir um pouco mais sobre o intrincado conceito de representação, tão utilizado nas Humanidades em geral, e na História da Educação em particular. Conforme demonstrou Patrick Charaudeau (2006), são tantas as denominações, distinções e hierarquizações utilizadas para se falar sobre o assunto, que às vezes o conceito mais confunde do que auxilia o pesquisador na compreensão do mundo. De qualquer maneira, vale a intenção de melhor explicitar o que entendo ser representação.

Segundo Charaudeau (2006, p.195), as representações individuais se misturam às representações sociais, sendo que a singularidade do sujeito é, em grande parte, sobredeterminada pelas “representações do grupo ao qual ele pertence ou deseja pertencer”.

Essas representações sociais, chamadas por Chartier (1988; 1991), respeitando-se a tradição durkheimiana, de “representações coletivas”, comportam uma tripla dimensão: a *cognitiva*, relacionada à organização mental da percepção do mundo; a *simbólica*, relacionada à interpretação do mundo real, e finalmente a *ideológica*, ligada à atribuição de valores às coisas do mundo. O imaginário social é, portanto, o resultado das representações coletivas.

No que diz respeito às dimensões *cognitiva* e *simbólica* da representação, é importante enfatizar o pressuposto de que todo ser humano produz representações individuais que são ao mesmo tempo coletivas – uma fotografia, uma palavra, um texto ou uma pintura, por exemplo - são representações particulares do real, que são partilhadas entre os sujeitos, por isso são atravessadas pelo social, pela coletividade.

Ressalta-se que a linguagem, entendida como a capacidade humana de se comunicar, é capital para a habilidade de representar. A fala, por exemplo, uma das primeiras e elementares formas de linguagem desenvolvidas pelo homem, traduz e recria o universo mental numa outra coisa que não é mais o pensamento, apesar de guardar enorme proximidade e de se misturar com ele – mais uma vez a idéia de verossimilhança, tão cara à história cultural, se faz presente. Benveniste (1995, p.26) afirma a esse respeito que

(...) a linguagem representa a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana, a faculdade de simbolizar. Entendamos por aí, muito amplamente, a faculdade de representar o real por um “signo” e de compreender o “signo” como representante do real, de estabelecer, pois, uma relação de “significação” entre algo e algo diferente (...) Empregar um símbolo é essa capacidade de reter de um objeto a sua estrutura característica e de identificá-lo em conjuntos diferentes. Isso é que é próprio do homem e que faz do homem um ser racional. A faculdade simbolizante permite de fato a formação do conceito como distinto do objeto concreto, que não é senão um exemplar dele.

A representação é, desse modo, verdade construída na relação entre o parecer e o ser, e também entre o eu e o outro, que é o que funda o homem como sujeito no mundo. Assim fica concebido o próprio mundo natural como objeto representado, ou como produto de representação: como construção cognitiva e perceptiva do homem posto no próprio mundo, ou seja, como produto de representação do homem considerado nas relações interpessoais: o homem como sujeito histórico e social, portanto o homem constituído heterogênea e não homogeneamente (DISCINI, 2003; 2005).

Por conseguinte, fica claro que as representações particulares de mundo – um som, um discurso, ou um artigo de jornal – se relacionam umas às outras, e são compartilhadas, socializadas, redimensionadas pelas representações coletivas de mundo, por aquilo que circula no mundo social e que é comum na cultura; por aquilo que está além dos indivíduos: as práticas, os ritos, os conceitos, as ideologias ou a moral. Uma representação individual só interessa ao historiador quando tomada como emblemática de representações coletivas, quando percebida como parte de um todo maior do que o indivíduo em si.

São essas representações coletivas que verdadeiramente contam, pois, conforme demonstrou Chartier (1988; 1991), são elas que garantem a coesão social em função de sua autoridade auto-investida, de seu poder de explicar o mundo, de dar sentido ao mundo e à existência humana, de gerar comportamentos e exigências internalizadas. Elas vão além das preferências individuais, extrapolando o particular. Demarcam o campo social, daí seu incrível poder de produção de realidades, de pessoas – e de representações “individuais”. Aspiram à generalidade, mesmo sendo o resultado dos interesses dos grupos das quais são originárias. Por isso não estão soltas no tempo e no espaço, mas dialogam com a economia, a política, as tradições e o poder.

Pensar no “mundo como representação”, seguindo a formulação básica de Chartier, significa buscar as formas e os motivos que levaram as pessoas a agir desta ou daquela maneira, *à sua revelia*. Trata-se da tentativa de entendimento do imaginário de uma dada sociedade – compreendendo-se o imaginário como o resultado do conjunto de representações partilhadas – da maneira como uma sociedade se vê ou gostaria de ser vista. Trata-se também daquilo que não é expresso racionalmente: sonhos, desejos, anseios, quereres e ilusões, o “coração” dos grupos sociais, conforme indicou Carvalho (1990). Pesavento (1004, p.47) afirma que

O real é sempre o referente da construção imaginária do mundo, mas não é o seu reflexo ou cópia. O imaginário é composto de um *fio terra*, que remete às coisas, prosaicas ou não, do cotidiano da vida dos homens, mas comporta também utopias e elaborações mentais que figuram ou pensam sobre coisas que, concretamente, não existem. Há um lado do imaginário que se reporta à vida, mas outro que se remete ao sonho, e ambos os lados são construtores do que chamamos de real.

A esse respeito, Chartier (1988, p. 17) afirma que as representações são “tanto mais decisivas quanto menos imediatamente materiais” e que as lutas de representações “têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor, pela sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”. Chartier (1991, p. 177) também postula que “(...) não existe prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é deles (...)”. Para ele

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor,

a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, p. 17, 1988).

Assim, pode-se pensar no imaginário coletivo como o resultado das inter-relações de representações, estas que decorrem das imagens ditadas pelas crenças, aspirações, costumes e tradições e são veiculadas pelos grupos sociais. Tem-se um imaginário com base no poder fundador da linguagem, inerente ao homem; um imaginário entendido como capacidade de representar simbolicamente a realidade.

O homem categoriza o mundo e assim funda os conceitos sobre as coisas do mundo. Cada conceito é uma representação: é uma imagem, é um signo, tal qual elaborado pela mente humana, amparada pela convencionalidade da linguagem. Acrescenta-se a esse fato que cada imagem se correlaciona a outra, e não permanece numa relação atomizada. Longe de uma atomização fragmentária e caótica, a representação se dá por meio de um sistema de imagens que responde aos anseios, crenças, ideologias e aspirações dos grupos sociais organizados no tempo e no espaço históricos (BENVENISTE, 1995; CHARAUDEAU, 2006). Ainda segundo Chartier (1988, p. 41), deve-se compreender que os enunciados individuais dizem respeito aos condicionamentos “não conscientes e interiorizados que fazem com que um grupo ou uma sociedade partilhe, sem que seja necessário explicitá-los, um sistema de representações e um sistema de valores”.

Sob esse prisma, a dicotomia real *versus* irreal se torna um falso dilema, já que a representação substitui a realidade representada, produzindo reconhecimento e legitimidade social para os diversos agrupamentos humanos. As noções de realidade e de verdade estão, portanto, ligadas às idéias de credibilidade e verossimilhança – e não à de veracidade (BURKE, 2000; 2005; HUNT, 1992). Além disso, como bem demonstrou Pesavento (2004), há um lado da representação que diz respeito ao mundo concreto, mas outro que remete ao sonho, e ambos os lados são constituintes do mundo. Não se trata, portanto, de imitação perfeita, mimética, mas de simbologia carregada de sentidos ocultos construídos historicamente e que se apresentam como naturais. Pesavento, (2004, p. 43), afirma ainda que as representações “constroem identidades e exclusões, hierarquizam, dividem, apontam semelhanças e diferenças no social”.

Por fim, é importante destacar que os sistemas de representações acolhem a heterogeneidade constitutiva dos discursos. Por exemplo, um jornal da década de 1930,

publicado no interior do Estado de São Paulo, só tem identidade porque o enunciador é duplo: é o que fala e é o outro, sendo esse outro não apenas o leitor, mas também e principalmente o outro constituído como o avesso do sistema de representações subjacentes ao jornal. Isso é ressaltado para que se entenda que os sistemas de representações que refletem feixes de crenças sociais e ideologias não é fechado em si mesmo. Cada sistema de representações é um fato diferencial, constitui-se pela negação do seu contrário, constitui-se pelo direito e pelo avesso das representações postas em confronto (DISCINI, 2003; 2005).

O exemplo dos jornais da *Araraquarense* é ilustrativo. Têm-se um sistema de representação que reúne as imagens dos grupos sociais de determinada época e de determinado espaço social. Após a análise, descrição e explicação dos mecanismos de construção de sentido do jornal, foi depreendida uma voz social centralizada, em que os ideais sociais se expressam por meio de artigos, anúncios, poemas, todos convergentes para o mesmo sistema de representações, ou seja, para uma mesma ética, para um mesmo modo de ser, para um mesmo imaginário. No entanto, não se pode restringir o entendimento dos impressos a esse auto-centramento do sistema de representações, pois o *eu* só se constitui pelo *outro*.

No jornal A temos o sistema A de representações que é dominante, que é dado. Mas temos também o sistema B de representações, que reúne as crenças, as aspirações, os anseios e os costumes de outro grupo social, reunido sob o sistema de representação B. Esse é o avesso do jornal A em termos de representação. Continuando a tomar a exemplaridade do jornal A, nota-se uma curiosidade: apesar do efeito de auto-centramento, o que leva a pensar na imagem de um enunciador monológico e abafador de polêmicas, vez por outra emerge no próprio jornal A segmentos textuais que o confirmam como aquilo que ele verdadeiramente é: uma arena de sistema de representações em conflito.

Refiro-me ao jornal como uma arena, pois o discurso jornalístico jamais transita num mar de rosas do curso retilíneo dos fatos noticiados. Portanto, o sistema de representações do jornal A apresenta brechas por meio das quais os sistemas B, C, ou D interpenetram A, para que A se confirme como um jornal segundo uma presença no mundo. Lembro que o casamento, como instituição hegemônica altamente euforizada, é uma boa ilustração dessa luta de representações que aparecem na arena de conflitos que é o jornal. A representação vencedora nas décadas de 1920 e 1930 na *Araraquarense* é indubitavelmente

aquela que enaltece as uniões sadias e castas, como veremos, mas vez ou outra eram publicados em espaços diminutos ditados, também chamados de “pílulas de sabedoria” que subvertiam a euforização do casamento, do amor ou da imagem da mulher como a rainha do lar. Na subversão, mostra-se o avesso do sistema dominante de representação. Tem-se a dessacralização da própria instituição.

“Quem pensa não casa” diz o proloquio.

“Penso, logo desisto”, disse Descartes, que morreu celibatário.

Arithmetica conjugal.

Marido e mulher são duas fracções; sommando-as tem-se o lar feliz. Mas é preciso reduzi-las ao denominador commum que é o amor.

Para a “multiplicação” tal denominador é dispensável.

A mulher casada tem nos assumptos económicos o critério do quanto há de gastar “porque quer” e do quanto o marido deve ganhar “porque é preciso” (*A Notícia*, 1928).

Partindo, portanto, das premissas de que as folhas impressas são fontes privilegiadas para a apreensão do imaginário regional sobre as mulheres e as crianças das décadas de 1920 e 1930, e de que o jornal é não só um produto significativo da cultura na qual ele está inserido, mas também produtor dessa cultura, a que ele ajuda a dar sentido, constata-se que o surgimento da imprensa e o nascimento das cidades da região da *Araraquarense* são processos interdependentes e correlacionados. Além disso, os matutinos constituem um todo que se entrecruza com o discurso pedagógico. Tais reflexões terão continuidade no *primeiro capítulo* desta tese, onde se busca historicizar a região, examinando-a a partir da perspectiva do desenvolvimento do Estado de São Paulo.

No ir-e-vir entre discurso jornalístico e pedagógico, despontará o perfil dado como objeto primordial de análise: a figura da mulher, personagem diretamente envolvido no imaginário educacional, como observado nos *capítulos 2 e 3*.

No *capítulo 4*, serão observadas especificamente as representações veiculadas nos periódicos regionais acerca do universo infantil. Foi possível perceber que a infância era tida pelos enunciadores daqueles tempos como um período da vida onde imperava a ausência de contradições. No entanto, ao lado da criança essencialmente *pura* e, por isso, não contraditória, emergia também seu antípoda, ou seja, o menor delinquente: vicioso,

pernicioso e naturalmente vagabundo. Não longe de tais parâmetros será depreendida a imagem da mulher.

Que esta tese possa contemplar a educação do homem como sujeito social também construído por meio de veículos datados da comunicação humana. Que possam, por fim, tomar voz, os jornais do interior paulista da primeira metade do século XX, de um sertão que é “sem lugar” ao mesmo tempo em que é também “do tamanho do mundo”; um espaço que “não chama ninguém às claras; mas, porém, se esconde e acena” e que está, igualmente, “dentro da gente” (ROSA, 2005).

Capítulo I – A emergência da *Araraquarense* no cenário nacional

Num tempo em que a História e a Geografia caminhavam tão juntas que pareciam fundir-se num único campo, e Fernand Braudel, ao lado de Pierre Monbeig, eram ainda jovens professores franceses incumbidos da missão de estruturar esses cursos recém-fundados na Universidade de São Paulo, as terras do interior do Estado passavam pelo último grande surto de desbravamento do território que se convencionou chamar, ao longo do século XIX e das primeiras décadas do século XX de *sertão*, o que se homologa a topos selvagem ou desconhecido.

“De repente, por si, quando a gente não espera, o sertão vem”, diz Guimarães Rosa (2005, p.397). Não à toa, portanto, o jovem Monbeig viajou para os confins ditos derradeiros de São Paulo. Buscava o topos selvagem, buscava o sertão, que está em toda parte, como também afirma o mesmo Rosa.

Monbeig produziu, ao longo de sua jornada pela região da *Araraquarense*, um dos mais interessantes estudos sobre o desenvolvimento dessas plagas, nas décadas de 1920 e 1930. No prefácio de *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, tese de doutoramento defendida na Sorbonne, em 1950, o geógrafo relembra a odisséia pessoal e profissional pelo interior. Segue abaixo afirmações que dizem respeito a um olhar viajante, enquanto roda o trem pelos trilhos:

Mesmo que fechasse os olhos à paisagem, o viajante não escaparia à impressão de nova zona: seus companheiros se comprazem em citar cifras prestigiosas, que testemunham o surto das cidades atravessadas, a evocar o heróico nascimento delas, ou a narrar os bons negócios que nelas se fizeram, os golpes de especulação bem sucedidos. Noutros vagões, outros viajantes, em andrajos, carregando pobres trouxas e arrastando crianças de olhos fundos, contemplam, atemorizados, essas paisagens estranhas; vêm da Bahia, de Pernambuco, ou do Ceará, atraídos pela fama lendária da região pioneira paulista. Ouvia-se falar português, mas como zetacismo do japonês ou o sotaque do alemão.⁸ Os corredores dos trens ficam abarrotados. Nas estações, numerosa multidão se comprime sobre as plataformas e as jardineiras com os estribos, já apinhados de passageiros esperam a chegada do trem de São Paulo, para conduzir novos recém-chegados até as terras de que esperam mil maravilhas (MONBEIG, 1984, p.23).

⁸ Conforme explica Houaiss, o zetacismo consiste na substituição, no ato da pronúncia, de uma consoante pelo som do (z). Fala-se esparzir, por exemplo, e não espargir; rezistrar e não registrar.

Em apenas um parágrafo, observa-se a reunião de contrastes: a descrição sucinta das alterações que ocorriam incessantemente na zona pioneira paulista em função dos binômios: cafeicultura/ estradas de ferro; imigração/ migração; urbanização/ paisagem natural; especulação/ miséria; pioneirismo/ continuidade de assimetria social. Todos esses itens, enfeixados, numa espécie de mixórdia, abarcam impressões relativas à esperança, ao medo, ao arrivismo e ao entusiasmo diante do novo, que os atores sociais envolvidos nesse contexto pareciam compactuar⁹. Monbeig não foi indiferente à assimetria de poder que se mantinha nos movimentos de avanço da “civilização” para os confins, para o topos selvagem.

Na mesma época em que Monbeig viajava pelo interior do Estado, o advogado Tavares de Almeida – sociólogo diletante e leitor cativo das obras de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre – buscava compreender, por intermédio de uma série de estudos intitulados como “etnográficos e culturais”, o vertiginoso processo de mudança da paisagem natural e humana pelo qual passava a *Araraquarense*. Valia-se, para isso, da memória de antigos moradores, da pesquisa em arquivos, e também de um conjunto de ferramentas apreendidas dos livros de sociologia.

Nos estudos que realizou sobre o tema, publicados em 1944, assinalava em tom comedido as características específicas da arquitetura das cidades recém-fundadas na região e também as peculiaridades naturais dessa terra, que havia escolhido para morar. O estilo moderado da escrita, aliás, abafa o tom ufanista, tão em voga naqueles tempos, mas não resiste a ele, como o comprova o final do excerto selecionado.

Natureza sem relevo. Não surpreende nem arranca exclamações. Cansa o viajante e desaponta o artista. Não mais a selva recorda o mistério primitivo da criação. A poesia da fase inauguratória desapareceu nos aspectos que, apenas, falam das obras dos homens. É uma região sem beleza natural. Os campos são simetricamente iguais. As cidades teem, todas, a mesma geometria de patrimônios riscados, nos taboleiros ou aclives pelas empresas loteadoras. Os mesmos jardins com árvores horrendamente versalheanas. A mesma igreja, de mau gosto (...) Mas, se ao envez de um esteta, a percorre um sociólogo, ela descortina paisagem que o deslumbra desde o primeiro contacto, para não mais lhe largar o

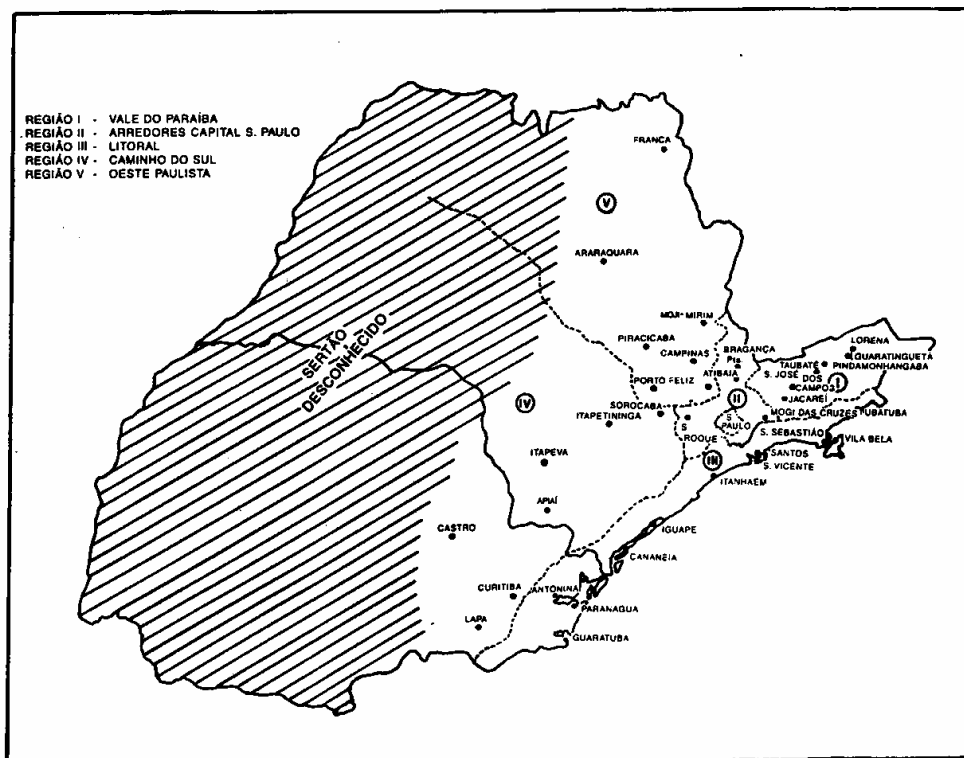
⁹ O autor não estudou apenas a região da *Araraquarense*, mas também as cidades que surgiram próximas das ferrovias *Noroeste* e *Paulista*.

pensamento ávido que se precipita para um futuro de grandeza de nação feliz. Nem natureza nem arte. Vida. (ALMEIDA, 1943, p. 14).¹⁰

É curioso o outro olhar viajante, que não consegue evitar o vislumbamento de “um futuro de grandeza de nação feliz”, personificando o território ao atribuir a ele certo poder de deslumbramento. Entretanto, independentemente das diferenças nas perspectivas de análise desses dois autores de nacionalidades, formações acadêmicas e objetivos distintos – de um lado, um professor francês em busca de dados para sua tese; de outro, um letrado dileitante procurando registrar as mudanças que verificava ao seu redor – importa perceber que nas primeiras décadas do século XX tanto Monbeig quanto Tavares de Almeida compartilhavam a mesma inquietação diante do fenômeno de radicais alterações físicas e sociais, pelo qual passava uma região que até o final do século XIX ainda era encoberta por florestas virgens e habitada por tribos indígenas isoladas.

Esses autores foram, cada um à sua maneira, ao mesmo tempo personagens, estudiosos e narradores de um tempo não muito distante dos dias de hoje em que o sertão paulista para sempre deixou de ser sertão, entendido este com seus traços de algo não devastado, desconhecido e selvagem.

¹⁰ Conforme demonstrou Esteves (no prelo), o advogado Almeida além de se tornar político eminente em Monte Aprazível, era figura catalizadora do mundo letrado das cidades que ficavam na “ponta da linha” ferroviária, como era o caso de Rio Preto, Mirasol, além, é claro, de Monte Aprazível. Era amigo íntimo do escritor Pedro Nava, que havia se mudado para a região logo após a formatura na Faculdade de Medicina de Minas Gerais. Nava relatou essa experiência como morador da *Araraquarense* nas suas famosas memórias, particularmente no tomo intitulado *Círio Perfeito* (1983). Nessa obra, dialoga com o amigo Almeida, afirmando que diferentemente do que este dizia no seu “grande livro” *Oeste Paulista* “(...) não deixam, entretanto, estes altiplanos de terem o seu encanto. Beleza melancólica das grandes extensões por assim dizer oceânicas, de planície vasta, de estepe, do pampa, do chapadão. O horizonte é reto mas de raro esplendor á hora dos seus crepúsculos, como os marítimos, rápidos. O céu é alto e convida a alma às evasões. O luar é feérico como em toda a parte. Essas luzes e distâncias enfeitiçam as almas sonhadoras” (NAVA *apud* MAHL, 2007).



Mapa 2. Província de São Paulo, regiões, 1828.

Ilustração 1: Sertão do Estado de São Paulo no início do século XIX (MARCÍLIO, 2000, p. 41).

O mapa reproduzido na página anterior, elaborado por Marcílio (2000, p. 141), ilustra a grande porção de terras ainda não ocupadas pelos paulistas na primeira metade do século XIX. Trata-se de uma representação cartográfica anterior às viagens de Monbeig e Tavares de Almeida pela região, que ainda não era denominada *Araraquarense*, mas *sertão desconhecido*; *campos de Araraquara* ou *terreno ocupados por indígenas ferozes*, conforme consta no *Mappa Chorographico da Província de São Paulo*, editado em 1837.

1. Desenvolvimento paulista e zona pioneira

Bem sabemos que a região formada pelas terras que atualmente compõem o Estado de São Paulo foi uma das primeiras ocupadas pelos portugueses logo que estes chegaram ao Brasil. No entanto, durante séculos, as fronteiras indefinidas da capitania constituíram-se principalmente de pequenos núcleos urbanos, acanhadas lavouras de subsistência e grupos que viviam do aprisionamento das populações indígenas locais. Como demonstra a

historiografia dedicada ao tema, ao longo do período colonial, os interesses da metrópole e dos investidores portugueses e, mais tarde também dos grandes proprietários brasileiros, estavam principalmente direcionados para o lucro obtido com a exportação do açúcar nordestino, já que São Paulo foi historicamente um local de plantação marginal do produto. A ênfase nos negócios coloniais se direcionou também para as possibilidades de enriquecimento geradas pela economia mineradora de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais (HOLANDA, 1994; MORSE, 1970).

Entretanto, mesmo desempenhando papel secundário no cenário econômico agro-exportador nacional, a Vila de Piratininga, que mais tarde se transformou na capital do Estado de São Paulo, juntamente com outras cidades próximas, como, por exemplo, Jundiaí, Sorocaba e Porto Feliz, se consolidaram como ponto de partida das expedições exploratórias que cotidianamente se embrenhavam rumo às regiões selvagens do interior desconhecido por intermédio da travessia de caminhos terrestres abertos à ponta de facão, ou pelo caminho fluvial mais utilizado na época, o rio Tietê.

Na verdade, ao longo dos séculos XVII e XVIII, núcleos urbanos se consolidaram como ponto de encontro daqueles que se incumbiram tanto das expedições exploratórias do sertão quanto do transporte e venda de alimentos e muares para as zonas auríferas e para o Nordeste (MORSE, 1970; MOTA, 2002). No interior desses dois processos, caracterizados tanto pela exploração das terras desconhecidas, quanto pelo desenvolvimento de relações comerciais com outras regiões brasileiras, destacadamente com as minas, a utilização das rotas terrestres e fluviais foi sendo cristalizada, impulsionando o surgimento de novas vilas e cidadezinhas resultantes justamente desse ir - e - vir de tropeiros, sertanistas, caçadores e desbravadores errantes.

É consenso, entretanto, que foi somente com o advento da empresa cafeeira, ocorrido em meados do século XIX, que o cenário paulista se aproximou das representações pujantes tanto do geógrafo Monbeig quanto do diletante Tavares de Almeida. A análise de alguns dados do período nos dá pistas importantes para a compreensão das radicais transformações que ocorreram tanto na demografia quanto na economia brasileira e paulista em função, principalmente, do consumo internacional do café.

Ano	População total do Estado de São Paulo
1811	165.468
1872	837.354
1890	1.384.753
1900	2.282.279
1920	5.592.188
1940	7.239.711

Quadro 1: Crescimento populacional paulista nos séculos XIX e XX (ALMEIDA, 1943; MONBEIG, 1984; FAUSTO, 1998).

	População total do Brasil
1920	30.600.000
1940	41.100.000

Quadro 2: Crescimento populacional brasileiro no século XX (ALMEIDA, 1943; MONBEIG, 1984; FAUSTO, 1998).

Observa-se, nos quadros 1 e 2 reproduzidos que, ao longo dos séculos XIX e XX a população brasileira se diversificou imensamente em função principalmente da chegada maciça dos imigrantes, sobretudo europeus. Fausto (1998) estima que 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil entre 1887 e 1930. O salto populacional verificado no Estado de São Paulo decorreu, além desse fenômeno, também em função das importantes migrações internas que ocorriam no período. O aumento da expectativa de vida de parte da população igualmente concorreu para a nova configuração demográfica nacional – e paulista. O grande contingente de mão-de-obra estrangeira desempenhava diferentes funções tanto no campo quanto nas cidades do Estado de São Paulo. No entanto, destacaram-se especialmente como empregados ou como pequenos proprietários de sítios e fazendas que existiam em torno do café.

A tabela 1 reproduzida abaixo dispõe os produtos de maior expressão nas exportações brasileiras. Nota-se que o café ocupava a terceira posição no início do século XIX, mas se tornou líder absoluto na primeira metade do século XX. A ligeira queda no comércio internacional do produto, ocorrida no decênio de 1910, foi consequência da 1ª Guerra Mundial, sendo que a crise de 1929 também diminuiu consideravelmente a exportação do dito ouro verde, ao mesmo tempo em que aumentava a do algodão, apelidado de ouro branco. O quadro 3, também reproduzido abaixo, informa o aumento quantitativo das sacas de café produzidas exclusivamente no Estado de São Paulo. A representatividade paulista no que diz respeito às exportações brasileiras é evidente, tornando-se inegável, portanto, o valor da cafeicultura tanto para o desenvolvimento de São Paulo quanto do Brasil.

Ano	Café	Açúcar	Algodão	Outros
1811	18%	30%	20%	32%
1872	56%	11%	9.5%	23.5%
1890	64%	6.6%	2.7%	26.7%
1900	52%	1.9%	2.1%	44%
1920	72%	0.4%	1.9%	25.7%
1940	47%	0.5%	17.6%	34.9%

Tabela 1: Produção agrícola brasileira (ALMEIDA, 1943; MONBEIG, 1984; FAUSTO, 1998).

Ano	Sacas de café
1854	883.564
1870	1.043.112
1906	15.000.000
1928	18.000.000
1940	10.000.000

Quadro 3: Produção cafeeira paulista (ALMEIDA, 1943; MONBEIG, 1984; FAUSTO, 1998).

Inicialmente plantado no Vale do Paraíba fluminense, e logo em seguida disseminado pelo Vale do Paraíba paulista, nas fazendas que se localizavam próximas às

idades de Bananal, Pindamonhangaba e Areias, dentre outras, o café rapidamente atingiu uma segunda zona de plantio, que se localizava em torno da cidade de Campinas, lugar inicialmente conhecido pela sua produção de cana-de-açúcar. Daí, a chamada onda verde alastrou-se em sua implacável *marcha para o oeste* para além dos então longínquos *campos de Araraquara*, ou seja, pelas amplas extensões de terra que compreendiam as distâncias que se formavam entre as regiões de Jaboticabal, São Carlos, Araraquara e alhures. A empresa cafeeira chegava finalmente ao sertão.¹¹

É importante ressaltar que as referências históricas sobre a *marcha para o oeste* não seguiam criteriosamente a indicação do oeste geográfico do Estado de São Paulo. É por isso que cidades tão díspares quanto Jaú e Rio Preto, por exemplo, ou Campinas e Mirasol, eram conhecidas pelos homens do período como parte integrante de um mesmo vasto oeste cafeeiro.

Se seguirmos o trajeto na maioria das vezes nada linear da cafeeiro paulista rumo ao *oeste* do Estado, esquadrihado inicialmente por Sérgio Milliet e, posteriormente, por tantos outros historiadores que se dedicaram ao estudo do desenvolvimento econômico de São Paulo, observaremos que a marcha do café atingiu uma terceira zona de expansão, localizada na região de Ribeirão Preto, ainda na segunda metade do século XIX e, nas primeiras décadas do século XX, chegou enfim a uma quarta zona de plantio que mesmo não possuindo as terras férteis que caracterizavam o solo de Ribeirão Preto, tornou-se rapidamente a mais produtiva do Estado nas décadas de 1920 e 1930.

Trata-se justamente do território que formava a região da *Araraquarense*, conhecida por esse nome em função dos trilhos ferroviários que se transformaram na espinha dorsal da economia cafeeira regional. Na verdade, a Cia. Paulista, uma das empresas pioneiras na construção de ferrovias no Brasil, tinha a cidade de Araraquara como ponta de trilho desde 1885. Foi do prolongamento dos trilhos da Cia. Paulista que surgiu a Ferrovia *Araraquarense*, a partir do momento em que esta chegou a Ribeirãozinho – atual Taquaritinga, em 1901, e de lá seguiu caminho para Catanduva, chegando a este município em 1910, a Rio Preto, em 1912 e, nas décadas seguintes, até Porto Taboado, na fronteira

¹¹ *Marcha para o oeste* é expressão consagrada pelos intérpretes do período.

com o Mato Grosso, passando ao longo desse trajeto por dezenas de cidadezinhas e vilarejos.¹²

O mapa abaixo, compilado pelo memorialista Ralph Menucci Giesbrecht, reconstrói o traçado da *Araraquarense* na primeira metade do século XX, destacando as estações situadas nas cidades de Araraquara (a); Taquaritinga (b); Catanduva (c); Rio Preto (d) e Mirasol (e), respectivamente. Trata-se de um dos derradeiros movimentos de alargamento das fronteiras do Estado de São Paulo sertão adentro.



Ilustração 2: Traçado da Ferrovia *Araraquarense* (Fonte: estacoesferroviarias.com).

Muitos trechos ferroviários que saíam da *Araraquarense* e avançavam entre as fazendas localizadas no interior não eram planejados inicialmente.¹³ Diferentemente do que acontecia na Europa ou mesmo nos Estados Unidos, esses segmentos não eram

¹² Rio Preto foi ponta de trilho da *Araraquarense* de 1912 a 1933, quando a ferrovia foi estendida até Mirasol. O caminho até a fronteira com o Mato Grosso pode ser delimitado pelas seguintes etapas de prolongamento dos trilhos: Balsamo (1941); Eng. Balduino (1942); Cosmorama (1943); Votuporanga (1945); Fernandópolis (1949); Estrela D'Oeste (1951); Santa Fé do Sul (1952) e, finalmente, Rubinéia (conhecida como Porto Taboado, 1952) (LODDI, 1967).

¹³ Esses segmentos sequer aparecem na representação compilada por Giesbrecht.

delineados como fator de desbravamento do território, mas construídos como *cata-café*, já que não eram os cafeicultores que se fixavam próximos a um caminho anteriormente traçado pelo governo, mas os trechos adjacentes é que eram construídos em função das plantações já existentes. Nesse processo, destacava-se a promiscuidade entre interesses públicos e privados, visto que eram os representantes dos cafeicultores que administravam o Estado de São Paulo no período. Aliás, a falta de planos estratégicos oriundos do poder público é um dos motivos que explicam o posterior desativamento de muitos caminhos férreos, fenômeno característico da segunda metade do século XX.

Se o cafeicultor se mudava de região por um ou outro acaso, fatalidade ou crise econômica, como, por exemplo, em função do esgotamento do solo ou da desvalorização repentina do produto, as linhas *cata-café* rapidamente ficavam obsoletas, colaborando inexoravelmente para sua inutilização. Um outro fator que contribuiu decisivamente para a decadência desse tipo de transporte a partir da década de 1940 foi a opção pelo desenvolvimento de estradas de rodagens em detrimento das ferroviárias (MATOS, 1981; LOVE, 1984). Inconseqüência e arbítrio se estampavam no relativo atabalhoamento de traços de ferrovias, que remete aos interesses individuais sobrepostos aos interesses públicos nas décadas passadas. Não obstante, entre paradoxos, se expandia e se firmava o novo topos geográfico e social.

Na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, eram as estradas de ferro que se multiplicavam em detrimento das estradas de rodagem. Eram elas que colaboravam para que as pessoas circulassem eficientemente por São Paulo, e também para que se reconhecessem como moradoras de uma determinada região.

Conforme demonstraram Matos (1981) e Possas (2001), as percepções de identidade e pertencimento dos homens daqueles tempos estavam intimamente ligadas à proximidade de suas cidades ou vilas às ferrovias que lhes possibilitavam o acesso e a comunicação com as localidades contíguas, com a capital, e também com o restante do país. Era por meio delas que chegavam e partiam os moradores do interior do Estado rumo às outras paragens, e era por meio desses caminhos que chegavam as notícias de outros lugares. Por intermédio dos viajantes que constantemente se deslocavam e também por meio dos jornais e revistas, circulava o mundo e as construções de mundo entre uma e outra estação. Pelas ferrovias se concretizava, conseqüentemente, não apenas o escoamento dos grãos produzidos no sertão

até o porto de Santos, mas principalmente o ir-e-vir de variados tipos de pessoas, grafias e idéias envolvidas nesse turbilhão de modernização, velocidade e progresso que as locomotivas passaram a simbolizar.



Ilustração 3: Trabalhadores da EFA e curiosos posam na estação de Catanduva.¹⁴

¹⁴ A foto da estação de Catanduva, sem data definida, foi compilada pelo memorialista Alberto Del Bianco.



Ilustração 4: Instante da partida de uma jardineira de Rio Preto para Mirasol. Senhoras quase invisíveis ao fundo, senhores bem vestidos e apressados à frente, crianças trabalhadoras engraxando sapatos ou distribuindo o jornal do dia. A heterogeneidade do mundo social passava pela estação de trem (*Album da Comarca*, 1929).

Era comum que os moradores de Marília, por exemplo, antes de se declararem como moradores deste município, se apresentassem como habitantes da *Noroeste*, ou que os mirasolenses se enxergassem como residentes da *Araraquarense*. Não obstante, a afluência dos trabalhadores para as lavouras, quer fossem imigrantes ou não, dos comissários de café, dos fazendeiros, dos banqueiros, e de tantos outros atores sociais que se arvoravam em torno dessas estradas e das possibilidades geradas em torno de um mercado em franca expansão, colaborava para que um observador atento como Pierre Monbeig – ele também um personagem e um intérprete do período – sintetizasse de maneira ímpar a singular situação das zonas pioneiras daqueles tempos. Acertadamente ele afirmava que as cidades e as populações do interior do Estado de São Paulo se multiplicavam “como as contas de um rosário” (MONBEIG, 1984, p. 121): rosário de pedras assimétricas, convenhamos, que desdobravam os privilégios e os espoliamentos sociais de outros conjuntos urbanos.

A coleta e a comparação de dados estatísticos específicos sobre as cidades da *Araraquarense* é difícil. Isso acontece, em primeiro lugar, porque só muito recentemente os poderes públicos constituídos passaram a se preocupar com a guarda e a disponibilização dos documentos regionais para a população.

Em segundo lugar, a dificuldade na catalogação e comparação dos poucos dados existentes se deve em função das constantes transformações ocorridas na região, decorrentes justamente de seu desenvolvimento ininterrupto. Além disso, nas décadas de 1920 e 1930, período de intensificação do processo de crescimento local, o governo do Estado tinha amplos poderes para criar, fundir ou abolir como bem quisesse os municípios e os distritos de paz e, por isso, dezenas de localidades rapidamente mudavam de nome, ou o que era antes uma imensa comarca com um grande contingente populacional, transformava-se por meio de um golpe de caneta em uma cidade de médio ou pequeno porte.¹⁵

Caso exemplar é a Comarca de Rio Preto que, se em 1906 era uma grande imensidão geográfica, em 1920 já tinha sido desmembrada da cidade de Catanduva – que, por sua vez, também havia se transformado em sede de comarca, reunindo os distritos de Catupiri, Elisiário e Palmares Paulista. Não obstante, mesmo com esse primeiro desmembramento ocorrido no início dos anos de 1920, a Comarca de Rio Preto ainda mantinha uma média populacional de 126.796 habitantes em 1920, que caíram para 65.048 no recenseamento de 1929 (ANNUARIO ESTATÍSTICO DE SÃO PAULO, 1935). Mas, ao longo das décadas de 1920 e 1930, muitos outros municípios além de Catanduva se tornaram autônomos ou mudaram de nome, como é o caso de Mirasol, Tanabi, Monte

¹⁵ Os critérios que levavam uma cidade a mudar de nome eram diversos. De repente resolvia-se homenagear um político, como é o caso da pequena Borboleta que passou a se chamar Bady Bassit em homenagem a um deputado. Ou os letrados de determinado município decidiam adotar um nome que fosse mais representativo ou respeitado como se exemplifica na situação de Cerradinho, que virou Catanduva. Na verdade, boa parte das vilas e cidades da *Araraquarense* teve seu nome original alterado com o passar dos anos. Mais uma vez, talvez Guimarães Rosa tenha algo a dizer: (...) “Todos os nomes eles vão alterando. É em senhas. São Romão todo não se chamou de primeiro Vila Risonha? O Cedro e o Bagre não perderam o ser? O Tabuleiro-Grande? Como é que podem remover uns nomes assim? O senhor concorda? Nome de lugar onde alguém já nasceu devia de estar sagrado. Lá como quem diz: então alguém havia de renegar o nome de Belém – de Nosso-Senhor-Jesus-Cristo no presépio, como Nossa Senhora e São José? Precisava de se ter mais travação. Senhor sabe: Deus é definitivamente; o demo é o contrário Dele (...)” (ROSA, 2005, p. 58).

Aprazível, Ibirá, José Bonifácio, Nova Granada, Palestina e Pereira Barreto, o que alterou radicalmente as estatísticas populacionais da região.¹⁶

No entanto, interessa destacar que, para além das alterações nas denominações das cidades e comarcas, a ampliação das fronteiras sempre tão movediças de uma zona pioneira como a *Araraquarense* – que permanecia naqueles tempos em constante ebulição demográfica e econômica – possibilitou que esta se transformasse em menos de um século numa das mais significativas regiões do Estado de São Paulo; tanto no que diz respeito ao contingente populacional, como no que concerne à produção cafeeira. Os dados sistematizados por Matos (1981) são elucidativos.

Região	População	%	Produção	%
Norte	338.533	32.66	2.074	19.99
Central	299.216	28.86	3.008.350	29.00
Mogiana	163.831	15.80	2.262.599	21.81
Paulista	133.697	12.90	2.458.134	23.69
Araraquarense	43.697	4.18	420.000	4.05
Sorocabana	58.004	5.60	151.000	1.46
Total	1.036.639	100	10.374.350	100

Tabela 2: Dados referentes à produção cafeeira e distribuição populacional do Estado de São Paulo no ano de 1886 (MATOS, 1981).

¹⁶ Comarca era a designação jurídica utilizada à época para circunscrever os limites territoriais que ficavam especificamente sob a competência de um determinado juiz. A sede de uma comarca era onde normalmente se localizava o fórum, se concentrava o maior número de eleitores, e de onde vinha o montante mais significativo de impostos. Existiam comarcas que se limitavam apenas ao tamanho de um município; outras que o ultrapassavam, como é o caso da comarca de Rio Preto, que era constituída por diversos municípios (chamados distritos) que gravitavam em torno dela.

Região	População	%	Produção	%
Norte	483.834	9.79	898.332	1.71
Central	877.077	17.74	3.716.021	7.09
Mogiana	845.442	17.10	8.521.076	16.20
Paulista	661.920	17.39	6.110.213	11.64
Araraquarense	890.095	18.01	14.126.113	26.93
Sorocabana	576.812	11.67	6.524.410	12.51
Noroeste	608.027	12.30	12.544.045	23.92
Total	4.943.207	100	52.440.210	100

Tabela 3: Dados referentes à produção cafeeira e distribuição populacional do Estado de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930 (MATOS, 1981). Além do crescimento vertiginoso da *Araraquarense*, nota-se a importância de uma outra zona pioneira, a *Noroeste*, que sequer aparecia nos dados de 1886.

A grande mistura étnica que se processava no período era própria a uma região em franca efervescência. Da combinação dos índios que historicamente habitaram essa parte do território paulista, juntamente com os mineiros que invariavelmente são apontados pelos memorialistas como os primeiros a alcançar a *Araraquarense*, além dos poucos negros que em tempos remotos chegaram como escravos dos primitivos fazendeiros, ainda em meados do século XIX, resultou uma população mestiça que se tornou ainda mais heterogênea com a chegada maciça de espanhóis, italianos e portugueses que se fixaram tanto no campo quanto nas cidades. Além desses imigrantes, destaca-se a grande dispersão dos árabes, famosos mascates das zonas rurais e comerciantes prósperos das cidades, além das levas de brasileiros que diariamente aportavam nas estações, notadamente nordestinos (ARANTES, 1997; CAMPOS, 2004).¹⁷

Na cidade de Catanduva, por exemplo, em 1928, nasceram 1.114 crianças, sendo que 568 eram identificadas pelas estatísticas da época como de pais brasileiros; 536 de pais estrangeiros e 10 de nacionalidade ignorada (ANNUARIO ESTATISTICO DE SÃO PAULO, 1930). Em 1929, nessa mesma cidade da *Araraquarense*, nasceram 852 filhos de

¹⁷ Quanto à mão-de-obra negra, Monbeig (1984) nos mostra que em 1872 uma cidade de colonização mais antiga como Bananal, por exemplo, tinha 53% de escravos, enquanto Rio Preto, muito mais recente, tinha apenas 7%.

brasileiros e 687 de estrangeiros (ANNUARIO ESTATISTICO DE SÃO PAULO, 1935). Situação similar se verificava em outras cidades da região. Em Mirasol, por exemplo, em 1929, nasceram 1190 crianças de pais brasileiros; 642 de estrangeiros e 6 de nacionalidade ignorada, enquanto que em Rio Preto nasceram 1576 filhos de brasileiros, 638 estrangeiros e 29 de nacionalidade ignorada.

Mas o território, apesar da inegável importância da economia cafeeira, não se restringia apenas ao cultivo desse produto. A criação de gado e de porcos já era praticada desde os primeiros embates entre mineiros e índios, ocorridos ainda em meados do século XIX e, após a crise de 1929, a cotonicultura também se sobressaiu enormemente (BRANDI, 2002; MAHL, 2007). É importante destacar que essa capacidade de adaptação ligeira às intempéries internas, como o colapso do solo após sucessivas colheitas de café; ou externas, como a desvalorização do produto nos mercados estrangeiros, é o que melhor caracteriza uma região que não cessa de crescer. Quando fenômenos inesperados ocorriam, mudava-se rapidamente a cultura plantada ou o solo destinado ao cultivo, o que colaborava para o contínuo avanço da ocupação das terras.

Conforme demonstrou Dean (1991), foi a pujança econômica e a capacidade singular de ajuste às novas demandas capitalistas de regiões como esta que impulsionaram, na primeira metade do século XX, o espantoso desenvolvimento econômico de todo o Estado de São Paulo, já que no mesmo ritmo em que se derrubava a floresta virgem para a criação de fazendas e cidades, fornecia-se também a matéria-prima para as indústrias que se consolidavam na capital, como é o caso da indústria moveleira que se abasteceu fartamente das madeiras provenientes das florestas devastadas, ou das têxteis, que se muniam do algodão plantado no interior.

Ao mesmo tempo, eram principalmente os moradores das áreas recém-ocupadas que compravam os produtos industrializados dos paulistanos, colaborando para o fortalecimento do parque industrial que se insinuava na capital, e também para o aquecimento do mercado interno. Além disso, as terras desbravadas funcionavam também como pólo atrator para fazendeiros decadentes de outras paragens, que vinham tentar refazer a vida no sertão longínquo, como é o caso de tantos proprietários provenientes do Nordeste ou cafeicultores endividados do Vale do Paraíba. Mas a massa populacional dos moradores então recentes era formada principalmente por aqueles que vislumbravam as

possibilidades inéditas de trabalho nos postos rurais e principalmente nos novos postos urbanos: colonos, agrimensores, comerciantes em geral, médicos, dentistas, costureiras, engenheiros, professores, e tantos outros (CAMPOS, 2004).

No cerne desse processo extremamente dinâmico, rapidamente surgiam paisagens rurais e cidades onde antes só havia a floresta, no mesmo ritmo em que se estabelecia pela primeira vez uma inédita rede de comunicação entre as pessoas que passaram a conviver, inicialmente, com trens, correios e telégrafos, e, posteriormente, com telefones, jardineiras, carros, caminhões, jornais, revistas, emissoras de rádio, escolas normais, grupos escolares e tantos outros diversos meios de convívio e disseminação de saberes e estilos de vida, como as construções reproduzidas abaixo.

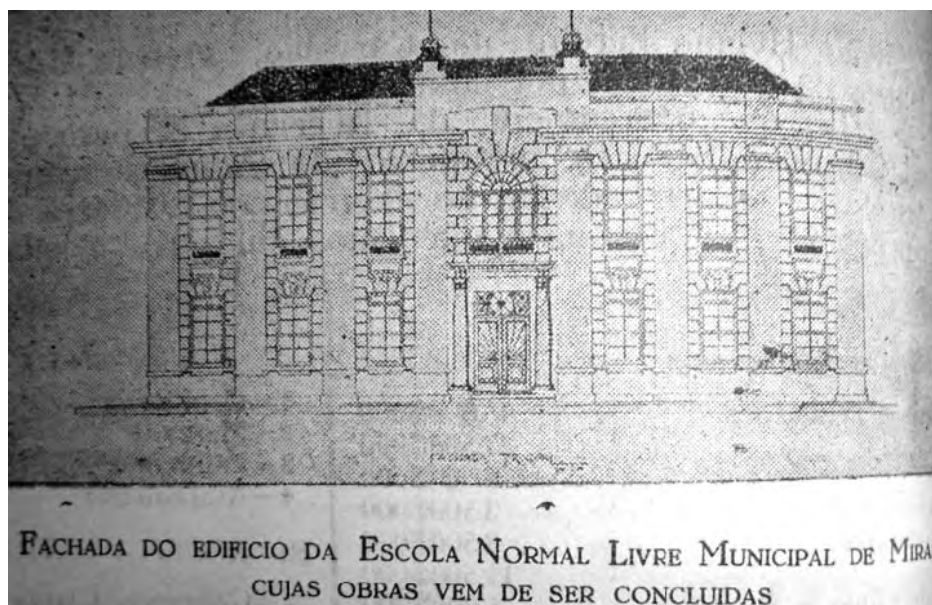


Ilustração 5: A criação de escolas normais era símbolo da conquista da vida civilizada no sertão (*A Notícia*, 1933).



Ilustração 6: Assim como a construção de cinemas e teatros, como o requintado Cine-Teatro São Pedro, projetado por Ramos de Azevedo e construído em Mirasol, no ano de 1929, a mando do fazendeiro Cândido Brasil Estrela (*Album de Mirasol*, 192-).

Dentre as dezenas de cidades, cidadezinhas e vilarejos pelos quais passavam os trilhos da ferrovia, a cidade de Rio Preto ocupava inegavelmente o posto de capital regional já que era, desde a década de 1920, uma das aglomerações urbanas emergentes mais ricas e urbanizadas de toda a zona, tendo se transformado na primeira metade do século XX num pólo econômico singular ligado não apenas ao mundo rural, mas principalmente à prestação de serviços citadinos. Sobre isso Milliet afirmava que

(...) o fenômeno mais curioso sem dúvida alguma é Rio Preto. Toda a vasta região circunvizinha compreende em 1920 os municípios atuais de Cedral, Mirasol, Monte Aprazível, Tanabi, Nova Granada, Potirendaba, Uchoa, José Bonifácio e Ibirá, não passa então de vasto sertão ínvio, produzindo nesta época apenas 99.680 arrobas de café e com uma população global de 126.726 habitantes. Quinze anos mais tarde encontramos na mesma área 4.622.000 arrobas, ou seja, cinquenta vezes mais e uma população de 316.235 habitantes, isto é triplicada! Concomitantemente, são criados, por subdivisão da *célula mater*, nove municípios (MILLIET, 1984, p. 48).

Proliferavam em toda região, mas principalmente em Rio Preto, os postos de higiene e consultórios médicos; as santas-casas e os bancos; os escritórios de advocacia e os

cinemas; os teatros e os grupos escolares; os hotéis e as cadeias públicas, as praças recentemente erigidas e os salões de beleza, as ruas estrategicamente traçadas e a iluminação elétrica, as lojas inspiradas nas capitais européias e as agremiações culturais.

Por conseguinte, a desigualdade intrínseca à formação do país também se redimensionava localmente, visto que os grupos escolares não eram suficientes para todos e as escolas normais restritas às “moças de bem”. Leprosos, tuberculosos e prostitutas errantes vagavam pelas ruas recentemente iluminadas e cobertas de terra ou de paralelepípedos. Tudo isso no mesmo compasso em que advogados e donos de cartórios enriqueciam de maneira espetacular, legalizando as grandes extensões de terras que se tornavam propriedade de poucos, e as cadeias públicas não tinham mais espaço suficiente para comportar o grupo cada vez mais numeroso e heterogêneo que passava a ocupá-las: assassinos, desocupados, alcoólatras, ladrões e loucos (CAMPOS, 2004).

No interior desse movimento de crescimento contínuo e contraditório, multiplicavam-se pelas terras paulistas as revistas e jornais e produzidos regionalmente, mas também aqueles editados nas cidades maiores, como São Paulo e Rio de Janeiro. Tais impressos tinham circulação diária, bi-semanal, semanal, mensal ou bimestral, e contribuíram decisivamente para a emergência de estilos de vida até então inexistentes. Além disso, eles se transformaram, juntamente com a rádio PRB8 – que tinha sede em Rio Preto e raio de alcance de quatrocentos quilômetros sertão adentro – num dos mais importantes veículos de formação e informação da heterogênea população da *Araraquarense*. Era principalmente por intermédio desses meios de comunicação, destacadamente pelos jornais diários, que os moradores dessa parte do interior do Estado se mantinham informados sobre “todas as notícias e fatos que realmente interessam”, conforme anunciava um jornalista de Rio Preto.

Talvez o repórter rio-pretense – ou, melhor dizendo, o cronista da cidade do *interland* paulista – percebesse, ainda na década de 1930, o que bem demonstraram os historiadores da cultura sobre o papel fundamental da imprensa na construção do “rosto do mundo”, conforme nomeou Sevchenko (1985).

2. Impressos e impressões urbanas

Informar e educar a diversificada população da *Araraquarense* não era tarefa fácil e nem era empreitada restrita a um só grupo letrado. Conforme a sociedade brasileira foi se tornando mais complexa e os partidos políticos se diferenciando uns dos outros, iam surgindo jornais locais alinhados não mais apenas ao PRP ou ao PD, agremiações que historicamente monopolizaram os órgãos de imprensa mais bem estruturados da região, mas ao PC, ao PCB e às outras organizações políticas existentes, como a dos integralistas ou a dos católicos marianos que, ao longo das décadas de 1920 e 1930, conquistaram maior ou menor destaque dependendo da ocasião.¹⁸

Além dos jornais que se declaravam explicitamente como porta-vozes de partidos políticos ou agremiações, proliferavam aqueles que eram ligados às associações de imigrantes, principalmente italianas, espanholas e árabes, e disseminavam-se também as revistas concebidas como “culturais”, “artísticas” ou de “variedades”.¹⁹

No que diz respeito especificamente aos jornais de maior circulação e longevidade da *Araraquarense*, em suas páginas eram formuladas propostas, identificados problemas e apontadas soluções para a região e também para o Estado e o país. Essas idéias e propostas reiteradas cotidianamente colaboravam para a construção e a difusão de um determinado tipo de imaginário social sobre os temas que eram selecionados para constarem naquelas páginas e virarem artigos ou notícias. Bastos, acerca do papel da imprensa (2002, p.151), afirma:

Um dos dispositivos privilegiados para forjar o sujeito/cidadão é a imprensa, portadora e produtora de significações. A partir da necessidade de informar sobre fatos, opiniões e acontecimentos, a imprensa procura

¹⁸ As décadas de 1920 e 1930 são caracterizadas por intensa agitação política. Isso se refletia na diversificação crescente de partidos como o Partido Republicano Paulista, o Partido Democrático, o Constitucionalista, o Comunista e outros (LAHUERTA, 1998).

¹⁹ Para se ter uma idéia da força da imprensa regional nas primeiras décadas do século XX, somente a micro-região que girava em torno da cidade de Catanduva contava na década de 1930 com os seguintes impressos: *A Cidade*; *Comarca de Catanduva* e *Folha do Povo* (Catanduva); *O Município* (Itajobi); *A cidade de Pindorama* (Pindorama); *A União* (Santa Adélia); *O Direito* (Ignácio Uchoa); *A Semana* (Novo Horizonte); *Voz do Povo* (Mundo Novo); *O Popular* (Ibirá) e *Ariranha Jornal* (Ariranha). Já na cidade São José do Rio Preto, circularam desde o início do século *O Porvir*; *O Rio Preto*; *O Rio Preto*; *O Poder Moderador*; *A Cidade*; *O Binóculo*; *O Município*; *A Ordem*; *O Semeador*; *A Onda*; *Norte Paulista*; *O Benedito* e *A Notícia*, dentre muitos outros.

engendrar uma mentalidade – uma certa maneira de ver – no seu destinatário, constituindo um público leitor.

Além disso, por meio das páginas da imprensa interiorana estabelecia-se um diálogo com publicações similares editadas nas cidades vizinhas e na capital, nos outros Estados, e também no exterior. Não resta dúvida de que o jornal *O Estado de S. Paulo* desempenhava papel paradigmático para o jornalismo praticado na *Araraquarense*. Rotineiramente eram transcritas ou comentadas as notícias impressas naquele diário, e a família Mesquita era comumente enaltecida pelos letrados locais como o exemplo a ser seguido no que diz respeito tanto à prática do bom jornalismo quanto à administração imparcial da notícia. Ademais, freqüentemente os jornais do *far west* enfileiravam-se ao lado do *Estado* nas dezenas de campanhas filantrópicas capitaneadas pelo matutino e que eram rapidamente redimensionadas regionalmente.

Na verdade, parte dos jornais brasileiros editados nas primeiras décadas do século XX – destacadamente *O Estado de S. Paulo* e congêneres de menor porte – se estruturaram em torno de propostas reformadoras da sociedade nacional. A idéia que se generalizava por meio desses meios era a da necessidade de um imediato combate contra os males que supostamente assolavam o país, como, por exemplo, o analfabetismo generalizado, a miscigenação desenfreada, a falta de patriotismo que parecia se disseminar entre todas as classes sociais, as desordens oriundas dos grupos menos favorecidos, e tantos outros assuntos e dilemas que constituíam o imaginário dos homens ilustrados de então, da *Araraquarense* e alhures (CAPELLATO, 1989; OLIVEIRA, 1990).

Nesse contexto, os grupos que administravam os jornais editados nos rincões do país ou nas capitais cotidianamente discutiam esses temas que faziam, afinal, todo sentido para os elites e camadas médias daqueles tempos. Conforme muitos diagnosticavam, era imperioso reordenar as cidades que sofriam um crescimento demográfico desenfreado. Reclamava-se – ou estimulava-se – do avanço feminino sobre os espaços públicos no mesmo ritmo em que se generalizava a crença na resolução científica dos problemas sociais, na democratização das escolas primárias e profissionalizantes para todos os brasileiros, na necessidade da formação de um grande contingente qualificado de professores que se dispusessem a lecionar Brasil afora, e em tantas outras necessidades e certezas anunciadas que podem ser enfeixadas, enfim, sob o signo de um desejo maior que

sintetizava todos os outros: o da modernização do país. (HERSHMANN; PEREIRA, 1994; SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000).

No caso específico dos matutinos locais, rapidamente se estruturou uma rede de escritores ávidos pela publicação de suas visões de mundo, enquanto as pessoas dispersadas pela zona pioneira formavam uma inédita comunidade de leitores; um grupo singular que partilhava das opiniões, propagandas e notícias veiculadas nas folhas impressas que buscavam, por fim, ordenar a região que se transformava rapidamente em torno das “contas do rosário” observadas por Monbeig. Assim se embaralhavam projetos nacionais no mesmo movimento em que se problematizava as particularidades locais.

Em ritmo acelerado – que é o ritmo próprio das cidades e dos jornais – os periódicos acabaram por consolidar seu extraordinário estatuto pedagógico. Cevando os leitores dia a dia, num mesmo modo de construir o mundo, o jornal normalizava o próprio leitor, construía nele determinada expectativa de leitura, dava-lhe a ilusão necessária de pertencimento a um universo de valores. Assim, o jornal, ao refletir ideais de um tempo e de um espaço, educava os cidadãos. Ao fazê-lo, fortalecia o olhar das camadas letradas sobre as iletradas, como aquelas que tudo sabem e aquelas que nada sabem.

Um dos fatores que mais contribuíam para a formação de um público cativo para os jornais da *Araraquarense* era a inédita possibilidade da entrega de exemplares nos domicílios mediante pagamento de assinatura semestral. Também era muito comum que um morador de Monte Aprazível assinasse um impresso editado em Catanduva, por exemplo, ou que um residente de Mirasol trabalhasse como cronista em Rio Preto. Esses contatos entre os leitores/escritores dos jornais de diferentes cidades eram mediados pela facilidade do transporte, pelo incremento das entregas via correio e também pela disseminação dos postos de venda em todas as cidades e vilas da região.

As estatísticas educacionais do período, no entanto, evidenciam o quanto o público leitor de jornais era restrito e profundamente segmentado conforme o gênero. Segundo o Recenseamento Geral de 1920, na cidade de Catanduva, por exemplo, existiam 4.891 moradores que sabiam ler e escrever, sendo que desse total apenas 1.536 eram mulheres. Nessa cidade, 11.118 pessoas declaravam não saber ler nem escrever, sendo 5.783 mulheres e 5.335 homens. Enquanto isso, na Rio Preto dos anos de 1920, 22.275 cidadãos declaravam saber ler e escrever, sendo que 16.310 eram homens e apenas 5.965 mulheres.

Por sua vez, 104.521 pessoas eram consideradas analfabetas nesse município, sendo 53.445 mulheres e 51.076 homens.²⁰

É importante enfatizar que, a despeito da enorme diferença entre o número de letrados e de iletrados, dentre a multiplicidade de publicações que circulavam nesses tempos, destacavam-se, em função da periodicidade, longevidade, diagramação e comunhão do ideário de colaboradores mais ou menos assíduos, *A Cidade*, de Catanduva (1930-1988); *A Notícia* (1924-1985; 1990-1996); *Folha de Rio Preto* (1936- 1945?); *Diário da Araraquarense* (1931-1936); e *O Município* (1916-1929), de Rio Preto; além do *Correio de Mirasol* (1920 até os dias de hoje), todos tomados como fonte da presente pesquisa.²¹

Tais periódicos eram capitaneados por profissionais liberais oriundos de diferentes campos de saber, principalmente advogados, médicos e professores – os “homens de bem”, como gostavam de se definir. Eram homens que além de desempenharem funções no dia-a-dia fora das redações, envolveram-se definitivamente com o jornalismo.

Vale destacar ainda a fortíssima presença dos membros da Igreja como cronistas em todos os jornais analisados, mesmo que muitas vezes condenassem as proposições advogadas pelos próprios donos dos impressos. A abundância de escritos católicos em matutinos definidos como liberais não é de estranhar, já que é reconhecida pela historiografia brasileira a atuação capital tanto dos religiosos quanto do laicato católico nas mais diferentes esferas sociais, assim como a estratégia de aproximação daquela instituição, via imprensa, do mundo secular (DIAS, 1996; CARVALHO; 1998).

Naquelas décadas emanava da Santa Sé um movimento conhecido como *Ação Católica*, que envolvia práticas assistencialistas e educacionais em todo território brasileiro – e também na *Araraquarense*. Era recorrente na região a condenação do ateísmo, do liberalismo, do comunismo, e outros supostos males da modernidade que pareciam assolar todo o mundo e, do mesmo modo, as terras do sertão. Desse período destacam-se a sobremaneira a atuação jornalística do bispo da comarca de Rio Preto, D. Lafayette Libâneo, e de Monsenhor Gonçalves. Este último, particularmente, empreendeu forte

²⁰ Os dados do censo de 1920 são tomados como números indicativos do grande número de analfabetos existentes na região. No entanto, os próprios critérios utilizados para a realização deste recenseamento podem ser problematizados (Ferraro, 2002).

²¹ Infelizmente não sobrou nenhum exemplar do importante *Diário de Catanduva*, publicação que como o próprio nome informa circulava todos os dias com a tiragem anunciada de 1.000 a 5.000 exemplares/dia na década de 1920.

cruzada impressa contra as modas, o divórcio, os espíritas, os rotarianos, os presbiterianos e, principalmente, contra os comunistas.²²

Não obstante, independentemente de divergências aparentes entre os escritores do interior paulista, todos eles, sem exceções, buscavam chamar para si, declaradamente ou não, a incrível tarefa de construção de uma nova realidade – principalmente por intermédio da educação de mulheres e crianças.

A Notícia, por exemplo, entre os anos de 1914 e 1928, foi propriedade de Nelson da Veiga, que era advogado, e tinha como redator e principal articulista Dario de Jezus, professor do 1º Grupo Escolar de Rio Preto e de diversos colégios particulares da região. Entre os anos de 1928 e 1936, passou para o comando de Manoel dos Reis Araújo, também advogado e, a partir de 1936, de Leonardo Gomes, fundador de escolas profissionalizantes e associações filantrópicas em toda *Araraquarense*. *O Município*, por sua vez, entre os anos de 1916 e 1925 foi administrado por João Vargas Bragança, proprietário rural ligado ao PRP, e, de 1925 a 1929, passou para as mãos do multifacetado empresário Gaudêncio Maia, comerciante próspero e dono de cinemas e teatros na região.

A Folha de Rio Preto foi propriedade do médico João Dioclécio da Silva Ramos de 1936 a 1942, enquanto o *Diário da Araraquarense* foi administrado pelo advogado e cafeicultor Luiz Américo de Freitas entre 1931 e 1936, quando se incorporou à *Notícia*, passando a ser administrado pelo jornalista Leonardo Gomes, que já era o responsável por aquela folha. O matutino *A Cidade* de Catanduva, de 1930 em diante foi conduzido por João Celestino da Costa – de quem infelizmente não restam registros – e por Carlos Machado, personagem conhecido no município como um dos mais atuantes jornalistas de que se tem conhecimento. Enquanto isso, o *Correio de Mirasol*, fundado em 1929 por Antonio Melga, a partir de 1930 se tornou propriedade de Cezar Barillari, e de 1936 a 1943 esteve sob o comando de Fábio Valente, de quem também não restam registros.²³

²² D. Lafayette Libâneo (1886-1979) foi nomeado bispo da diocese de Rio Preto em 1930, cargo que ocupou até 1966. Já o português Monsenhor Gonçalves (1869-1944) se tornou vigário desta cidade em 1927, onde fundou o Ginásio Diocesano e também foi presidente da Sociedade Beneficente. Em 1932, foi um dos líderes regionais da Revolução Constitucionalista (ARANTES, 2001).

²³ Em 1943, Fábio Valente vendeu *O Correio de Mirasol* para Marcelino Cavalieri, que se responsabilizou pelo jornal daquela cidade enquanto seu filho, Marcelino Cavalieri Jr, comprou *A Folha de Rio Preto* (VALLE, 1994). A comunhão de redatores, jornalistas e proprietários indica os laços sociais estabelecidos entre esses homens de imprensa nas décadas de 1920 e 1930 no interior paulista.

Se os primeiros exemplares desses jornais situavam-se no limite tênue entre a produção artesanal e a empresarial, já que alguns eram confeccionados quase que exclusivamente por meio do trabalho manual dos tipógrafos, em redações que se confundiam com oficinas nas quais muitas vezes o jornalista era pessoalmente o responsável pela organização dos tipos, logo tais jornais passaram a ser editados sob os imperativos empresariais que se anunciavam com força nova no período.

A inédita divisão de trabalho que ocorria dentro das redações ficava evidente na data comemorativa do dia do tipógrafo, anualmente celebrada em primeira página. Esses trabalhadores eram identificados ao profissional humilde, honesto e imprescindível que contribuía para que os impressos circulassem diariamente, tudo bem ao gosto do ideário liberal que se tornava hegemônico. Numa sociedade *naturalmente* hierarquizada, de um lado, ficavam os jornalistas cerebrais correndo atrás da notícia ou cuidando da irradiação das *luzes* do conhecimento por intermédio da escrita de longos artigos. De outro, os tipógrafos, que sustentavam a estrutura das redações com seu trabalho minucioso e técnico, porém artificialmente louvado em toda a sua dignidade. Corpo e mente formariam, simbolicamente, um todo orgânico e racional.

Tu vives, na humildade da officina
Manipulando sempre a idea clara,
Como em laboratório se prepara
A refração da luz da medicina.
O trabalho moroso não te enfara,
Nem o peso do somno te domina,
Pois tua alma ao cansaço não se inclina,
Já que a vontade é a força que te ampara,
Glória ao concurso que teu gênio empresta
A toda humanidade, que hoje te ergue,
Agradecida, o pensamento em festa!
Um instante não há, que eu não te enxergue
Muito feliz, na profissão modesta,
Que deu gloria immortal a Guttenberg! (*A Noticia*, 1934).

As diferenças tidas como naturais entre aquele que faz e aquele que pensa concretizam as características do senso comum que, generalizador, “diferencia sem indagar sobre a diferença e reúne sem indagar sobre a semelhança”, como diz Chauí (1997, p. 117). Importa a figura do tipógrafo tratada sem historicidade, “muito feliz, na profissão

modesta”, o que reverbera no modo de presença a ser consolidado por meio do discurso jornalístico.

Na fotografia reproduzida a seguir, repórteres, entregadores e tipógrafos de *A Notícia* posam na data de aniversário de dez anos do jornal. Ao que parece, tanto o trabalho nas oficinas quanto a entrega dos matutinos eram essencialmente realizados pelas crianças há décadas identificadas pelos letrados da região como o futuro da nação. Um futuro que seria, aliás, traçado com linhas seguras a partir daquele instante no qual os jovens oriundos das camadas menos abastadas da população passavam a aprender, desde muito cedo, um ofício digno como a tipografia ou a comercialização dos jornais de porta em porta. Ao desempenhar um papel social tido como honrado, esses futuros cidadãos internalizariam o gosto pelo trabalho, pela virtude e pela moral, tríade sagrada para a elite intelectual daqueles tempos.



Ilustração 7: Foto comemorativa da celebração dos 10 anos do jornal *A Notícia* de Rio Preto (*A Notícia*, 1934).

Os jornais editados na *Araraquarense* nas décadas de 1920 e 1930 podem ser caracterizados, portanto, não apenas como veículos de divulgação das propostas dos grupos que os administravam, mas também como resultado da nascente indústria cultural regional. Eram produtos *em si*, pois além de serem opinativos, disputavam um mercado de leitores que crescia continuamente e se mostrava sedento de informações variadas. Diferentemente dos antigos impressos artesanais exclusivamente doutrinários característicos do início do século XX – dos quais resta um ou outro exemplar produzido na região – a maioria dos matutinos daquelas décadas buscava, de maneira própria, sustentar-se como mercadoria.

O fato de os impressos passarem a se sustentar como produto, o que se evidencia na proliferação dos anúncios, é característico do jornalismo empresarial que se anunciava. Numa região que se urbanizava velozmente – não nos esqueçamos de que a publicidade é um meio de comunicação essencialmente urbano – conviviam propagandas com referências típicas à *belle époque* francesa, como é o caso do sempre presente traçado *art nouveau*; influências norte-americanas, como as clássicas propagandas da *Quaker Oats* e da *Esso Oil*; classificados lacônicos, meramente informativos, como os primeiros anúncios verificados na imprensa brasileira (SODRÉ, 1966); longos testemuniais, nos quais os publicitários criavam personagens que poderiam ser médicos, crianças ou mães que depunham a favor deste ou daquele produto; e ainda propagandas que misturavam rimas, quadrinhas, versos, cultura erudita e cultura popular, como é o caso daquelas veiculadas pela *Casa Duque* de Rio Preto ou dos sabonetes *Ibirá*, produzidos no distrito do mesmo nome. No anúncio publicitário feito em forma de versos, não se perde a ocasião de blefar. No tom de escracho e brincadeira, tem-se o humor que reflete e refrata costumes.

Para amansar sogra brava
Super ferina, extra má
O genro sorrindo a lava
Com SABONETE IBIRÁ
Para pescar moça arisca
Que pula daqui pr'a lá,
Não pode haver melhor faca
Que um SABONETE IBIRÁ...

Solteirona, mau partido,
Surrada como jabá
Conquistará um marido
Com SABONETE IBIRÁ...

Quem compõe musicaes graves,
Somente em clave de fá,
Comporá em outras claves
Com SABONETE IBIRÁ...

Quem quizer a vida inteira
Viver como um Maharajah,
É ter na saboneteira
Um SABONETE IBIRÁ –
Dizem mesmo que o Pilatos,
Caréca como um içá,
Costuma á bela dar tratos
Com SABONETE IBIRÁ (*A Noticia*, 192-).

De macacão ou de frack
Regulando ou no pileque,
Diz-se: - Um “PHILLIPS” bem chic
É o melhor radio do stock
Que enobrece a Casa Duque

Entre “turímans” é um “crack”
Entre banqueiros um cheque,
Entre índios um cacique,
Entre glutões “Mestre Cook”
Entre “valentes” o muque...

Quer radio que não empaque?
Que, pelo som, nunca peque?
Que vizinho não se implique? Veja, compre, pague e... “toque”
Um RADIO PHILLIPS do Duque...(*A Noticia*, 192-).

A configuração exata do público leitor desses jornais é praticamente impossível de ser calculada, já que apenas *A Noticia* de Rio Preto indicava uma tiragem aproximada que variava em de 1.000 a 5.000 exemplares ao dia, dependendo da ocasião. Possivelmente essa tiragem era hiper dimensionada, tática comumente adotada pelos veículos impressos até os dias de hoje para atrair anunciantes e leitores, principalmente se levarmos em conta o alto grau de analfabetos da *Araraquarense* daquelas décadas.

Ao longo dos anos de 1920, imperavam nos diários quase que exclusivamente os artigos que defendiam a opinião dos administradores dos jornais. Conforme os diários se tornaram mais comerciais ao longo dos anos de 1930, as notícias e as reportagens sobrepujaram a importância dos artigos, e passaram a ser apresentadas sob a aparência da

neutralidade, como havia ocorrido com o ícone *Estado de S. Paulo*. Nesses anos, os matutinos se tornaram muito mais noticiosos do que declaradamente doutrinários, e a própria figura do jornalista se consolidou pouco a pouco como a de um indivíduo que descrevia fielmente a verdade dos fatos que apurava ou presenciava *in loco*. Trata-se de uma representação de jornal e de jornalista muito diferente daquela disseminada pelas folhas dos anos de 1920.

Para competir pelo mercado consumidor de notícias, que se agigantava, freqüentemente os donos dos jornais investiam na compra de novas máquinas de impressão – e anunciavam isso com estardalhaço em primeira página, buscando destacar dessa maneira sua superioridade em relação à concorrência – ou na contratação de profissionais com experiência nas redações de outras cidades, procurando assim criar uma aura de novidade e cosmopolitismo em torno de seus impressos. Diversificavam-se ainda freqüentemente as seções que buscavam contemplar um público maior e mais heterogêneo de leitores, pois se reproduziam num mesmo jornal colunas destinadas exclusivamente à leitura dos esportistas, das mulheres em geral e das mães em particular, dos professores, dos médicos e dentistas, dos fazendeiros, dos advogados do povo chamado de “civilizado”. Campo fértil para propagar ideais de virtudes e perspectivas moralistas, o jornal oferecia parâmetros éticos à classe social letrada, enquanto consolidava os ideais e as aspirações dela.

Os proprietários das nascentes empresas jornalísticas disponibilizavam suas máquinas para a confecção de calendários e convites, além de destinar páginas e mais páginas para que os anunciantes fizessem propagandas de variados tipos de produtos, que iam desde os melhores livros e vestidos, até os remédios tidos como mais eficientes e modernos, as terras mais férteis para se formar fazenda, as máquinas e adubos de última geração, dentre tantas outras mercadorias que se transformavam em primeira necessidade, conforme prescrevia a publicidade que emergia com força e imediatamente se consolidava, como verificado nas propagandas que se seguem.

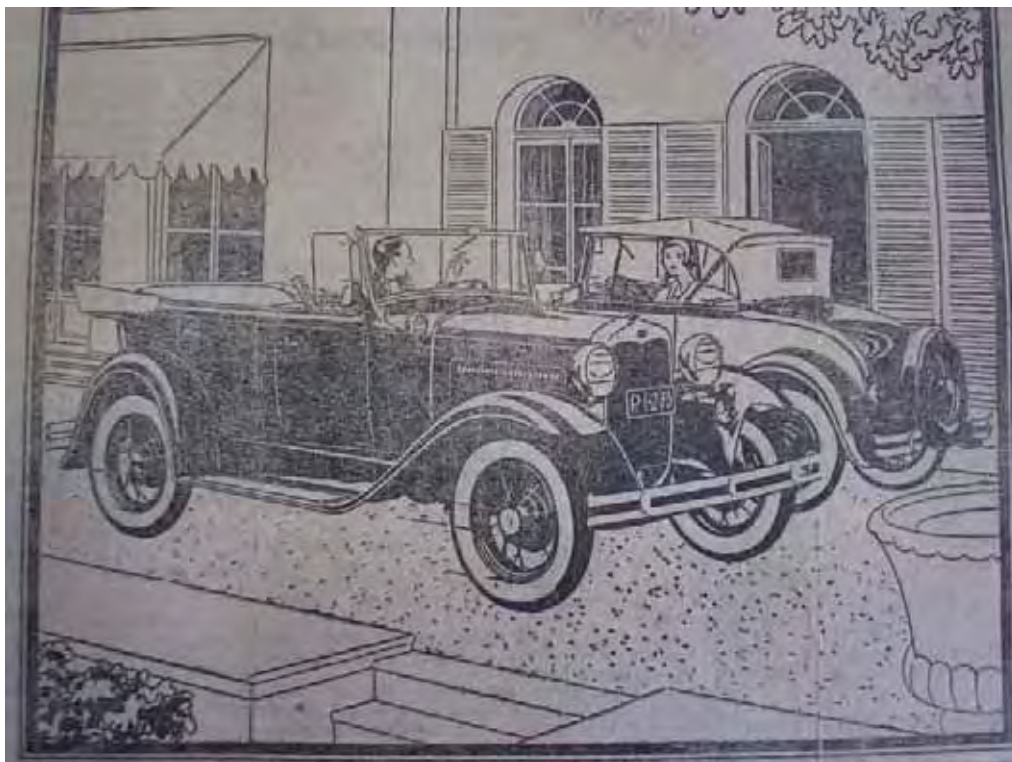


Ilustração 8: Os carros hiper-confortáveis para alguns, e aparente igualdade de gêneros nas ruas recém-urbanizadas de Catanduva eram signos da modernidade do sertão (*A Cidade*, 1930).

Sobre a importância da publicidade nas sociedades de consumo, Padilha (2001) e Martins (2001) indicam que a propaganda, numa situação de constante mudança de valores, consolida *status*, domestica gostos, costumes e comportamentos, ao mesmo tempo em que responde aos desejos civilizatórios dos letrados, bem como às necessidades de referência da população. Ela não é apenas normativa, mas é também responsiva aos anseios do público, é, do mesmo modo influenciada por ele. Trata-se de uma relação circular, de uma espécie de moto-contínuo. Padilha afirma ainda que a publicidade da década de 1920 pode ser entendida como “experiência forjada”, como uma maneira de abrandar a inexistência de memória e tradição em relação às novas práticas urbanas. No que diz respeito ao contexto paulistano, que bem pode ser redimensionado para a realidade da *Araraquarense*, ela afirma:

A publicidade ocupava, assim, um espaço fundamental na vida urbana, impondo-se como uma forma de comunicação em mosaico, rápida, eficiente (...) de conteúdos diversificados que se entrecruzavam no espaço

urbano. Ela tornou-se o veículo de uma infinidade de informações que, circulando no espaço público (não só do lazer, nos cafês, teatros, bailes e ruas, mas também da educação, do trabalho e do consumo) faziam parte daquilo que consubstanciava a subjetividade do homem urbano, moldada mesmo no afrontamento ininterrupto entre idealizações e a concretude do dia-a-dia que se destrinchava, finalmente, nos arranjos da vida cotidiana.



Ilustração 9: A expansão agrícola convivia com os signos urbanos. Na propaganda acima, trata-se dos motores a diesel anunciados numa diagramação ainda bastante confusa, se comparada às existentes nos dias atuais (*A Cidade*, 193-).

Circo de Touros

Hoje em Elisiario

Dia primeiro nesta



Hoje, á tarde, em Elisiario, o Circo de Touros, que está sob a empresa do sr. Philodoro Nucci, levará mais uma corrida, sendo lidadas algumas rezes bravias e postos em montaria dois burros «chucros».

Essa corrida promete muito, estando os toureiros e montadores dispostos a satisfazerem plenamente a assistência.

Tomam parte no espectáculo, Fumaça, Bento Negrito, Napoleão de Taquaritinga e Alcebiades de Freitas, além de dois peões.

O referido circo a 1.º de janeiro p. f. estreará nesta cidade, apresentando um sensacional espectáculo, com rezes de por medo.

Leilão de animais

O sr. dr. Delegado Regional de Polícia, dr. Miguel Telxeira Pinto, torna publico que, no proximo dia 7 do corrente, ás 12 horas, no pasto pertencente á Prefeitura Municipal, proximo á Villa Redemptora, será feita a venda, em leilão, de cerca de 40 animais — cavallos muares — apprehendidos pela policia a diversos ladrões e não procurados até hoje.

Esses animais são na quasi totalidade de boa apparencia e devem interessar a grande numero de compradores.



Ilustrações 10, 11 e 12: Touradas e leilões de animais animavam as praças públicas, enquanto o desmatamento constante garantia o vigoroso comércio citadino de madeiras (*A Cidade*, 193-).

Desses três últimos textos depreende-se o modo próprio de um sujeito ocupar o espaço social. Tanto o anunciante do “circo de touros”, ou da “lenhadora São José” como aquele que comunica “leilão de animais” materializam todos o ideal da justa medida no próprio modo de dizer. “Circo de touros” se distribui simetricamente das letras maiores para as menores; da maior para a menor sobrecarga de negrito. “Leilão de animais” apresenta um mundo de acordo com a “ordem das coisas”: “o sr. Dr. Delegado Regional de Política” faz saber da venda de “animais” apreendidos porque roubados. É curioso observar que o tema do circo de touros, do “estabelecimento que entrega a domicilio a lenha” reconstroem a História como semântica. O momento histórico, as décadas de 1920 e 1930, torna-se objeto de investigação semântica, ou seja, como sentido construído nos próprios anúncios, como partes do jornal.

Nesses impressos de maior circulação eram ainda estampados os títulos de protesto e as falências que aconteciam em toda zona pioneira, os horários dos filmes exibidos nos cinemas e suas respectivas sinopses e críticas, as peças de teatro e os concertos que aconteciam nos espaços culturais recém construídos, os horários dos programas de calouros

promovidos pela rádio PRB8, além de incontáveis informações concernentes ao dia-a-dia da população: horários das missas, novenas e procissões, datas de exames dos grupos escolares, inaugurações de escolas particulares que rotineiramente aconteciam, notícias sobre os desfiles cívicos, ordenações sobre o comportamento esperado dos fiéis durante os sermões realizados pelos padres nas igrejas católicas, nomeações e transferências de professoras primárias, avisos sobre os que partiam e chegavam, e diversos outros dados e prescrições sobre o cotidiano dos habitantes da *Araraquarense*.

É notável como a própria diagramação dos jornais foi se transformando ao longo do tempo. Um jornal como *A Notícia* de Rio Preto, por exemplo, que em 1925 estampava em primeira página artigos em letras miúdas e com diversas inadequações de diagramação, se tomarmos como parâmetro os jornais da atualidade, na década de 1930 já tinham tornado tais diagramações mais eficazes, do ponto de vista comunicacional. As manchetes, tímidas nos anos de 1920, foram ganhando maior destaque, enquanto as crônicas diminuía de tamanho na mesma cadência em que aumentava o tamanho das letras.

Além disso, *A Notícia* em seus primeiros anos, possuía apenas quatro páginas, aumentadas para oito conforme se consolidou como um dos mais importantes jornais regionais. O mesmo aconteceu com os outros impressos. Começavam a circular com poucas páginas e ao longo dos anos essas páginas se multiplicavam, juntamente com as fotos que antes eram inexistentes e de repente passaram a fazer parte da composição diária dos jornais. Paulatinamente elas substituíram os desenhos artísticos feitos a bico de pena, e maravilhosamente passaram a retratar de maneira supostamente fidedigna – como queriam os jornalistas de então – o instante do acontecimento. Na dinamicidade crescente do texto verbo-visual (texto verbal mais fotos) estampava-se o ritmo acelerado de leitura, com mais densidade e apelo ao leitor.



Ilustrações 13 e 14: Primeiras páginas do jornal *Correio de Mirasol*, dos anos de 1927 e 1937, respectivamente.

Certamente essas mudanças gráficas acompanhavam as alterações no dia-a-dia do próprio público. Uma imagem diferenciada do leitor é instituída, concomitantemente às novas orientações de leitura, subjacentes aos jornais em transformação. Não apenas a busca pela leitura ligeira e pela notícia de fácil assimilação demandava menos tempo destinado à compreensão do texto. Trata-se de um mecanismo de interação com a escrita muito diferente daquele ocorrido no início do século XX, onde imperavam crônicas e artigos que supunham outro ritmo para a apreensão das idéias. De 1927 a 1937 altera-se a materialidade do jornal, mas a temática, que é o assunto tratado confirma o bloco de representações pressupostas.

Nos anos 1920, *A Notícia* se definia como uma “folha diária independente” em evidente contraposição ao *Município*, ligado ao PRP regional. Nos anos de 1930, a folha buscava enfatizar seu caráter de maior jornal da região, destacando-se como o “diário matutino da zona araraquarense”. Já *O Município* de Rio Preto e o *Correio de Mirasol* eram declaradamente ligados ao Partido Republicano Paulista. Ambos eram publicações que no início de sua história recebiam verba das prefeituras das respectivas cidades para funcionar e, por isso, eram evidentemente partidários. No entanto, enquanto *O Município* – matutino com diagramação extremamente bem cuidada, assim como o congênere mirassolense –

deixou de circular no início da década de 1930, *O Correio* desligou-se do PRP, deixando de apresentar-se como um “órgão oficial do PRP”, para anunciar-se, em 1930, como uma “folha dedicada aos interesses do município” e, em 1932, finalmente como “folha independente”.²⁴

A Cidade de Catanduva, por sua vez, foi fundado em 1930 e circulou até 1935 apenas às quintas-feiras e domingos, tendo como mote a frase “tudo pela pátria, pelo povo e pela verdade”. A partir desta data passou a sair todos os dias, consolidando-se como o mais importante impresso do município e adotando uma diagramação muito próxima d’ *A Notícia*, com quem seus editores mantinham relações extremamente cordiais.

Todos esses jornais, com exceção de *O Município* que sintomaticamente deixou de circular em 1930 se especializaram paulatinamente, deixando para trás seu caráter quase artesanal e diagramação muitas vezes descuidada. Já a *Folha de Rio Preto* e o *Diário da Araraquarense* desde o seu lançamento, na década de 1930, já se apresentaram como independentes de partidos políticos.

Na verdade, tal fenômeno não era particularidade local. Bahia (1990) e Bontempi (2001), indicaram que ao longo das primeiras décadas do século XX, conforme as empresas maiores se estruturaram e eliminaram os jornais feitos à mão, promoveu-se o definitivo distanciamento entre os produtores e os consumidores de informações. Cada vez mais as máquinas e as empresas de médio e grande capital passaram a ser as responsáveis pelas folhas noticiosas. Vivia-se o ocaso do tempo em que grupos de aventureiros com talento para a escrita e paciência para montar tipos imprimiam suas idéias em folhas elaboradas nas redações de fundo de quintal.

Os impressos da *Araraquarense* recorrentemente retomavam em suas páginas a máxima de Rui Barbosa que afirmava que a imprensa era a “vista da nação” (CAMPOS, 2004). Dessa maneira, legitimavam-se como porta-vozes da opinião de todos os brasileiros, e não apenas de algum grupo específico. Proclamava-se diariamente o estatuto inigualável da imprensa na fiscalização dos poderes executivos, legislativo e judiciário, além de cristalizar-se a idéia de que o jornalismo representava um imprescindível “quarto poder”: imparcial, neutro justo, e, acima de tudo, distante dos interesses mesquinhos do dia-a-dia. A

²⁴ Nada mais representativo do que um jornal se autoproclamar como independente. Qualquer jornal de maior ou menor circulação só existe porque aglutina os interesses daqueles que se aventuraram a torná-lo realidade (LUCA, 2006).

premissa era a de que a ética do jornal deveria ser erigida em função do interesse público e do bem-comum.

A Notícia vez ou outra enaltecia em primeira página essa sua função anunciada de guia, de farol regional e de defensor número um da coletividade.

Seja-nos permitido, uma vez que se oferece esta oportunidade, de afirmar mais uma vez que entendemos ser o jornalismo função publica por excellencia. Vivendo do povo e para o povo, um jornal deve, essencialmente, ser um aparelho de fiel sensibilidade, capaz de perscrutar o pensamento e a vontade publica e fazer o seu registro, sendo assim o mais perfeito vehiculo dos idéas (sic); mas assim procedendo, deve estar em condições de discernir o conveniente do inconveniente, obedecendo com rigor a um critério presidido por uma clara e constante noção do bem. Domina-nos sempre a preocupação de ver com clareza os homens, os factos e as idéas e torná-los públicos como for aproveitável ao beneficio da sociedade. Entendemos também que toda a idéa de bem não existe fora de uma esclarecida moral (...) (*A Notícia*, 192-).

Nesse movimento recorrente de distinção desempenhado pelo “bom jornal” do conveniente e do inconveniente, do mal e do bem, sobravam muitas vezes ataques impiedosos contra os diários de menor porte que porventura não compactuassem com a “esclarecida moral” difundida pelos impressos de maior circulação da *Araraquarense*. Na verdade, as folhas menores eram atacadas por não desempenharem corretamente a nobre tarefa de orientar e educar a população segundo critérios morais “iluminados”, identificados imediatamente aos preceitos liberais do *laissez-faire*, da naturalização da desigualdade intrínseca às sociedades humanas, da bondade e filantropia inerente aos grupos mais abastados, da democracia e do Estado de direito. Não era, portanto, qualquer jornal que podia se arvorar ao papel de defesa do “bem comum” e de se auto-intitular como porta-voz da “opinião pública”.²⁵

Nesse processo de consolidação dos preceitos liberais via jornais, os impressos anarquistas e comunistas, ao invés de se transformar em focos de luz e civilidade que deveriam educar as massas, como queriam os diários da *Araraquarense*, colaborariam, antes de tudo, para o recrudescimento da “escuridão” resultante da ignorância generalizada

²⁵ Conforme indicam Briggs e Burke, “o conceito de opinião pública apareceu no final do século XVIII, e a preocupação com as massas tornou-se visível a partir do século XIX, na época em que os jornais “(...) ajudaram a moldar uma consciência nacional, levando as pessoas a ficarem atentas aos outros leitores” (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 13).

do “povo”. Cooperavam para o próprio “caos”, para a “bagunça” e a “anarquia” que os jornalistas “de bem” tanto buscavam combater.

(...) o jornalismo é uma carreira mal organizada, valhascoito de aventureiros ousados e despidos de princípios e escrúpulos, de mercenários indecorosos que a troca de miseráveis gorjetas fazem do preto branco, e vice versa. Insultam, infuriam, desnaturando completamente a função nobilíssima da imprensa. Pode ser esta encarada sob dois aspectos diferentes: o comercial e o orientador. Esta é que precisa ser cuidada com especial interesse para que o jornal preencha sua função fiscalizadora e infiltradora de boas idéias e não se transforme em veneno tão nocivo a alma como ao corpo são os entorpecentes. O jornalismo está recheado de maus elementos, de verdadeiros Lampeões ou Meneguettis da penna, despidos de cultura, de moral, de dignidade, torcedores da verdade, injuriadores soezes, que precisam e devem ser afastados como venenos perigosos (*Diário da Araraquarense*, 1935).

Interessante notar que uma folha que se queria tão democrática como o *Diário* defendia de maneira explícita a censura aos jornais menores justamente no ano de 1935, período de endurecimento do regime varguista no que concerne à liberdade de expressão. No entanto, a postura radical deste impresso em relação aos “venenos perigosos” da imprensa não era tão explícita nos outros jornais, que eram muito mais cautelosos em relação aos limites impostos pelo presidente à atuação da imprensa livre, posicionando-se muitas vezes contra a censura reinante.²⁶ Ademais, o mesmo *Diário*, por ocasião da realização na cidade de São Paulo do I Congresso de Jornalistas do Interior, enfatizava a força avassaladora que os matutinos passavam a desempenhar na região, reafirmando a necessidade de regulação dessa atividade que se tornava extremamente competitiva.

A imprensa do interior é e, se não é, pode ser, uma força gigantesca, perfeitamente capaz de construir ou demolir instituições, fazer ou desfazer administrações e estabelecer ou demover credos ou convenções políticas. Se assim é, preciso se torna que se estabeleça, em congresso criteriosamente orientado, a maneira por que se deve dirigir essa imprensa que tem agora nos municípios e nas comarcas uma função quase legislativa e perfeitamente orientadora (*Diário da Araraquarense*, 193-)

²⁶ Neste ano recrudescia a atuação da Ação Integralista Brasileira – de inspiração fascista – além de ocorrer a fundação da Aliança Nacional Libertadora sob a égide marxista. A atuação dessas agremiações que ocupavam grande visibilidade nos jornais, principalmente após as sucessivas tentativas de golpes encabeçados por elas, colaborava imensamente para que a idéia de “segurança nacional” caminhasse lado-a-lado com a da necessidade de censura à imprensa chamada de subversiva (FAUSTO, 1998).

O *Correio de Mirasol*, por sua vez, estampava em primeira página os mandamentos da “santa madre Imprensa”. Tais mandamentos, como o próprio título sugere, deveriam ser seguidos por todos os que eram comprometidos e interessados em não apenas informar as pessoas, mas em verdadeiramente educar a população do sertão, primeiro fundamento dos ditos jornais de bem. Segundo os princípios comungados pelos homens que monopolizavam esse privilegiado espaço de escrita e de construções de mundo das primeiras décadas do século XX, a possibilidade de moralizar o leitor era muito mais importante e digna do que a tarefa de apenas informar.

Os dez mandamentos da santa madre Imprensa:
Espargir luz sobre as trevas da ignorância.
Censurar o mal sem maldade.
Corrigir o erro sem errar.
Ser crente sem credulidade.
Exaltar a sciencia com sciencia.
Ser tímida sem temor.
Ser justa para com a injustiça.
Divulgar as Artes com arte.
Amar a Pátria por amor ao povo (*Correio de Mirasol*, 1929).

O uso recorrente do verbo no infinitivo – espargir, censurar, corrigir, exaltar, divulgar – concretiza um sujeito enunciador que reproduz o ideal de estabilidade, já que o verbo, na sua forma nominal, não se conjuga, não se flexiona; eis um excelente recurso para ditar regras, para o sujeito que fala (e que lê) ocupar um espaço do saber, ao dirigir-se para a *tabula rasa*, aqueles que não são leitores, os indivíduos dados como aqueles do não saber. Desse modo o jornal define o lugar de onde fala: lugar de quem compactua com os grupos privilegiados, que devem ensinar e corrigir os não privilegiados.

Em relação de intertextualidade com “Os dez mandamentos da Santa Madre Igreja”, o *Correio de Mirasol* se circunscreve ao ideal do equilíbrio, do meio-termo: a imprensa deve ser tímida sem temor; deve ser crente sem credulidade. O aparente paradoxo remete ao corpo encerrado na justa medida: do enunciador e do leitor do jornal. Firma-se a crença do “corrigir o erro” como necessidade e, mais que isso, como dever. Educa-se pela perfeição e para ela.

A crença no papel educador dos jornais remonta à própria disseminação desse veículo. Pallares-Burke (1995) demonstrou que na Europa do século XVIII os pensadores

iluministas se utilizaram em grande escala da palavra escrita não apenas publicando compêndios e livros, mas principalmente jornais. Segundo a autora, o jornalismo de formação – muito mais do que de informação – foi uma das marcas registradas da investida dos educadores daqueles tempos sobre os espaços públicos justamente porque este se mostrava o suporte ideal para a difusão de determinadas idéias e comportamentos. A própria figura do educador difundida na época não era restrita ao papel desempenhado pelo professor. Segundo a autora, os educadores eram os filósofos, jornalistas, romancistas, pintores e homens de letras em geral, ou seja, todos os que estavam convencidos no poder radical de transformação da mentalidade dos homens “comuns” por intermédio do acesso à palavra escrita. Educar, nesse contexto era consagrar a palavra escrita, era consagrar o poder dessa modalidade lingüística, que buscava se sobrepor desde então à oralidade.

A educação, por sua vez, não era compartimentada entre o ensino de aspectos morais de um lado, e intelectuais de outro. Disseminar o conhecimento racional sobre o mundo natural ao mesmo tempo em que se elevava a moralidade do cidadão fazia parte da ânsia educativa partilhada por muitos homens daqueles tempos. Assim, os educadores europeus do século XVIII – como os escritores das terras paulistas do início do século XX – além de não se intimidarem diante da tarefa educacional/moralizadora que buscavam desempenhar, antes de tudo se orgulhavam disso.

Respeitando-se os limites de tempo e espaço, pode-se afirmar que os ecos desse tipo de crença iluminista no papel essencial desempenhado pelos jornais chegavam até o interior paulista com uma força retumbante. Não apenas aportavam nas terras do sertão. Em nome do “bem comum”, os jornais da *Araraquarense* colaboraram para a construção de sensibilidades e modos de ser, constituindo-se não apenas como um veículo de informações, mas como uma das mais importantes vozes destinadas à educação.

3. O sertão e a glória paulista

Dentre as representações mais significativas que circulavam rotineiramente pelas páginas impressas nas décadas de 1920 e 1930, uma em especial se sobressaía enormemente: a que identificava os moradores da zona pioneira como legatários diletos dos antigos bandeirantes. Na verdade, difundia-se cotidianamente a idéia de que os pioneiros

constituíam a versão moderna dos corajosos, bravos e destemidos desbravadores do território não só do Estado de São Paulo, mas de todo o Brasil, afinal, teriam sido os paulistas de outrora os principais responsáveis pela delimitação das fronteiras – sempre tão grandiosas, tão alvissareiras! – da nação.

Nas representações impressas, a figura de um homem idealizado que supostamente teria existido nos tempos coloniais, portador de brasões que remetiam a uma aura de nobreza, de genealogias e biografias singulares, era metamorfoseada à imagem do pioneiro do século XX, do edificador da *Araraquarense*, que era tido, afinal, como bastião da rusticidade, da simplicidade e da força paulista ao longo dos anos de 1920 e 1930.

Na mesma intensidade em que as cidades e a população se reproduziam como “as contas de um rosário”, observava-se a construção da representação regional acerca dessas figuras lendárias que simbolizariam os verdadeiros habitantes de São Paulo, essas pessoas excepcionais que teriam deixado o exemplo de martírio e abnegação para os pioneiros daquele presente de grandes transformações.

Assim, difundia-se a idéia de que os homens da *Araraquarense* seriam os herdeiros morais dos primeiros “heroes de S. Paulo”, já que estes não apenas expandiram as fronteiras estaduais, derrubando as últimas florestas existentes, expulsando índios selvagens e ferozes com suas *Winchersters* no mesmo ritmo em que punham abaixo os resquícios da natureza selvagem que naquelas décadas definitivamente deixava de existir, mas teriam espalhado, desde tempos imemoriais, a civilização pelo Brasil.

Disseminava-se nas páginas dos jornais a crença numa espécie de destino manifesto desse povo predominantemente cristão e hipoteticamente fadado a cumprir incansavelmente contínuas (re)descobertas do Brasil, como ficava provado no movimento incessante de colonização das últimas fronteiras do Estado. Misturava-se passado – presente – futuro no caráter de um povo – o povo da *Araraquarense* – escolhido por Deus para desempenhar a nobre tarefa de “plantadores de cidades”. Essas representações, não gratuitas, perpetuarão determinado *status quo*, como feixe de aspirações e ideais de comportamento, de presença no mundo.

Eu fui d’aquella rija plêiade de plantadores de cidades, d’aquelles guiões da bandeira nova que levanta, em plena matta, chaminés de fabricas, e sobrepõe ao canto dos sabiás, o rondo estrepitoso dos motores. Por doze

annos, andei com elles a riscar estradas, a estender trilhos, a alargar colheitas. E o meu coração bateu em unisono com o daquela gente forte, intrepida, que é verdadeiramente americana nos abrejos (?) das iniciativas, no rithmo audacioso do trabalho, mas que se conserva latina, integralmente latina, nos largos anseios do coração. Ora foi essa a gente que eu vim encontrar também nas terras da Alta Araraquarense, a que Rio Preto, orgulhosa, serve de capital. Os mesmos braços rijos para o trabalho, os mesmos corações abertos para a generosidade, os mesmos cerebros afiados para prestarem a avançada do progresso, e precipitarem-lhe os passos (...) Estes são desbravadores da selva, substituindo, em passes de mágica, capões de matto por cidades ricas, lançando, á conquista do deserto verde, os batalhões cerrados do cafezal, e á conquista do céu as chaminés das fábricas. E nas cidades ainda incipientes, uma affirmação clara de alta idealidade, a cruz – braços estendidos em eterna ancia de abraço – a escola, o asylo, o pregão da misericórdia. Uma conjunção magnífica de progresso – que é a marcha das coisas – e da civilização – que é a avançada dos espíritos (*A Noticia*, 1936).

Conforme demonstram os estudos dedicados ao tema da construção do que Ferreira (2001) chamou de “epopéia bandeirante”, a edificação da identidade paulista atrelada à mitologia criada em torno dos antigos habitantes de São Paulo foi uma das mais interessantes construções da historiografia regional a tomar fôlego justamente nas primeiras décadas do século XX: período de intensas transformações econômicas, sociais e políticas no Estado de maneira geral e, como observado, na *Araraquarense* de maneira particular (ABUD, 1985; 1999; FERREIRA, 1999; 2002). Esse momento, marcado pelo recrudescimento da imigração, pela maior complexidade verificada nas camadas médias urbanas e pela explosão dos movimentos sociais reivindicatórios que ocorriam nos espaços rurais e urbanos foi caracterizado, ao fim e ao cabo, por importantes mudanças comportamentais que se disseminavam de maneira heterogênea pelas pequenas e grandes cidades.

Para esses autores, o investimento verificado em torno da construção da figura do bandeirante era “(...) o porto seguro daqueles que se viam cercados por forças velozes e desagregadoras advindas da modernização (...)” (FERREIRA, 1999, p. 99). Além de significar estabilidade e tradição num momento de vertiginosa transformação, a imagem construída do bandeirante acabou se transformando em força aglutinadora de toda a diversidade demográfica regional; em sinônimo de força, generosidade e altruísmo dos paulistas, já que estes teriam dominado a natureza hostil e transformado, por intermédio do

trabalho e da coragem naturalmente constitutivas do seu modo de ser, a riqueza pessoal em dádivas compartilhadas entre todos os brasileiros.

Todas essas idéias acabaram sendo associadas ao caráter da população do Estado, uma população cada vez mais heterogênea e que por meio da simbologia bandeirante era de alguma maneira integrada. Qualquer um podia ser bandeirante, afinal, desde que estivesse disposto a trabalhar pelo progresso de si mesmo e do seu país, conforme demonstrou Abud (1999).²⁷

Desse modo, o que se verifica nos jornais regionais é apenas um pequeno extrato do enorme esforço dos letrados paulistas relacionado à valorização de um tipo humano tido como extremamente singular. São desse período, por exemplo, o lançamento do clássico de Alfredo Ellis, *Terra de Gigantes*, de 1926; o início da publicação da obra de Taunay, intitulada *História Geral das Bandeiras Paulistas*, que se estendeu de 1924 a 1950; e a publicação do estudo *Vida e Morte do Bandeirante*, de Alcântara Machado, em 1926 (ABUD, 1985; FERREIRA, 2002). Isso sem mencionar os incontáveis quadros e romances históricos que envolviam sagas individuais e coletivas do povo paulista e que teriam resultado, finalmente, na edificação do que a moderna civilização brasileira tinha de melhor,

Os desbravadores das últimas fronteiras do Estado de São Paulo eram ainda identificados e reconhecidos não apenas pelos jornais, mas também pelas instituições culturais e científicas da época, como, por exemplo, pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo ou pelo Museu Paulista; pelos meios de comunicação, destacadamente pelos impressos de circulação restrita ou abrangente; e também pelos programas oficiais de ensino e livros didáticos destinados às crianças e jovens que ocupavam os espaços escolares públicos e privados de então, como “modernos desbravadores”, ou, melhor dizendo, como “modernos exploradores do sertão” (ABUD, 1999; MAHL, 2007). Uma avaliação altamente positiva cercava esses recentes exploradores do sertão.

Raça nobre e leal, o povo esforçado e heroico, ei lo que se torna o mais ardente, o mais esforçado, o mais operoso artífice realizador de

²⁷ Queiroz (1992), no entanto, busca demonstrar que a simbologia construída em torno do bandeirante é muito mais diferenciadora do que aglutinadora, mesmo entre os paulistas. No entanto, numa região pioneira e de colonização recente como a *Araraquarense*, indubitavelmente a simbologia bandeirante servia para aglutinar os diferentes, e não para os separar.

prosperidade e de riqueza nacional. Trabalhos e lutas, perseguições e martírios enfrentou-os de animo forte (...) São Paulo, raça de gigantes, teve que jugular (*sic*) e vencer, domar e acorrentar, a custo de mil dores, a ferocidade das selvas, a rudeza das montanhas, a traição dos elementos conjugados de destuição, opostos pela resistência da natureza indomita e impervia.

E sempre que lhe pretenderam decepar a cabeça autônoma, de seu corpo jorrou o sangue rubro e generoso a fecundar a terra de seu amor para a produção do bem, para a messe da ordem, da paz, da liberdade e da salvação. E sua obra ficará perpetuada na história da civilização, eternizada no paraíso do bem (*Correio de Mirasol*, 193-).

Legitimava-se por intermédio de uma miríade de investimentos culturais tanto o contínuo alargamento das fronteiras estaduais quanto a superioridade de São Paulo em relação ao resto da nação. Além disso, reafirmava-se não apenas o inegável estatuto de liderança econômica de Estado frente ao país, mas, principalmente, a autoridade simbólica das elites regionais em nível nacional, já que estas se esforçavam por atrelar a história dos seus antepassados à dos fundadores da “pátria paulista” (QUEIROZ, 1992).

A idéia que se difundia era a de que desde tempos imemoriais São Paulo havia desempenhado o papel de “locomotiva da nação”, mesmo quando as locomotivas sequer existiam. Partindo desse princípio, cria-se também que os paulistas haviam cumprido função essencial nos episódios políticos tidos como decisivos para a história nacional, destacadamente a independência do Brasil e a proclamação da República (BITTENCOURT, 1988). Não é à toa que a advertência “narcísica” conforme chamou Luca (1999), que estampa o brasão das armas da capital desde 1917 seja “Non ducor, duco”, ou que a derrota de 1932 tenha se transformado, ao longo dos anos, em memória da vitória da democracia e da liberdade contra a ditadura obscurantista de Vargas.²⁸

São Paulo, posto em pé, ouviu a voz que lhe vinha do fundo dos séculos, falando de sacrifícios e de glória. Era a voz da Bandeira. Dos que morreram para constituir a grandeza territorial da pátria. Dos que lutaram para a fazerem livre. Dos que combateram para a tornarem prospera e feliz. Era a voz que o tem guiado, imperiosa e rutilante, através da história.

²⁸ “Não sou conduzido, conduzo”. Muitos acreditavam inclusive na existência de uma verdadeira “raça paulista”. Sobre isso, Mahl (2001) demonstrou que o racismo científico tão em voga na virada do século XIX para o século XX foi singularmente interpretado pelas elites paulistas. Segundo o autor, acreditava-se que os habitantes de São Paulo eram o resultado do cruzamento do sangue dos portugueses (em maior parte) e de algumas tribos indígenas avançadas (em menor parte). De qualquer maneira, omitia-se a presença do sangue negro e supunha-se que o sangue do imigrante europeu seria assimilado positivamente pela “raça de gigantes”.

A que lhe ensinou a lutar contra o invasor estrangeiro, e lhe inspirou o grito heróico da Independência e lhe sugeriu o gesto abençoado da Abolição, e lhe segredou a beleza divina da Republica. Aquella voz que o atirou á conquista das selvas com os batalhões cerrados do cafezal, e o impelliu a atirar para o alto chaminés de fabricas e (?) de arranha-céus, a plantar cidades no amago das mattas, a domar com o laço das estradas, o dragão das distancias (*A Noticia*, 1936).

Destacava-se, nas primeiras décadas do século XX, a conjunção da dinâmica expansionista própria do capitalismo do período com a simbologia construída em torno dos bandeirantes do passado, do presente e do futuro. Os pioneiros avançavam rumo ao Norte do Paraná e ao Sul do Mato Grosso, tendo em mente os sonhos de enriquecimento rápido ou as necessidades da sobrevivência imediata. Não obstante, ao mesmo tempo em que, por sonho ou necessidade, seguiam adiante, derrubando florestas ainda praticamente intocadas e fundando núcleos urbanos que se transformavam em cidades, eram também amparados pela representação mítica criada em torno dos paulistas. Tal representação os transformava em heróis de todos os tempos, por isso em heróis míticos.



Ilustração 15: Rumo ao Oeste: coragem e glória paulista (A Cidade, 193-). “A cidade caçula projetada no prolongamento da EFA” concretiza a representação do progresso como avanço. A figura da locomotiva de Jacylândia confirma a noção de civilização homologada à noção de superioridade.

Essas fundações amparariam certa convicção a respeito de regras de como ser no mundo, base para valores consolidados em discursos variados, como o discurso jornalístico, por exemplo. No ano de 1933, Garcez indicava a força da saga desse povo, valorizando o movimento expansionista pelas terras da *Araraquarense*, ao mesmo tempo em que deixava pistas importantes para a compreensão da sensibilidade da época em relação ao mundo natural.

Logo pela manhã, ao clarear do dia, machado a reluzir
aos primeiros raios do sol, ei-lo a golpear rijo, o
tronco vetusto que tres homens mal podem abraçar.
Cadenciados, rythmicos, caem ininterruptos os golpes.
Pan...pan...pan...
Cavacos cheirando a verde, estilhas ainda humidas de
seiva, voam sob a violencia implacavel do machado cortante,
pan...pan...pan...,acordando ecos que dormem
no recesso escuro da matta virgem, esconsa (...)
Meio dia.
Tarefa a meio.
Mais meio dia.

Mais meia tarefa.
 E o ferro implacável continua a obra de destruição.
 Pan...pan...pan...
 A enorme ferida cada vez mais se abre.
 Enorme bocca...(.)
 Punhos descansados sobre o cabo lúcido do machado voraz
 Corpo erecto.
 Olhar dardejando orgulho de vencedor, fincado, em desafio, na ramagem
 verde da árvore-rainha.
 Vacilla. Sacode-a um tremor. Range em fragor. Agita, em ânsia, os braços
 de gigante, em suprema imprecação, em derradeiro adeus. E tomba
 vencida, esmagando em sua queda rumorosa, árvores e arbustos que lhe
 faziam a corte.
 - Eta, bicha...
 É o hymno da victoria entoado pelo vencedor obscuro, no recesso da
 mata virgem, ao primeiro luzir da primeira estrela (...).
 Typo admirável, esse...
 Desbrava sertões. Das florestas, faz campos de cultura. Faz núcleos de
 povoação. Faz vilarejos. Faz cidades.
 Sai do recesso da mata esconsa, para luminares da civilização.
 Factor de epopéas.
 Deus te abençoe (...). (*A Notícia*, 1933).

“É o hymno da victoria entoado pelo vencedor obscuro, no recesso da mata virgem,
 ao primeiro luzir da primeira estrela (...)”. É preciso vencer, desde o “primeiro luzir da
 primeira estrela”, faz crer o jornal *A Notícia*, por meio do poema, ao qual dá voz. Ao
 ufanismo das “epopeas” junta-se a glorificação do papel do desbravador de florestas. O
 lugar de superioridade diante dos vencidos está garantido, assim quer o jornal.

Nesse esforço de construção de uma identidade altamente positiva do paulista via
 jornalismo diário que, via de regra, atrelava o caráter da população da *Araraquarense* ao
 dos homens que haviam concorrido para a construção do passado glorioso do Estado, os
 textos do poeta e jornalista Cassiano Ricardo eram cotidianamente transcritos em primeira
 página, transbordantes de orgulho ufanista pela dominação competente da natureza
 idealizada que teria sido, por sua vez, facilmente subjugada pela garra, engenhosidade e
 força dos construtores da capital, símbolo maior de toda a glória de São Paulo.

No lugar do planalto “garoento”, do barulho dos sapos e das árvores antigas que
 compunham o cenário original da capitania, vicejavam nas primeiras décadas do século XX
 o viaduto do Chá e os “prédios phantásticos” da “cidade officina”, ícones de toda uma
 civilização concebida no passado paulista e que se perpetuava, afinal, nos rincões da

Araraquarense e em todos os outros lugares que os paulistas ousassem chegar. Um Estado superlativo necessitava ser grafado no imperativo: Piratininga! São Paulo!

Piratininga!
Por aqui tudo era mato.
Havia gato mas era
grandão e de pingos pretos
que nem um gatão bonito
e gaiato.

Veiu um dia um homem santo
de rosario na cintura
chamado Joséph de Anchieta:
subiu a escada da serra
feito onça que sobe na arvore.
(Ah! Esse homem soffreu tanto...)

A unica casa que havia
era bonita, amarella
mas só tinha uma janella,
Era o sr. João de Barro
que morava dentro della.

Um picapau carpinteiro
picava pau, dia inteiro,
fazendo um bruto rumor.
Mas picava de mentira
porque o madeiro engraçado
sem perceber as pancadas
do picapau carpinteiro
ficava dando risada de flor.

Mas quando chegou Anchieta
O sr. João de Barro, o sr. Picapau
e o Martim Pescador
lhe vieram offerecer sua casa de barro
a sua lenha cor de brasa e o seu peixe festivo, ainda vivo.

Um vagalume appareceu de vela accesa.
E um papagaio pousou-lhe no hombro
e uma onça preta lhe lambeu as mãos cheia de assombro...

Então Anchieta animado
com tanto offerecimento
fundou a primeira casa
no planalto garoento
E agora onde as arapongas
malhavam seu doudo martello
na loura bigorna do dia

o operário paulista é quem bate
moldando as vigas de ferro
da cidade officina!

E onde os sapos em bando
construíram seus vastos castellos
por entre lanternas accesas
de azues pyrilampos
é o viaducto do Chá, desenhado a compasso,
que um cartaz barulhento de cores anima:
pernilongo esticado no espaço
com toda a cidade rodando, rodando e cantando por cima...
E onde o pacato João de Barro
Construiu sua casa
no galho de uma arvore antiga
levanta-se agora
o vulto de um prédio phantastico que parece
uma escada por onde o homem sobe para
colher as estrellas
na arvore de natal da noite industrial.

São Paulo dos telhados sempre novos
e dos arranha céus que parecem suspensos no dia!
São Paulo dos lozangos amarellos e rectangulos
Verdes fluctuando na ponta das torres
Nas horas nacionaes de maior alegria!
São Paulo! (*Diario da Araraquarense*, 193-).

Uma imagem idealizada e idealizadora, segundo um perfil de acabamento ufanista - embalada e redimensionada pela fumaça e pelo apito dos trens que proliferavam pelas vastidões do Estado, materializando suposta força, coragem, liderança e modernidade dos homens do interior - cobra um preço daqueles que a constroem e a cultivam.

Na fotografia a seguir, observa-se que a locomotiva é muito maior do que o homem. No entanto, o moderno bandeirante não apenas a constrói, mas também a conduz conforme seu desejo, por isso posa triunfante à sua frente. Ele está devastando a última fronteira do Estado, e isso não passa despercebido para o fotógrafo que, assim como o pioneiro, é também um desbravador do sertão. Do mesmo modo que o explorador parado à frente da locomotiva, o fotógrafo também está imerso nos ideais de progresso e civilização tão caros aos homens daqueles tempos. Com sua lente, ele também constrói de uma determinada maneira a realidade que o cerca.



Ilustração 16: Moderno bandeirante da *Araraquarense* (*Album da Commarca*, 1929).

A glorificação das trajetórias comuns, porque partilhadas por um grande número de pessoas, por todos os habitantes do Estado superlativo; e incomuns, porque heróicas, épicas e singulares, marcadas pelos grandes feitos dos homens do sertão, tornou-se constante nas páginas dos jornais do interior. Considerações de autoridades como as do então diretor geral de ensino, Sud Menucci, publicadas ao longo de três semanas pelo jornal *A Notícia*, apenas davam um colorido especial ao imaginário daquelas décadas, que era o da *Araraquarense* como um espaço geográfico composto por um povo verdadeiramente especial.

Tudo aqui respira força, vitalidade, suprema pujança. E dentro dessa energia estuante, a graça da simplicidade, de quem não sabe da grandeza do que está fazendo e produzindo (...) É a Alta Araraquarense vivendo. É a Alta Araraquarense mantendo vivo e alto o estalão do esforço de São Paulo. É a Alta Araraquarense pulsando e vibrando com tal força e com tamanho ímpeto que só pode receber, em paga, de nosso coração e de

nossa alma, o orgulho varonil de se sentir paulista, a vaidade nobilíssima de se sentir bandeirante (*A Notícia*, 1932).

Capítulo 2 – O universo feminino em debate

-“Diz-que um primo de nhô Reis
que mora em Itur, nhô Vado
acaba de sê pegado
e, a esta hora, ta no xadrêiz

- P'r'ós cachorro!... E o que elle fêis?
- Fêiz bigamia. O assanhado,
diz-que, já era casado,
e se caso-se ôtra vêiz.

- O que esse hôme merecia,
era é p'r'o artá, nhô Faria.
Mecê querdite: elle é santo!

Aturá duas muié
Deve sê duro, que...ché!...
(Se eu, c'uma, já soffro tanto!)” (*A Noticia*, 1931).

O pequeno poema, perdido num canto de página de jornal e quase encoberto por notícias políticas, títulos de protestos, propagandas de remédios e de aveias *Quaker* que ocupavam grande parte das páginas do impresso *A Noticia* no ano de 1931 é bastante significativo.

Por um lado, ilustra um movimento recorrente entre os letrados das décadas de 1920 e 1930 no Brasil, que buscavam reproduzir, em seus textos e músicas, a fala e os sons emitidos na vida cotidiana por um homem hipoteticamente simples, comum, não alfabetizado, suposto representante do típico brasileiro. “Ché...” resmungava resignado o idealizado caipira paulista, evocando um modo de ser tido como característico dos habitantes do interior, traduzido pela calma e malemolência constitutivas tanto do “caipira” quanto do poema.²⁹

Por outro lado – e esse é o foco de interesse deste capítulo – *Elle é santo*, estampado num local de pouca visibilidade na diagramação do jornal, impresso de maneira absolutamente corriqueira, apressada até, e publicado numa região do país em franco

²⁹ Mario de Andrade, Cornélio Pires, Villa Lobos e tantos outros nomes de maior ou menor projeção nacional são homens desses tempos. Não é objetivo desse estudo discutir a construção simbólica feita do caipira, ou do suposto modo de falar do dito homem do povo. Referências sobre o tema podem ser encontradas em Candido (1975) e Ferreira (2002).

desenvolvimento na primeira metade do século XX, nos dá pistas para a compreensão da força que a temática feminina adquiriu no imaginário das pessoas de diferentes extratos sociais e níveis de escolarização, não apenas dos confins do Estado de São Paulo ou do Brasil, mas de boa parte do mundo ocidental.

Talvez o poeminha seja, afinal, tão significativo, justamente porque enfeixa em si toda uma organização social representativa das relações entre os sexos, resumindo, de maneira aparentemente simples e em poucas estrofes, reciprocidades na relação entre os gêneros masculino e feminino, o que implica a relação entre a imagem construída socialmente do homem e da mulher. Ao ser preso e ir para a cadeia, o caipira assanhado é vítima não apenas do sistema judiciário brasileiro, mas principalmente da sua condição de homem, eternamente obrigado a agüentar as mulheres – oficiais ou não. Ademais, as relações de gênero, conforme apontaram Scott (1990) e Louro (1994), são construídas socialmente em termos relacionais, pois o *eu* só se edifica na medida em que interage, em presença ou ausência, com o *outro*.

Para além do gênero ora acoplado à noção de sexo pode-se pensar também no gênero textual. Tem-se um poema satírico, posto num jornal: um gênero da literatura, ou da subliteratura, pouco importa, que entra no periódico e assim se transforma em peça de um veículo de comunicação de massa. Trata-se de um poemeto que, dado como elemento do discurso jornalístico, consolida modos de presença no mundo: do homem, da mulher, do cidadão de um tempo e de um espaço determinados. “Aturá duas muié deve ser duro que... ché!” No tom sarcástico, com a liberdade do oral mantida na modalidade escrita, o poema toma como objeto desqualificante a figura da mulher. Firma-se um olhar sobre ela, por meio de um jornal da *Araraquarense*.

Dessa maneira, refletir sobre presenças e ausências de homens e mulheres no imaginário de parte da população letrada dessa região, além de ponderar sobre as representações construídas acerca desses personagens arquitetados na imprensa paulista, diz respeito não apenas às questões de gênero, mas também às relações sociais construídas historicamente. Não gratuitamente, mas como reflexo e refração da realidade, o poema remete ao todo, ao jornal no qual ele se insere. O jornal, por sua vez, remete à esfera de circulação, aos leitores, cujas aspirações se concretizam nas colunas do jornal, em gêneros textuais diversos: artigos, notícias, publicidade, entre outros.

Percebe-se que a força da temática verificada nos jornais do interior do Estado de São Paulo está ligada diretamente ao repentino interesse que as mulheres das mais diversas classes, idades, profissões e etnias passaram a despertar em indivíduos de distintos países e campos de saber, começando por elas mesmas, auto proclamadas feministas ou não, passando por literatos, jornalistas, médicos, juristas e padres, quer fossem ingleses, americanos, franceses ou brasileiros.

Particularmente nas páginas dos jornais do sertão, um determinado tipo de universo feminino, construído e legitimado pelos cronistas daqueles tempos, aparecia quase que diariamente retratado em contos, textos informativos, poemas ligeiros ou propagandas, bem como em notícias rápidas e também, destacadamente, em longos artigos escritos pelos homens da região a respeito da “nova mulher” ou “muié”, dependendo do registro. Em alguns raros momentos, as próprias mulheres escreviam sobre si mesmas, ao contrário do que acontecia nas grandes cidades brasileiras, onde a imprensa produzida e destinada exclusivamente ao público feminino já estava consolidada (BUITONI, 1981; CRUZ, 2000).³⁰

No entanto, como *Elle é santo* sugere, para compreendermos como as discussões sobre o gênero feminino adquiriram *status* de naturalidade, cotidianidade e porque não dizer modismo no jornalismo interiorano dos anos de 1920 e 1930 é preciso buscar trilhar, juntamente com as mulheres e homens de então, os caminhos históricos que conduziram esses personagens até a vida pública – e impressa.

1. A emergência da temática feminina

Como vimos, a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX foram momentos particularmente importantes para a aceleração do longo processo de transformações políticas, econômicas e sociais desencadeadas pelas revoluções industriais que ocorreram no período e que, de alguma maneira, culminaram no autor do arquitetado caipira de 1931 dizendo que “aturá duas muié deve sê duro”.

³⁰ A *Revista Feminina*, publicação mensal que circulou entre os anos de 1914 e 1927 talvez seja o primeiro periódico bem-sucedido comercialmente destinado especificamente a esse segmento consumidor. Sua tiragem era de 20 mil a 25 mil exemplares por edição. A *Cigarra*, outra revista importante do período, mesmo não sendo uma publicação de interesse exclusivamente feminino, destinava entre 15 a 25 páginas de cada edição para a colaboração das leitoras. (BESSE, 1999).

Tais transformações foram retratadas, projetadas e redimensionadas pela própria proliferação dos meios de comunicação dos quais se destacou, de maneira evidente, o jornalismo diário que vivia naqueles tempos avassaladora disseminação. Não obstante, interessa lembrar que as revoluções industriais possibilitaram o recrudescimento de uma urbanização e economia de mercado jamais vistas, e que persistem, aliás, intensas até os dias de hoje, metamorfoseadas, dentre tantos fenômenos contemporâneos, em nanotecnologias, neoliberalismos e sistemas em rede.

Além disso, naqueles tempos a industrialização acelerada possibilitou o surgimento de novas demandas sociais e postos de trabalho, enquanto multiplicaram-se os inéditos espaços públicos que passaram a ser ocupados, também, pelas mulheres. Tal fenômeno ocorreu tanto na Europa como nos EUA, e no Brasil, destacadamente na região sudeste do país (SEVCENKO, 2001).³¹ Emparelhada à industrialização, emergia a comunicação que se globalizava, viabilizada principalmente por meio do jornal: um texto feito para ser lido num dia e deixado de lado no outro; um texto, entretanto, que pode espelhar ideais de modo de presença ao longo de suas páginas.

Já se tornaram clássicos os estudos europeus (PERROT, 1991; HALL, 1992; VIGARELLO, 2006), norte-americanos (BESSE, 1999; CAULFIELD, 2000) e brasileiros (RAGO, 1985; PRIORE, 2002), dentre outros, que demonstraram o complexo processo de apropriação dos espaços públicos empreendido pelas mulheres nesse período. Tal assimilação caracterizou-se como um movimento essencialmente contraditório, porque ao mesmo tempo em que os personagens femininos ocuparam inexoravelmente lugares antes inexistentes ou restritos aos homens, amiudaram-se os discursos oriundos de variados campos de saber propugnando justamente a restrição deste sexo ao império do lar.

Além do mais, como mostram as pesquisas relativas ao tema (CORRÊA, 1981; VILLELA, 2000; LOURO, 2002), é preciso olhar com bastante cautela para a emergência das novas profissões urbanas ocupadas majoritariamente por mulheres e que colaboraram para a sua emancipação, como, por exemplo, a docência primária, a enfermagem, a telefonia ou o secretariado. É claro que o surgimento desses empregos foi fundamental para que as mulheres iniciassem o percurso do longo caminho, ainda trilhado, rumo a uma busca

³¹ Como sabemos, esse processo intensificou-se no Brasil quase um século após ter se disseminado pela Europa.

efetiva de independência econômica e social em relação aos homens. No entanto, esses empregos eram percebidos por muitos, ao longo dos anos de 1920 e 1930, como a extensão pública dos papéis sociais historicamente delegados às mulheres, pois requeriam qualidades supostamente constitutivas do *sexo frágil*, como paciência, docilidade, sensibilidade e disposição intrínseca à submissão.

A esse respeito, a cronista *Mlle. Cinema*, que assinou durante alguns meses do ano de 1926 a coluna diária intitulada *Fitas*, publicada no jornal *O Município*, de Rio Preto, afirmava que na sua “modesta opinião feminina” muitas mulheres como Rosalina Coelho Lisboa, poetisa; Maria Eugênia Celso, jornalista; Cecília Meireles, Gilka Machado e Júlia Lopes de Almeida, escritoras, já haviam provado que a esfera pública era também um território feminino, posto que “as moças estão conquistando sem favor algum os melhores postos” mas que, no entanto

(...) de todas as profissões a mais própria para a mulher é com certeza a de professora. Entre as meninas e os meninos as moças se sentem perfeitamente á vontade e cumprem a mais bella de todas as missões. (*O Município*, 1926).

Não por acaso, *Mlle. Cinema*, uma das poucas vozes supostamente femininas a se expressar com regularidade num impresso da *Araraquarense* durante o ano de 1926, acreditava que, desempenhando o papel de professora, a mulher estaria “perfeitamente à vontade”. Naquele período, ao mesmo tempo em que o currículo e a arquitetura das escolas primárias estruturavam-se conforme os pressupostos científicos que passavam a reger o dia-a-dia dessas instituições, e parte das professoras principiava uma inédita formação nas escolas normais que se disseminavam paulatinamente no Brasil de maneira geral, e na região de maneira particular – tudo colaborando para a profissionalização e a racionalização do ato de ensinar – paradoxalmente a prática docente configurava-se também como uma espécie de extensão pública dos papéis domésticos historicamente desempenhados pelas mulheres, principalmente o papel de mãe. Os alunos se tornavam simbolicamente filhos afetivos substitutos daqueles que porventura as professoras não conseguiram ter; ou, numa hipótese melhor, supriam momentaneamente o lugar da prole ainda por chegar (LOURO, 1992; SOUZA, 1998).

Na “modesta opinião” da escritora do sertão paulista, percebe-se ainda a força de uma das representações mais significativas do período acerca da profissão docente, que acabou se estruturando como um espaço feminino por excelência quando associado às idéias de “sacrifício”, “missão” e “vocação”, o que colaborou para que demandas relacionadas ao salário, ou mesmo às condições reais de trabalho, muitas vezes tão distantes daquelas idealizadas pelos educadores e políticos de então, passassem ao largo do discurso das professoras. Tal construção colaborou para que a “missão” de ensinar crianças fosse vista muito mais como uma atividade complementar das esposas em relação às do marido do que como uma maneira de emancipar-se profissional e socialmente.

Assim como a docência primária, boa parte das ocupações femininas se tornaram ideais para serem absorvidas pelo grande contingente de mão-de-obra que se avolumava nas cidades sem, no entanto, subverter-se radicalmente a ordem masculina já estabelecida. As mulheres ocuparam os novos postos de trabalho que se mostravam necessários numa sociedade em ebulição, ao mesmo tempo em que se manteve estruturalmente a ordem *natural* das coisas – os homens lógicos e empreendedores comandando, as mulheres dóceis e emotivas obedecendo, dentro ou fora de casa. É, portanto, compatível e coerente, a imagem de submissão e docilidade feminina construída no poema de abertura, que submete mais a mulher e menos o galanteador, à derisão satírica.

A propaganda reproduzida na página seguinte, recorrentemente impressa nos jornais do interior paulista, é ilustrativa desse movimento de ocupação dos espaços públicos empreendido pelas mulheres, e também da reestruturação das relações de gênero ocorrida nas décadas de 1920 e 1930 em função dos imperativos capitalistas que se redimensionavam localmente. A imagem da dócil e embevecida secretária diante da máquina de escrever *Olivetti* aponta para os desafios urbanos que passaram a contemplar parcelas cada vez mais significativas do sexo feminino, como, por exemplo, a possibilidade de receber salário, mesmo que fosse um rendimento menor do que o recebido pelos homens; de trabalhar fora, de estudar e de circular com relativa liberdade pelas ruas das cidades.

No entanto, a propaganda reafirma também antigos estereótipos ligados à figura feminina. A velocidade dos novos tempos dialoga com a candura do vestido; a urgência na execução das tarefas converge com a delicadeza da secretária diante da novidade da

“machina”; o ritmo fremente da modernidade do sertão, anunciado na expressão “rapidíssima”, não altera o gestual naturalmente meigo da recente trabalhadora urbana.

Já a fotografia da escola de datilografia publicada no *Album da Comarca*, caracteriza-se como uma propaganda mais sofisticada, evidenciando a inexorável feminização desta profissão, ao que parece talhada muito mais para mulheres do que para homens. Observa-se que elas totalizam mais do que o dobro dos alunos regularmente matriculados na instituição. Cruzam as pernas e mantêm os pezinhos educadamente entrelaçados simbolizando, com suas roupas, competência, olhares e gestos, a civilidade e a modernidade capitalista que recentemente se disseminavam pelos caminhos da *Araraquarense*. Não por acaso, elas ladeiam uma “machina” que repousa sobre o pavilhão nacional: progresso das mulheres, evolução do sertão, reconstrução do Brasil.



Ilustração 1: Secretária (*A Cidade*, 1931)



Ilustração 2: Alunas (os) da escola de datilografia de Rio Preto (*Album da Comarca*, 1929).

As escolas técnicas regionais, por sua vez, anunciavam naquele período uma novidade extremamente original: a possibilidade aberta para jovens de ambos os sexos de conseguirem estabilidade de emprego e salários atraentes mediante a admissão nos concursos públicos, onde homens e mulheres poderiam concorrer igualmente. Essas escolas, aliadas aos concursos públicos, anunciam novos tempos repletos de possibilidades não apenas para as alunas, mas também para as professoras das escolas preparatórias que se multiplicavam nas cidades da região.

Precisamos de muitas moças

Ordenado : 450\$000

Que saibam ler, que sejam dactylographas e que tenham preparo commercial. Ordenado quinzenal 450\$ – fôra gratificação.

Diariamente Bancos e outras repartições publicam annuncios desta natureza e dão preferencia a MOÇOS ou MOÇAS que tenham preparo commercial e isto se consegue facilmente, matriculando-se na "ESCOLA DE COMMERCIO D. PEDRO II DE RIO PRETO".

Curso nocturno para ambos os sexos —:— Curso especial de linguas

Os Alumnos do 3.º anno da Escola de Commercio D. Pedro II estão em condições de prestar CONCURSO PARA O BANCO DO BRASIL. — Faça a sua matricula immediatamente e vá se preparando para os FUTUROS CONCURSOS, pois, o Brasil é um Paiz que está se desenvolvendo formidavelmente, na parte commercial — com especialidade — e o seu futuro ESTÁ NO COMMERCIO.

A ESCOLA DE DACTYLOGRAPHIA da Escola de Commercio D. Pedro II funciona tambem durante o dia, com 10 (dez) machinas perfeitas e sob a direcção de D. Leonor Silva Carramona, Steno-Dactylographa diplomada no Rio de Janeiro e Professora Normalista.

Brevemente vamos dar a quarta TURMA DE DACTYLOGRAPHOS diplomados officialmente. As aulas do Curso Commercial começam a 3 de Fevereiro.

IMPORTANTE — Fundamos tambem um Departamento de Collocações para auxiliar os Srs. Alumnos, o qual será aberto em Fevereiro.

Ilustração 3: Anúncio de curso técnico noturno (*A Noticia*, 1934).

Mas o grande apelo às jovens interessadas em ingressar no mercado de trabalho que se expandia de maneira jamais vista nas terras da *Araraquarense* era inegavelmente o da costura, um negócio essencialmente feminino e em franca expansão capitalista naqueles tempos. O trabalho como costureira requeria paciência, bom gosto, graciosidade e tantos outros atributos tidos como femininos. Ao mesmo tempo em que respondia aos supostos atributos naturalmente femininos, também supria a demanda das próprias mulheres em torno dos inéditos padrões de consumo.

A formatura da primeira turma de alunas da escola de corte e costura de Catanduva foi insistentemente propagada pelo jornal *A Cidade* como sinônimo de civilidade, beleza e empreendedorismo das mulheres trabalhadoras da região. Estas, assim como as datilógrafas de pezinhos entrelaçados e indicadores docemente alinhados embaixo do queixo, resumiam toda a garra, correção e feminilidade daquelas que se aventuravam nos espaços públicos do interior paulista.



Ilustração 4: Formandas da escola de corte e costura de Catanduva (*A Cidade*, 1931).

Por sua vez, as profissões mais rentosas e respeitadas socialmente, aquelas que idealmente exigiriam maior inteligência, liderança e raciocínio lógico, como, por exemplo, a engenharia, o direito e a medicina, conservaram-se campos bastante restritos para as mulheres, salvo raras exceções e a despeito da escolarização desse grupo social que aumentava dia-a-dia.³² É interessante notar que mesmo no interior das escolas primárias que se difundiam naquelas décadas como espaços ideais para a “missão” feminina de educar, rapidamente os cargos de direção e supervisão foram ocupados pelos homens (SOUZA, 1998; VILLELA, 2000).

³² Os dados estatísticos sobre a atual desigualdade entre os sexos no Brasil são significativos, pois nos dizem muito sobre algumas rupturas e continuidades históricas. Apesar de as mulheres serem a maioria nas universidades, elas ainda se concentram em graduações ligadas à educação (75%); saúde e bem-estar (72%); e artes (63%), cursos historicamente relacionados ao universo feminino. O magistério continua sendo carreira majoritariamente formada por mulheres, sendo que 80% do total de trabalhadores da educação pertencem a esse sexo. Nas empresas, ocupam predominantemente posições subalternas, conforme indica pesquisa da Fundação Carlos Chagas (BRUSCHINI, 2005). Além disso, elas ocupam apenas 9% dos cargos de diretoria no Brasil, e ainda recebem salários mais baixos do que os homens para desempenharem uma mesma função. Porém, é fato que nos dias de hoje paulatinamente as profissões que eram antigamente ocupadas quase que exclusivamente pelos homens se feminizam, como, por exemplo, a medicina e o direito (ROSEMBERG, 1994). A exceção continua sendo a engenharia. Em 2003, segundo o MEC, 38.221 homens matricularam-se nos cursos de engenharia, e apenas 11.622 mulheres.

Além disso, nas décadas de 1920 e 1930, a luta empreendida por muitos (as) defendendo a igualdade de oportunidades jurídicas e trabalhistas para ambos os sexos era tida por grande parte dos indivíduos envolvidos com essa temática como antinatural, anticristã e anti-social, já que fugia à naturalidade estabelecida no plano cósmico por Deus, e no plano terrestre pelos homens e pelas tradições. Muitas das mudanças comportamentais que ocorriam de maneira implacável nessas sociedades que se urbanizavam, tais como o divórcio – ou a luta pelo direito ao divórcio, a explosão da economia de mercado e conseqüente aumento do consumismo, a expansão do império das modas entre as diferentes classes sociais e tantas outras, quando vistas de maneira negativa pelos diversos intérpretes do período, eram sempre creditadas às mulheres, as maiores culpadas por esses males, pois, conforme muitos diziam, haviam saído de casa e desorganizado irremediavelmente a sociedade.

No interior desse processo contraditório de apropriação dos espaços citadinos empreendido pelas mulheres confrontavam-se, portanto, uma vivência pública cada vez mais rotineira e uma existência privada à qual elas estiveram verdadeiramente restritas, fortalecendo-se enormemente a separação desses planos de existência aparentemente excludentes. É importante notar, no entanto, que justamente nesse momento singular, muitas mulheres por necessidade, vontade, ou ambos os sentimentos aumentaram efetivamente e de maneira organizada seus esforços em torno de uma efetiva emancipação política e financeira para além daquele universo doméstico no qual elas seriam soberanas.

Desse período, são célebres e bastante estudadas pela historiografia contemporânea as teses médicas, os códigos civis e penais, além das encíclicas religiosas e outros incontáveis documentos normativos que defendiam veementemente a importância fundamental da mulher *dentro* de casa, da esposa realizada no intimismo doméstico, sendo que a representação vulgarizada pelos meios de comunicação da época da “rainha do lar” apoiava-se justamente no tripé composto pela supervalorização da mãe zelosa, da esposa amorosa e da dona-de-casa exemplar. (BRUSCHINI; AMADO, 1988).

Nada mais distante, porém, da realidade da maioria das mulheres oriundas das camadas menos abastadas das sociedades ocidentais, que eram tocadas de maneira direta ou indireta pelas novas ordenações capitalistas, que passavam a demandar dentre tantos outros imperativos, as famosas jornadas triplas de trabalho.

As operárias das nascentes indústrias talvez sejam o avesso mais representativo das idealizações da “rainha do lar”, já que eram muito mais exploradas pelos patrões do que os congêneres masculinos. Além de trabalharem nas fábricas recebendo salários infinitamente mais baixos do que os dos homens para desempenharem uma mesma função, ainda tinham que cuidar da casa e dos filhos, responsabilidades tidas como inerentes ao gênero (HOBBSAWM, 1998).

Isso sem falar nos outros grupos de mulheres trabalhadoras, como, por exemplo, o das já citadas costureiras, que viravam a noite em frente às máquinas das pequenas confecções das manufaturas existentes nos bairros populares, ou mesmo dentro de suas próprias casas, transmutadas em pequenas oficinas, continuamente cerzindo, passando e engomando os vestidos das freguesas mais exigentes; ou no trabalho repetitivo de tantas datilógrafas, profissionais que também passaram a tomar conta dos inéditos empregos urbanos ao mesmo tempo em que continuaram se responsabilizando integralmente pelos cuidados com o marido, a casa e os filhos.

Esses e mais uma infinidade de outros personagens femininos redesenharam as paisagens citadinas que se tornaram, a despeito das prescrições acerca da importância da “rainha do lar”, compostas também por trabalhadoras que passavam boa parte das suas vidas *fora de casa*.

Ademais, ressalta-se o fato de que esse grande contingente de mão-de-obra feminina se via acrescido por grupos de mulheres que desde muito tempo trabalharam em ocupações menos respeitáveis socialmente. Trata-se, por exemplo, das lavadeiras, empregadas domésticas, cozinheiras, passadeiras e amas-de-leite, pessoas menos visíveis ou menos inquietantes ao observador das ruas e, não por isso, menos importantes. Essas há muito garantiam o próprio sustento e o dos seus, empregando-se nas casas mais abastadas de onde emanava, aliás, o modelo burguês de família feliz, tão distante da realidade da maioria.

2. A família feliz

Esse modelo de família caracterizava-se basicamente pela idealização de esposas afetivas, sadias, belas, instruídas e castas, companheiras perfeitas para um marido também idealizado, laborioso, esforçado, portador de hábitos regrados, enfim. Tanto um quanto

outro hipoteticamente distanciados dos fantasmas da sífilis, do alcoolismo, da tuberculose, da prostituição, ou mesmo do homossexualismo, os maiores inimigos desse padrão.

Conforme tal paradigma, construído ao longo dos séculos XIX e XX, o caminho inabalável a ser trilhado pelas mulheres era o da carreira doméstica, justamente o oposto daquele que estava sendo percorrido por muitas, enquanto que aos homens restava o papel de pais de família exemplares, indivíduos que ganhavam a vida honestamente para manter a família unida e harmoniosa. Tanto os homens como as mulheres foram, portanto, objetos de intervenção dos discursos normativos que construíram esse padrão idealizado de família. Mas também foram sujeitos que ajudaram a construir esses estereótipos.

O olhar oriundo dos campos médico, jurídico e religioso para a “família triunfante” como identificou Perrot (1992), compreendia o núcleo familiar como o baluarte das sociedades modernas. Conforme queriam conservadores, ateus, comunistas ou anarquistas, os lares transformaram-se, ao longo dos séculos XIX e XX, em cerne das preocupações políticas e religiosas identificadas aos mais variados projetos de mundo. Nota-se, por exemplo, que mesmo os anarquistas, críticos mordazes do capitalismo excludente que tinha na família trabalhadora, sã e ordeira o seu eixo norteador, adotaram para si um determinado modelo de lar e de feminilidade muito próximo daquele propugnado pelos burgueses (RAGO,1985).

E foi justamente no interior desse movimento de supervalorização de um determinado tipo de família, que acabou por atingir todas as classes sociais, que se inseriu boa parte das apreensões acerca do papel da mulher e também das crianças, como veremos posteriormente.

Independentemente da origem social, do credo religioso ou da utopia política, muitos homens e mulheres se perguntavam sobre como preservar ou construir um núcleo doméstico idealmente feliz, respeitando-se os novos parâmetros de higiene, arquitetura, intimidade e amor conjugal. A esse respeito, o jornal *A Notícia* identificava a importância da figura feminina na edificação do lar feliz – rico ou pobre – recanto tido como puro e harmônio se protegido das asperezas do dia-a-dia pela sua maior guardiã, a esposa.

Quanto é magestoso, quanto é grande, quanto é santo o lar domestico! As vezes fico estático ante tamanha sublimidade, ante tamanha magnificência – E pela igualdade do amor recíproco a que são obrigados os esposos

para perpetuar conservação d'essa harmonia tão indispensável no lar domestico, elles devem supportar com resignação evangélica as peripécias que as vezes, vêm pettubar (sic) essa por invejável que constitue o socego do lar.

Quantas vezes o trato ameno e carinhoso de uma boa esposa mitiga os ímpetos de cólera do esposo atormentado pelo infortúnio?! A mulher virtuosa, a companheira dedicada e cuidadosa synthetisa no lar a felicidade della. Depende incontestavelmente da mulher o bem estar do lar domestico e o futuro grandioso da familia e da sociedade. Nada mais bello, mais sublime, mais admirável, em uma palavra, mais edificante, do que, ao entrar-se nos umbraes de uma modesta casinha, alli extasiar-se a alma de contentamento ao contemplar a tranqüilidade de alguns entes partilhada pelo riso da innocencia! (...) (*A Noticia*, s/d)

Conforme afirmava o cronista da *Araraquarense*, a mulher desempenhava papel central nesse movimento de santificação de um tipo modelar de família: amorosa, virtuosa e casta. A desagregação do núcleo familiar, por sua vez, era o resultado terrível justamente da falta de educação generalizada de muitas mulheres “modernas” e “feministas” que perdiam muito mais tempo com as frivolidades do mundo, como a frequência aos cinemas e teatros, do que com as reais necessidades da intimidade doméstica, como o cuidado dos filhos e do marido.

O grande número de divórcios ocorridos na distante Viena e discutidos pelos escritores do sertão era um alerta para que as “mulheres de bem” fossem incitadas a lutar contra a decadência generalizada que já se anunciava na Europa e que bem poderia chegar ao Brasil – e, pior dos pesadelos, à *Araraquarense*. Essa luta contra a derrocada das famílias passava pelos cursos de formação de boas esposas, bastante divulgados na imprensa paulista.

Em Vienna, há algum tempo já vem preocupando a atenção dos seus governadores uma crise seria. As famílias alli estão desaparecendo com um numero assustador de divorcios...

Procedendo a um estudo das causas que vêm provocando tão inquietadora situação, verificou-se que o motivo principal dessa derrocada familiar repousa na falta de educação domestica das mulheres. Estas não dispendo de conhecimentos necessários, não podem cumprir os seus misteres de donas de casa, tornando cada lar um remanso de paz, de ordem e de agradável acolhimento e repouso. Os maridos que naturalmente não têm tempo, nem feitio para essas funcções, “arrepiam” a carreira e caem no mangue...

Vem d'ahi a assutadora pratica do divorcio que ameaça destruir a familia viennense.

Mas há males que vêm para bem.

Pois isto deu azo a que em Vienna fosse creada uma instituição da mais alta utilidade – uma escola para noivas. As jovens candidatas ao matrimonio têm, nas vésperas do casamento, um curso de arte culinária, economia domestica, hygiene, puericultura, etc; de molde a se tornarem perfeitas donas de casa.

Eis, pois, um mal que provoca uma bella e útil instituição (*O Municipio*, 1925).

A existência desses cursos destinados à formação da boa dona-de-casa era apontada nos jornais da *Araraquarense* como um mal necessário, como uma resposta coerente das “damas” ao mundo moderno. Na verdade, a idéia era a de que com as novas ordenações capitalistas as mulheres não aprendiam mais com suas mães e avós os saberes necessários para a edificação do lar feliz, mesmo porque nem mesmo as mães e avós estariam mais preparadas para o ritmo incessante de novidades tecnológicas que invadiam o espaço doméstico, por isso as mulheres necessitavam de orientação profissional especializada para reaprenderem os saberes que estavam, equivocadamente, deixando em segundo plano. Necessitavam aperfeiçoar-se em ensinamentos dados por pessoas “diplomadas” e competentes.

Para isso não era necessário, aliás, olhar apenas para a exemplaridade dos cursos de economia doméstica ministrados em Viena, já que existiam diversos outros empreendimentos da mesma natureza organizados na própria capital do Estado, e também no interior paulista. Todos eles eram tidos como muito “chics” e muito úteis para as moças que estavam prestes a chegar ao altar, ou que desejavam incrementar seu casamento, e eram apresentados como referência para as mulheres de então. Neles, se aprendia não apenas cardápios diferenciados para tornar o cotidiano doméstico mais aprazível, mas as estudantes também se instruíam no manuseio correto das invenções “científicas” que aos poucos chegavam aos lares mais abastados, como, por exemplo, a geladeira.

É importante notar que no caso da capital ou do interior, a educação doméstica era ensinada em dias alternados e com currículos diferenciados para patroas e empregadas.

“A Colmeia” foi fundada em São Paulo, por um grupo de senhoras, entre as quaes figura a condessa Amalia Ferreira Matarazzo. De seu êxito e grande acceitação, diz bem o interesse que vêm despertando os seus cursos culinários, realizados nessa casa e que, ademais da competência

dos que o ministram, funcionam em ambiente aprazível e confortável. Aqui está uma summa dos cursos;
2.as e 3.as feiras, das 9 às 11 horas, curso do trivial fino, dado por excelente professora diplomada.
2.as e 3.as, das 2 ½ às 4 ½, curso completo de arte culinária, ministrado pelo chefe de cozinha do “Automovel Club”, cujas aptidões já são bastante conhecidas entre nós.
4.as feiras, das 9 ½ às 11 horas, demonstrações praticas sobre o uso dos refrigeradores, modo de fazer sorvetes, gelados, etc.
4.as feiras, das 2 às 4 horas, curso para as empregadas, quase gratuito. Este curso é muito recommendado (*A Noticia*, 193-).

Refletia-se nos impressos da *Araraquarense* sobre a melhor maneira de poupar a família e as suas funções – atribuídas ou anunciadas – do torvelinho de transformações urbanas que ocorriam desde meados do século XIX na Europa e que se intensificavam ao longo dos anos de 1920 e 1930 no Brasil. Entendia-se o universo doméstico como célula do Estado, propulsor do progresso da humanidade, instância transmissora dos valores simbólicos ligados aos países, *locus* privilegiado onde se garantiria a pureza da espécie. Tudo isso estritamente relacionado ao papel desempenhado pelas mulheres *dentro* de casa (PERROT, 1992). Na verdade, como demonstrou Rago (p. 75, 1985) “(...) ela vai ser o centro de todo um esforço de propagação de um modelo imaginário de família, orientado para a intimidade do lar, onde devem ser cultivadas as virtudes burguesas”.

Nesse contexto, os próprios problemas sociais inerentes ao capitalismo, tais como os interesses antagônicos dos grupos sociais e as recorrentes greves operárias que explodiram ao longo dos séculos XIX e XX, a dificuldade na disseminação dos padrões médicos de cuidado infantil entre os mais pobres, ou mesmo a falta de conhecimento da maioria das pessoas sobre a profilaxia de doenças eram vistos não como problemas sociais inerentes ao modo-de-produção desigual, mas como resultado da subversão dos costumes, da nova rotina das mulheres e das mudanças nas relações entre os sexos. O elemento novo se configurava como ameaça ao conforto do já-sabido e do já-vivido. Num movimento de tentativa de apagamento das contradições, agredia-se imaginariamente o que era tido como subversão do *status quo*; para tal ataque, nada melhor do que normatizações, viessem elas de qualquer fonte.

As reflexões publicadas no ano de 1937 sobre a prisão da jornalista Patrícia Galvão são exemplares desse esforço de normatização das mulheres, e também do empenho

contínuo de edificação via impressos de um determinado tipo feminino idealmente feliz, quando amparado pelo ambiente familiar. Conforme indicava um jornalista d' *A Notícia*, Pagu não era vítima apenas de sua própria condição biológica, naturalmente muito “mais sentimento que idea”, mas era resultado principalmente da falta de orientação masculina. Os atropelos de sua vida atribulada, assim como sua justa condenação, deveria alertar os homens que naquela época detinham os postos de comando da sociedade brasileira – mas também todos os pais e maridos da *Araraquarense*.

Pobre Pagú! Se houvesse casado e tivesse filhos que criar e se lhe ensinassem com intelligencia e convicção, que á mulher não cabe tarefa nem mais nobre nem mais útil ao mundo do que plasmar physica e moralmente o homem, por certo não iria, a esta hora, penar na prisão pelo seu crime (...) Quão mais acertada não teria ella andado se agisse como mulher e mãe, formando homens dignos e capazes, por si, de procurar condições mais adequadas á própria felicidade? Mas Patrícia Galvão não teve quem lhe mostrasse isto e por o não ter acabou tão tristemente a sua aventura. Que o facto sirva de admoestação á nossa gente – aos legisladores e políticos, aos intellectuaes e lideres do povo – para que não permittam ás nossas moças cahir no erro e na tentação que levou Pagu a tal infelicidade (*A Notícia*, 1937).

Naquelas décadas, as séries publicitárias da *Quaker Oats* se transformaram em exemplos da nascente publicidade regional que estimulava, por meio de anúncios diários, a identificação simbólica entre o amor incondicional materno e o bem-estar familiar; entre a responsabilidade e educação das progenitoras e o sucesso público dos filhos. Durante muitos anos a *Quaker* foi um dos mais importantes anunciantes do sertão a utilizar-se de argumentos ditos “científicos” junto às famílias, especialmente, junto às mulheres. No que diz respeito à manutenção da harmonia e da saúde da *celula mater*, raramente o discurso publicitário falava diretamente ao pai, já que o público principal a ser atingido era composto pelas mães.

Na ilustração 5, por exemplo, a mulher sorridente destaca que seus filhos, após comerem aveia, “Sáem sempre felizes e cheios de energia”

“Dá gosto ver como esses meninos vêm correndo para fazer a refeição matinal. Em verdade, poucas crianças têm essa vitalidade e energia, digo-o não porque sejam meus filhos. Nunca ficam doentes, sempre sadios”.

Orgulho máximo e responsabilidade da mãe: a saúde da prole, traduzida numa das palavras de ordem daqueles tempos: vitalidade. Nessa mesma propaganda, a mãe informa:

“Assim que começaram a ir ao collegio, fazem a sua refeição matinal com Quaker Oats. Seu delicioso sabor os encanta. Comecei a dar-lhes este alimento porque tinha ouvido dizer quanto elle é bom para a crianças e continuei a dar-lhes porque vi quanta vida e actividade elle dá aos seus cérebros e aos seus pequeninos corpos. No collegio eles se adiantam muito, o que é devido em grande parte, ao Quaker Oats, pois com este alimento elles começam bem a manhã; proporciona-lhes as energias de que necessitam durante o dia. Meu marido e eu também o usamos todos os dias”.

É importante notar, entretanto, que o depoimento conclusivo, ou, melhor dizendo, a palavra definitiva presente na peça publicitária para não é da mãe, mas sim da voz masculina, séria e incisiva que aconselha:

“Todas as crianças devem tomar Quaker Oats diariamente para crescerem fortes e sadias e reconquistarem as energias que despendem. Os adultos também sentem que Quaker Oats os conserva sãos e dispostos para tudo. É um alimento delicioso que se prepara facilmente em dois minutos e meio” (*A Noticia*, s/d).

Já a ilustração 6 apelava diretamente à vaidade materna em relação à visibilidade pública dos filhos, que era afinal, uma das mais importantes faces de sua própria visibilidade social. Recorria ainda à relação intrínseca entre beleza e saúde, tão alardeada pelo discurso médico daqueles tempos. A mãe testemunha:

“Dizem todos: que linda criança!” “Mas o que querem dizer é: Que criança sadia! Toda criança attráe a attenção, mas si, além disso é sadia, causa admiração. Infelizmente, muitas mães não sabem que o que mais contribue para esse aspecto encantador de vitalidade é a boa alimentação!” “Quando meu filho tinha trez mezes – esse período critico em que tudo depende de uma boa alimentação – o médico aconselhou que lhe desse mingau de Quaker Oats. Disse-me que contribuiria para o desenvolvimento de seus ossos e músculos e que lhe enriqueceria o sangue”. “E assim aconteceu. Desde o primeiro dia elle gostou dessa alimentação. Já está principiando a andar e como tem forças nas suas pernas! Agora, dou Quaker Oats e nunca se enfara desse alimento. Têm

razão, é um lindo bebê, mas principalmente são, graças a Quaker Oats (*A Notícia*, 1935).



Ilustração 5 (*A Notícia*, s/d)



Ilustração 6 (*A Notícia*, s/d)

Na publicidade da *Quaker*, os diferentes papéis sociais desempenhados por pais e mães ficavam bastante definidos, como aqueles cumpridos pelos seus próprios filhos, aliás, meninos ou meninas. Na figura 7 o pai anuncia:

“Sou um pae orgulhoso”. “Meu filho, que conta apenas dez annos, já alcançou trez prêmios nos seus esportes favoritos, que são corrida e salto. É um valente; tem energias para dois. Minha filhinha também vende saúde e tem uma intelligencia das mais lúcidas. No collegio, é sempre a primeira de sua classe. É uma menina que promette muito” (*A Notícia*, 1935).



Ilustração 7: Pai orgulhoso (*A Notícia*, 1934).

O que mais um pai pode almejar? Para o filho, que seja viril e atlético, “um valente”. Para a filha, que seja a primeira da classe – e bela, poderíamos acrescentar. Mas é o argumento derradeiro utilizado pelo pai para convencer os consumidores a comerem aveia todos os dias que talvez seja o mais revelador de um modo de ser de toda uma época.

“Sinto orgulho de pae, mas reconheço que é à mãe que se deve tudo, pois ella sabe como alimentar as crianças. Todos os dias, dá-lhes Quaker Oats, um alimento que favorece o desenvolvimento dos ossos e músculos e que proporciona energias em abundancia. Nossos filhos dão prova de que sua mamãe acertou”.

Finalmente na figura 8, pai satisfeito e filho saudável anunciam, numa mesma seqüência, o que qualquer mãe esclarecida deveria saber:

“Eu sou o orgulho de papae!” “Para ganhar um premio no salto de vâra, tive de treinar muito, mas Papae diz que isso não foi tudo!” O pae: “Sim, é certo. Embora o treino tivesse feito muito por meu filho, seu triumpho foi devido principalmente ás energias que tem, graças ao facto de, desde muito pequeno, sua mãe lhe ter dado Quaker Oates todos os dias. Toda criança precisa, para crescer normalmente, dos elementos nutritivos de Quaker Oats (*A Noticia*, 1935).



Ilustração 8: Orgulho do papai (*A Notícia*, 1934).

A black and white advertisement for Vanadiol. On the left is a drawing of a child in a dynamic, athletic pose. To the right of the drawing is a large headline and several paragraphs of text. At the bottom left, the brand name "Vanadiol" is written in a bold, stylized font.

Seus filhos correm perigo

Seu filho está crescendo

Essa idade é a mais perigosa. A criança fica pallida, fraca, sem resistencia.

E' preciso, mais do que nunca, ajudar o crescimento com phosphatos e calcio, para a anemia não invadir o organismo.

Todos os grandes medicos receltam Vanadiol para as crianças, devido a milhares de experiencias.

Ajude seus filhos com Vanadiol e veja que elles têm mais appetite, ficam corados e fortes, engordam de 2 a 4 kilos e crecem vigorosamente.

Vanadiol

o fortificante que ajuda

Ilustração 9: Fortificante Vanadiol (*A Notícia*, 193-).

O anúncio do fortificante *Vanadiol* reproduzido na página anterior permaneceu publicado durante anos nas páginas dos jornais da região, mantendo sempre um tom muito mais alarmista do que o da publicidade da *Quaker Oats*. No entanto, assim como a *Quaker*, *Vanadiol* também apelava para a consciência e para responsabilidade maternas, tidas como determinantes para a harmonia e saúde da prole. Com uma diagramação modesta e com erros evidentes, *Vanadiol* ao que parece era bastante consumido nas terras da *Araraquarense*, e sua publicidade também colaborou para que as prescrições oriundas do campo médico se vulgarizassem, misturando-se, muitas vezes à revelia, à nascente indústria

farmacêutica que aliada aos médicos também se arvorava no papel de instrutora da “sciencia” da maternidade.

Na seqüência de fotos seguintes, observam-se quatro cenas distintas que retratam, cada uma à sua maneira, as várias faces do universo feminino da *Araraquarense*. Na primeira foto, trabalhadores de um hotel da cidade de Rio Preto posam para a lente do fotógrafo no final da década de 1920.

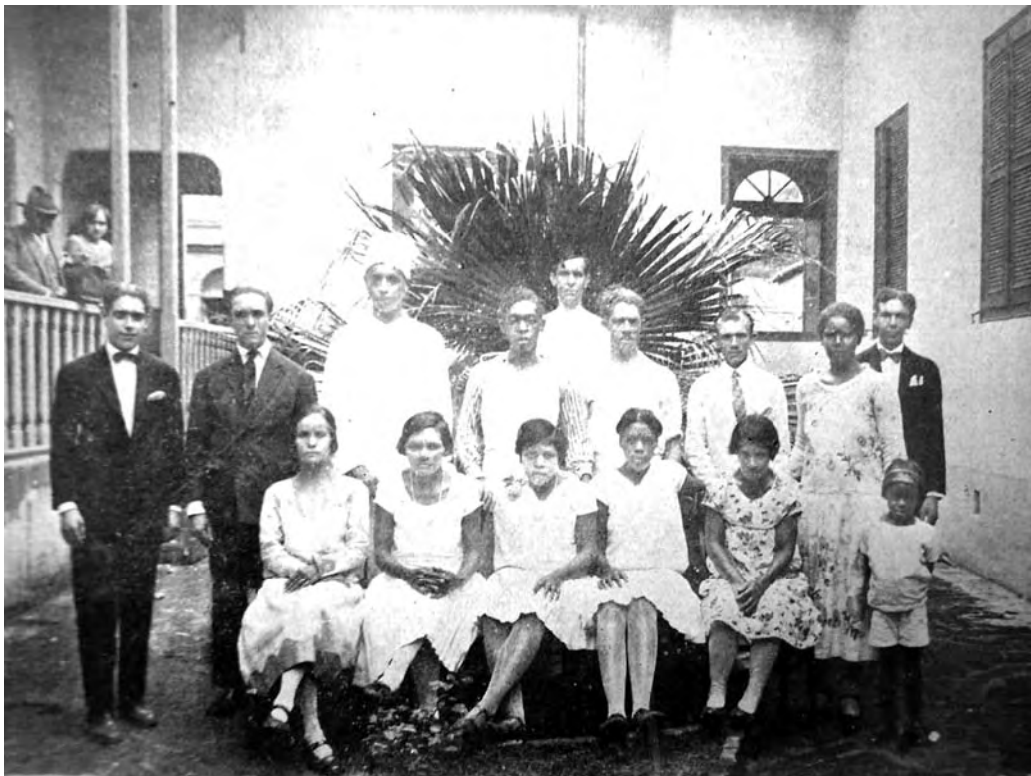


Ilustração 10: Trabalhadoras de hotel (*Album da Comarca*, 1929).

As mulheres, ao centro, desajeitadamente posam com suas meias de seda recém adquiridas e cabelos cuidadosamente cortados, alinhados e alisados, conforme ditava a moda da época para aquelas que tinham os cabelos demasiadamente crespos.

Com exceção da primeira personagem à esquerda, que está aparentemente à vontade na pose, todas as outras mulheres parecem constrangidas com a ocasião formal do retrato, com as suas roupas, cabelos e mãos calejadas pousadas contraditoriamente sobre o vestido escolhido com cuidado para a ocasião da fotografia. Elas se aproximam, talvez, do mal

estar, estranhamento e resignação que emanam da única criança presente na fotografia, possivelmente rebento da mulher que posa em pé. Ela é a antítese da “rainha do lar”: além de trabalhar fora, ainda leva o filho (?) para o serviço. Terá um dia ouvido falar nas tais aveias *Quaker*?

Essas trabalhadoras seguramente ocupam um universo muito distinto das “rainhas” retratadas nas duas fotos abaixo, sendo que a primeira está muito mais próxima das propagandas de *Quaker Oats* do que a segunda.



Ilustrações 11 e 12: Famílias urbana e rural (*Album da Comarca*, 1929)

Na ilustração 11 têm-se uma típica representação da família nuclear urbana, burguesa e higienizada. Ela cuida racionalmente do único rebento, alvo de toda a atenção do casal, enquanto ele encena o papel de provedor, companheiro e atento. A única pista indicativa de que o casal habita uma região pioneira é o fato da cadeira que compõe do cenário ser provavelmente resultante da madeira originária da floresta recém-derrubada. Mas de qualquer maneira eles se esforçam para parecer civilizados e modernos, mesmo morando no sertão recém conquistado. Provavelmente consomem jornais, *Vanadiol* e aveias.

A rainha da ilustração 12 também ocupa o centro da cena rural. Tanto a mãe urbana quanto a mãe rural estão ladeadas pelas suas respectivas famílias, no entanto a “rainha” do campo é muito mais simples do que a urbana. Seu cabelo não está impecável, muito menos

sua roupa, ambos ligeiramente desalinhados. Ela não é tão jovem quanto a primeira, mesmo tendo uma idade não muito distante daquela. Mas a vida no campo é de outra natureza. Onde estará o marido provedor? A mãe rural parece ter pressa em posar para um retrato que não faz parte do seu dia-a-dia. A simétrica – e tênue – organização do grande número de filhos, que parece prestes a se desarranjar, evidencia a não cotidianidade da cena.

Finalmente, no último instante feminino da *Araraquarense*, nem família, nem marido, apenas abandono e solidão.



Ilustração 13: A louca (*Folha de Rio Preto*, 193-).

O grande número de mulheres loucas e alcoólatras detidas provisoriamente nas delegacias regionais era uma preocupação que assolava os homens letrados daqueles tempos, e que também inquietava as “rainhas” dos lares felizes como as retratadas acima, a maioria membro das associações filantrópicas do período. O ideal, afirmavam em uníssono os porta-vozes das “famílias de bem” que escreviam nos jornais, era enviar as loucas e as alcoólatras rapidamente para o Juquery, onde receberiam tratamento adequado para que pudessem, quem sabe, se reintegrar à sociedade um dia, ou onde permaneceriam definitivamente isoladas junto dos seus pares. Mas na década de 1930 aquele hospício, assim como as delegacias locais, estavam com a lotação esgotada, o que contribuía para que

as mulheres como a louca da fotografia estampada em primeira página do jornal *Folha de Rio Preto* permanecessem em condições precárias nas celas provisórias – que se tornavam, afinal, permanentes.

Ao lado da louca, da alcoólatra e da prostituta, outra figura feminina compunha a antítese da “rainha do lar” no imaginário regional: a leprosa. Essa, no entanto, inspirava muito mais medo, horror e repugnância do que seus pares. Nas representações que circulavam via impressos, jamais apareceu uma fotografia ou entrevista com uma leprosa, apenas as grandes campanhas defendendo seu urgente confinamento. Segundo os jornalistas de então, os espectros acometidos pelo “mal da morphea” assolavam as estradas da *Araraquarense*, as estações de trem e as ruas das cidades, sempre pedindo esmolas e, conforme alguns informavam, transmitindo maliciosamente o seu mal. O pavor generalizado do contágio e o estigma atrelado à doença faziam parte do dia-a-dia dos habitantes daquelas plagas (CAMPOS, 2004).

3. Maternologia e aleitamento

Como observado, articulou-se nas primeiras décadas do século XX um grande esforço conjunto, envolvendo diferentes esferas de saber e poder, buscando justamente o reordenamento e a difusão de um determinado modelo de família e de feminilidade. Nesse processo, talvez o discurso que mais tenha dado embasamento teórico a todos os outros – jurídicos, políticos, religiosos e educacionais – tenha sido o dos médicos.

Costa (1983) mostrou que desde meados do século XIX os médicos se transformaram no profissional “carinhoso e firme, doce e tirânico” amigo das mulheres, deixando paulatinamente de ser reconhecidos como os “barbeiros” e “cirurgiões” do passado. Como esse e outros autores indicaram, foi a partir daquele século que os novos “doutores” construíram seu enorme poder político e simbólico, transformando-se nos maiores aliados do Estado Nacional no processo de urbanização do Brasil, e também, por intermédio de suas práticas e representações, nos maiores aliados das mulheres e das crianças. A esse respeito, Gilberto Freyre (1951) já postulava em *Sobrados e Mucambos*:

A supremacia do médico sobre o confessor, na vida da família brasileira, esboçada desde as primeiras décadas do século XIX veio marcar fase nova na situação da mulher. Também no sistema de relações da mulher com outros homens que não fossem os do seu sangue ou o seu marido. O médico de família passou a exercer influência considerável sobre a mulher (..). A mulher do sobrado foi encontrando no doutor uma figura prestigiosa de homem em quem repousar da do marido e da do padre, a confissão de doenças, de dores, de intimidades do corpo oferecendo-lhe um meio agradável de desafogar-se da opressão patriarcal e da clerical (FREYRE, 1951, p. 298).

É interessante perceber que dessa união entre médicos e mulheres das elites brasileiras emergiram diversos argumentos significativos utilizados por ambos ao longo dos séculos XIX e XX e que se disseminaram de maneira heterogênea por todas as camadas sociais e rincões do país. Esses argumentos postulavam a naturalidade e a positividade da maternidade, da amamentação e do casamento sadio percebidos como alicerces da construção de uma nova nação bastante diferente daquela colonial que se queria esquecer ou repudiar: analfabeta, negra e atrasada. Tal superação se daria principalmente por intermédio da criação de filhos e cidadãos saudáveis, educados e moralizados, resultantes das uniões entre cônjuges de idades mais ou menos parecidas e que se amassem racionalmente.

Aliás, a defesa do amor racional entre os casais é uma das grandes novidades do modelo familiar burguês propugnado pelos médicos brasileiros. A justificação desse tipo de amor partia da premissa de que o sentimento que unia o casal deveria ser muito mais pragmático que romântico, muito mais higiênico que arrebatador, muito mais racional que desestabilizador. Tudo isso sempre se levando em conta o objetivo final do matrimônio, que deveria ser obrigatoriamente a procriação sadia, corolário máximo do amor higiênico (MATOS, 1996).

Por isso a defesa, por exemplo, de casamentos entre indivíduos com mais ou menos a mesma idade, muito diferentemente das uniões coloniais, de onde abundam exemplos de enlaces entre senhores de sessenta e meninas de dezesseis anos (FREYRE, 1963). Além do mais, os arroubos românticos eram tidos pelos médicos como inúteis – ou perigosos, já que colaborariam para a sexualidade desenfreada, sempre condenada, ou para a escolha equivocada do parceiro (a).

Conforme evidenciou Costa (1983), a defesa desse novo modelo amoroso acabava por restringir a sexualidade das pessoas à intimidade do lar e aos confortos da vida doméstica. Para os defensores dessas uniões, a família seria idealmente um núcleo unido e amoroso, um porto seguro no qual o bem mais caro produzido, os filhos, seriam protegidos e criados. Na verdade, esse processo acabou por unir pai e mãe na intimidade conjugal, ao mesmo tempo em que a manutenção da prole deixou de ser apenas uma dentre tantas outras responsabilidades do casal, como era no período colonial, passando a configurar-se como um ato de amor, como o objetivo primordial das uniões sadias. Segundo o autor

O amor permitiu à higiene realizar sua manobra mais ambiciosa e, talvez, mais bem sucedida junto à família: converter quase completamente a figura do homem em pai e da mulher em mãe (COSTA, 1983, p. 239).

Um dos frutos mais importante da aliança entre mulheres e médicos foi, portanto, a defesa da soberania da mãe dentro de casa, reestruturando, pelo menos no território doméstico, o monopólio do poder sobre o lar que historicamente esteve nas mãos dos homens. Antes, como indicam Freyre (1951), Ribeiro (2000) e Priore (2002), além dos próprios lares não serem supervalorizados como espaço sagrado, como aconteceu a partir do século XIX, a preservação física e cultivo intelectual das mulheres não eram tidos como muito importantes para o desenvolvimento familiar, longe disso.

Muitas das mulheres ricas do período colonial brasileiro eram doentes porque restritas ao imobilismo das alcovas, com quase nenhuma instrução elementar, além de ignorantes em relação ao sexo e subjugadas às vontades do marido. Ao longo dos séculos XIX e XX, conforme a sociedade patriarcal foi se desintegrando, inicialmente as mulheres pertencentes às camadas mais privilegiadas e, depois, as de camadas intermediárias e finalmente as mais pobres, com o apoio incondicional dos médicos, ficaram cada vez mais cientes da responsabilidade na construção não apenas de novos lares, mas principalmente de um novo país, mais higiênico, sadio e moralizado. Tudo por intermédio da maternidade.³³

³³ Isso não quer dizer, entretanto, que o modelo de família patriarcal representado pelas mulheres das alcovas tenha sido o único existente no país durante o longo período colonial brasileiro. Sabe-se que existiram variados tipos de família durante esses séculos, muitas delas, inclusive, capitaneadas por mulheres. Outros

No entanto, independentemente das famílias serem mais patriarcais, ou menos, destaca-se, ao longo dos séculos XIX e XX como resultado da aliança entre mulheres e médicos, uma verdadeira revolução ocorrida na situação da imagem feminina dentro de casa. Há um real remanejamento na condição das mulheres, que de expectadoras tornam-se agentes na edificação não apenas de si mesmas, visto que as ordenações médicas do período postulavam a importância da conservação de um organismo mais magro, flexível, e educado intelectual e sexualmente, mas também, e principalmente, do Brasil.

A exemplaridade das mães norte-americanas, tidas como muito ativas e produtivas *dentro de casa* era vez ou outra destacada na *Araraquarense*.

Nos trinta annos que tenho de casada, servi 235.425 refeições; cozi 33.190 pães e 7.690 tortas; puz em conserva 1550 latas de fructas e gastei 36.461 horas em esfregar, lavar, cozer, limpar, varrer e cuidar do gado, dos pombaes e da horta. O valor de meu trabalho, nesses trinta annos, segundo é geralmente pago na comarca, pode calcular-se em 115.485 dollares, devendo ficar constado ainda que por elles estaria disposta a trabalhar da mesma forma outros trinta annos...(*A Noticia*, 1933).

Como pioneiramente Freyre (1951) e posteriormente Costa (1983) indicaram, as mulheres se livraram parcialmente do despotismo da família patriarcal dentro de casa e passaram a girar em torno do despotismo do médico, exercido de maneira muito mais sutil porque revestido de “conselhos” e “receitas”. Ao mesmo tempo, os homens que perderam parte de seu poder no interior das casas foram premiados com um novo tipo de submissão das mulheres: a subordinação pelo amor ao marido, aos filhos e ao lar.

A idéia defendida pelos médicos e rapidamente assimilada por muitas senhoras e senhoritas era a de que a boa mãe estava sempre atenta e vigilante à saúde dos filhos e do

modelos de organização familiar estruturavam-se principalmente entre as camadas menos privilegiadas da população nacional (CORREA, 1981). Mas inegavelmente a família patriarcal é um dos modelos mais significativos dos tempos coloniais, da mesma maneira que o modelo burguês também o é para os séculos XIX e XX. Vale lembrar, no entanto, que estudos recentes indicam outras histórias femininas que não apenas aquelas ligadas à submissão total das mulheres de elite ao poderio masculino, como o verificado no auge da existência das famílias patriarcais. São cada vez mais divulgadas as pesquisas que apontam a importância dos conventos nordestinos nos quais as freiras habilmente administravam montantes consideráveis de dinheiro, transformando esses espaços religiosos em espécies de bancos onde muitos senhores de engenho iam tomar dinheiro emprestado; ou mesmo análises que indicam o controle e administração competente que mulheres paulistas tinham sobre as propriedades familiares que, por um ou outro acaso, acabavam ficando sob sua responsabilidade (CORREA, 1981; RIBEIRO, 2000).

marido, enquanto se procurava provar, por intermédio de teses, palestras, livros, artigos de divulgação científica e principalmente pela imprensa diária, que sentimentos como a devoção e a ternura eram constitutivas do *pathos* feminino. No caso específico da imprensa da *Araraquarense*, ao longo das décadas de 1920 e 1930 o intento normatizador dos médicos é extremamente relevante. É fato que esses profissionais praticamente monopolizaram os matutinos da região, principalmente os jornais da cidade de Rio Preto (CAMPOS, 2004).

Escreviam sobre todos os assuntos, desde os últimos concertos de piano ocorridos nos teatros e cinemas existentes, as festas de final de ano dos grupos escolares e ginásios particulares recentemente inaugurados, passando pela importância de uma bela decoração natalina, de ruas arborizadas e praças planejadas, indicativas do “alto grau de civilização” das pessoas “de bem” do interior paulista. Dentre tantos escritos, destacavam-se as colunas diariamente publicadas nos jornais locais que dissertavam, sobretudo, acerca das especialidades médicas relativas ao universo feminino, como a puericultura e as “doenças de mulheres”.

São tantos os artigos, propagandas e frentes de ação desses auto-intitulados “combatentes da vida moderna” no interior, e que demonstram o grau de minúcia dos intentos civilizadores dos médicos dessa parte do Estado, que fica difícil recortar este ou aquele extrato de fonte, ou mesmo concentrar-se apenas na compreensão de um ou outro tema privilegiado por eles. Na verdade, como já foi demonstrado (CAMPOS, 2004), as campanhas capitaneadas por esses homens de “douto saber” buscavam relacionar-se não apenas à cura e profilaxia de doenças como a sífilis, a lepra, o alcoolismo e a tuberculose, ou às concepções eugênicas tão em voga naqueles tempos, mas permeavam-se às mais cotidianas e comezinhas questões. O médico que escrevia em Rio Preto sintomaticamente diferenciava a medicina, em artigo destacado no canto esquerdo da primeira página de *A Notícia*, de qualquer outra profissão.

(...) hoje a profissão do medico é vista com temor e com respeito, e está longe de achar-se num simples paralelo com as demais profissões liberaes. Pela sua alta finalidade – o amparo e a assecuração da vida humana – é a medicina, de facto, muito superior ás outras actividades do homem. Diz-se ainda que a medicina é um sacerdócio. Se nós retribuimos, com dinheiro, o serviço clinico, não é porque o seu trabalho possa ser

estimado e avaliado. É porque todo trabalhador merece sua paga (...) (*A Notícia*, 1933).

No que diz respeito ao assunto abordado – o universo feminino – para uma das mais caras obsessões dos médicos de então, sobravam explicações meticulosas sobre a melhor maneira de as mães cuidarem com eficiência de seus filhos. Na verdade, os textos médicos sobre as mulheres estavam quase sempre relacionadas ao seu mais importante papel social, o de mãe. O profissional de Catanduva Ângelo Ninno, por exemplo, ensinava didaticamente na primeira página d'*A Cidade*, como mães educadas e responsáveis deveriam dar banho nos filhos.

É necessário banha-las diariamente, um pouco antes da segunda refeição. Deve-se usar banheira pequena ou bacia, muito bem lavada, e destinada só a esse fim. A quantidade d'água deve ser tal que alcance o umbigo da criança, uma vez sentada dentro da banheira. A temperatura do líquido será nos primeiros tempos, de 37°. É preciso evitar que haja frio ou haja correnteza de ar dentro do quarto em que se banha o petiz. A cabeça, o rosto, os olhos e os ouvidos da criança são lavados quando ella ainda esta no collo de quem a vae banhar. Para melhor e (sic) ensaboar o bebê usa-se algodão hyprophilo, embebido d'água ou de sabonete. É preciso que a pessoa que da o banho tenha uma toalha no collo, para receber a criancinha uma vez tirada da banheira, e que, ao seu alcance, estejam as roupas previamente aquecidas. [*A Cidade*, 193-].

Como queria o Dr. Ninno, o simples ato de banhar o filho transformava-se num ritual de higiene, dado conforme um procedimento detalhado, pormenorizado, segundo o qual a mãe, consciente de seus atos, e por isso verdadeiramente digna de sua prole, a maior riqueza da família e do país, deveria estar atenta não apenas à temperatura e à limpeza da bacia, mas ao cumprimento correto das etapas do banho, racionalizado conforme indicado pelo médico. Da receita do banho do bebê, despontam prescrições que, emparelhadas a interdições, colocam a mulher-mãe entre nuances do dever: deve fazer deste modo, não deve fazer daquele outro.

Certamente esse tipo de discurso transformava a própria maternidade, aqui coligada ao banho esmiuçado, numa espécie de ciência com metodologia e especificidades próprias.

A primeira parte do banho se realiza no collo da pessoa; o bebé fica despido apenas da cintura para cima; então lavam-se a cabeça, os olhos, os ouvidos e o nariz. Para se por a criança na banheira (sic), deve-se levar a mão esquerda ao seu pescoço e amparar-lhe a cabeça, e a direita nas costas e coxas, baixando vagarosamente o corpo de modo que fique mergulhado n'água. A criança não deve demorar dentro d'água mais de três minutos. Retirada da banheira, enxuga-se brandamente, evitando friccionar [A Cidade, 193-].

Enquanto a frente de combate do médico catanduvense era direcionada aos cuidados higiênicos com os filhos, a do “médico de senhoras” de Rio Preto, Tácito Monteiro, e de seus pares residentes na cidade, era a do aleitamento natural. Acusavam quase que diariamente as mulheres da região, ricas ou pobres, na coluna *Assuntos Médicos*, também em primeira página, de simplesmente se absterem do dever sagrado de propiciar às crianças uma alimentação regrada, ordenada, natural e saudável. A ênfase no cumprimento dos horários de amamentação pré-determinados pelos verdadeiros conhecedores do assunto dava o tom aos “conselhos” de então. Aquelas que por acaso ouvissem as parteiras, as avós ou mesmo as amigas e vizinhas incorreriam num erro irreversível, num grave

“(...) engano imperdoável devido ao desleixo no cumprimento das normas sãs, formuladas por médicos pediatras e higienistas que, sem tréguas, procuram obstar a má alimentação, indicando a boa que, contudo, não tem exacta execução” (A Notícia, 1925).

É importante perceber que talvez uma das maiores obsessões discursivas dos médicos da *Araraquarense* ao longo dos anos de 1920 e 1930 tenha sido justamente aquela que envolvia o aleitamento materno, compreendido como sinônimo de saúde infantil porque revestido de nutrientes naturais, e também de amor, já que a amamentação hipoteticamente reforçava os laços entre mãe e filho, colaborando para a construção da figura da mãe abnegada e determinista que se buscava cristalizar. Ademais, tal processo não era particularidade da região, visto que Matos (1996), Rocha (2003) e Gondra (2004) já o identificaram em outros lugares.

Aliás, a circularidade de idéias e prescrições relacionadas à amamentação só reforça a premissa de que as poucas faculdades de medicina existentes no país naqueles tempos, notadamente as faculdades da Bahia e do Rio de Janeiro, locais onde tinham estudado

grande parte dos médicos residentes no sertão, desempenharam papel fundamental para a disseminação de teorias e visões de mundo que se expandiram para confins muito distantes de seus lugares de origem.

Certamente tal disseminação foi alavancada pela imprensa, tanto a especializada como a periódica, que facilitavam enormemente a circulação de saberes em lugares muito distantes das capitais nacionais ou mesmo européias, visto que muitos desses profissionais anunciavam que sua formação havia ocorrido em Roma, Paris, Berlim e Viena.

Em relação à temática do aleitamento, propagava-se quase que diariamente nos jornais da região artigos nos quais as regras acerca da conduta feminina desejada eram esclarecidas, como evidenciado no trecho d'*A Cidade* de Catanduva.

“O petiz tem direito ao leite de sua mãe ao menos durante os seis primeiros meses de vida. Mais tarde será o medico especialista encarregado de ordenar quando pode ser dada a alimentação auxiliar (mammadeiras) ao seio materno” (*A Cidade*, 1933).

Somente os títulos de alguns dos longos manifestos publicados em *A Noticia* no primeiro semestre de 1925 exemplificam a intensidade das campanhas desenvolvidas pelos profissionais da saúde daqueles tempos visando justamente dar publicidade à importância da educação feminina em relação à amamentação. “Leite de mulher não têm micróbios”; “Moléstia de lactentes”; “A alimentação artificial dá origem a funestas conseqüências na evolução do organismo de tenra idade”; “Infelizmente, na época atual, a alimentação artificial prevalece”, são alguns desses escritos destinados ao que os próprios médicos chamavam de “jornalismo científico”, ou seja, textos de vulgarização para o público leigo feminino dos conhecimentos do campo.

Aquelas mães que, por motivos diferentes, abstinham-se de cumprir sua sempre reiterada obrigação, seja por necessidades geradas em função do trabalho fora de casa, como no caso das mulheres mais pobres que obrigatoriamente tinham que se ausentar do lar, seja por preocupações estéticas, como muitos diziam que acontecia com as mulheres mais ricas, eram indistintamente inferiorizadas pelos médicos perante as outras “fêmeas” do mundo animal que seriam, instintivamente, mais cuidadosas com os filhotes do que determinadas mães “desnaturadas” ou “mães madrastas”, que mesmo podendo amamentar

não cumpriam com a sua obrigação perante o filho. Esses fatalmente adoeceriam, e a nação continuaria sendo habitada por “fantasmas” ao invés de cidadãos.

Mães há que, esquecendo seus deveres impostos pela maternidade e com os seis (sic) tudos de leite, preferem nutrir seus filhos com leite de outros animais, optando as mais das vezes por preparados farmacêuticos que geralmente estão deteriorados, prejudicando assim, sensivelmente os pequeninos seres (*A Notícia*, 1925).

Independentemente dos benefícios *reais* do aleitamento materno efetivamente importantes num contexto em que as condições básicas de sanitarismo e higiene de boa parte da população brasileira estavam muito distantes daquelas sonhadas pelos especialistas de então, principalmente nessa parte do Estado de São Paulo, interessa perceber que se verifica nos anos de 1920, na região da *Araraquarense*, o que Matos (2003) chamou de *maternologia*, ou seja, uma verdadeira investida médica na profissionalização da maternidade. Para além da maternologia, entretanto, depreendem-se regras que ditam o que fazer e como fazer para a mulher, dada como tabula rasa, aquela que nada sabe e que necessita de muita orientação.

Ser mãe, para esses profissionais do interior e seus interlocutores nacionais e estrangeiros, era a mais nobre profissão a qual as mulheres poderiam almejar, já que esse era o destino verdadeiramente biológico constitutivo do gênero, e não a busca pela sobrevivência fora de casa, considerada uma aberração³⁴. Além disso, a maternidade consciente era a mais importante e útil contribuição social dada pelas mulheres ao país, já que a preservação ou a degradação dos primeiros anos da infância estava justamente em suas mãos. Conforme muitos diziam à época, caberia aos homens a preocupação com a sobrevivência da família, com a “luta cotidiana” e “individualista” do mundo moderno. As mulheres deveriam ter uma profissão muito mais nobre e edificante do que qualquer outra: a maternidade.

³⁴ Os médicos que escreviam ou eram citados cotidianamente nos jornais de Catanduva, São José do Rio Preto e Mirassol nas décadas de 1920 e 1930 eram Álvaro Réa; Sellman Nazareth; Aniloel Nazareth; Floriano de Lemos; Israel Alves dos Santos; Azevedo Nunes; Souza e Silva; Synesio M. de Oliveira; Azevedo Nunes; Justino de Carvalho; João Dioclecio Ramos; Francismo Purita; Aguinaldo Ponde; Elyzer Magalhães; Taves; Fritz Jacobs; Figueira Lopes Reis Dias; Navarro da Cruz; Borges de Carvalho; Edmundo Botelho; Rollemberg Sampaio; Francisco Magaldi; Mara Gameiro; Raul Jansen Ferreira; Benedito de Castro; Mario Furquin; José Rocha; Aquino de Oliveira; Fontes Torres; A. Toledo Barros; Vicente Belmonte; J.Barreto; Souza Lima. Muitos desses profissionais eram formados na Europa, ou no Rio de Janeiro e Bahia. A grande maioria se apresentava como especialista em “doenças de senhoras”, partos e “moléstia das crianças”.

É claro que a transformação da maternidade numa espécie de ciência útil à família e ao país acabava por desqualificar outros discursos que desde sempre estiveram ligados ao universo feminino. Proliferavam nas páginas dos matutinos os artigos contra qualquer outro que estivesse disposto a dar uma orientação – errada, segundo os médicos – sobre a criação dos filhos (CAMPOS, 2004).

A aleitação materna, nos primeiros mezes quase sempre tem pratica errada, conseqüente às exhortações dadas às mães por velhos pseudo-medicos, e por parteiras inhabeis (*A Noticia*, 1925).

Como identificou Matos (1996; 2003), desse intento médico que buscava cientificizar a maternidade emergiram normatizações, como a da obrigatoriedade moral e cívica do aleitamento, que acabaram por criar mulheres de determinado tipo, restringindo profissões e também redefinindo as próprias relações com o marido.

No bojo desse processo de maternologia do qual as mulheres foram objetos de intervenção, elas também desempenharam papel de sujeitos. O médico, que se tornou perito incontestado no assunto, contou com o apoio e o respeito maciço de boa parte de representantes desse grupo social para conseguir finalmente difundir seus modelos de higiene, educação e bem-estar Brasil afora, principalmente por intermédio das associações de caridade, grupos escolares, ginásios particulares, postos de higiene e diversos outros espaços.

Não podemos esquecer, entretanto, que os “conselhos médicos” que por um lado disciplinaram e normatizaram as mulheres, por outro lado as protegeram. *Realmente* existiam muitas parteiras inábeis que deixavam seqüelas irreparáveis nos corpos das gestantes, além de farmacêuticos que se arvoraram na prescrição de remédios que muitas vezes pioravam as dores femininas – do corpo e da alma. Isso sem mencionar a importância dos procedimentos neonatais descobertos pelos profissionais da saúde desde meados do século XIX, e que eram ignorados por grande parte da população. Tais procedimentos efetivamente diminuíam a mortalidade tanto das mães quanto dos filhos.

As contribuições eficazes dos médicos para a melhoria de vida das pessoas concorreram enormemente para que suas prescrições encontrassem um amplo apoio entre as mulheres de todas as camadas sociais, inicialmente entre as mais ricas que podiam pagar

pelo serviço desses profissionais, depois entre os grupos menos privilegiados que passaram a usufruir a nascente saúde pública. No entanto, vale lembrar que a partir do momento em que os médicos criaram modelos e padronizaram condutas, imediatamente estabeleceram as faltas, ou, melhor dizendo, a anormalidade (ENGEL, 2002; GONDRA, 2003).

É interessante perceber que ao longo da década de 1930 na região da *Araraquarense*, a ânsia civilizadora dos “doutores” ficou menos evidente nos matutinos. Isso ocorreu talvez porque a ordem médica já estava definitivamente institucionalizada, ou porque se organizavam politicamente outros grupos sociais, como, por exemplo, aqueles ligados à Igreja Católica que passavam a ter tamanha – ou maior – visibilidade impressa do que os médicos; ou mesmo porque os reveses do governo varguista em determinados momentos favoreciam os embates de outra natureza que não mais aqueles civilizatórios tão evidentes durante os anos 1920.

Não obstante, a publicidade regional especificamente destinada ao consumo feminino se fartou ao longo dessas duas décadas de imagens e discursos ligados à saúde, à vitalidade e à higiene originários principalmente do campo médico – mas também de outras matrizes relacionadas à saúde, que iam desde os saberes populares até os farmacêuticos, evidenciado a mistura de diferentes vozes e temporalidades presentes nos anúncios daqueles tempos.³⁵

³⁵ Se a década de 1920 é inegavelmente a década dos médicos na região da *Araraquarense*, na década de 1930 esses profissionais dividem o espaço dos impressos com farmacêuticos e dentistas que fundam associações de classe, racionalizam práticas profissionais, honorários e ainda discutem publicamente diversos pressupostos teóricos de suas respectivas esferas de atuação.

Mulheres!

As inflamações de certos órgãos internos



Certos órgãos internos das mulheres inflamam-se com muita facilidade.

Para isto, basta um susto, um abalo forte, uma queda, uma raiva, uma commoção violenta, molhar os pés, um resfriamento ou alguma imprudencia.

As molestias mais perigosas das mulheres começam sempre assim.

Justamente os órgãos mais importantes são os que se inflamam mais depressa, sem que a mulher sintá nada no começo da inflamação.

Nada sentindo no começo da inflamação, a mulher não se trata a tempo de evitar que a doença se agrave e vá piorando cada vez mais. É esta a causa das molestias mais perigosas !

Para evitar e tratar as inflamações internas, use **Regulador Gesteira**.

Regulador Gesteira evita e trata as inflamações internas, desde o começo.

Trate-se
Use **Regulador Gesteira**

Ilustração 14: Fragilidade feminina I (Diário da Araraquarense, s/d)

Numa mesma peça publicitária como a reproduzida acima, por exemplo, conviviam as crenças disseminadas de que situações rotineiras como molhar os pés, ou sentir medo e raiva poderiam afetar irremediavelmente os órgãos internos femininos. Tais órgãos facilmente inflamáveis seriam os órgãos sexuais? Provavelmente sim, visto que a inédita possibilidade de falar com objetividade e com um mínimo de propriedade sobre os tais “órgãos internos”, mesmo sem nomeá-los explicitamente, era uma das grandes novidades desses tempos.

De qualquer maneira, a indústria farmacêutica se apropriava das descobertas médicas para defender o uso racional e científico do regulador *Gesteira*. Vendia-se não apenas o produto, mas a crença na fragilidade intrínseca do corpo feminino – irremediavelmente débil.

Ao observar-se com atenção os terríveis sintomas elencados na propaganda seguinte (ilustração 15), percebe-se o agudo determinismo presente na relação entre os “órgãos internos” e o humor feminino. Se fosse possível acrescentar aos indícios assustadores

apresentados pelo discurso publicitário o apetite sexual exagerado, a doente em questão bem que poderia ser diagnosticada como uma típica histérica do século XIX.

**As
inflamações
internas!**

O que Toda Mulher deve saber



Envelhecer antes de tempo e outras alterações graves da saúde: certas tosse, dores no peito, certas coceiras, manchas na pele, dores nas costas, dores e cólicas no ventre, fraqueza geral, pontadas e dores de cabeça, moleza, cãibras e dormência nas pernas, frios ou calores súbitos, tonturas, zumbidos nos ouvidos, congestões, nervos doentes, palpitações, falta de ar, frio nos pés ou nas mãos, enjôos, arrepios, hemorragias, anemia, palidez e amarelidão, azia, arroto frequentes, falta de apetite, a asma nervosa, escurecimentos da vista, opressão no peito e no coração, tristeza, cansaço, todos estes sofrimentos podem ser causados pelas inflamações de importantes órgãos internos das mulheres!

O gênio da mulher muda quase sempre e ella pensa que está sofrendo de muitas doenças, sem desconfiar, nem se lembrar que todos os seus males são causados pelas inflamações de órgãos internos.

A prova de que tudo é causado por estas inflamações é que com um bom tratamento os sofrimentos desaparecem e a mulher sente-se outra, como que resuscitada, alegre e contente com a vida, que lhe parecia durante a molestia um verdadeiro inferno!

Trate-se
Use **Regulador Gesteira**

Regulador Gesteira é o melhor remédio para tratar os perigosos sofrimentos e males causados pelas inflamações de importantes órgãos internos.

Regulador Gesteira evita e trata as complicações internas.

Comece hoje mesmo
a usar **Regulador Gesteira**

Ilustração 15: Fragilidade feminina 2 (Diário da Araraquarense, 193-)

Interessante notar como o argumento de que “o gênio da mulher muda quase sempre” naturaliza-se nas propagandas que as retratam como vítimas de si mesmas, tanto no início do século XX como nos dias de hoje. Num mundo em que os discursos sobre a dita “tensão pré-menstrual” se transformam em senso-comum, talvez seja útil olhar para a publicidade da década de 1930 e perceber como tal argumento se cristaliza.

O fato é que com os atos, prescrições e intervenções médicas já parcialmente consolidadas no seio da intimidade dos lares e dos espaços públicos da região, outras temáticas relacionadas às mulheres que não apenas aquelas ligadas especificamente aos

cuidados com os filhos ganharam maior destaque na imprensa regional, principalmente aquelas atreladas ao que era chamado genericamente de *feminismo*.

4. Feminismos

Ao longo dos anos de 1920, e principalmente na primeira metade da década de 1930, o adjetivo feminista era utilizado por representantes dos sexos masculino e feminino para nomear diversos tipos de mulheres, profissões e comportamentos vivenciados – ou idealizados – na região. A feminista poderia ser alguma jovem que não perdia uma sessão de cinema e tinha Greta Garbo como ideal de beleza, ou senhora adulta assinante das revistas destinadas especificamente a esse público que na época proliferavam no Rio de Janeiro e em São Paulo e chegavam à *Araraquarense* pelos trilhos ferroviários, ou mesmo uma atleta adolescente empolgada com o tênis, a natação e o automobilismo, esportes da moda.

As feministas poderiam ser ainda sufragistas católicas, espíritas ou rotarianas, e até mesmo leitoras de romances açucarados, poetisas, pianistas e declamadoras profissionais. Poderiam ser também professoras primárias ou “mulheres de bem” identificadas às figuras caridosas da alta sociedade, envolvidas nas campanhas assistenciais do período. Poderiam, igualmente, identificar-se às rainhas e princesas da beleza participantes dos concursos que se disseminavam tanto nos órgãos impressos da região quanto na rádio PRB8, a única existente nessa parte do interior do Estado de São Paulo e que tinha sede em Rio Preto.³⁶

Todas essas representações do “momento feminista”, que eclodia nas décadas de 1920 e 1930 em boa parte do mundo ocidental, e na *Araraquarense* de maneira particular, indicam além da inédita miríade de possibilidades existenciais para as mulheres de então, grande diversidade de olhares para essa nova realidade social e cultural traduzida na inexorável investida feminina sobre os espaços públicos.

³⁶ Em 1927 foi dada a primeira autorização federal para que se implantasse uma rádio em Rio Preto. A instalação definitiva aconteceu apenas em 1935, quando foi fundada a famosa PRB-8, apelidada pela população de “Taquara Rachada” (REZENDE, 2006).



Ilustração 16: Poetisa (*O Município*, 192-).



Ilustração 17: Greta Garbo (*A Notícia*, 20/05/1931).

Na verdade, são tão variadas as reflexões daqueles (as) que escreviam nos jornais a propósito dessa ofensiva feminina sobre as cidades, que é possível agrupá-las em escritos que vão do espanto à indignação, do aceite ao deboche, da suposta inversão de papéis sociais denunciada incessantemente pelos homens, a recriminação e resistência declaradas.

Como observado, a construção dessa nova condição “feminista” de muitas mulheres esteve relacionada à maior visibilidade obtida por elas ao longo dos séculos XIX e XX, notoriedade esta atrelada integralmente às transformações ocorridas no modo-de-produção capitalista, que de uma economia de produção praticamente doméstica, passou a desenvolver-se em torno da economia de mercado, gerando novas necessidades e possibilidades para as mulheres, e também para os homens, daqueles tempos (HOBSBAWM, 1998).

Não obstante, a própria moral burguesa passou a condenar a ociosidade, ou a “verbosidade exuberante” que alguns escritores da região diziam ter assolado o país no passado. A idéia que se disseminava nas folhas matutinas era a da supervalorização do trabalho, tanto masculino quanto feminino, percebidos como ação construtiva do reordenamento da nação.

A faina que no século XIX significava perda de status para muitos (as), nas primeiras décadas do século XX passou a ser compreendida como signo de respeitabilidade e de utilidade social. Ao mesmo tempo, as representações construídas principalmente pelos

veículos impressos, do sertão e alhures, idealizavam mulheres vibrantes, ativas e cheias de energia, colaborando para o verdadeiro ataque sofrido pelas representações femininas ligadas às mulheres patriarcais brasileiras, tidas como inúteis. Certamente as mulheres verdadeiramente ativas – reais, idealizadas ou ambas as coisas – projetadas pelos cronistas de então constituíam parte do grupo social composto também por eles, homens ilustrados de seu tempo, como indica a propaganda de óleo para carros, reproduzida abaixo.

A motorista está envolta pelo vento que acaricia cabelos e echarpe de seda, displicentemente envolvendo o pescoço frágil. Seu olhar é seguro, as luvas protegem as mãos delicadas do contato com a direção. Esta mulher é um dos tipos feministas das décadas de 1920 e 1930: sobrelance delineadas, batom vermelho, um bom carro à disposição e a independência de conduzir o seu próprio destino. Será?



Ilustração 18: A motorista (*A Notícia*, 1936)

A feminista retratada na ilustração a seguir não é tão rica quanto a que dirige o seu próprio automóvel, mas a propaganda (apenas parcialmente reproduzida porque parte dela está ilegível) também remete ao “momento feminista” daquelas décadas. Ao que parece,

trata-se de um anúncio de financiamento de casa própria destinado especificamente às mulheres, provavelmente feita por algum banco local. Interessa perceber a crítica subjacente às moças que só pensavam em namorar, e o elogio àquelas que fugiam desse padrão, planejando com um mínimo de autonomia suas próprias vidas.



Ilustração 19: Independência feminina (*A Notícia*, 193-)

Essa espécie de edificação da mulher laboriosa não significava, todavia, um abrandamento moral ou legal sobre o trabalho feminino. A continuidade da tutela dos homens sobre as mulheres fica exemplificada quando se verifica a longevidade do Código Civil de 1916, que vigorou até o ano de 1943. O Código legalizava o trabalho das mulheres desde que elas obtivessem a permissão do cônjuge para exercer qualquer ofício fora de casa. Ao mesmo tempo, prescrevia que as casadas tomassem o sobrenome do marido, além de somente poder aceitar herança, ou abrir conta bancária, com a sua autorização. Prossegue o ideal de modo de presença feminino, traçado entre prescrições e interdições, o

que significa a predominância do dever sobre o querer como cerceamento de possibilidades para a mulher.

Além do Código Civil, os códigos sanitários, que vigoraram ao longo dos anos de 1920 e 1930, e principalmente a política trabalhista de Getúlio Vargas ao mesmo tempo em que protegeu também restringiu, e muito, o trabalho feminino ao delimitar quais seriam os ofícios compatíveis com a *natureza* feminina. Por isso reduzia o leque de opções profissionais das mulheres, já que elas ficaram proibidas de exercer atividades que pudessem colocar em risco sua saúde física ou que prejudicassem o bem-estar e a moral da família (PENA, 1981; MORAES, 1981). O cerceamento da mulher para o querer e o direcionamento para o dever consolida o direcionamento para seu estar no mundo.

Não por acaso, uma das mais importantes proibições ao trabalho feminino estava relacionada aos ofícios noturnos, sempre perigosos segundo a moral da época, já que nos desvãos das esquinas urbanas, no caminho entre a casa e o trabalho, as mulheres estariam muito mais vulneráveis não apenas aos conquistadores de plantão, mas principalmente às tentações de um mundo degenerado, pintado com tintas escuras procedentes dos aspectos sombrios ligados ao alcoolismo e a prostituição. Dessa maneira, as mulheres urbanas ficavam proibidas de trabalhar tanto nas indústrias como no comércio, das dez da noite às cinco horas da manhã, além de ficarem impedidas de pleitearem colocações mais bem remuneradas se estas fossem consideradas insalubres (CAUFIELD, 2000).

Enquanto isso, as determinações acerca da estabilidade de emprego para as gestantes, da licença-maternidade ou da obrigatoriedade da construção de creches nas fábricas que tivessem mais de trinta operárias contratadas acabaram por diminuir enormemente o interesse dos donos dos meios de produção pela contratação de mão-de-obra feminina, pelo simples fato desta ser mais cara, colaborando para uma maior reserva de mercado para os homens.

No que diz respeito à valorização das mulheres que trabalhavam, um atuante advogado de Rio Preto dá pistas significativas para a compreensão de uma das matrizes da moral “feminista” da época, ao afirmar que não era “feminista na pejorativa acepção do vocábulo” visto que lhe infundia

(...) desprazer toda idea extremista; mas, certamente, não é extremismo sustentar que a mulher, mormente quando pertence às classes esclarecidas, não pode ser neutra em face dos movimentos sociaes. É hoje inadmissível a passividade de certas épocas passadas, e é pertinente recordar que a questão do valor pessoal da mulher, instrumento de sua influencia social, foi sempre um dos grandes problemas da história (*A Noticia*, 1932).

É significativo perceber que a senhora patriarcal, detentora de pequena cultura formal e supostamente à-toa passou a ser a típica caricatura da mulher colonial ultrapassada, aquela que havia nascido e crescido sob a égide da monarquia, do analfabetismo, da escravidão e do latifúndio, particularidades que os jornalistas esforçavam-se por desqualificar. Nesse processo de supervalorização do trabalho, o perfil idealizado da nova mulher requeria novas qualidades, tais como a boa educação, o interesse sincero pelas atividades do marido, pelo engrandecimento da nação, além do sempre enaltecido espírito de caridade em relação aos “menos favorecidos”. Nesse mesmo artigo publicado com grande destaque por *A Noticia* na data comemorativa de seu aniversário, Ferreira dizia que

A mulher, que não pode ser, e de facto não é indifferente á vida do Estado ou Nação, pois sempre toma parte activissima nos grandes movimentos sociaes, tem deveres novos em face dos novos tempos (*A Noticia*, 1932).

Assim, difundiu-se a idéia de que a mulher útil e moralizada poderia, à sua maneira, ajudar a reformar o mundo social que se corrompia, se tornava mesquinho e individualista, efetivamente participando dele, desde que de maneira complementar às atividades masculinas. Tal participação deveria efetivar-se sem que jamais fosse prejudicada a verdadeira missão feminina, que como sabemos, era a do cuidado com o lar, os filhos e o marido. Um inflamado defensor da participação do “belo sexo” na vida pública dizia, na década de 1930:

Sem a collaboração intelligente da mulher não seria possível preparar a humanidade de amanhã para a redempção que a espera. A mulher é o guia dos primeiros passos do homem, sua educadora na infância e na adolescência e, sobretudo, seu amparo moral e sua inspiradora na idade adulta. (...) Que reformas sociais por ventura vingariam sem a sua cooperação e o seu amparo? A mulher é o espírito de ordem, a

tranqüilidade e a paz, o amor aos que sofrem, a solidariedade com os humildes. O seu coração alarga-se num sentido colectivo, não se isola, como o homem, num sentimento individualista (...) Na mulher está a força moral, a bondade e a fé com que as nações se tornam fortes e os povos apresentam o exemplo de sua grandeza constructiva (*Diário da Araraquarense*, 193-).

Esse tipo de feminismo era um dos mais difundidos naqueles tempos. Homens e mulheres chamados de progressistas escreviam sobre a utilidade e a necessidade das mulheres desempenharem funções públicas relevantes – desde que o fizessem como um acabamento dos papéis sociais historicamente identificados à figura masculina. Muitos textos coligados a esse tipo de feminismo destacavam, inclusive, a suposta superioridade da mulher em relação ao homem, já que elas seriam mais bondosas, amorosas e solidárias do que os congêneres masculinos. É claro que esse tipo de idealização só reforçava a desigualdade entre os gêneros, enfatizando às avessas as distinções *naturais* entre homens e mulheres e perpetuando o poderio masculino.

Observa-se “a força moral, a bondade e a fé com que as nações se tornam fortes e os povos apresentam o exemplo de sua grandeza constructiva”, atrelada à figura da mulher. Eliminam-se contradições que podem e devem emanar da figura feminina, para que ela se dê pronta e acabada segundo essa força moral, bondade e fé; para que ela se dê segundo estereótipos. Linguagem e comportamento humano mostram-se na influência recíproca. José Luiz Fiorin diz acerca da relação entre linguagem e estereótipo que

A linguagem tem influência sobre os comportamentos do homem. O discurso transmitido contém em si, como parte da visão de mundo que veicula, um sistema de valores, isto é, estereótipos de comportamentos humanos que são valorizados positiva ou negativamente. Ele veicula os tabus comportamentais. A sociedade transmite aos indivíduos – com a linguagem e graças a ela – certos estereótipos, que determinam certos comportamentos. Esses estereótipos entranham-se de tal modo na consciência que acabam por ser considerados naturais. Figuras como “negro”, “comunista”, “puta” têm um conteúdo cheio de preconceitos, aversões e hostilidades, ao passo que outras como “branco”, “esposa” estão impregnadas de sentimentos positivos. Não devemos esquecer que os estereótipos só estão na linguagem porque representam a condensação da prática social (FIORIN, 1988, p.55).

O discurso da candidata à deputada estadual D. Alice de Toledo Tibiriçá, reproduzido na íntegra pelo *Diário da Araraquarense* no ano de 1935, é representativo

desse tipo de postura que defendia o feminismo “ombro a ombro”, sem, propor, contudo, qualquer tipo de ruptura em relação às tão difundidas representações de sacrifício, caridade e bons sentimentos que estiveram ligadas à imagem feminina naquelas décadas, e que tanto colaboraram para a desigualdade entre os gêneros.

A mulher que até agora não tomou parte na confecção das leis e não ocupa os altos cargos públicos, concorreu para esse estado de cousas? Não! Pelo contrario. Dentro do lar, manteve a integridade da família. Fora, interessando-se pela assistência social, concorreu para que a humanidade não atingisse, por falta de um sentimento melhor, o maximo da dôr. E as suas obras, dia-a-dia, avultam, revelando valores (*Diário da Araraquarense*, 1935).

Além do mais, esse tipo de visão que propugnava a emancipação das mulheres compreendendo-a principalmente como a possibilidade de disseminação dos bons sentimentos *naturalmente* femininos para todo o mundo, esteve nas origens não apenas dos embates veiculados nos meios de comunicação da época, notadamente nos jornais da *Araraquarense*, mas era a estrutura ideológica sobre a qual foram assentadas as primeiras associações feministas organizadas na França, Inglaterra, Estados Unidos e Brasil (RAGO, 1985; PINTO, 2003).

Bem sabemos que o feminismo como movimento político foi um fenômeno internacional que tomou fôlego após a 1ª Guerra Mundial, impulsionado, principalmente, pelas organizações que giravam em torno das mulheres pertencentes às elites francesas, inglesas e norte-americanas que defendiam, além da inserção das mulheres no mercado de trabalho e da equiparação salarial entre os sexos, principalmente o direito feminino à participação do processo político.

Foram essas mulheres pioneiras que fundaram os primeiros grupos organizados dos quais temos notícia. Foram elas também que passaram a defender tanto a independência das mulheres, compreendida como direito a emprego e salário dignos, como o acesso à educação e sua admissão harmoniosa no jogo político.

A despeito das famosas passeatas capitaneadas pelas sufragistas que ocorreram tanto Europa quanto nos Estados Unidos no início do século XX – movimentos algumas vezes realmente tumultuados, em outras vezes simplesmente redimensionados pelos veículos de comunicação de massa da época – a idéia hegemônica dentro do feminismo

internacional era a de que a participação efetiva das mulheres nos cargos públicos eletivos constituía-se num direito essencial que não afetaria nem as atribuições domésticas que as mulheres continuariam desempenhando, muito menos a perfeita complementaridade entre os sexos, crença da qual a grande maioria comungava.

Esses círculos, apesar de incontestavelmente terem contribuído para as primeiras e fundamentais conquistas femininas relacionadas tanto ao direito de voto quanto ao acesso à educação, muito raramente defenderam a subversão da desigualdade entre os gêneros dentro de casa. Mesmo as feministas mais combativas das primeiras décadas do século XX tinham como grande modelo exaltado o da “rainha do lar”.³⁷

No entanto, a partir do momento em que as feministas organizaram-se de forma sistemática, efetivamente alcançaram seus objetivos mais almejados, já que na primeira metade do século XX mais de cem países do mundo, dentre eles o Brasil, haviam legalizado o voto feminino, além de lentamente democratizarem o acesso ao ensino secundário, porta de entrada para o ensino superior. Evidentemente que tal movimento de relativa ocupação dos espaços antes restritos aos homens por parte das mulheres não aconteceu de maneira uniforme nos países citados, principalmente no Brasil, nação onde os contrastes econômicos e sociais em relação à Europa e aos Estados Unidos eram, e são, evidentes, local em que as grandes diferenças sociais e regionais são intrínsecas à constituição da própria nação.

Aliás, o ponto nevrálgico do movimento feminista brasileiro nas suas origens reside justamente na impossibilidade das lideranças de então ultrapassarem os limites da sua própria classe social, o que dificultou enormemente a difusão das idéias de emancipação entre aquelas que pertenciam a outros grupos que não os mais abastados ou instruídos do país. Diferentemente das ativistas francesas, inglesas ou norte-americanas, as brasileiras, com exceção das abolicionistas, jamais lideraram grandes projetos de reformas sociais, diminuindo drasticamente a participação das mulheres pobres, a maioria da população feminina nacional, nas fileiras das associações organizadas do país.

³⁷ Entretanto, é importante ressaltar que um dos primeiros movimentos organizados de mulheres no mundo contemporâneo talvez tenha sido aquele encabeçado pelas francesas durante a Revolução de 1789. Algumas revolucionárias de então, encabeçadas por Marie Gouze, que utilizava o pseudônimo Olympe de Gouges, redigiram a Declaração dos Direitos das Mulheres, pleiteando principalmente a participação desse grupo nas forças armadas e no serviço público estatal – reivindicação imediatamente negada pelos jacobinos.

A grande distância entre as classes sociais no Brasil fazia com que a maioria das líderes do movimento compartilhasse com os homens os temores de classe relativos às agitações sociais típicas do período, como aqueles referentes às greves e passeatas. Como demonstraram Besse (1999), Caufield (2000) e Pinto (2003), era enorme a distância entre as dirigentes das associações e as operárias, datilógrafas e mesmo professoras primárias em nome das quais essas mulheres se posicionavam.

A postura dessas dirigentes era paternalista porque elas se apresentavam como porta-vozes das brasileiras menos privilegiadas, sem, no entanto, apoiar táticas de confrontação direta ou mesmo chamá-las para falarem por si mesmas. Talvez isso nem fosse possível naquele momento. No entanto, esse caráter conciliador do feminismo brasileiro não impedia que muitos cronistas da *Araraquarense* ficassem simplesmente irados diante da petulância das mulheres, proclamando: “Alto lá!”, como é o caso do cronista Marcílio.

A pesar de quase nada termos, ainda vamos tudo perder, pois a mulher também quer votar, quer suffragar um nome, quer fazer-se político profissional para sangrar, humilhar, conturbar, enfraquecer e desmoralizar a sociedade.

Alto lá!

Nestes dias tormentosos, dias que correm fazendo annos sem parar, a missão da mulher é muito outra, é a santa-missão da mãe a preparar o filho de hoje contra a gafeira moral que se denuncia (*O Município*, 1926).

Na “santa-missão da mãe a preparar o filho de hoje contra a gafeira moral” confirma-se o investimento simbólico de uma dada cultura, de uma dada classe social, que consolida representações fundantes da imagem da mulher dessa década, nos jornais da *Araraquarense*.

Dentre as organizações feministas existentes no Brasil, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, fundada em 1922 no Rio de Janeiro por Bertha Lutz, disseminou-se em diversas filiais pelas capitais do país, e indubitavelmente exerceu papel de maior destaque como vórtice dos anseios das mulheres das camadas médias esclarecidas e das elites nacionais, a despeito das divergências internas que recorrentemente desagregavam as lideranças da Federação.

As líderes dessa associação, como Lutz, Jerônima Mesquita, Ana Amélia Carneiro de Mendonça e Maria Eugênia Celso, dentre outras, organizaram sucessivamente congressos nacionais e internacionais, sempre trabalhando em função de duas grandes frentes políticas contraditórias, que geraram, conforme indicam estudos recentes, a força e a fraqueza da associação (BESSE, 1999; PINTO, 2003).³⁸

Por um lado, exaltavam a urgência da educação disseminada entre as mulheres para que as donas de casa se tornassem mais competentes para exercerem suas funções familiares, e também outras profissões mais bem remuneradas, se assim quisessem. De outro, lutavam pela conquista e preservação de direitos políticos exacerbando as supostas qualidades biológicas desse sexo, além de justificarem dessa maneira a entrada das mulheres no mercado de trabalho.

Segundo Besse (1999), 1932 é um ano emblemático para essa história paradoxal da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, porque ao mesmo tempo em que se pôde comemorar a importante vitória decorrente da conquista do direito ao voto, também se celebrou a institucionalização do dia das mães.

É interessante observar como os encontros e estratégias políticas dessa agremiação repercutiam em Mirasol, ponto final da ferrovia.

A doutora Bertha Lutz fez em São Paulo uma conferencia de objecto e fins feministas e concitou as patricias á cohesão, afim de que não seja destruído pelos homens o que, com grande sacrificio, um punhado de mulheres conquistou. Parece que no Brasil difficilmente os homens tentariam anullar as conquistas femininas, que aliás não são bem conquistas, mas concessões, pois nem o esforço das mulheres é muito efficaz, nesse terreno, nem pequena a amável condescendência masculina” (*Correio de Mirasol*, 1930).

Ao que tudo indica, as idéias de coesão e auxílio recíprocos defendidas por Lutz nas décadas de 1920 e 1930 iam ao encontro da “benevolência” do jornalista mirasolense que, na sua “amabilidade”, acabava por somar seus conceitos de superioridade inata masculina

³⁸ Bertha Lutz, filha do cientista Adolfo Lutz, foi uma das maiores lideranças feministas no Brasil da primeira metade do século XX. Formou-se em Biologia na Sorbonne e quando voltou ao Brasil tornou-se a primeira mulher a ocupar cargo público no Museu Nacional. Jerônima Mesquita, por sua vez, também vivera na França e na Suíça por dez anos, enquanto Ana Amélia havia sido educada por preceptoras estrangeiras. Essas mulheres se embrenharam na difícil tarefa de organizar o nascente feminismo brasileiro, mas é importante salientar o viés altamente elitizado da Federação (PINTO, 2003).

às idéias de perfeita complementaridade dos papéis sociais de homens e mulheres defendidas pela Federação.

Diferentemente do jornalista de Mirasol, o cronista rio-pretense Gayano se mostrava em primeira página totalmente indignado diante dos avanços femininos daquele momento, estando antes de tudo saudoso de um tempo idílico que não existia mais, o que o levava a projetar quimeras onde a existência de mulheres felizes, as companheiras de “antigamente” eram opostas ao seu tempo presente, povoado por “anjos máos”.

Antigamente a mulher era tida como a Deusa do seu lar; a companheira fiel do homem, trazendo sempre embossado nos lábios o sorriso amigo e carinhoso como a dizer-lhe que naquele sorriso elle encontraria o balsamo para o seu corpo cansado do labor quotidiano. Mas isso era antigamente!...Hoje em dia, raras excepções, a mulher só pensa no seu lulu nº zero, dois zeros, trez zeros e mais zeros se acrescentaria a quantos lulus apparecessem. E não ficaram só ahi as aspirações evolucionistas da mulher. Quis também ser política... Quis deixar de ser o anjo bom, a sentinella que não perde de vistas o seu sector – que neste caso é o lar – para ser o anjo máo, o guarda infiel que abandona o seu posto no momento preciso movido unicamente por uma vaidade, por um capricho, provocando impensadamente muito das vezes, a desarmonia no seu lar até então feliz (*A Noticia*, 1925).

Nessa mesma direção, adotando um estilo igualmente melancólico, porém menos raivoso, o cronista que assinava sob o pseudônimo IMU, no *Correio de Mirasol*, divagava sobre a impossibilidade de descobrir a sua “criatura” perfeita, uma cara-metade oposta às mulheres mundanas que ele vinha encontrando ultimamente no interior paulista.

Eu desejaria ter uma creatura muito candida, muito espiritual, creatura de bondade e de alegria, creatura intelligente, que falasse á minha alma triste, uma creatura muito meiga, muito interessante, que me acompanhasse nos passeios das manhãs, entre o canto dos pássaros, quando a aurora começa a surgir...Eu desejaria ter uma creatura muito cãndida, muito espiritual, rica de belleza, rica de sorrisos, para os meus curtos dias de vida, uma creatura que sentasse ao meu lado para me ajudar a escrever minhas chronicas, que me ajudasse a sentir ficar alheio ao mundo, que me ajudasse a cantar a canção da saudade, ao luar. Ah! se eu possuísse uma creatura assim, que prazer de viver, que orgulho de possuil-a, de admirall-a!...(Correio de Mirasol, 1931).

Possivelmente a “criatura muito candida” de IMU era oposta à personagem do anúncio da película *O amor imortal* que não por acaso tinha o subtítulo *O ideal perdido*. Na

propaganda do filme, o homem está literalmente aos pés da mulher. Ela é retratada numa das típicas idealizações da feminista mundana dos anos de 1920: lânguida, cabelos curtos, vestido marcando as curvas discretas do corpo, braços e tornozelos à mostra, salto alto, uma dama das festas, do luxo e da futilidade, como muitos diziam. Essa mulher “feminista” que aparentemente pouco se interessava pela manutenção de um “amor imortal” como os de “antigamente” havia perdido irreparavelmente a “doce simplicidade” de outrora. Conforme diagnosticavam os cronistas do sertão, desolados, não havia mais espaço para os sentimentos puros e românticos que hipoteticamente teriam existido num passado não muito distante e do qual a grande maioria, em uníssono, afirmava sentir saudade.



Ilustração 20: O ideal perdido (Diário da Araraquarense, 1934).

Um pouco diferente das perspectivas saudosistas apresentadas acima, mas também na frente de ataque, posicionavam-se os textos que debochavam do movimento feminista organizado, ora ridicularizando-o, ora apontando sua inutilidade ou falhas.

O ultimo “Congresso Feminista” realizado em Vienna, valeu por um capitulo de Pittigrilli. Nelle se discutiram assumptos de todas as cores. Fallou-se de esportes, de machinas de escrever, de victrolas, das maneiras de não se fumar, de football, tennis, automobilismo, etc, etc, não vindo a baila, todavia, a discussão do programa que era a causa daquela reunião (...) Na ultima sessão que se realizou, no sábbado, houve verdadeira animação: voaram taponas, gritos, soccos, pontapés e etc., tornando-se obrigatória a presença da policia para que a reunião continuasse. Imaginem os leitores se Schopenhager (sic) estivesse lá dentro...(*A Noticia*, 1931).

Muitos escritores escarneciam dos encontros institucionalizados, como os congressos que aconteciam aqui e além, mas principalmente criavam situações ficcionais onde as “feministas”, se efetivamente conquistassem o poder, demonstrariam toda a sua impossibilidade em agir racionalmente, sendo, antes de tudo, guiadas pelos seus instintos mais primitivos e descontrolados, destacando-se, em primeiro lugar, a sempre decantada vontade de arrumar marido.

Apesar disso, essa necessidade de arrumar um companheiro que assumia ares de deboche nas mãos dos jornalistas do sertão talvez não esteja assim tão distante da realidade, visto que independentemente das possibilidades profissionais que surgiam para as mulheres, o mercado matrimonial ainda era o fim existencial legitimado para a grande maioria delas, se pertencentes às camadas médias e às elites. O escritor de *A Noticia*, por exemplo, imaginava os destinos da justiça nacional se as representantes do “belo sexo” pudessem participar de júri popular, como muitas queriam.

As mulheres de vez em quando põem as manguinhas de fora. Ora surge uma pretensão ao direito de voto, ora ao direito de ser votada, ora ao direito de julgar e até ao direito de legislar. Agora querem ellas fazer parte do corpo de jurados. É o cumulo!... Imaginem as mulheres julgando em jury popular...no fim de pouco tempo desapareciam os homens da circulação...principalmente os solteirões. (*A Noticia*, 1931).

Enquanto isso, o catanduense que respondia ironicamente sob o pseudônimo de Beleza, anunciava uma nova tática de guerra, se por acaso as “feministas” se alistassem no

exército brasileiro. A participação das mulheres no corpo militar geraria nova estratégia bélica em período de guerra.

Essa mudança de sexo nos combatentes, ao contrario do que á primeira vista possa parecer, determinará alterações bem profundas nos processos de tática até agora em uso. Indiscutivelmente simplificará muito os planos de combate, porque, para vencer um exercito feminino pelo atropelo, será perfeitamente prescindível o emprego da aviação militar, com tanto apetrecho custoso bastando para isso o vôo impertinente de uma esquadrilha de baratas (*A Noticia*, 1931).

Já o jornalista do *Diario da Araraquarense* no ano de 1935 noticiava a ocorrência de uma estranha espécie de duelo, modalidade de desafio estritamente masculina e já um tanto fora de moda no século XX. Nessa disputa pela honra, que teria ocorrido em longínquas terras européias, as desafiadoras eram as feministas daquelas plagas, que não escaparam dos golpes – de tinta – do ferino cronista local.

Muito possivelmente esse duelo apresentado como notícia verídica tenha sido pura imaginação do homem ilustrado da *Araraquarense*, mas é esclarecedor de um modo de representar a mulher bastante recorrente nas páginas dos impressos da região.

Ambas se apresentaram com um curto calção que lhes deixava á mostra toda a perna, e com uma blusa bem decotada que lhes descobria toda a espádua e os apolíneos ombros...Assim “vestidas”, colocaram-se uma em frente á outra, cercadas pelas testemunhas e pelo medico que para dispor seus previdentes instrumentos em linha, tinha-os lugubrememente...O nervosismo das duas era intenso e, quando o juiz pronunciou a celebre “em guarda” as duas em soluço precipitaram, uma nos braços da outra, numa bem feminina reconciliação...Como vemos, os tempos mudaram... (*Diário da Araraquarense*, 1935).

Um outro tipo de padrão discursivo acerca do feminismo ponderava sobre as tragédias que supostamente se abatiam sobre as famílias por culpa das mulheres que se deixavam levar pelas fantasias da independência em relação aos maridos, ou mesmo pelas palavras vãs das feministas do mundo todo. Diferentemente daqueles que postulavam a melhoria das sociedades em função do contato das mulheres com o universo público, visto que elas, mais “virtuosas” e “bondosas”, iriam ajudar a reconstruir o que ainda não estava irremediavelmente perdido, existiam aqueles que achavam que as mulheres, por serem mais

suscetíveis e permeáveis às más influências externas, estavam definitivamente destruindo a família, ou seja, trazendo as maldades do mundo para o seio dos lares sagrados.

Sob esse ponto de vista, o feminismo organizado era não apenas um desserviço, mas verdadeiro perigo para as células familiares e para o Estado Nacional. O cronista mirasolense que assinava Maligno afirmava que para o homem o valor moral da família era essencial, enquanto

(...) para a mulher deve ser mais cara ainda a ideia do lar, não só porque o contacto das illusões mundanas lhe é mais funesto que ao homem, como ainda porque é dentro da SUA casa que a mulher encontra a completa e integral expansão de seu ser, na maternidade (...) (*Correio de Mirasol*, 1931).

Nesse mesmo texto, impresso em primeira página, o autor enfatiza os perigos que estariam rondando a família brasileira, certamente impulsionado pelas discussões que inflamavam os meios de comunicação no ano de 1931 relacionadas à questão do voto feminino, conquista que a despeito das previsões catastróficas se efetivaria um ano depois.

Ora, deante de taes circumstancias sociaes de ordem mundial e também de ordem particular nacional, parece que qualquer lei, visando dar á mulher maior autonomia attenta directamente contra a estabilidade e mesmo contra a existência da família, mórmente no Brasil, onde a civilização não chegou ainda, graças a Deus, ao ponto de destruir a noção básica da sociedade conjugal: - a adaptação dócil e amiga da esposa á orientação do chefe e responsável por essa sociedade, que é o marido. Demais, a mulher brasileira é, talvez, a mais FEMININA de todas as mulheres do mundo. A sua sensibilidade fina e delicada, a sua tendência clara e natural para os verdadeiros fins do seu sexo, nunca farão della a concorrente desagradável do homem; nunca ella se cobrirá com o ridículo de pretensões inatingiveis, ou de attitudes deselegantes e chatas. Será sempre, ao contrario, a companheira meiga de cada hora, a fonte de poesia e de entusiasmo, a provocadora e inspiradora das grandes energias, a confortadora das grandes amarguras...A lei do suffragio feminino entre nós nem vingaria (*Correio de Mirasol*, 1931).

Opinião semelhante à de Maligno tinha a “conselheira” catanduvense Mirian, que condenava também na primeira página d’ *A Cidade* a falta de apego das mulheres modernas à casa, tão preocupadas com as conquistas políticas e cada vez menos afeitas às verdadeiras *benesses* da vida conjugal. Tal comportamento estaria levando os maridos a se sentirem

sozinhos e enfadados com o casamento, que se tornava um aborrecimento ao invés de um “ninho de amor”. No mais, Maligno de Rio Preto também atrelava as reivindicações políticas das mulheres modernas às “deselegantes e chatas”, assim como Myriam identificava aquelas que “querem ser políticas” às que “perdem seus atrativos”. A verdadeira esposa, para a rara voz feminina (?) a ser expressar nos veículos impressos da *Araraquarense*, deveria ser encantadora, e não feminista.

As jovens perdem o “amor da casa” tão necessário á toda mulher, e só pensam em passeios, jardins, cinemas, bailes...(...) Jovens amem o lar! Moças amem seus lares mais do que a tudo! Seus carinhos sejam em primeiro lugar para ella! Vocês minhas amiguinhas, que são as flores desse jardim de doçuras, encantem seus moradores pela beleza de suas qualidades e virtudes, e embalsame-os com o perfume de sua pureza. E assim terão cerradas as fileiras contra o DIVORCIO e a DESUNIÃO das famílias (*A Cidade*, 1936).

Do manifesto pró-estabilidade matrimonial escrito por Myrian, emerge, mesmo que discretamente, além da crítica às mulheres “modernas”, “feministas” e “mundanas” – muito mais preocupadas com a vida pública do que com a privada - uma outra particularidade relativa aos discursos que circulavam sobre elas bastante recorrente nas cidades da região da *Araraquarense* das décadas de 1920 e 1930: a obrigação de se manter jovem, bela e atraente para cumprir sua outra função social essencial: encantar.

Capítulo 3 – A beleza da mulher paulista

-“Preste atenção um bocado!
Quar vistido hei de ponha,
P’ra í na funcção que tem lá
Na praça, nhô Quim Melado?
Visto aquelle verde-má,
Ô este, de renda e babado?
Aquelie, eu já tenho usado;
E este, inda eu to por usa.

-Vista aquelle veio, Crara.
De noite, nem se arrepara,
Púis, cumo diz o brocardo
Que o dianho do Zéca Açoite
Sempre arrepete, - de noite,
Tudo os gato são leopardo” (*A Noticia*, 1930).

Mais uma vez, o escritor rio-pretense Fontoura da Costa remete às fronteiras do universo feminino das primeiras décadas do século XX no interior paulista. Mais uma vez, por intermédio da publicação jornalística dada segundo a variante lingüística caipira, aumenta a verossimilhança do personagem encarnado como aquele pertencente a grupos sociais menos privilegiados, já que o uso da língua, segundo um registro incompatível com a norma padrão e culta confirma o estatuto social do falante. Mais uma vez o autor, por meio do exame do comportamento das mulheres, faz o leitor ser transportado para um tempo que não existe mais, para um tempo que muito possivelmente sequer tenha existido mesmo no passado do poeta. Terá havido um dia em que foi indiferente vestir um “vestido verde-má”, ou um “véio”, “de renda e babado”, porque simplesmente de noite “tudo os gato são leopardo”?

Importa a construção parodística que, desmontando a máxima de “à noite todos os gatos são pardos” imprime o tom de caçoada, que se emparelha à brincadeira inocente. Vale observar que sob a ilusão de ludicidade de um modo de dizer firma-se o estatuto de poder da masculinidade concomitante ao estatuto da fragilidade da mulher. Destaca-se a dúvida de pôr o vestido *a* ou *b*, dada sob a ridicularização do autor, redundando em ridículas tanto a variante lingüística representada como as hesitações femininas. Aos movimentos próprios do universo feminino se juntam à fala caipira para serem, ambos, espoliados de legitimidade.

Na verdade, se o tempo em que vestir este ou aquele vestido realmente existiu pouco importa. Interessa saber que indubitavelmente no decorrer das décadas de 1920 e 1930 nas terras da *Araraquarense*, atributos como a mocidade, o conhecimento em relação às modas, a formosura, a graça e o encantamento transformaram-se em preocupação primordial para as mulheres que circulavam pelas ruas das cidades, e também para os homens que as observavam e escreviam a seu respeito.

Vale verificar, entretanto, a ironia que escolhe como alvo aquilo que representa a imperfeição: no caso do poema, o vestido “veio” de Crara extrapola a figura do vestido e de Crara: sob o riso inconseqüente firma-se a ironia cáustica do sarcasmo. A imperfeição satirizada está na variante lingüística tanto quanto nos volteios da mulher para se embelezar. Destaca-se a caricatura da mulher e do uso lingüístico.

Não é demais ressaltar que a construção desse texto reproduz de maneira caricata marcas típicas da linguagem do caipira e, ao parodiar essa linguagem, desmoraliza e ridiculariza: o falante, a mulher-falante. Trata-se de um texto exemplar, pois a intenção de ridicularizar Crara, ou qualquer um dos menos privilegiados é recurso argumentativo para desacreditar o mundo dos “baixos”.

1. Moda e refinamento

Sem dúvida os textos examinados nos mostram um outro lado: os predicados da beleza deixaram de ser exclusividade do mundo das atrizes de cinema e teatro, ou das musicistas e declamadoras famosas que vez ou outra excursionavam pelo interior paulista e se transformaram em possibilidades – e também em necessidades para as mulheres de então. Possibilidades e necessidades voltadas para a autocontemplação feminina e para o embelezamento de um corpo que seduz e que, portanto, cobrava de si a imagem bela, beleza essa orientada pelos padrões sociais. Mas essa beleza sem contradições, que remete o olhar para a perfeição e que alia a perfeição às classes sociais mais privilegiadas, aquelas às quais é familiar o uso culto da língua, essa beleza não é, enfim, para os “baixos”.

A propósito, talvez “Crara” seja um exemplo representativo justamente desse momento em que as fantasias, idealizações e normatizações ligadas à beleza feminina passaram a povoar o imaginário dos habitantes da região, especificamente o imaginário

feminino. Crara quer, mas não pode: a própria cena em que se insere não lhe permite a beleza dos acabamentos perfeitos. Por isso tanto faz, a Crara, este ou aquele vestido. O juízo de valor sobre as possibilidades de beleza de Crara não é inocente. A utilização do falar caipira e o “tanto faz” para este ou aquele vestido exploram, como recurso argumentativo, a autoridade da beleza idealizada: esta, sim, das mulheres que sabem falar o Português.

Resta voltar o olhar então para as impecáveis, traçadas segundo o ideal dos grupos sociais abastados. Os cuidados das mulheres em torno de si mesmas, nesses segmentos sociais, indicam não apenas a concretização de uma arma para que se mantivessem irrepreensivelmente bonitas, mas também a perspectiva de auto-embelezamento, dada segundo os ideais do tempo e do espaço social. Entre esses ideais, está a imagem dos maridos e pretendentes que, em resposta a esses esforços, permaneceriam hipoteticamente para sempre enamorados e felizes, conforme ininterruptamente anunciavam cronistas e comerciantes nos jornais locais.

A concepção do auto-embelezamento, para agradar o outro acusa a constituição da identidade feminina, voltada para o olhar do outro. Trata-se de uma nova vulnerabilidade da beleza da mulher: uma beleza traçada para a alteridade (o homem) e não para a identidade (da própria mulher), mesmo sendo ela dos grupos sociais privilegiados.

Das páginas impressas d'*A Cidade de Catanduva*; d'*O Município*, *A Notícia*, *Diário da Araraquarense* e *Folha de Rio Preto*; e do *Correio de Mirasol* insurgiam os mais variados apelos e argumentos relacionados à moda, à estética e ao bem-estar, embalados especialmente pela publicidade que rapidamente se profissionalizava tendo como alvo justamente o público feminino, ávido para o consumo de produtos que prometiam juventude e esbeltez.

Assim, multiplicavam-se tanto as propagandas quanto o número de anunciantes de salões de beleza, lojas de tecidos e sapatos, modistas, médicos de senhoras especializados em “regimens alimentares”, fabricantes de cintas modeladoras e de dezenas de outros artifícios utilizados para que as solteiras pudessem, enfim, encontrar um “bom partido”, e as casadas mantivessem seus postos arduamente conquistados. Assim se delineava uma identidade pautada pela alteridade, ou seja, um eu pautado pelo outro, de modo próprio, nessas décadas de 1920 e 1930.

O cenário que se configurou sob esse inédito processo de invasão dos cosméticos e da moda no cotidiano das pessoas não era, entretanto, particularidade da região, tendo sido antes verificado nas capitais européias (PERROT, 1992; VIGARELLO, 2006), e brasileiras (GONTIJO, 1987; SEVECENKO, 1992; SCHPUN, 1999). Contudo, é importante destacar que tal movimento de disseminação de imperativos relacionados tanto aos modos de vestir quanto aos cuidados destinados à melhora da aparência física ocorria, nas grandes e pequenas cidades, opondo-se a uma realidade muito diferente da que existiu ao longo do século XIX.

Durante este período, conforme demonstraram Souza (1993) e Laver (2005), as roupas refletiam hierarquias e papéis sociais extremamente rígidos, além de acentuarem as diferenças entre os sexos. A própria indústria da moda era ainda incipiente, e o bem vestir preocupação quase que exclusivamente restrita às elites. No que diz respeito à distinção entre os sexos por intermédio do vestuário, preocupação inerente à própria moda, enquanto as mulheres se enfeitavam com roupas e acessórios bastante elaborados, ou mesmo excessivamente enfeitados, como corpetes, luvas e sombrinhas que realçavam tanto a posição de adorno que ocupavam em relação aos homens, quanto a sua situação de dependência e submissão, estes usavam predominantemente cores escuras, barba e bengala, buscando destacar qualidades como autoridade, seriedade e altivez.

Interessante observar como a héxis corporal, ou o modo de ocupar o espaço no mundo, o modo de movimentar-se no mundo, reproduz pontos de vista sobre o homem no próprio mundo: proporcional ao espalhafato feminino, compõe-se a sisudez masculina; lá, a presença-adorno; cá, a presença fundante.

No entanto, nas décadas de 1920 e 1930, um processo extremamente dinâmico envolveu tanto a moda, como a publicidade e o comportamento. As roupas mais leves e utilitárias se difundiram dando maior liberdade de movimentação para ambos os sexos, e, dessa maneira, colaboraram decisivamente para o abrandamento da moral. Ao mesmo tempo, o uso de chapéus mais discretos, ou a ausência deles, o fim paulatino das luvas ou a disseminação de maiôs sem mangas para as mulheres, dentre tantas outras novidades relacionadas à indumentária, refletiam outros tipos de conduta social (CAULFIELD, 2000; VIGARELLO, 2006). Esse outro tipo de conduta social, entretanto, reflete uma mesma

estrutura de pensamento, uma mesma concepção do corpo feminino: belo, gracioso e encantador.

No compasso em que as saias femininas progressivamente diminuíram de tamanho, chegando até os joelhos em meados da década de 1920, e as meias de seda, saltos altos e vestidos com cinturas mais baixas, e menos marcadas, passavam a compor os guarda-roupas de jovens e senhoras, ainda se difundiram para elas sobancelhas delineadas e bocas pintadas de vermelho – combinando com os esmaltes e com a cor das roupas, também vibrantes – além de sutiãs e calcinhas. (GONTIJO, 1987; BESSE, 1999).

Além disso, a própria produção das roupas nesse período se alterou profundamente. Nascia tanto o conceito de *prêt-à-porter* como a alternância das coleções sazonais que mudavam drasticamente a cada período, fazendo com que as próprias necessidades de vestuário feminino também se modificassem de acordo com cada estação do ano. Aliás, *prêt-à-porter* significa justamente “pronto para usar”. Trata-se da designação para as roupas fabricadas em série, nos tamanhos P, M e G que passaram a ser vendidas nas lojas de departamentos que surgiam nas grandes cidades (GONTIJO, 1987; VIGARELLO, 2006).

No que diz respeito especificamente às mocinhas das elites e camadas médias do sertão que estavam fisicamente tão distantes das famosas lojas de departamentos e galerias que surgiam naqueles tempos, no mesmo ritmo em que passaram a ser vistas excursionando pelas “paisagens naturais” da região, embrenhando-se em piqueniques ao redor das cachoeiras e da mata virgem; ou mesmo fazendo natação, fumando em público e dirigindo automóveis, igualmente inauguraram uma relação fundamentalmente contraditória com a indústria da moda e da beleza que se consolidava, justamente, alardeando a independência dessas mulheres modernas.

Sob a perspectiva da variação de comportamento, permanecia uma invariância: o olhar dirigido para o outro, para agradá-lo, para conquistá-lo, para realizar-se segundo ele, não segundo a mulher ela mesma, no mundo: solitária e contraditória. Idéias certas sobre coisas, fatos e pessoas mantêm os estereótipos comportamentais. A moda daqueles tempos buscava a mulher transparente e feliz, ou feliz porque transparente. *Chic*, estereotipadamente *chic*, mas jamais opaca, jamais não compreensível ou não compreendida: eis a imagem depreensível da parafernália da moda propagada nos jornais de então.

Na fotografia reproduzida na página seguinte, personagens predominantemente jovens – e acima de tudo “chics” – da *Araraquarense* posam durante excursão exploratória do sertão. Esse tipo de viagem em torno das “bellezas naturaes” da região era o resultado da crença tão generalizada de que a vida ao ar livre era a mais saudável para os habitantes das cidades, já que se acreditava que as agitadas (!) *urbs* causavam uma espécie de neurastenia nos seus habitantes. Além disso, estimulava-se o espírito de aventura e desbravamento entre os mais novos, que vez ou outra eram identificados como pertencentes à “jeunesse dorée” local e equiparados aos aviadores, automobilistas, nadadores e aventureiros que faziam fama num mundo que rapidamente se globalizava por meio das páginas impressas.



Ilustração 1: Família excursiona pelo sertão (*Album da Comarca*, 1929).

Enquanto as assíduas expectadoras dos filmes de Hollywood e leitoras dos jornais e revistas locais, nacionais e internacionais aprendiam truques para valorizar uma ou outra parte do corpo, e assim se apropriavam – ou mesmo legitimavam – de inéditas estratégias de sedução e beleza, também sofriam com as regras rígidas sobre o que vestir, como vestir, e por que vestir. As regras rígidas confirmavam a estabilidade, por sua vez meio de acolhimento de estereótipos. A rigidez dos parâmetros da moda não só torna o mundo mais

familiar, compreensível e imediatamente transparente, isto é, inteiramente penetrável por nossas opiniões, como a própria imagem da mulher veiculada nos periódicos em questão.

Os escritos do costureiro que assinava sob o pseudônimo de Jean Jacques são exemplares desse fenômeno de inclusão – exclusão, tirania e democratização das regras do “bem vestir” ou, melhor dizendo, do “bom gosto”, que se generalizaram na região ao longo das décadas de 1920 e 1930. Seus textos são representativos de um tempo em que se decretava em todos os jornais da *Araraquarense* que “jamais havia existido uma união mais estreita, mais compreendida do que a da Moda e da Mulher”.

Possivelmente Jean Jacques, intérprete privilegiado desse momento de consolidação e democratização da moda, sequer imaginasse a longevidade de sua assertiva.

Um philosopho disse um dia que tudo se transforma na natureza. E o mundo aplaudiu esta verdade. Mas foi a moda que, sem querer, confirmou a celebre affirmação philosophica. Ella transforma-se sempre, brusca ou lentamente, impondo-se em toda parte, impressionando com as suas formas novas, bellas, realçando os dotes da Natureza reunidas na mulher. Um dia no cérebro fecundo em criações, surge uma idea nova, um composto simples e harmonioso de linhas, de curvas, de tons e enfeites e, logo depois, ostentando um bello sorriso, surja (sic) a mulher nos “boulevards” barulhentos, assombrando, com a impressionadora belleza do conjuncto, todos que a admiram (...) (*Diário da Araraquarense*, 1936).

A prescrição do sorriso para a mulher que surge nos “boulevards” barulhentos reduplica o ideal da submissão e a obrigatoriedade do estado de doçura, aliado ao bom humor. Assim, responsável pelos escritos da coluna intitulada “Para você, senhora”, do jornal *Diário da Araraquarense*, este autodenominado “aliado das mulheres” falava sobre maquiagem, exercícios físicos, beleza e decoração, comentando e ditando as “novas tendências”.³⁹ É importante destacar que os argumentos de Jean Jacques partiam sempre do pressuposto de que a moda, se bem dosada e utilizada com bom senso, realçaria algo constitutivo das mulheres, uma espécie de graça natural no “allure”.⁴⁰

³⁹ A figura do costureiro Jean Jacques era única na região. Num tempo em que os assuntos relativos à moda, culinária e decoração faziam parte do universo estritamente feminino, o cronista que partilhava esses interesses com o “belo-sexo” era exceção. Dessa maneira, subvertia as representações de gênero masculino.

⁴⁰ As expressões em francês, freqüentemente utilizadas, pressupunham refinamento tanto do escritor como do público leitor. Apesar de vez ou outra serem citados exemplos de modelos de vestimenta inglesas, alemãs ou norte-americanas, a grande referência continuava sendo Paris. Não é a toa que o costureiro assinava Jean

Uma mulher “chic” jamais utilizaria artificialismos exagerados, coisa de quem não possuía “bom gosto”, pouco freqüentava o cinema, lia ou viajava. A norma implícita mais recorrente nesses textos é justamente aquela que evidencia não apenas a naturalidade da verdadeira beleza feminina, mas principalmente uma certa singeleza do conjunto formado pelas roupas apropriadas, o andar controlado, a maquiagem discreta ou o perfume inspirador.

Tais comportamentos sociais, observados como práticas significantes e, portanto, passíveis de exame, confirmam a neutralidade ou a justa medida como movimento que preside o ser no mundo: nem excesso, nem falta, eis o ideal da beleza da mulher.

É claro que mesmo prometendo auxiliar todas as suas leitoras para que os artifícios da “coqueterie” se democratizassem, apenas a minoria incorporava o modo de ser preconizado por Jean Jacques, já que não se tratava apenas de ter dinheiro para vestir um ou outro modelo, mas de possuir disponibilidade, educação, relações sociais adequadas e, principalmente, força de vontade para que a vida se transformasse num grande desfile de modas, em que as mulheres desempenhassem o papel de manequins graciosas e os homens, o de “assistência encantada”. Importa a justa medida na definição do conceito de elegância.



Jacques, e as costureiras que mais freqüentemente anunciavam os serviços de seus “ateliês” sejam “Madame Jacinta Brandi” e “Madame Cida”.



Ilustrações 2; 3 e 4: Inteligência, beleza ou sedução?

Na seqüência de figuras reproduzidas na página anterior, qual das três mulheres seria a mais elegante na opinião dos leitores dos jornais e do costureiro Jean-Jaques? Qual delas exagerava ou descuidava da “coquetterie”? Segundo o fotógrafo que as escolheu para representar o “feminismo da Araraquarense” não existia beleza sem virtude, por isso a foto da professora Barthyra Viégas (ilustração 2) é acompanhada da seguinte legenda no Álbum da Comarca: “ *Uma das intelligencias mais robustas do nosso meio feminino, e um dos elementos mais queridos pela sua virtude e bondade, em todas as rodas sociais, sendo atualmente elemento de destaque no Gynasio de Rio Preto*”. Nenhuma menção à beleza da professora, que recebe tratamento diferenciado das outras duas representantes da “graça feminina”. A “prendada” Amélia Scaff (ilustração 3), é tida como “*um dos finos ornamentos da nossa sociedade e um dos espíritos mais cultos. É filha do importante fazendeiro e capitalista Snr. José Scaff*”, enquanto Josepha Barretos (ilustração 4), única a ocupar sozinha uma página inteira da “galeria consagrada à mulher” é apresentada como “*um dos lindos ornamentos do nosso feminismo, em cuja belleza ressaltam os preciosos dotes de sua bondade*” (Album da Comarca, 1929). Talvez inteligência e sedução fossem incompatíveis.

Dois modelos sugeridos pelo costureiro e destinados aos passeios vespertinos daquelas que podiam dar-se ao luxo de fazê-los dão o tom à “finesse” esperada das que

queriam, e podiam, “despertar um halo de admiração” nos passantes citadinos, no ano de 1936.

Para as tardes de sol, um vestido de seda estampada de cores vivas, azul, branco, vermelho, ou xadrez miudinho. Gola com bandas cruzando, e botões cobertos de seda branca, ou azul, alegram a vista, dando encantador realce a silhueta luminosa da mulher. O emsemble, “vestido e manteau”, um jersey de riscas. Botões vermelhos. Corte simples, realçando a cintura (...) (*Diário da Araraquarense*, 1936).

A fazenda amarelo tostado, guarnecida de grandes botões em madreperola. O cinto em pellica branca, com grande fivella, também em madreperola. Com este vestido usa-se um pequeno casaco azul cahindo à direita. E, por ultimo, um elegante manteau de lã verde. Gola em pique, com recortes. Único adorno: - bordados de prata nas mangas e pontos na gola (*Diário da Araraquarense*, 1936).

Único adorno: nada de excessos. O valor positivo, escapando ao excesso e à insuficiência, ancora-se na justa medida, para essa visão de mundo que considera a moderação ou a situação média como o valor supremo. No mais, mesmo as mal vestidas, ou as excessivamente artificiais – é muito sutil a distância que separa uma mulher “chic” de uma demasiadamente arrumada e vulgar – poderiam ser educadas pelos conselhos de “quem entende” endereçados “às leitoras gentis”. O sucesso do encantamento propiciado pela exata combinação dos recursos disponíveis poderia ser, portanto, aparentemente alcançado por todas, desde que fossem seguidas as regras de “sua excelência Dona Moda” e as combinações para que sapatos e “maquillagens artísticas” fossem corretamente observadas.

Sobre o tema da sutileza que separava as mulheres elegantes das vulgares, Sylvio Floreal, dez anos antes de Jean Jacques já anunciava:

Qualquer moda feminina usada exageradamente, provoca o ridículo, gera o escândalo; e, toda idea de elegância que se teve em mira realizar, resvala desastradamente para o excesso, provocando escarneio (*O Município*, 1926).

No entanto, diferentemente de Jean Jacques, que mesmo pregando certa discrição no que diz respeito às roupas femininas tinha como ofício justamente o elogio e a construção

de vaidades feminis, Sylvio Floreal, romancista famoso da cidade de Mirasol, criticava tanto as mulheres vítimas do império das modas daqueles tempos quanto à indústria da beleza que, sucessivamente, invertia os costumes arraigados das habitantes da região.

Se para Jean Jacques, o “aliado” das mulheres, a fugacidade e a alternância dos figurinos eram o que havia de melhor no *glamour* que se buscava construir naqueles tempos, para Floreal tanta alfaaiataria, principalmente as inovações em relação aos decotes, resumia-se num terrível ataque à castidade, de homens e mulheres.

É o delírio do corte! A mulher moderna cortou as saias e os cabellos; somente não conseguiu cortar, até hoje, a sua longa vaidade...O corpo das mulheres com todas as suas curvas, é a infinita estrada suave das modas, assim como o seu espírito é o desfiladeiro sinuoso dos caprichos. O capricho é a única e plausível razão de ser do pseudo sexo-frágil. O capricho é o seu maior e único passa-tempo (...) (*O Município*, 1926).

“O capricho é o seu maior e único passa-tempo”: assim se firma a propensão a reduzir a imagem da mulher ao conhecido, ao indubitável: a noção da fragilidade do caráter feminino, aqui respaldada pela idéia de capricho. Se preconceito é idéia preconcebida, tem-se o preconceito em relação à figura feminina, mesmo em se tratando de discurso da moda. Por isso não há dúvida a respeito do corpo e do pensamento da mulher: ela é dada como transparente, pronta e acabada, sobre a qual não pairam contradições.

Nesse mesmo artigo de primeira página, escrito para *O Município*, de Rio Preto, impossível não notar certa misoginia presente. A mulher moderna não encanta, assusta. O capricho, qualidade que segundo Floreal era biologicamente feminina, não seduz, sequer eleva aos outros, mas antes de tudo causa desprezo e piedade nos homens. As representantes deste sexo não são apenas frágeis, mas principalmente reféns de sua natureza equivocada.

(...) A moda é a novidade. E a mulher necessita da novidade, a fim de combater a rotina, porque ella é um ser que feliz ou infelizmente, envelhece muito depressa. Para as mulheres, a moda é uma tentativa reiterada de primavera que lhes traz a ilusão consoladora de que os seus corpos florescem eternamente. É uma illusão! Mas como todas as illusões ajudam à viver, ellas são razoavelmente felizes, embora velhas (...) (*O Município*, 1926).

A futilidade, o capricho, a vaidade e a tendência para a mentira, peculiaridades constitutivas do “belo sexo”, eram reforçadas mesmo nas opiniões que, muito diferentemente da de Floreal, buscavam elogiar o império das modas que se consolidava na região. Dessa maneira a comentarista Cinira Braga ficava muito à vontade para metamorfosear o espírito da moda ao caráter feminino: ambos instáveis, mentirosos e belos. Ambos possuidores de uma espécie de moral fugaz - e pouco confiável.

A maior invenção da mulher, depois da mentira, da mentira fina, ingênua, de salão, foi com certeza a moda. Nada mais lindo. Nada mais instável, também. Mas essa instabilidade é o seu encanto supremo, porque, sem aborrecer os olhos, representa bem a beleza que se move, que gira, que dança sem parar, para que seja vista cada vez com mais curiosidade, como um brilhante poliedrico, em todas as suas facetas. “La donna é móbile...” (*A Notícia*, 1934).

Destacavam-se, também, nas décadas de 1920 e 1930 nos impressos da *Araraquarense*, textos que estimulavam a busca pela beleza feminina compreendendo tal movimento como sinônimo do aperfeiçoamento da raça, como é o caso de tantos escritos discutindo a melhora da aparência feminina brasileira, que passava a se constituir, conforme muitos queriam, não mais apenas de mulheres morenas e enfezadas, mas finalmente por pessoas mais arrumadas e felizes, graças ao papel educador da moda. Ou proliferavam os artigos daqueles que simplesmente admiravam ou mesmo se confundiam diante das novas vestimentas e atitudes das mulheres daqueles tempos. Mas, indubitavelmente, um dos discursos que eram mais recorrentes nos jornais regionais era aquele oriundo do comércio da beleza.



Ilustração 5: A mulher vende e consome moda. Audaciosos corpos seminus além de anunciarem a leveza da seda, numa construção absolutamente hedonista, ainda por cima subvertem os 10 mandamentos cristãos, inserindo um 11º imperativo ligado a um assunto mundano por excelência: a moda. A fotografia acima é a única ocorrência de corpos reais tão expostos na imprensa local do período (*Diário da Araraquarense*, 1933-).



Fantásias para Carnaval

Madame Jacintha Brandi

Tem o prazer de avisar às suas distintas clientes que recebeu os mais lindos figurinos para fantasias carnavalescas.

E avisa mais que está habilitada a executar com presteza e fino gosto qualquer figurino.

PREÇOS MODICOS

Rua General Glycerio, 76

Na ilustração 6, observa-se a elegância discreta e a sobriedade dos modelos sugeridos pelo costureiro Jean Jacques (*Diário da Araraquarense*, s/d), enquanto a ilustração 7, revela que o ofício, a despeito das investidas de Jean Jacques, é território tipicamente feminino (*A Notícia*, 1933).



Ilustrações 8 e 9: O universo feminino, apesar das prescrições médicas, também é associado ao prazer da bebida e ao *glamour* dos cigarros, como evidenciado na propaganda de cerveja, veiculada na *Folha de Rio Preto*, e na propaganda da Souza Cruz, veiculada no jornal *A Notícia*, ambas na década de 1930. Mas essas novas práticas femininas requeriam um determinado tipo de saber, atravessado pela idéia de moderação (*A Notícia*, 1936).

Ao descrever a inauguração do famoso “Instituto de Belleza Marcel” gerenciado por profissionais do *Mappin* e aberto na cidade de Rio Preto na década de 1920, o jornalista d’*O Município* deslumbrava-se diante de tantas novidades, perdido no meio da parafernália utilizada para dar fim a um dos maiores pesadelos das mulheres sofisticadas de então, destas terras ou alhures: os cabelos lisos. A moda ditava que eles deveriam ser curtos, “à la garçonne”, ou, pelo menos, “ondeados”.⁴¹

As salas internas, destinadas ao complicado trabalho das ondulações, oferece à curiosidade da gente não afeita aos complexos problemas dos modernos requintes da arte da beleza das mulheres de hoje, (sic) fica um pouco atrapalhado, tendo como primeira impressão que está dentro de um rádio de ondas curtas e largas, com pretensões a “eletric house” ou cousa que o valha [*O Município*, 192-]

⁴¹ Vez ou outra alguns profissionais daquele magazine tentavam a sorte nas terras da *Araraquarense*.

Aumentando o fascínio do repórter de *O Município* diante das modernidades para o embelezamento feminino trazidas para o interior paulista pelos profissionais do *Mappin*, e destacando que acima de tudo seu estabelecimento só atenderia às “senhoritas das distintas famílias” o cabeleireiro Marcel anunciava as qualidades quase científicas de suas incríveis máquinas estéticas.⁴²

“(...) Esta é uma estufa electrica para esquentar ferros usados nas ondulações á Marcel; este é o “Secador”, - u’a moderníssima ducha de ar quente e frio, para seccar cabellos, de fabricação “Fon”. Este é o “Permanotherm”, a máxima invenção da deusa Vaidade. Na última sala está o “Termolux”, aparelho electrico, para duchas de água quente ou fria, e que serve para o “lavabo”...dos cabelos candidatos ás transformações” [*O Município*, 192-].



Ilustração 10. Salão sóbrio, cabeleireiros que mais parecem barbeiros super higienizados, auxiliados por meninos ainda de calças curtas. As mulheres não parecem tão felizes nas dependências desse ambiente contraditoriamente masculinizado. Ele ainda está muito distante do mundo de satisfação e beleza que a publicidade da época buscava construir (*Album da Comarca*, 1929). A associação do salão de beleza como um ambiente essencialmente feminino ainda está em construção.

⁴²Possivelmente, as “não distintas” pressupostas eram as que não podiam pagar e, principalmente, as mulheres que se entregavam a uma vida de “vícios” e boemia nos prostíbulos das cidades, como diziam os cronistas de então.

Aliada a essas possibilidades geradas pelo domínio da arte do “allure”, se enfileirava a frequência aos cinemas, bailes, clubes e teatros que instilava uma verdadeira revolução comportamental tanto nos homens quanto nas mulheres de então. Particularmente no caso da assiduidade aos cinemas, sensibilidades se transformavam inexoravelmente, envolvidas pelo mundo dos sonhos hollywoodianos de onde emergiam a beleza e o encantamento de atores e atrizes que surpreendentemente se moviam, falavam e cantavam. No meio dessa magia e do relativo anonimato das salas após o apagar das luzes, era também possível flertar longe da vista dos pais, mesmo que no escuro – ou principalmente no escuro! (SEVCENKO, 2001).

Além disso, a assiduidade aos *footings* realizados ao redor das praças e coretos que proliferavam nas cidades do interior paulista, além da constância aos bailes, onde se dançava, ao invés de valsas, tango, *jazz* e maxixe, promoveram novas maneiras de ser e de estar no mundo para os habitantes dessa região.

No caso específico dos dançarinos de *jazz* e do tango, ritmos musicais que se alastraram entre todas as classes sociais nas décadas de 1920 e 1930, emergia, juntamente com o novo ritmo, a possibilidade de enredar-se em movimentos eróticos antes insondáveis. Esses inéditos comportamentos, até então inimagináveis, passaram a fazer parte do dia-a-dia das grandes – e pequenas – cidades brasileiras, inclusive daquelas que compunham a região da *Araraquarense*. Não é por acaso que as bandas e orquestras das cidades do interior paulista, destacadamente as de Catanduva, São José do Rio Preto e Mirasol, competiam entre si pelo gosto do público e pelo título de animadoras mais afinadas dos concorridos bailes.

2. Esbeltez e velhice

Nessas décadas, não apenas a indústria da moda, mas também a de cosméticos, que se desenvolveu maciçamente apenas após a 2ª guerra mundial, já dava provas de sua pujança econômica, principalmente por intermédio de produtos feitos em pequenas fábricas

e também manipulados artesanalmente.⁴³ São famosos, aliás, os exemplos de cosméticos caseiros bastante afamados que, ao invés de embelezar as mulheres, prejudicava-as irremediavelmente.

É o caso, por exemplo, do fármaco atropina, extraído de uma planta muito comum nessas terras conhecida como *belladonna*. Este produto, que aparentemente causava danos irreversíveis nos olhos das mulheres que se utilizavam imoderadamente da substância, tinha como resultado momentâneo uma aparência que condizia com os padrões estéticos da época: olhos grandes, escuros e levemente dilatados. No entanto, muitas consumidoras simplesmente ficavam cegas após o emprego de combinações caseiras pouco dosadas.

Não é à toa que Renato Kehl, um dos médicos higienistas mais atuantes daqueles tempos, publicou em 1927 o seu famoso *Formulário da Beleza*, manual no qual dava receitas para a produção caseira de cosméticos destinados aos cuidados com os cabelos, a pele, a depilação, os dentes e outras partes do corpo (SCHPUN, 1999).⁴⁴

Além do mais, esta é, conforme indicam Perrot (1992; 2007) e Schpun (1999), uma das mais peculiares características desses tempos: a associação entre saúde e beleza verificada tanto nos meios de comunicação de então, destacadamente naqueles destinados ao público feminino, como nos preceitos médicos científicos. No mesmo formulário de Kehl, ensina-se, por exemplo, receitas para a fabricação de xampus, colírios e remédios para a digestão.

Os remédios para afastar a doença eram praticamente os mesmos para afastar a feiúra, e a idéia de que ser saudável era sinônimo de ser belo transformou-se na tônica dos discursos oriundos não apenas do campo médico, mas, sobretudo dele. A propósito, ao longo dos anos de 1920 e 1930, higienistas como Renato Kehl – e seus parceiros do interior paulista – agiam também como estetas, disseminando, por intermédio de seus escritos, a observância de regras, hábitos e cálculos matemáticos intrincados que ajudaram, por fim, a construir um determinado modelo de beleza.

⁴³ A norte-americana Elisabeth Arden e a alemã Helena Rubinstein começaram a construção de seus conglomerados empresariais justamente na década de 1920, produzindo artesanalmente cremes hidratantes e maquiagens para senhoras (VIGARELLO, 2006).

⁴⁴ Kehl foi um dos eugenistas mais atuantes do Brasil. Fundou e presidiu a Sociedade Eugênica da São Paulo, criada em 1918, além de publicar diversos livros sobre o tema, dentre os quais se destacam: *Lições de Eugenia* (1923); *A cura da fealdade* (1923); *A fada Higia – Higiene para uso das escolas primárias* (1925), dentre tantas outras.

O crítico de arte Polillo dava as medidas exatas de um rosto perfeitamente belo para que os leitores do jornal catanduvense pudessem acompanhar as equações – provavelmente imperfeitas – dos seus rostos. A partir de suas indicações, observa-se que gosto se ensina, e que tal gosto ensinado passa a ser sinônimo de bom gosto. O outro rosto, não recortado pelo jornal, deixa de significar, deixa de existir como identidade.

A altura do rosto, da base do mento à linha superior da fronte, deve contar três vezes o comprimento do nariz; a distancia entre os olhos deve exactamente igual ao tamanho isolado de qualquer dos olhos: a altura das sobrancelhas deve ser tambem igual ao tamanho de um dos olhos, a contar da parte inferior do órbito; o labio inferior e o lábio superior devem ter a mesma espessura ou altura; as sobrancelhas devem ser symetricas e as suas linhas, em curva, si prolongadas, se encontram na ponta do nariz; as extremidades das sobrancelhas devem situar-se exactamente na horizontal que passa em tangente pela curva superior das pálpebras; a largura do rosto deve conter duas vezes o comprimento do nariz; a altura total do corpo deve conter sete vezes a altura do rosto, excluída a cabeça. (*A Cidade*, 1933).⁴⁵

Nesse processo de construção de novos padrões estéticos, e de síntese entre saúde e beleza, doença e feiúra, é visível a agitação que os novos comportamentos e ideais de perfeição despertavam nos personagens de então, insuflados pelos matutinos regionais, revistas de grande circulação que chegavam por essas terras, e também pelos filmes americanos que eram cotidianamente exibidos, principalmente no que diz respeito a um dos temas mais recorrentes nos escritos dos jornais das cidades de Catanduva, Rio Preto e Mirasol: a obesidade feminina.

Execrada pelos cronistas como sinônimo de saúde comprometida e falta de força de vontade individual, a gordura, além de ser alçada ao posto de inimiga da saúde das mulheres, e, por isso, também inimiga das famílias e do Brasil, foi eleita pelos escritores daqueles tempos como uma das grandes vilãs da beleza e juventude. Dessa maneira, as mulheres gordas adquiriram *status* não apenas de mau exemplo para os filhos, mas de párias sociais. Novamente o ideal da justa medida se impõe para o gosto ensinado como processo civilizatório. Peso a mais é excesso, e do excesso ou da falta o enunciador do jornal convence o leitor a fugir. Só a imagem orientada pela justa medida tem valor

⁴⁵ Segundo o dicionário Aurélio, mento é designação utilizada pelos anatomistas para nomear o queixo.

positivo, ensina o articulista, dando a receita não só de como construir o bom gosto, mas também de como habitar o espaço social.

É importante ressaltar que dentre tantos escritos e propagandas sobre o tema, nenhum dizia respeito ao *homem* gordo. Todos se referiam à *mulher* gorda, colaborando indubitavelmente para que a temática se transformasse numa questão de gênero ao longo dos anos de 1920 e 1930 nas terras da região ⁴⁶ Um juízo absoluto (é isto, é assim) institui o lugar de execração para a mulher gorda. Firma-se o senso comum, dado como o juízo que jamais questiona as próprias verdades. Cristalizam-se verdades tidas como inquestionáveis nos textos examinados, que acabam por testemunhar um sistema de preconceitos de uma sociedade e de um tempo determinados.

Schpun (1999), ao analisar o comportamento das elites paulistanas ao longo da década de 1920, também identificou grande aversão por parte desse grupo em relação à obesidade, só que no caso da cidade de São Paulo tal antipatia era destinada tanto à gordura masculina quanto feminina. Ser gordo (a) entre aqueles letrados era condição intensamente desprezada porque tal estado era associado a pessoas com conduta condenável, como, por exemplo, aquelas que tinham enriquecido ilicitamente ou que se deixavam arrebatadas em torno dos excessos mundanos.

Ser “volumoso” para os paulistanos da década de 1920 deixou de ser, portanto, uma condição apenas física transformando-se, antes de tudo, numa qualidade moral relacionada particularmente a atitudes negativas. Era motivo de escárnio e tema recorrente tanto em romances quanto em caricaturas compiladas pela autora nas revistas femininas da época. ⁴⁷

Diferentemente da cidade de São Paulo, no sertão as questões relativas ao excesso de peso eram condicionadas exclusivamente às agruras das “donnes repletes” pertencentes às elites e camadas médias que podiam investir tempo e dinheiro em busca da sonhada “esbeltez”, tão propalada pela imprensa regional. O homem gordo inexistia, em artigo

⁴⁶ O único texto que se refere aos hábitos masculinos é uma notinha curta publicada por *O Município* comentando o mau hábito de muitos fazendeiros da região que vinham para a cidade usando perneiras, culotes e lenços no pescoço. Para o cronista, essas “gauchadas” e “cousas feias” precisavam ser aposentadas em nome do bom gosto.

⁴⁷ Schpun recupera em sua análise um poema clássico de Mário de Andrade, presente no livro *Paulicéia Desvairada*, intitulado *Ode ao burguês*, que talvez sintetize a associação disseminada entre os paulistanos relacionando gordura e moral questionável: “Eu insulto o burguês! O burguês-níquel, o burguês-burguês! A digestão bem-feita de São Paulo! O homem-curva! O homem-nádegas! (...) Morte à gordura! Morte às adiposidades cerebrais! (...) Come! Come-te a ti mesmo, oh! gelatina pasma! Oh! *purée* de batatas morais! (...)” (Andrade, Mario *apud* Schpun, 1999).

jornalístico ou como público-alvo dos produtos direcionados para o aperfeiçoamento estético porque a gordura, nessa região do Estado de São Paulo, era uma questão que afligia especificamente as mulheres. Um conjunto de crenças, valores e atitudes em relação ao corpo da mulher configuram-se como naturais, porque não questionados. A transparência alimenta o estereótipo.

Um observador de Mirasol nos dá pistas importantes para a compreensão do momento no qual ser gorda passou a ser sinônimo de estar fora de moda, ou presa “aos maos habitos” de um tempo distante daquele presente moderno, no qual a vida esportiva e a alimentação regrada passavam a ditar as novas normas da beleza feminina. Dizia o autor em 1935:

Apesar de toda a belleza decantada da Vênus de Milo, dizem hoje que se o artista que a esculpiu a houvera feito em nosso tempo, teria aligeirado um pouco as suas linhas, fazendo a citheréa um pouco mais esbelta, já sem aquellas opulentas curvas de fructo pingue, marcando já a tendencia para certa dureza de traços. Criaria uma Vênus mais “esportiva”, pois a que fez está “demodée” e não representa um ideal, em nossos dias, mas apenas um modelo venerado pelo que ainda tem de bello (*Correio de Mirasol*, 1935).

No mais, o mesmo autor nos dá dicas de como a indústria da moda que se fortalecia naqueles tempos colaborava para o recrudescimento de novos padrões de beleza feminina, ao mesmo tempo em que vislumbramos a possível sensação de desajuste experimentada por aquelas que não estavam à altura desse modelo, na maioria das vezes inalcançável.

Com que magoa, sabendo disso, as mulheres de certo volume não procuram, nas ultimas paginas dos figurinos “yankees” ou de Paris, os modelos de “robes pour femmes d’un certain enbompoint”... Todas ellas desejam encontrar um “remédio” e muitas, decididas, entregam-se a regimens ou a gymnasticas diminutivas... (*Correio de Mirasol*, 1935).

Uma visão de mundo determina a busca pelas páginas dos figurinos “yankees”, para que se confirme como negativo o que foge à mediocridade, entendida esta segundo sua etimologia: situação média, moderação, justa medida. Juntamente com a aflição de não se ver refletida nas páginas dos jornais e revistas como parâmetro de beleza, ao contrário,

como sinônimo de desleixo, feiúra e mesmo de falta de educação, sobrava para as mulheres que não se adequavam aos regimes e ginásticas prescritas pelos cronistas de então se assombrarem com os relatos de histórias acontecidas tanto na região do interior como em outras plagas, relativas aos casos de mulheres que engordavam após o casamento e que por isso perdiam o marido, caindo em desgraça. Ou de moças que jamais conseguiram ficar “esbeltas” e, conseqüentemente, nunca encontraram a sua cara-metade. Os jornais que, longe de apenas informar, faziam crer no mundo por eles construído, viabilizavam receitas para o corpo e parâmetros para a hexis corporal, que é o modo de ocupar o espaço no mundo. O jornal educava para a justa medida, tomando como alvo principal as mulheres.

Além das histórias aflitivas de abandono que proliferavam, muitos sentenciavam simplesmente que “engordar é envelhecer”, e dessa maneira amalgamavam ao fantasma da obesidade o horror da idade avançada, outro espectro que passava a atormentar as mulheres de então.

A notícia do divórcio litigioso de um casal norte-americano, unido há quase meio século, foi intensamente discutida nas páginas do jornal *Diário da Araraquarense*, de Rio Preto, no ano de 1934. O motivo alegado pelo marido para se separar da esposa – que não queria o divórcio – era justamente o fato de a mulher ser gorda. Conforme reproduzido no jornal, o marido teria dito o seguinte perante o júri que apreciava seu pedido:

“-Casado há quarenta e três annos, não me é possível, a despeito de todos os esforços, continuar a viver em companhia desta senhora. Saibam os srs. que, ao nos desposarmos, ella pesava apenas, cincoenta kilos. Pesa, hoje, cento e vinte! Ora, eu nunca suportei mulheres gordas. Acho-as uma verdadeira abominação. Ainda se fosse fabricante de balanças, poderia admitti-las para provas de resistência. Mas nem sou fabricante de balanças, nem sou açougueiro, nem exerço qualquer profissão em que o peso da mulher sirva de alguma coisa. Quero por isso, o meu divorcio (...) Minha mulher é, hoje, uma senhora insupportavelmente gorda e para essa gordura eu não concorri de maneira alguma. Essa gordura foi um mal superveniente que alterou, profundamente, as nossas condições matrimoniaes (...) Com uma mulher de cento e vinte kilos é impossível preencher-se qualquer dos fins da sociedade conjugal...Mulher de tamanho e volume não permite, sequer ao marido que dentro do lar mova e respire com liberdade; Tira-lhe o ar e atravanca os corredores. Verdadeira montanha de banhas, a mulher desse peso é uma causa permanente de afflicções para o desgraçado que o matrimonio lhe encadeou aos flancos abundantes. Das suas gorduras copiosas só escorre o desespero (*Diário da Araraquarense*, 1934).

Um filtro fixa critérios para que o mundo seja construído, como podemos observar. As filtragens operadas recaem sobre a mulher, nesse discurso dado segundo os parâmetros de uma masculinidade brutalizada. Importa o universo de valores, como espaço em que circulam os jornalistas e suas narrativas, as mulheres e seus aprisionamentos.

A discussão acerca da decisão da corte norte-americana, que conforme informava Barreto, aceitou o pedido de divórcio do esposo sem exigir sequer que ele pagasse pensão para sua velha esposa, não dizia respeito ao motivo da separação em si, perfeitamente justificável, mas ao precedente que tal decisão judicial possivelmente abriria para que maridos com companheiras “feias”, mas não necessariamente gordas, também pedissem divórcio.

Mas os próprios cronistas chegavam à conclusão de que a gordura era muito mais “horrenda” do que a magreza, e que, portanto, homens casados, por exemplo, com mulheres muito magras não teriam motivo para se divorciar, diferentemente daqueles casados com as gordas, ou, melhor dizendo, com as magras que engordaram, visto que as originariamente gordas dificilmente chegariam ao altar.

Por outro lado, textos esparsos que tentavam combater esse novo modelo de beleza também acabavam por reforçar, mesmo sem querer, a opinião generalizada de que o mundo era das moderadas, do meio-termo, da mediocridade. Notícia divulgada sobre a Itália de Mussolini decretava que a partir das novas leis assinadas pelo *Duce* não apenas a política e a economia italiana mudariam para melhor, mas o próprio gosto desses europeus, a partir daquele momento, passaria a ser mais “patriótico”. Nesses raros escritos, partia-se do pressuposto de que as mulheres gordas eram mais saudáveis do que as magras, por isso a ligação das “damas volumosas” ao patriotismo, tão caro aos regimes totalitários ocidentais. O entusiasmado – e raivoso! – cronista, voz dissonante nos jornais da região, decretava triunfante,

Tudo vae mudar de hoje em diante.

Não mais magoas recônditas, não mais invejas das bellas de talhe de palmeira. Agora, quem volta ao posto de honra ao pináculo da moda é a gorda, a senhora de formas opulentas, de rotundidades confortadoras (...) Fora com a magra, guerra a essa forma deliquiescente, perigo da raça e degenerescência do bom gosto verdadeiramente bom. Guerra, não,

morrhuinhas, gadusatos, - óleos de fígado de bacalhau com ella. Agora os papéis se inverterão. As esbeltas é que invejarão as damas cheias de corpo, pois estas são uma forma muito mais patriótica de ser e, por isso, todos os governos patrióticos e mais ou menos “fascistas” acabarão por decretar um bom gosto que adopte por modelo de belleza plástica feminina o das matronas de certos pintores da Renascença. (*A Cidade*, 1934).

Do mesmo período, deparamo-nos com o intrigante poema *A Gorda*, publicado por *A Notícia* de Rio Preto no ano de 1930. O escrito é extremamente ambíguo, pois se equilibra entre dois pólos discursivos aparentemente opostos. Ao mesmo tempo em que é elogioso em relação à aparência da menina, associando-a a ingenuidade da criança que se transforma em mulher, é sarcástico com a moça “gorda, gorda, gorda”, “redonda, redonda, redonda”. No final, não sabemos se o rapaz que a olha e sorri todos os dias o faz para admirá-la ou simplesmente para caçoar dela. Não sabemos também se as amigas “velhas” da mãe da personagem são pessoas de um outro tempo que não mais aquele, e, justamente por isso, acham a menina bonita porque gorda.

Esta menina gorda, gorda, gorda,
tem um pequenino coração sentimental.
Seu rosto é redondo, redondo, redondo;
Toda ella é redonda, redonda, redonda,
E os olhinhos estão lá no fundo a brilhar...
É menina e moça. Terá quinze anos?
Umas velhas amigas da sua mamãe
Dizem sempre que a encontram, num estase longo:
“-Como esta menina está gorda, bonita!”
E ella ri de prazer. Seu rosto redondo
Esconde os olhinhos no fundo a brilhar.
A’s vezes, no espelho, penteando o cabello,
Ao ver-se tão gorda, tão gorda, tão gorda,
Pensa nas amigas da sua mamãe
E também num rapaz que a olha sorrindo
Quando toda manhã ella vai para a escola.
“-Elle gosta de mim! Sou gorda, bonita!”
E os dedos gordinhos, pegando na trança,
Têm caricias ingênuas diante do espelho (*A Notícia*, 1930).

De qualquer maneira, as vozes que contestavam o império da “esbeltez”, colocando-se frontalmente contra o novo padrão que se consolidava, como é o caso da notícia sobre o gosto dos italianos, eram muito raras. Predominavam as prescrições de médicos,

farmacêuticos, jornalistas e cronistas em geral indicando caminhos para que as mulheres ficassem mais magras e, por isso, hipoteticamente mais felizes e realizadas.

É interessante notar que a valorização da beleza compreendida como sinônimo de magreza, e da sedução abarcada como arma legítima das mulheres que sabiam cuidar bem de si mesmas e também da harmonia e perenidade do matrimônio, é fenômeno que surgiu atrelado ao do culto exagerado do corpo e da aparência física, ambos elementos fundantes dos indivíduos dos séculos XIX e XX e hiper-dimensionados no século XXI.

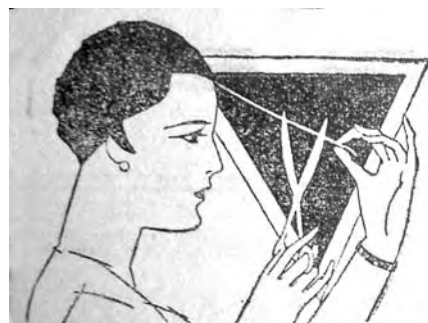
Conforme indica Prost (1992), é nesse período que se construiu o que entendemos hoje por vida privada individual – como comprova, aliás, a menina que se olha sozinha no espelho, dialogando consigo mesma enquanto penteia os cabelos na intimidade do seu quarto de menina-moça. Nesses tempos surgiu também a noção de que é possível construir o próprio corpo por intermédio da prática regular de exercícios físicos, dieta alimentar e, das primeiras décadas do século XX em diante, por meio de pequenas e grandes intervenções cirúrgicas.

Em tais séculos foi edificada, portanto, não apenas a vida privada individual, mas os próprios sujeitos da maneira como (n)os conhecemos hoje. Ao longo desse processo, o corpo acabou se tornando o “lugar da identidade pessoal”, ou, melhor dizendo, “a própria pessoa” (PROST, 1992, p.105). Tal movimento de valorização extremada não apenas da exterioridade física, mas de um determinado tipo de aparência, eclodiu inicialmente entre a burguesia enriquecida européia e norte-americana, embaladas pela proliferação da sociedade de consumo, dos preceitos higiênicos e disseminação dos esportes de massa, e consolidou-se ao longo do século XX entre outros países e grupos sociais que não apenas àqueles, notadamente no Brasil.⁴⁸

⁴⁸ A Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica indica que o Brasil é atualmente um dos campeões mundiais em intervenções estéticas.



Mailots
desde
6\$500
■
Rumo às Piscinas
Procure
minorar o
calor
Somente na **Casa Bueno**



**Cabellos
brancos?**

SIGNAL DE VELHICE

A Loção Brilhante faz voltar a cor natural primitiva (castanha, loira, doirada ou negra) em pouco tempo. Não é tintura. Não mancha e não suja. O seu uso é limpo, fácil e agradável.

A Loção Brilhante é uma formula científica do grande botânico dr. Ground, cujo segredo custou 200 contos de réis.

A Loção Brilhante extingue as caspas, o prurido, a seborrhéa e todas as afecções parasitárias do cabelo, assim como, combate a calvície, revitalizando as raízes capilares. Foi aprovada pelo Departamento Nacional da Saúde Pública, e é recomendada pelos principais Institutos de Hygiene do estrangeiro.

Ilustrações 11; 12; 13: A velhice identificada como um mal a ser combatido e a juventude como um bem a ser preservado. A utopia da preservação da beleza e da mocidade, que desde tempos imemoriais acompanha o gênero humano, se transforma em obrigação no século XX, conforme atestam as propagandas veiculadas nos jornais da *Araraquarense* na década de 1930. Rostos, cabelos e corpos mais jovens, saudáveis e sem vergonha de serem expostos – é o que prometem os anunciantes daqueles tempos.

É certo que tanto anteriormente como nos dias de hoje, para poder exhibir livremente os dotes físicos pelas ruas das cidades, pelas praias e clubes e, no caso específico do sertão, pelos piqueniques e excursões de desbravamento dos pontos turísticos, era imprescindível adotar um estilo de vida regrado pelos exercícios físicos e pela alimentação controlada.

Não é de estranhar que o tema da velhice se emparelhe a outros já cotejados para que se firme o quadro moralista, que higieniza e organiza o mundo, excluindo gordos e velhos. A imagem da velhice só poderia ser construída como algo universal, de todos os tempos e lugares, despido de contradições e regido por uma lei inquestionável de causa e efeito. O modo de pensar a velhice só poderia ser cristalizado, refletindo um modo de pensar e de sentir de uma sociedade e, mais que isso, o preconceito e a dominação sócio-política dos enunciadores do discurso examinado que, por sua vez, testemunham ideais dos eleitos, que encarnam o Apolo e a Afrodite das décadas de 1920 e 1930.

FAZ ROSTOS FORMOSOS ...



O CREME RUGOL, formula da famosa doutora de beleza, Dra. Leguy, é um producto insubstituível para fazer a cutis formosa. Eis os seus beneficos resultados :

- 1—Elimina rapidamente as rugas.
- 2—Evita que a pelle em qualquer estação do anno se torne aspera ou secca.
- 3—Tonifica os musculos do rosto e fortalece a cutis.
- 4—Allivia promptamente qualquer irritação da pelle.
- 5—Extingue as sardas, manchas, cravos e pannos, deixando a pelle alva e suave.
- 6—Não estimula o crescimento de pellos no rosto e imprime á cutis um tom sadio e louça.

O CREME RUGOL é insuperavel para massagens faciaes e é bom para todas as cutis. E' o melhor preparado para applicar-se antes de pôr o pó de arroz.

Ilustração 14: Creme Rugol (*A Noticia*, 12/09/1933)



Viva dez annos mais moça

SAUDE é mocidade. Remoece, recuperando a saude, restaurando as suas energias, com o fortificante que a medicina brasileira recommenda: o Biotonico Fontoura. Duplamente benefico, avigorando musculos e nervos, enriquecendo o sangue, o Biotonico estimula e facilita a assimilação dos alimentos, contribuindo assim para restaurar rapidamente as suas energias e dar-lhe uma belleza e juventude novas. A sua formula é rica em substancias organicas, que o tornam aconselhavel a todas as edades. Use o Biotonico Fontoura e conserve a sua mocidade.

Medicos illustres o recommendam:

O dr. Pereira Barreto, um dos mais ressaltos da sciencia brasileira, costumava receitar o Biotonico Fontoura:

"...já tenho tido sobrejoz motivos de satisfação com o emprego, já bastante extenso, do excelente preparado BIONICO FONTOURA".

BIOTONICO FONTOURA

O mais completo fortificante



Ilustração 15: Biotônico Fontoura (*A Noticia*, 193-)

Perrot (1992) e Costa (1983) indicaram que ao longo dos séculos XIX e XX, tanto no caso europeu como no brasileiro, a imagem do idoso, que até então era relacionada positivamente às características ligadas à sabedoria e à dignidade, sofreu significativa alteração. A transformação do papel social dos velhos, assim como das funções públicas e privadas que desempenhavam ocorreu juntamente com o aburguesamento generalizado das sociedades que deixavam de ser rurais para se tornarem urbanas. A presença dos avós junto

às famílias, por exemplo, fenômeno distintivo do mundo agrícola, foi gradativamente desaparecendo nas sociedades urbanizadas.

Aliás, nesses dois séculos, o próprio aumento da expectativa de vida verificado inicialmente entre os mais ricos e depois entre as outras camadas sociais gerou uma série de questionamentos até então inexistentes: o que fazer com os velhos? Como sustentá-los? Onde eles devem morar?

Além desses problemas, as casas nucleares que nem de longe se assemelhavam espacialmente às antigas residências rurais também colaboraram para a separação dos idosos do resto da família. A construção de residências de poucos cômodos, mas que buscavam adequar-se aos novos padrões de intimidade familiar foi concomitante à proliferação dos asilos e casas de caridade para onde os velhos foram encaminhados – e escondidos.

Nesse processo de aumento da expectativa de vida, de mudança no próprio estatuto da velhice e de formação da família nuclear burguesa, também paulatinamente se alterou o significado da morte, que passou a ser entendida menos como sinônimo de passagem espiritual de um estágio existencial para outro, e mais como de apodrecimento do corpo. Dessa maneira, a morte deixou de ser um acontecimento partilhado no universo familiar, passando a ocorrer, assim como o próprio envelhecimento, o mais longe possível do olhar dos habitantes do núcleo saudável burguês e, como queriam os médicos de então, na assepsia e higiene dos hospitais e asilos.

O próprio ato de velar o cadáver ainda insepulto foi perdendo o seu significado original de confirmação da morte efetiva da pessoa, para se tornar um rito pautado pelos procedimentos dos profissionais da saúde (PERROT, 1992). Nesse processo, que se intensificou no mundo ocidental somente na segunda metade do século XX, morte e velhice, decrepitude e solidão – cada vez mais silenciados e distanciados dos olhos dos seres humanos saudáveis e jovens – passaram a caminhar lado-a-lado.

No caso específico do Brasil, Costa (1983) indicou que os médicos higienistas, no desejo de transformar radicalmente a sociedade na qual estavam inseridos, simplesmente “destruíram” os velhos associando-os a inúmeras qualidades depreciativas tanto físicas quanto morais. Predicados como a antiguidade, o tradicionalismo ou a autoridade, que até meados do século XIX eram respeitados e mesmo desejados pelos mais jovens, a partir de

então passaram a ser qualificados negativamente, colaborando para o que o autor chamou de “desmoralização do velho”.

No tempo da sociedade colonial brasileira, a velhice era sinônimo de serenidade e sabedoria. Os cabelos brancos, ao invés de significarem feiúra, atestavam sobriedade e autoridade. Em função dessa sensibilidade diversa, os jovens faziam de tudo para parecer mais velhos. Os meninos, por exemplo, assim que podiam deixavam a barba crescer buscando justamente aparentar mais idade, enquanto que as meninas, na maioria das vezes, imitavam o modo de vestir de suas mães. Além do mais, o próprio estilo de vida verificado nas sociedades rurais, marcado pelos casamentos prematuros e pela maternidade de mulheres ainda muito jovens, colaboravam para que as moças realmente parecessem mais velhas (SOUZA, 1993).

No entanto, numa época em que toda esperança no porvir passava a ser depositada na força da juventude, já que se generalizava a crença de que seria justamente essa faixa-etária a responsável pela reconstrução do país, nada mais natural do que o fenômeno ocorrido ao longo dos séculos XIX e XX que associava tanto a velhice quanto a tradição a tudo aquilo que, no entender dos médicos e de tantos brasileiros letrados daqueles tempos, a nação tinha de mais atrasado, como a monarquia, a escravidão ou a dependência em relação aos outros países.

Num mundo que ao mesmo tempo em que se urbanizava passava a supervalorizar o belo como sinônimo de juventude, e a juventude, por sua vez, passava a ser condição primordial para uma existência feliz, a vida daquelas que tinham mais de 30 anos se tornava rapidamente um espetáculo de exclusão, intrusão, constrangimento, enfim. O poema publicado por *A Cidade* de Catanduva remete a esse tempo que é também o nosso tempo.

Era velhinha...
E o branco da cabeça assemelhava
A um novello de linha...
Magra...Os seus gestos eram longos...lassos...
E eu tinha pena quando ella andava
Arrastando os passos...
Pelo rosto
Rugas – as rugas são cicatrizes da vida –
Guardavam a memória de um desgosto
Com o soffrimento de uma dor vivida...
No parado olhar, quantas vezes eu via
Que uma grande saudade se perdia...

(Como triste há-de ser
 Para as mulheres, ver chegar.
 Aos poucos, de vagar.
 Lentamente.
 A hora rápida de envelhecer...)
 Aquella bocca secca, amortecida,
 Quanto amor não cantou em tempos que lá vão?
 Vive agora dos beijos esquecida,
 E vive murmurando uma oração...
 E aquellas mãos...aquellas mãos compridas.
 Que foram as mais belas de seu tempo
 Vivem agora despercebidas.
 Evocando outras mãos daquele tempo...
 Pobre velhinha!
 Tua vida entrelaça-se nas lendas
 Gentes de outras edades
 E tu sentes saudades
 Quase extinctas de um tempo mais feliz
 Em que teu corpo lindo e flexível andava envolvido de casemira e de
 renda
 Tua cabeça não se assemelhava
 Então pobre velhinha
 - A um novelo de linha...(A Cidade, 193-).

O tema da degenerescência da velhice, semantizado como fim, como precariedade e como inferioridade diante dos jovens ensina que ser velho é ser perdedor, simples e redutivamente. Velhice, entendida como tempo do fim, é a equação dada como indiscutível. O jornal *A Cidade*, por sua vez, privilegia essa categorização de mundo, tão bem representada pelos provérbios populares: “A velha quando dança levanta muita poeira”. “Vieja que baila, mucho polvo levanta” (Lacerda et alii, 2004, p. 493).

Octavio Filho, expectador atento das cidades como a maioria dos jornalistas/cronistas de então, já percebia que o envelhecimento era um estágio da vida muito mais penoso para as mulheres do que para os homens. Aliás, nas páginas dos jornais da *Araraquarense*, o envelhecimento é também uma questão de gênero, já que a velhice, assim como a gordura, era tema dado como fardo exclusivo do universo feminino.

Inexistem artigos, poemas ou notícias refletindo a respeito da idade do homem. Se envelhecer significava selar o encontro com um destino inexoravelmente amargurado e triste, tal sina era muito mais terrível para as mulheres, fadadas a uma verdadeira exclusão social. Talvez isso seja observado porque, conforme demonstrou Schpun (1999), mesmo com toda a desqualificação da velhice oriunda principalmente do campo médico, nas

primeiras décadas do século XX os homens permaneciam no comando de seus negócios até idade bastante avançada. Isso sem falar na política nacional, que historicamente reservou para os homens mais velhos os cargos mais cobiçados.

Dessa maneira, os representantes do sexo masculino mantinham preservada sua importância social, muito diferentemente das mulheres que, reduzidas ao papel de “encantadoras” e “belas”, simplesmente estavam destinadas à solidão, quando viúvas ou solteironas, à piedade, assim que o binômio juventude/beleza tivesse o seu ocaso, ou ao estranhamento, se não se adequassem aos padrões vigentes.

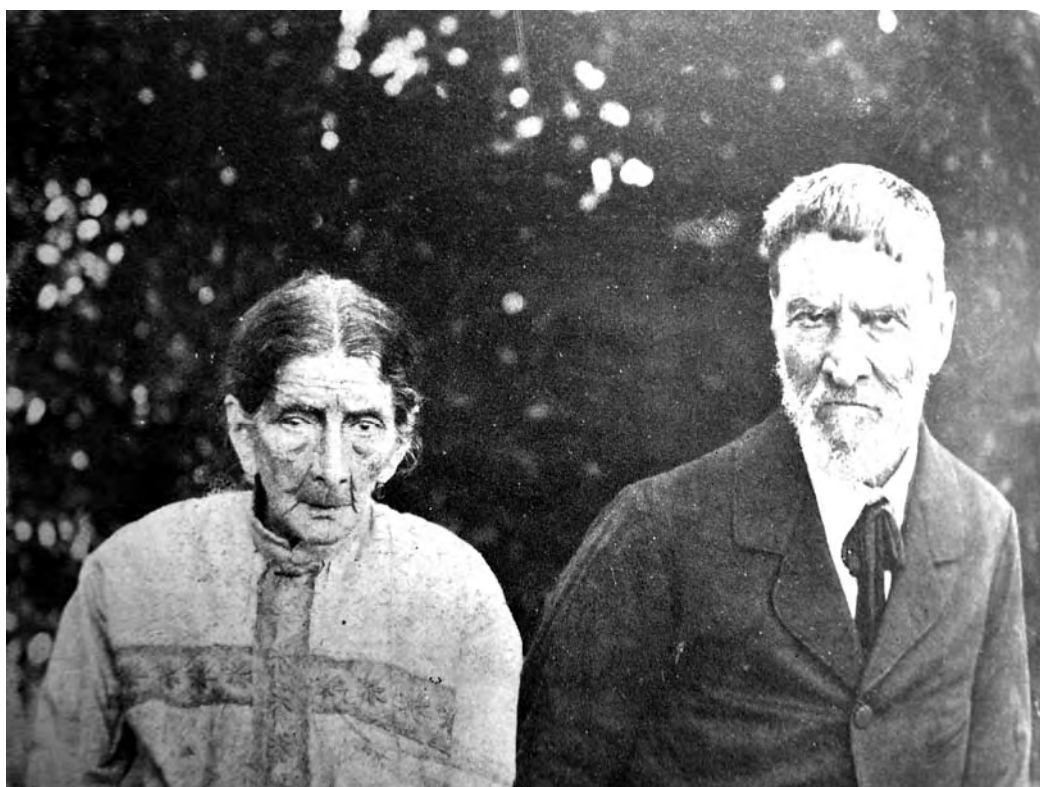


Ilustração 16: Velhos bandeirantes. Na legenda estampada abaixo da bela foto, lê-se que se trata do retrato dos “paes do Snr. Capitão Antonio Fidelis, demonstrando ao peso dos annos o vigor resistente dessa raça forte de bandeirantes”. Fato raro era a exaltação da velhice como sinônimo de força. Os velhos pouco aparecem nos registros fotográficos da *Araraquarense*. Neste caso, trata-se de um caso especial, pois se busca dignificar não apenas a força, mas principalmente a superioridade da raça paulista (*Album da Comarca*, 1929).

O pouco tempo de que dispunham as mulheres para se acertarem no disputado mercado matrimonial antes que fossem definitivamente alçadas à posição pública de infelizes porque solitárias e solteiras é exemplarmente retratado no poeminha editado na cidade de Mirasol. É significativa também a diferença na contagem do tempo rumo ao “por-do-sol” para os homens e as mulheres de então.

Aos quinze, de si própria envaidecida.
Pensa a donzela.
Deitando contas ao amor e à vida:
“- Solteira, certamente que não fico.
Hei de encontrar, posto que sou tão bella,
Um noivo, moço e de bem, bonito e rico”.

Aos vinte, n’essa idéia sempre absorta,
Já exigência corta,
E diz, anciosa, tendo em fogo o peito:
“- Se não for bello e rico, pouco importa.
Em sendo bom e sendo novo...acceito”.

Aos vinte e cinco, de paixão suspira
E sem desdém
Velhos e novos com ternura mira:
“- A idade é coisa que não põe nem tira.
Se for bom, já me basta. Fico bem”.

E então aos trinta, quando a idade vem
Caminho do sol-pôr
Tão boa bocca já ningem (sic) a tem;
-“Enfim, enfim...que seja como for
Contando que seja alguém!” (Correio de Mirasol, 193-).

A identidade delineada segundo a junção com a alteridade é um fato desse mundo criado no poema e perpetuado no *Correio de Mirasol*. Para além dessa conexão de dependência eu – outro, porém, firma-se a justa medida como ideal a ser contemplado, justa medida essa agora voltada para as fases da vida. A velhice é da ordem do excesso, da proximidade excessiva com a morte. A velhice é deselegante, para uma elegância pautada pela justa medida. Os corpos envelhecidos não podem abrigar uma mente desejante em sua plenitude. Aos trinta anos, no caminho do ocaso, basta que venha alguém. Aqui volta a identidade em grau de dependência máxima do outro.

É curioso que Fiorin (1989, p. 353) e Revel (1992) elencam os traços da justa medida, cotejados com o excesso e a insuficiência, para comprovar que “a mediocridade é o

ideal das normas de comportamento”, e que essas normas são “o elogio da moderação, da prudência e da discrição”. Para o excesso, Fiorin coloca, por exemplo, o arrogante, para a justa medida, o humilde, para a insuficiência, o subserviente. Assim seguem: o temerário, o prudente, o medroso, entre outros; o duro, o firme, o mole, entre outros.

Os jornais examinados perpetuam essa visão de mundo pautada pelo meio-termo ou pela mediocridade do corpo e do espírito, mesmo quando tematizam a velhice e expõem a figura que, ao envelhecer, continua ridiculamente desejante, apesar de circunscrever cada vez menos seus desejos, na proporção direta em que seus dotes de beleza se esvaem.

Certamente ainda ecoavam nos jornais da *Araraquarense* os ruídos de um tempo, de um local e de um suporte tipográfico tão distantes do sertão – mais precisamente da Europa do século XIX ou ainda mesmo da Idade Moderna, que viu alcançar enorme sucesso os seus famosos tratados de civilidade.

Conforme demonstram os estudos relativos ao tema (ELIAS, 1993); (REVEL, 1992), esses tratados ensinavam didaticamente as normas que deveriam ser seguidas por aqueles que queriam se diferenciar em relação aos demais; por aqueles que desejavam traduzir publicamente a sua – boa – natureza particular, captando justamente o olhar do outro. Tudo por intermédio de meticulosa aprendizagem de expressões corporais, gostos, modos, modas e olhares.

Possivelmente a *aurea mediocritas* recomendada por Erasmo no seu clássico *Civilidade Pueril*, e reinterpretada ao longo dos séculos mundo afora, fosse recontextualizada de uma maneira própria na *Araraquarense* pelas crônicas, poemas e propagandas locais que recomendavam, assim como o velho humanista, as máximas da convivência atreladas às idéias de meio-termo, de recusa dos excessos, da modéstia e da naturalidade do ser.

3. Rainhas e princesas

Retomando a questão dos ideais de beleza sustentados, vemos que, no mesmo ritmo em que se discutia nas páginas impressas assuntos relacionados à moda, a juventude e à esbeltez, sempre enaltecendo aquelas mulheres que se adequavam a esses novos parâmetros e ridicularizando, excluindo ou distinguindo as que não se adaptavam a eles, proliferavam

os concursos de beleza na região. Nesses eventos, todos esses ideais eram, enfim, postos à prova e ao julgamento da platéia masculina.

Em 1930 já se tinha notícia dos famosos concursos de Miss Brasil que aconteciam na cidade do Rio de Janeiro, e também das disputas em torno da escolha da Miss Universo que ocorriam a cada ano numa diferente cidade do mundo e que eram muito divulgados na imprensa regional. No entanto, esses concursos ainda estavam muito distantes do dia-a-dia dos habitantes dessa região do Estado de São Paulo, o que não impedia que fossem sempre noticiados com destaque nos jornais. Além do mais, vez ou outra era reiterado pelos cronistas dos impressos o fato de que as mulheres que habitavam as cidades próximas poderiam perfeitamente participar desses eventos destinados ao julgamento das mais belas, apesar da distância geográfica que separava o sertão do Rio de Janeiro ou da Europa.

Objetivando resolver o problema da falta de publicidade em torno das mulheres da região, além de promover a celebração da “verdadeira beleza do interior paulista”, foi realizado, no ano de 1937, um grande concurso que congregou significativa parcela da população das cidades de Rio Preto, Catanduva, Mirasol, Ibirá, Cedral, Palestina, Ignácio Uchoa, José Bonifácio, Potirendaba, Tanabi, Nova Granada, Monte Aprazível e Olímpia, dentre outras cidadezinhas e vilarejos.

Ao que parece, esse primeiro concurso foi emblemático para os habitantes da *Araraquarense* justamente porque durante alguns meses boa parte dos leitores dos jornais que circulavam pela região estiveram profundamente envolvidos nas campanhas capitaneadas por eles mesmos em favor de suas respectivas candidatas. Grupos de homens se formavam nos pontos de encontro dessas cidades paulistas, tais como praças, bares e cinemas, para comentar o andamento do pleito e também para apostar nas candidatas favoritas ao título de “beldade do interior”.

Na verdade, o evento era promovido pelo jornal *Folha de Rio Preto* e pela rádio PRB8, e contava com a participação de meninas inscritas em todos os municípios. Conforme informavam os promotores do concurso, o objetivo do acontecimento era valorizar ao máximo a beleza feminina, descobrindo o que “o belo tem de mais belo”.

É interessante notar que os critérios anunciados para a definição desse “belo mais que belo” estavam supostamente relacionados tanto à beleza física quanto espiritual das participantes, mas as fotos das eleitas mostram que ao final o que acabou definindo o

resultado parece ter sido realmente a beleza física em voga no momento. Não obstante, a defesa do “belo mais que belo” compreendido como o resultado da juventude aliada à formosura, da nobreza de sentimentos reunida à simpatia, da perfeição dos traços ligado ao bom gosto acabava por multiplicar para além das aparências a infindável série de imperativos que recaíam sobre as mulheres.

Não bastava para a candidata ser apenas extremamente bonita, pois era preciso ir muito além disso. Juntamente à simpatia contagiante, esperava-se que a mulher ideal fosse esportista, caridosa e recatada, ao mesmo tempo em que se aguardava que também fosse sedutora – mas não muito. Todos esses atributos deveriam ser agregados numa única pessoa que seria ungida finalmente com o título de “rainha da Araraquarense”.

Nesse processo, os nomes das candidatas eram sugeridos pelos homens dos municípios aos organizadores do concurso, e só posteriormente a candidatura da indicada era confirmada – caso ela quisesse ou não participar. A escolha final também se dava pelo voto popular, que era *exclusivamente* masculino. Esses homens – amigos, irmãos e pretendentes – que sugeriam o nome das participantes e que também compunham o júri transformaram a eleição numa verdadeira empreitada pessoal na qual angariavam votos em nome da mais bela.

A publicidade que envolveu a busca pela beldade da *Araraquarense* foi intensa, assim como a competitividade entre as cidades participantes. As cédulas para votação poderiam ser retiradas nos estabelecimentos comerciais de toda a região, e a contagem preliminar dos votos era anunciada quase que diariamente tanto na rádio quanto nos jornais. Ao mesmo tempo, os perfis das candidatas “graciosas, perfumadas e risonhas” eram detalhados tanto no jornal promotor, a *Folha de Rio Preto*, quanto na rádio PRB8.

Finalmente, no final daquele ano, foram eleitas uma rainha e sete princesas, todas com direito a fotos estampadas em primeira página e manchete comemorativa impressa em caixa alta.⁴⁹ Além disso, em todas as cidades participantes aconteceram festas e discursos, e, na cidade de Rio Preto, ocorreu um rumoroso baile em homenagem à “magestade” e “altezas”.

⁴⁹ Exceção feita à princesa de Catanduva, Edmir Galhardi, que não enviou a foto a tempo para a publicação.

A entrada triunfal de Sua Majestade e Altezas, no salão de festa, está marcada para os (sic) 21 horas, com muita musica vibrante na orchestra e uma entusiastica salva de palmas da assistência que, de certo, collaborará no ruído festivo da aclamação (*Folha de Rio Preto*, 1937).

De qualquer maneira, para além do fato de que a promoção de um concurso de beleza era estratégia evidente e, ao que parece, eficiente para o aumento de vendas dos exemplares do próprio jornal, já que este se transformou num acontecimento que mobilizou os ânimos de muitos – sendo contabilizadas mais de 60.0000 votos no final do evento – o que é efetivamente significativo nesse episódio nada rotineiro para os homens e mulheres que viviam nessas plagas são as preciosas entrevistas concedidas pelas eleitas para o repórter da *Folha de Rio Preto*.

Tais entrevistas constituem um raro documento de onde se pode ouvir a voz dessas personagens que eram tão observadas pelos homens – e mulheres – daqueles tempos. A exata descrição dos gostos pessoais, da formação escolar e da profissão dessas rainhas e princesas permite desvendar – só que agora sob a ótica feminina – parte do universo das mulheres das décadas de 1920 e 1930 do interior paulista.

Não obstante, imagina-se que naqueles tempos, com a divulgação recorrente e detalhada dos perfis das eleitas, as leitoras que sequer podiam almejar a disputa pelos títulos de rainha ou princesa também aprendiam a ler essa espécie de cartilha da beleza e comportamento no qual se transformaram as entrevistas das eleitas. Supõe-se que ao ler os roteiros de gosto e comportamento ditado pelas escolhidas, a espectadora feminina igualmente aprendia a trilhar os caminhos para a obtenção da admiração e glória junto à platéia masculina.

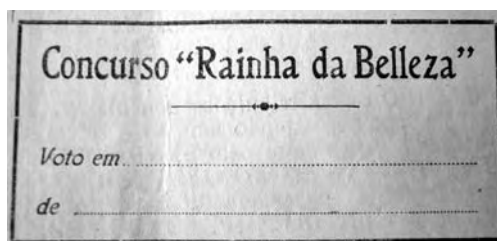


Ilustração 17: A cédula de votação do concurso para a eleição da “Rainha da Beleza” era diariamente publicada com destaque pelo jornal *Folha de Rio Preto*. O fato de o eleitor precisar apenas preencher o nome da candidata e apontar de qual cidade ela era originária evidencia que o sertão, por maiores

transformações territoriais e demográficas que passasse, não era tão vasto assim (*Folha de Rio Preto*, 9/3/1937).



Ilustrações 18 e 19: Vencedoras do primeiro concurso de beleza da *Araraquarense*: rainha e princesa, respectivamente. Elas e as outras ganhadoras tiveram direito à fotografia estampada em primeira página durante uma semana, além de concederem entrevistas exclusivas ao repórter da *Folha de Rio Preto*. Isso sem falar nos diversos prêmios que ganharam e bailes concorridos nos quais desempenhavam papel principal (*Folha de Rio Preto*, 1937).

Tanto rainha quanto princesas tinham entre 14 e 22 anos, e eram todas estudantes normalistas ou professoras já formadas, com exceção da eleita da cidade de Catanduva, que era secretária. Ao que parece, o caminho rumo à Escola Normal era destino consagrado a essas moças bem nascidas e significava fator de diferenciação em relação ao restante da população feminina. Frequentar a Escola Normal era critério de bom gosto e boa educação.

Srta. Filardi é professora. Concluiu este anno, com brilho, o curso da Escola Normal, no Collégio Santo André. E concluiu também o curso de piano no Conservatório Musical de Rio Preto, como alumna sempre laureada. Aliás, confessou nos, emocionada, todo o seu entusiasmo pela musica, e a sua adoração por esses grandes gênios musicaes que são Chopin e Listz...(*Folha de Rio Preto*, 1937).

Entre uma entrevista e outra, proliferavam textos que se transformavam em jogos de adivinhação para o leitor masculino. Esses textos eram entremeados aos galanteios discretos dirigidos pelo jornalista às eleitas, de onde emergiam desejos, idealizações e normatizações em relação ao comportamento esperado de uma “rainha”.

É devéras graciosa, jovial e cheia de vivacidade. Já completou dezeseis primavêras. O trato lhano (sic) e cortez que lhe é peculiar, captiva a todos que tem a ventura de conhecê-la. A's brilhantes qualidades que lhe exornam a alma, reúne a primordial-a nobreza de sentimentos. Não é apreciadora dos divertimentos fúteis, como "dancings", etc, pois ainda não a vi uma vez sequer em uma soirée dançante. Contrastando com alguns dos seus predicados, nota-se-lhe pelo semblante, de quando em vez, algo de tristeza, como que traduzindo uma saudade, talvez de algum ente querido que está longe, bem longe. O seu nome foi dado também á uma Rainha dos tempos remotos, de um dos Países civilizados do velho continente. É paulista de corpo e alma, e para finalizar é normalista da Escola local. Quem é? (*Correio de Mirasol*, 1937).

Ao longo das entrevistas que as vencedoras concederam ao repórter da *Folha de Rio Preto*, todas declaravam em uníssono gostar muito de cinema e literatura, além de esportes e bailes – o que contradizia as afirmações do jornalista de Mirasol. Afirmavam gostar de trabalhos manuais, particularmente do bordado, e também de cozinhar. Dentre as suas predileções, constavam ainda a leitura de Cornélio Pires e as sessões de cinema, onde eram exibidos os filmes do ator Rodolfo Valentino.

É importante destacar, no entanto, que essas entrevistas publicadas dia após dia no jornal *Folha de Rio Preto* eram estruturadas sempre em torno das mesmas perguntas, já que o jornalista obviamente partia da premissa de que todas as respostas seriam iguais – as mulheres não eram todas tão parecidas?

Nas divagações enamoradas que vez ou outra eram intercaladas pelo jornalista às entrevistas, emergiam considerações do tipo: "Eis ahi uma princeza authentica. Uma princeza em tudo: belleza, graça, formosura e mocidade". Na descrição de sua chegada à residência de uma das princesas, o entrevistador já antevia os gostos da entrevistada.

Para nos receber, srta. Salua Daher interrompeu um caprichoso bordado á machina, que gostamos de apreciar. E logo percebemos, antes que ella no-lo dissesse, que os trabalhos manuaes, de cunho artístico, são a sua grande predilecção (*Folha de Rio Preto*, 1937).

As respostas das candidatas, por sua vez, eram também muito parecidas. Dessa maneira, repetia-se por intermédio da concorrência/assistência do concurso de beleza, e da celebração em torno das vencedoras, a construção de uma imagem acerca da mulher. As

eleitas, por sua vez, confirmavam esse olhar ao reproduzirem o comportamento esperado das mulheres daqueles tempos.

Efetivava-se dessa maneira a visibilidade máxima da tão decantada beleza feminina e, por intermédio também desses eventos, as mulheres se adequavam a um acurado modelo normativo de beleza que emanava dos mais diferentes lugares – e também dos concursos públicos que visavam eleger rainhas e princesas.

- Qual o seu esporte favorito?
- Natação. Mas não o tenho praticado ultimamente. A preparação de exames na Escola Normal e no Conservatório não me davam tempo para me entregar a esse exercício favorito (*Folha de Rio Preto*, 1937).

- Gosta de esporte?
- Si gosto? Não – adoro-o, julgo uma necessidade.
- Qual o seu esporte favorito?
- Natação
- Aprecia as artes?
- Imenso, principalmente a musica.
- Tem se dedicado a ella?
- Muito pouco. Toco violão.
- Aprecia o cinema?
- Muito, demais, mesmo
- Qual o seu artista predilecto?
- Charles Boyer.
- Gosta de reuniões sociaes?
- Sim. E entre ellas, em primeiro logar, o baile (*Folha de Rio Preto*, 4/12/1937).

- Gosta de cinema?
- Muito. E pode dizer mesmo que tenho uma predilecção toda especial pelo marinheiro Popeye, aquelle dos espinafres...
- Com aquela cara? – explodimos
- Não é pela cara. É pelos espinafres, que são do meu agrado (...)
- Aprecia os esportes, srta?
- Muito. Um pockerzinho bem “bluffado” é maravilhoso. (E, o claro sorriso accendeu-se em festa)
- E outros “esportes menores?” – inquerimos
Também. Jogo tennis, monto a cavallo no volante de um bom carro sou capaz de fazer loucuras. Adoro grandes velocidades, as curvas rápidas, tudo que seja capaz de dar um “frisson” emocionante (...) (*Folha de Rio Preto*, 1937).

Capítulo 4 – Crianças do *interland*

1. Fragilidade e inocência

Numa manhã de domingo do ano de 1929, o *Correio de Mirasol* publicava, em página inteira, um longo poema intitulado *Pequeno Morto*, de autoria do poeta parnasiano Vicente de Carvalho.⁵⁰ A composição, repleta de estrofes dramáticas adornadas com desenhos *art nouveau* e redigida com rigorosa obediência aos padrões métricos, bem ao estilo daquela escola literária, retratava a consternação, a perplexidade e a impotência dos adultos diante da morte de uma criança. A imagem do enterro é pura tristeza, e o badalar do sino marca o compasso do cortejo e dos versos.

Tanje o sino, tanje, numa voz de choro
Numa voz de choro...tão desconsolado...
No caixão dourado, como em berço de ouro,
Pequenino, levantam-te dormindo...Acorda!
Olha que te levam para o mesmo lado
De onde o sino tanje numa voz de choro...
Pequenino acorda!

Como o sono apaga o teu olhar inerte
Sob a luz da tarde tão macia e grata!
Pequenino, é pena que não possas vêr-te
Como vais bonito de vestido novo
Todo azul celeste com debruns de prata!
Pequenino, acorda! E gostarás de vêr-te
De vestido novo

Como aquela imagem de Jesus, tão lindo,
Que até vai levado em cima dos andores
Sobre a fronte loura um resplendor fuljindo
- Com a grinalda feita de botões de rosas
Trazes na cabeça um resplendor de flôres...
Pequenino, acorda! E te acharás tão lindo
Florecido em rosas! (...) (*Correio de Mirasol*, 1929).

⁵⁰ O santista Vicente de Carvalho foi figura importante no meio intelectual e político do Estado de São Paulo na Primeira República (1889-1930). Era membro da Academia Brasileira de Letras, além de jornalista atuante, advogado e político ligado ao PRP. Morreu em 1924. Conforme informações biográficas organizadas pela Academia, dentre seus poemas favoritos, constava *Pequeno Morto* (<http://www.academia.org.br>).

Se a fragilidade e a finitude humanas, diante do fim, causam uma mistura de dor, estranhamento e resignação nos homens e mulheres de ontem e de hoje, o que dizer da morte de uma criança? A sensibilidade contemporânea diante dela é muito diferente daquela expressa perante a morte de um adulto, ou mesmo ante a morte de um velho – esta também é temida, mas já é contraditoriamente sabida e esperada.

Longe de querer descrever aquilo que, para nós, é mesmo indizível, resta apontar apenas que, quando nos deparamos com o fim da vida de uma criança, referimo-nos à morte prematura, à interrupção de uma história, de um futuro que “deveria ser”. É como se fôssemos roubados do nosso próprio amanhã e, pegos de surpresa, ficássemos atônitos, tomados por um sentimento de melancolia e de perplexidade que talvez só possa mesmo ser expresso em forma de versos, como os de Bandeira (1967, p.85): “a vida inteira que podia ter sido e que não foi”.

Ocorre que não é uma criança qualquer aquela imaginada e pranteada por Vicente de Carvalho, assim como não é uma criança qualquer a que pranteamos nos dias de hoje. O caixão do *Pequeno Morto* de Carvalho, que mais se assemelha a um berço – berço de ouro, trono de um príncipe! – sequer combina com o ambiente do cemitério: cinza, silencioso e infeliz. Tamanhas são as idealizações que rondam o *pequenino* que este, com sua bela fronte loura e glória pueril, é equiparado pelo poeta ao próprio Jesus.

Seu corpo precocemente inerte é oriundo de um determinado grupo social, onde os jovens mortos puderam ser vestidos com tecidos adornados em debruns prateados, e a infância, por sua vez, pôde ser associada às idéias de inocência, proteção, civilidade, candura, educação, amor familiar, aconchego do lar, entre outras. Certamente a realidade da minoria dos pequenos cidadãos brasileiros das primeiras décadas do século XX.

(...)E depois...teu quarto era tão lindo! Havia
Na janela jarras onde abriam rosas;
E no meio a cama, toda alva e macia
De lenções de linho no coixão de penas.
Que acordar alegre e nas manhãs cheirosas!
Que dormir suave, pela noute fria,
No coixão de penas...(...) (*Correio de Mirasol*, 1929).

A dor maior, obviamente, é a dor da mãe piedosa, desolada, martirizada, maltratada pelo acaso, pelo fado atroz de ter tido seu filho, significado maior da sua existência,

precocemente arrancado de seus braços pelo destino cruelíssimo que a presenteava com a mais ignóbil solidão.

Vai chegando a hora, vai chegando a hora
Em que a mãe ao seio, chama o filho...A espaços,
Badalando, o sino diz adeus e chora
Na melancolia do cair da noite;
Por aqui só cruces com seus magros braços
Que jámais se fecham, hirtos sempre...
É, a hora...Do cair da noite (...)

Pela Ave Maria, como procuravas
Tua mãe!...Num êco de sua voz piedosa,
Que suaves cousas que tu murmuravas.
De mãosinhas postas, a rezar com ela...
Pequenino, em casa, tua mãe saudosa
Reza a sós...É a hora quando a procuravas
Vae rezar com ela! (*Correio de Mirasol*, 1929).

Bem sabemos que a criança não foi sempre retratada dessa maneira afetuosa. Bem sabemos que é mais prudente, aliás, pensar em crianças no plural, e não numa criança singular, única e atemporal. Aliás, podemos nos perguntar sobre a duração real do tempo da infância, já que os estudiosos do assunto – médicos, psicólogos, juristas, educadores e outros profissionais – não encontraram uma resposta definitiva até os dias de hoje. Como determinar quando se inicia e se finda?

Como este período da vida não é um dado natural, sua duração foi e continua sendo incerta, variando mediante o tempo, a cultura e o espaço geográfico nos quais as sociedades humanas se desenvolveram. Conforme didaticamente explicitaram Freitas e Kuhlmann (2002), e Kuhlmann e Fernandes (2004), sequer podemos utilizar os termos criança e infância como sinônimos. Quando nos referimos à infância, estamos trabalhando com um conceito resultante de um tipo idealizado de criança.

Noção que é, portanto, uma produção sociocultural e não uma categoria biológica; é o resultado das representações do mundo adulto sobre uma determinada fase da vida que não é mais aquela de quem se fala. Uma espécie de projeção inventada historicamente pelos mais velhos em relação aos mais novos, cuja origem se situa no século XVI europeu (ARIÈS, 1981). Referir-se à infância é, por conseguinte, diferente de comentar sobre a

criança – o sujeito real que vive essa fase da vida, mas que, no entanto, é atravessado por fundamentais diferenças étnicas, sexuais, etárias, sociais e educacionais determinadas pelo seu grupo de origem.

No caso da criança idealizada, como o *Pequeno Morto* do poema, por exemplo, pode-se pensar numa criança singular, porque indivíduo imaginado, e também numa criança coletiva, porque oriunda de um extrato social no qual era possível que os mais novos acordassem em meio a lençóis alvos de puro linho, e ainda tivessem hipotéticas rosas entreabertas na janela do quarto. Uma realidade por certo muito diferente daquela vivida pela criança abandonada ou pela criança operária, também, singular e plural. No exemplo do *Pequeno Morto*, podemos pensar, ainda, na ironia presente no fato de que o nascente parque industrial brasileiro das décadas de 1920 e 1930 tenha se abastecido justamente da mão-de-obra infantil para produzir, dentre variados tecidos, os lençóis de linho utilizados pelo grupo do *pequenino*.

Seguramente foi Philippe Ariès um dos primeiros a se ocupar da temática da infância na historiografia. Segundo as teses mais importantes deste autor, algumas relativizadas posteriormente por ele próprio, a subjetividade em relação à infância, tal como a conhecemos hoje, é uma longa construção social e cultural que se iniciou por volta do século XVI, na Europa, e que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, enraizou-se de maneira evidente no mundo ocidental. Para Ariès, na Idade Média não existiria nem mesmo o sentimento de infância, e a passagem da condição de “filhote” para a de adulto era feita de imediato, quando a criança era afastada da família e iniciava seu aprendizado em meio à comunidade.

Segundo essa tese, não existiriam também, na Idade Média, as etapas típicas da adolescência, aquele interregno juvenil entre o mundo da criança e o mundo do adulto, mesmo porque a criança, concebida como um indivíduo diferente do adulto, sequer existia subjetivamente. O contexto marcado pelas altíssimas taxas de mortalidade, nos primeiros anos de vida, era propício para o quase anonimato no qual elas viviam.

Quando estas sobreviviam às agruras da vida, seu aprendizado se dava em meio à coletividade, no convívio diário com os outros membros do seu círculo social. Era nesse tipo de sociabilidade comunitária que se davam as trocas afetivas e educacionais entre

todos, ou seja, entre os pais, os vizinhos, os amos, os criados, os velhos, as crianças, as mulheres etc.

Além disso, a inexistência do que modernamente chamamos de vergonha, ou, melhor dizendo, do pudor dos mais velhos em relação aos mais novos era um fato, uma vez que não havia fronteiras simbólicas muito precisas entre uns e outros, e a disseminação do que chamamos de civilidade só se verificou a partir do século XVI. São conhecidos e inquietantes os exemplos citados por Ariès das brincadeiras, das roupas, dos jogos e das práticas sexuais compartilhadas entre crianças e adultos.

Eram jogos e práticas cotidianas simplesmente porque não havia a idéia de inocência infantil – muito menos de sexualidade infantil. Isso quer dizer que o pressuposto moderno de que existem determinados assuntos, condutas e segredos que devem ser escondidos dos mais novos, temas e experiências dos quais eles necessitam ser preservados até atingirem certa idade, não fazia parte do repertório do homem medieval, situação que foi se transformando, radicalmente, nos séculos posteriores, com a paulatina emergência do sentimento moderno de infância.

Também colaborava para que não houvesse apartamento definido entre as faixas etárias a predominância da oralidade sobre a cultura letrada, uma das marcas mais significativas daquela sociedade. Todos compartilhavam um mesmo universo caracterizado pelo não letramento, do qual a criança rapidamente passava a fazer parte, desde que soubesse falar e se fizesse entender. Tal situação se alterou a partir da disseminação da tipografia móvel que, segundo indicaram Postman (1999) e Boto (2002), colaborou para a ampliação do universo de leitores até então muito restrito e, por conseguinte, para a distância entre os adultos que dominavam os códigos de leitura, e as crianças, que passaram a assimilar tais códigos em etapas.

Ainda segundo Ariès (1981), a própria perspectiva de amor entre os cônjuges, e entre pais e filhos, não existia obrigatoriamente. São diversos os exemplos elencados por ele para embasar suas hipóteses. Vão desde a prática do infanticídio velado existente no período medieval; passando pelo inventário do léxico utilizado pelos franceses, ao longo dos séculos, para se referirem às crianças, ou pela falta de um vocábulo específico para designá-las; pela iconografia daqueles tempos, que retratava a criança como um adulto em miniatura; e também pela própria passagem do tempo sobre a vida humana, calculada por

meio de uma periodização fixa – como eram a sociedade e os ciclos da natureza naqueles tempos.

Gélis (1992), Cambi (1999), Manacorda (2002) e o próprio Ariès relativizaram, nas décadas de 1980 e 1990, essas teses originalmente publicadas em 1960, que pressupunham o total anonimato das crianças no período medieval, e a inexistência, entre os europeus, da noção de juventude como um momento peculiar que antecede à vida adulta.

Os estudos posteriores aos de Ariès confirmaram que sentimentos de interesse e indiferença em relação às crianças são coexistentes e passíveis de serem averiguados em todos os períodos da história humana, inclusive no período medieval, não sendo possível, portanto, demarcar tão precisamente aquele momento como de anonimato dos mais jovens. Além do mais, as clivagens existentes entre uma análise mais generalista como a apresentada por aquele autor, e as especificidades regionais, que até hoje não cessam de vir à tona, mostraram-se mais do que pertinentes.

Gélis (1992) enfatizou ainda que a evolução do sentimento de infância não se manifestou de maneira linear, destacando inúmeros exemplos de inconformismo dos adultos ante a morte dos mais novos em pleno medievo – justamente quando se deu, aliás, o surgimento das primeiras associações de caridade direcionadas à proteção dos jovens órfãos (KUHLMANN; FERNANDES, 2004). Postman (1999) indicou, além disso, que, no início da Idade Média, já havia sido promulgada a primeira lei proibindo o infanticídio na Europa, um sinal de tentativa de regulamentação das práticas dos mais velhos em relação aos mais novos, mas também evidência desse hábito não de todo incomum. Senão, por que a interdição legal?⁵¹

De qualquer maneira, o trabalho seminal de Ariès continua um clássico justamente por enfatizar a infância como uma construção cultural e social que se deu ao longo dos séculos, e não como um dado da natureza.

Priore (2006) acertadamente sugeriu que suas idéias devem servir como bússola para os estudos brasileiros da história da infância, e não como régua e compasso pelo fato de que a escolarização das massas, fenômeno capital, segundo o francês, para o surgimento

⁵¹ É constrangedor saber que a antiquíssima prática do infanticídio, principalmente de meninas, perdura em pleno século XXI em países como a China (que legalmente permite às famílias que tenham um único filho) e a Índia, que vive um importante déficit demográfico de meninas denunciado internacionalmente desde 1986. Segundo Perrot (2007), neste ano as autoridades e os demógrafos indianos apontaram o que foi chamado de “crime contra a humanidade” praticado naquele país, ou seja, o infanticídio disseminado.

do sentimento moderno de infância na Europa, foi tardia no Brasil; e a construção do que chamamos de privacidade, ou de intimidade burguesa, outro fator determinante para o surgimento deste período como um tempo da vida específico, também se operou num ritmo muito diverso em território nacional.

A respeito das diferenças existentes na percepção dos adultos brasileiros e europeus sobre a infância, e também sobre o comportamento das crianças, são válidas as impressões do viajante inglês Edgecumbe, datadas de fins do século XIX, e compiladas por Miriam Moreira Leite (1997).

Independentemente do olhar claramente etnocêntrico e generalista expresso por Edgecumbe, tão característico, aliás, das descrições deixadas pelos viajantes de todos os tempos e lugares, destacam-se as pistas relativas à heterogeneidade existente tanto no tratamento, quanto no dia-a-dia das crianças do Brasil e da Europa oitocentista; e também das distâncias, não apenas geográficas, mas, sobretudo culturais, entre uns e outros.

O fragmento descortinado por Leite (1997) demonstra que a escola e a família brasileiras ainda não apartavam as crianças dos adultos tanto quanto desejavam aqueles que, na Europa do XIX, já, há tempos, incomodavam-se com a promiscuidade entre os mais velhos e os *pequenos*.

Os pais brasileiros vivem com as crianças ao redor e as estragam a mais não poder. Uma criança brasileira é pior que um mosquito tonto. As casas brasileiras não têm quarto para elas e, como se considera cruel pôr as queridinhas na cama durante o dia, tem-se o prazer de sua companhia sem intervalos (...) No Brasil não existem crianças no sentido inglês. A menor menina usa colares e pulseiras e meninos de 8 anos fumam cigarros. Encontrei um bando de meninos voltando da escola, uma tarde. Um pequeno de aparentemente sete anos tirou do bolso um maço de cigarros e ofereceu a um de cada vez. Ninguém demonstrou qualquer desaprovação de um menino tão pequeno estar fumando. A linguagem desses meninos é terrível, embora eu precise admitir que, como os cocheiros de Londres, não percebem que estão usando expressões chulas (EDGE-CUMBE, p. 47 e 50, apud LEITE, p. 37).

Interessa destacar que, apesar das distâncias entre Brasil e Europa, é consenso, na historiografia contemporânea, que, conforme o capitalismo foi se estruturando e se disseminando de maneira absolutamente heterogênea por todo o mundo ocidental, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII e, de maneira particular pelo Brasil, nos séculos XIX e XX,

foi se difundindo uma série de revoluções, de transformações profundas na maneira de o homem pensar e de se relacionar com a vida, com seu próprio corpo e com a comunidade ao seu redor. No bojo dessas revoluções nada lineares, deu-se a manifestação da crença na *inocência*, na *singularidade* e no *valor positivo* da infância, que ecoam fortes até os dias de hoje.

Seria, no mínimo, temerário tentar historicizar todas as profundas transformações ocorridas ao longo desses séculos e que colaboraram, inexoravelmente, para o surgimento do sentimento moderno de infância. Entretanto, no que diz respeito à temática da inocência desse período da vida, indiscutivelmente, o cristianismo ocupa um lugar de destaque na disseminação da idéia desse momento como um estágio de pureza do corpo e da alma; de candura e de simplicidade que infelizmente era efêmero em função do passar dos anos; um tempo de limpeza, no qual a vida mundana ainda não maculara o que era primitivamente casto.

O batismo, que se transformou em ritual de passagem, de iniciação ou transformação paradigmáticas da prática cristã, foi sendo observado, ao longo dos séculos, como uma espécie de regeneração simbólica da alma, de retorno ao estado de inocência *originariamente* infantil. A primeira-comunhão, por sua vez, transformou-se numa espécie de festa exclusivamente pueril, uma performance que impressionava sobremaneira a coletividade da *Araraquarense*, nas décadas de 1920 e 1930, colaborando para o fortalecimento de uma determinada sensibilidade sobre a criança nas terras do interior paulista.

Todavia, essas festas contribuíam também para o fortalecimento de uma sensibilidade regional em relação à própria Igreja Católica, porque a instituição, nestas celebrações de grande visibilidade social da infância, maximizava sua atuação em torno dos *pequenos*, dando publicidade ao seu estatuto auto proclamado de guardião por excelência desse estágio especial da vida que ela também ajudava a construir, por meio dos escritos dos padres e do laicato católico que, invariavelmente, apareciam nos impressos.

Há momentos na vida em que parecemos perder o nosso “eu” e viver num outro ser diferente do nosso. São imagens do passado que trazem á nossa imaginação o esquecimento das horas sombrias do presente. Sentimos então a dôr cruciante da saudade e num respirar do coração, almejamos viver os dias que se esconderam no poente da infância. A primeira comunhão que os zelosos Redemptoristas apresentaram na Cathedral é um

destes escenarios mysticos que nós mesmos representamos, tempos idos, quando o riso da meninice, em catadupas de alegria, rebentava em nosso lábio rosicler.

As creanças, de mãos postas, olhos baixos, vestes roçagantes, trasiám-nos a perspectiva das revoadas dos anjos da excatologia. Uma dellas contava quatro annos, si muito, resumindo o seu riso puríssimo, os cânticos ineffaveis daquellas virgens que oram silenciosas diante do cordeiro Immaculado. E na hora da comunhão cada uma recebe no seu coração o Deus infinito que se fez pequeno para ensinar aos homens que a grandesa humana é nada em comparação da innocencia. Jesús ensinou que os homens devem se assemelhar ás creanças, porque somente estas despresam os requisitos da luxuria que envelhece o corpo e entorpece a alma. (*A Noticia*, 1931).

Utilizando-se do suporte que a revolução tipográfica passou a oferecer desde o século XV, a Igreja cuidou ainda para que se difundissem dois modelos significativos de criança no mundo ocidental: o da criança-Cristo, ou seja, os relatos e as imagens sobre a infância do “menino Jesus”, modelo cujo pequeno bebê na manjedoura talvez seja o que existe ainda hoje de mais próximo da nossa percepção; e o da criança mística, o exemplo paradigmático dos pequenos santos que, desde a mais tenra idade, dedicaram sua vida à glória de Deus e, por isso, jamais foram tocados pelos vícios e paixões da existência terrestre (GÉLIS, 1992; MACMAHON, 2006).

Disseminou-se ainda, desde a pré-história da Igreja, a figura do Cristo amigo das crianças, do Ser que sugeria que todos se tornassem novamente puros de coração como as crianças o eram; a representação do filho de Deus chamando para perto de si os pequeninos, de quem ele desejava se ver rodeado, segundo nos informam os Evangelhos – e também os cronistas embevecidos da *Araraquarense*. Esse tipo de iconografia e de relato colaborou do mesmo modo para a multiplicação incalculável de anjos renascentistas e de anjos da guarda – estes especialmente identificados à função de cuidar das crianças.

Além do mais, os pequenos seres celestiais passaram também a simbolizar a alma humana que era quase sempre retratada num corpo infantil, independentemente da idade da pessoa. Todas representações que remetem a uma concepção moral que relacionou historicamente os primeiros anos da vida à inocência e à pureza divinas. (CAMBI, 1999; MANACORDA, 2002). Não obstante, os episódios pictóricos, retratando especificamente cenas cotidianas envolvendo a Virgem e o menino Jesus, banalizaram-se, ao longo dos

séculos, colaborando decisivamente para a difusão de um determinado modelo de criança – e também de família e de amor materno.

Creanças! “Deixae vir a mim as creanças porque dellas é o reino do céu”, na justiça do Divino Nazareno que viu e sentiu a voz daquelles corações que ao labios tanto sabem cantar! Creanças! Vêde que o sorriso que sorriem não tem macula, nem cynismo; não são egoístas nem hypocritas! Vêde que ellas não comprazem na ociosidade, nem vendem o character pelas futilidades, nem trabalham na ancia ferina de se matarem uma a outra. Creanças! São os olhos, o coração, a vida, a humildade, a innocencia, o character dos sábios ensinamentos do Mestre! (*A Noticia*, 1936).

É importante ressaltar que, além da valorização da infância entendida como um tempo especial, manifestada no discurso cristão, desde seus primórdios, no excerto selecionado, e em tantos outros relativos a um assunto tão recorrente nas páginas dos impressos da *Araraquarense* das décadas de 1920 e 1930, destaca-se sobremaneira o ataque ao “egoísmo” às “futilidades”, à “ociosidade”, e à competição liberal desenfreada, discurso distintivo da atuação do clero e do laicato católico naquele período em que a Igreja se posicionava publicamente contra os chamados “males” do mundo moderno.

Ainda pensando nos fatores que colaboraram decisivamente para a emergência do sentimento moderno de infância, além da já mencionada tradição cristã, cabe destacar o surgimento de outras atitudes e instituições que, se não eram totalmente inéditas no que diz respeito aos cuidados com as crianças, podem melhor ser apreendidas a partir do início da Idade Moderna, na Europa, e do século XIX, no Brasil. Conforme indicou Veiga (2004), se o tempo da infância é uma produção sociocultural, esse tempo só foi possível existir porque foram criados lugares específicos destinados a ela, além de novas concepções de autoridade e de civilidade.

No caso europeu, ocorre lembrar da literatura dos escritores moralistas e dos pedagogos dos séculos XVI, XVII e XVIII que distinguem as especificidades infantis em relação aos mais velhos, os diferentes estágios de desenvolvimento cognitivo, os bons e os maus jogos, danças, roupas, condutas e saberes; do desenvolvimento dos colégios religiosos, inicialmente jesuítas e protestantes e, mais tarde, também estatais, das instituições filantrópicas de proteção à infância, dos asilos de caridade e outras (CAMBI, 1999; MANACORDA, 2002). Trata-se de um movimento de preocupação com a criança e

com a sua educação que ocorre inicialmente entre os grupos privilegiados, e que posteriormente se dissemina também entre outras camadas sociais.

Boto (1990; 1996) informa ainda que a idéia de inocência da infância está indiscutivelmente atrelada a um dos maiores movimentos políticos e filosóficos da Idade Moderna, o Iluminismo, que, desde suas origens, problematizou obstinadamente a temática da perfectibilidade humana colocando justamente a criança no cerne das esperanças compartilhadas de progresso ilimitado dos homens e das sociedades, entre outras utopias.

Para se atingir o anseio iluminista de perfectibilidade tanto individual quanto social, era necessário, segundo os muitos pensadores de então, que as crianças fossem devidamente educadas. Urgia que estivessem preparadas para cumprir suas aptidões *naturais* na coletividade. Disseminou-se, a partir dessa época, a convicção de que as gerações mais novas eram o “atelier da nova ordem a ser edificada”, e de que os vícios, diferentemente das aptidões humanas, não eram naturais, mas originários da sociedade que estava em desacordo com a natureza.

Tais premissas colaboraram, segundo a autora, para a “confiança na infância como projeção imaginária de uma conformação humana naturalmente boa que acompanha todo o processo de elaboração teórica que vem a caracterizar o movimento de Ilustração” (1990; p.138). Se a maldade não era intrínseca ao ser humano, conforme afirmavam diversos iluministas, cabia preservar, ao máximo, seu estado original de bondade e inocência.

Quanto às regras de civilidade que proliferaram pelo mundo ocidental a partir da Idade Moderna - normas que, nos termos de Chartier (1992), devem ser entendidas como a arte da submissão das emoções e da dissimulação dos afetos – percebe-se que estas também acabaram funcionando como um dos meios mais importantes tanto para a publicidade das distinções sociais, algo que se fazia necessário nas sociedades que se tornavam mais complexas, quanto como educação e disciplinarização dos corpos de velhos e jovens. Tais regras de civilidade, às quais Revel (1992, p. 170) afirma que “codificam minuciosamente os valores corporais e regulamentam em detalhes o sistema de comportamentos sociáveis” colaboraram tanto para a emergência da infância entendida como um tempo singular quanto

para o aprendizado das regras do convívio social entre as faixas etárias que naqueles tempos se separavam.⁵²

As escolas, particularmente, passaram a ocupar o lugar privilegiado de civilização das crianças, de preparação desses seres para a entrada na sociedade. Por isso, passaram a funcionar como uma espécie de espaço de “quarentena”, local de enclausuramento dos pequenos numa esfera separada onde eles aprendiam a ler, a contar, a escrever e também, no caso do ensino oferecido pelos colégios jesuítas e protestantes, a se tornarem cristãos disciplinados (Ariès, 1981).

Assim, essas instituições acabaram se transformando em locais responsáveis pela aprendizagem, característica dos mais jovens, enquanto o espaço familiar se transmutou no local de cuidado e de afeição necessários entre seus membros. Revel (1992) enfatiza ainda que, a partir do momento em que a civilidade se tornou um exercício escolar, não mais restrito apenas aos colégios religiosos, mas também aos estatais, transmutou-se finalmente numa espécie de disciplina ao mesmo tempo cristã e nacionalista: moralizada, casta e cívica.

Dessa maneira, infere-se que a escolarização européia surgiu não só como contraponto à sociabilidade e à aprendizagem medievais, como uma necessidade das novas instituições e sensibilidades da sociedade moderna, mas também como uma resposta aos anseios dos próprios pedagogos daqueles tempos, que, desde então, refletiam insistentemente sobre formas racionais e científicas de adequar o ensino às reais habilidades infantis (BOTO, 1990; CUNHA, 1998). O desenvolvimento do sentimento de infância é, portanto, contrário à indiferença ou aos mimos exagerados que Ariès chamou de “paparicação”, e está diretamente relacionado ao pressuposto de que é preciso desenvolver o caráter, a razão e a moral dos mais jovens; é imperativo preservá-los de um mundo vicioso, corrigi-los, educá-los, guiá-los, honrá-los, para que eles possam futuramente corresponder a tal investimento dignificando a família e o Estado.

Esse sentimento vai chegar ao seu apogeu, nos séculos XIX e XX, quando, finalmente, a criança ocupou o lugar central no seio do núcleo familiar, tornando-se mesmo a sua razão de ser, a imagem explícita da possibilidade de vitória dos pais sobre o tempo e a

⁵² A própria noção de faixa etária é uma construção da Idade Moderna. Postman (1999) revela que os aniversários, por exemplo, só passaram a ser comemorados no século XIX.

morte. O espaço e o tempo da infância tornaram-se, então, terrenos de disputa de saberes ligados à psicologia, à medicina, ao direito e à educação. Conforme indica Perrot (p. 148, 1992) “(...) ela é, por excelência, uma daquelas zonas limítrofes onde o público e o privado se tocam”.

Para aquelas das classes sociais mais abastadas, passam a ser válidos todos os investimentos afetivos, econômicos e existenciais. Ainda nesses séculos, tanto no caso da Europa como no do Brasil, além dos profissionais pertencentes aos campos já citados, os religiosos, os filantropos e os políticos também buscaram compreender, educar, normalizar, proteger e vigiar a infância (CUNHA, 1998; SOUZA, 1998; GONDRA, 2004). Configurou-se, de maneira inédita, um grande movimento que buscava atingir a todas – ricas ou pobres – em nome do bem comum, em nome do futuro da raça e da nação.

No caso especificamente brasileiro, principalmente após o advento da República (1889), a criança se tornou um sujeito cada vez mais individualizado, em razão de se iniciar localmente o longo processo de reconhecimento de suas particularidades empreendido, sobretudo, pelos educadores, médicos e psicólogos. Ademais iniciou-se também a construção da extensa simbologia que elegeu a criança como um sujeito coletivo, herdeiro por excelência do regime que se instaurava – e do qual esse sujeito social também era artífice.

Nesse contexto, as instituições escolares, destacadamente as instituições de ensino primário, passaram a ser vistas como marcos da nova ordem social, econômica e política que se almejava erigir, como locais modelares de onde emergiria o cidadão também modelar, ali minuciosamente forjado para a edificação do futuro alvissareiro da nação, sempre por chegar.

Segundo informam Bittencourt (1988), Carvalho (1989; 1998), Souza (1998; 2004), e tantos outros historiadores da educação brasileira, a possibilidade de pavimentação desse novo porvir baseava-se na crença de que, por intermédio da educação elementar efetivada nas escolas e disseminada entre todos os extratos sociais, dar-se-ia a tão acalentada transformação – dentro da ordem, claro! – do país. Nos termos de Souza, esses “templos de civilização” se transformaram idealmente no local de fusão de todas as nacionalidades que aqui aportavam, e também no espaço de preparação intelectual, moderna e científica dos jovens brasileiros, quer fossem meninos ou meninas.

Assim, o binômio escola – infância se transformou numa das áreas de atuação mais obsessivamente perscrutadas para que se instaurasse o progresso no Brasil – progresso entendido como respeito à ordem, à pátria, à moral burguesa, ao trabalho assalariado e às hierarquias sociais. Na verdade, a preocupação com a educação institucionalizada das crianças por parte das autoridades republicanas, principalmente na região Sudeste do país, era mais uma dentre tantas outras, talvez a mais importante em meio às diferentes premências “educacionais” da época, geradas pelo aumento demográfico incomum, pela intensa imigração/migração, pela industrialização e urbanização crescentes, pelo desenvolvimento das camadas médias, do comércio, do modo de ser capitalista.

Tantas transformações que, por um lado, sinalizavam para a definitiva inserção do país no contexto do desenvolvimento capitalista internacional, por outro, espalhavam uma sensação generalizada de caos social, e também de atraso em relação às nações européias e aos Estados Unidos. Por isso, além de apenas instruir a população, era necessário civilizá-la em relação à higiene, à eugenia, à moral, à disciplina do corpo e do espírito. Conforme indicaram Oliveira (1990;1997); Marques (1994) e Schwarcz (2000), dentre outros, era imperioso administrar as massas miseráveis, os doentes e os analfabetos que não faziam parte da utopia de progresso que, naqueles tempos, disseminava-se entre os grupos mais abastados.

A desilusão experimentada não apenas entre os privilegiados, mas também em meio aos mais diversos grupos sociais que, nas décadas imediatamente posteriores à inauguração da República, conviveram com a grande efervescência política, econômica e social que distinguiram de maneira peculiar os anos de 1920, só fez colaborar, ainda mais, para o fortalecimento na confiança de que os cuidados com a infância, bem como a efetivação de uma educação básica homogeneizadora garantiriam a paz social e a evolução política e econômica que o regime recém-instaurado ainda não havia alcançado.

Naquele cenário que se almejava edificar nas primeiras décadas do século XX, os excluídos, em geral, tais como os doentes, os analfabetos, os operários grevistas, os “jecas”, os vagabundos e tantos outros passaram a ser enfeixados sob o rótulo de “obstáculos” à modernização do Brasil. Assim, a preservação da infância e, por conseqüência, a proliferação de escolas, sobretudo primárias, metamorfosearam-se numa das principais bandeiras dos mais variados grupos que disputavam espaço na esfera pública desde a

proclamação da República: a Igreja Católica, as Forças Armadas, os liberais de todas as estirpes, e também os que se alinhavam aos preceitos nazi-fascistas europeus, tão em voga naqueles tempos (LUCA, 1996; SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000; HILSDORF, 2005). Cuidar da infância brasileira e da sua educação formal passou a ser, portanto, tema consensual entre variados extratos da sociedade brasileira, independentemente da filiação política, econômica ou doutrinária daqueles que se ocuparam deste assunto.

Assim, no longo processo de transformação dos *pequenos* em sujeitos raros, em seres únicos e amados, e, ao mesmo tempo, em objeto de intervenção pública, porque do seu porvir passou a depender o destino das nações; nesse esforço dos adultos por compreendê-los, diferenciá-los e educá-los, disseminou-se a condenação dos castigos físicos como forma de tratamento dos mais velhos em relação aos mais novos, no mesmo ritmo em que a morte destes passou a ser pranteada, como evidenciado no poema de abertura. A infância se transformou, finalmente, num momento vital para a espécie humana porque fundadora de um porvir prometício – e também de um período da vida de qual os mais velhos passaram a sentir saudade.

Na fervilhante e heterogênea *Araraquarense* do período, os jornais locais esforçavam-se por avigorar a idéia de que, na região, floresciam as “pequenas flores humanas, futuros ornamentos da elite nacional”, cujos versos do poeta Guerra Junqueiro tão bem retratam, estampados na primeira página do *Município*:

A alma da criança é branda como a neve,
São gottas de leite em urnas virginaes,
Tudo o que a ellas se dita ou nellas se escreve
Se crystalliza e não se apaga mais (*O Município*, 1929).

Nesse compasso de euforia dos adultos em relação às crianças, verificada em boa parte do mundo ocidental, e também no sertão paulista, a publicidade, veiculada pelos meios de comunicação que, naquelas décadas, disseminavam-se, apropriava-se de maneira inédita do poder recém conquistado pelos novos “reizinhos do lar”, como denominou Perrot (1992). No ritmo veloz que é próprio da imprensa, da publicidade e da zona pioneira, eles se transformaram em eficientes garotos(as) propaganda que anunciavam uma quantidade incalculável de produtos direcionados às camadas altas e médias: filmes, rádios, sabonetes,

guloseimas, remédios, gasosas, enxovais para internatos e outros artigos que não eram procedentes apenas do comércio local, mas também do nacional e do internacional.

Naquele momento peculiar de expansão capitalista pelo interior do Estado de São Paulo, prontamente elas também se transformaram num público consumidor extremamente original.



Ilustração 1: Shirley Temple (*A Notícia*, 193-).

O ENCANTO DA FAMÍLIA

ATÉ uma criança syntoniza com facilidade o rádio CACIQUE 45. É um aparelho moderno de 5 válvulas, de absoluta nitidez e agradável sonoridade, permitindo ouvir as estações da América do Sul. O móvel de raiz de embuía, desenhado artisticamente, apresenta incrustações de metal prateado, dando ao conjunto um elegante aspecto decorativo.

Pede uma demonstração sem compromisso de compra.

Válvulas: 2A5, 2A6, 2A7, 5B + 50 Synton.
 radio diferencial com
 comando inalterável
 de construção compacta, sem furos ou
 ligações aparentes.

CACIQUE LIMITADA
 R. Padre Adelino
 No. 33 - S. Paulo

Standard 9 C

CACIQUE 45

Agentes: **Irmãos Duque** — RIO PRETO
 Praça Ruy Barbosa, 140

Ilustração 2: Garoto-propaganda (*A Notícia*, 193-).



Ilustração 3: Publicidade da Revista *O Tico-Tico*: a criança ainda não aparece como consumidora direta. O discurso publicitário é predominantemente destinado aos pais (*Correio de Mirasol*, 1930).⁵³

Enquanto os impressos regionais contribuíam para a construção de um determinado imaginário sobre a infância, o solene e esmerado *Album da Comarca de Rio Preto*, onde também escreviam quase todos os letrados que atuavam no jornalismo interiorano, informava, na seção *Rio Preto Infantil*, que as fotografias publicadas correspondiam aos “interessantes”, “graciosos” e “robustos pequenos”. Lê-se, na legenda que acompanha a primeira foto reproduzida na página seguinte, trata-se de “Joãosinho Demonte Cortez, dilecto filho do Snr. Affonso Cortez e D. Rosa Demonte”, enquanto a legenda que explica a foto posterior informa que se trata da “graciosa Hortencinha Villela de Araújo, filhinha do Snr. Major Araújo Netto, redactor do “Município” e de sua Exma. Esposa D. Hortência Villela de Araújo. Na terceira fotografia, percebe-se tanto a variabilidade quanto a imprecisão do tempo de duração da infância na *Araraquarense*, visto que a informação que acompanha o retrato diz que os pequenos – nem todos tão pequenos assim para a percepção

⁵³ A Revista *O Tico-Tico* foi um dos primeiros impressos brasileiros – sua edição inaugural é de 1905 – dedicado exclusivamente ao público infantil. Foi pioneira na publicação de histórias em quadrinhos no Brasil, e circulou periodicamente até 1957. No entanto, almanaques especiais d’*O Tico-Tico* foram publicados até 1977 (Santos; Vergueiro, 2005).

contemporânea – são as “graciosas e interessantíssimas crianças filhas do illustre advogado e homem de letras, Dr. Luiz Nunes Ferreira, sendo seus nomes: Aloysio, Letícia, Zenaide, Maria Luiza, Paulo e José Thales”.

As diferenças entre os gêneros também eram construídas e aprendidas desde a mais tenra idade, já que, para a infância feminina, sobravam elogios à sua natural graça e ao encanto, ao passo que a infância masculina era adjetivada com atributos relacionados à robustez, à primogenitura entre outras adjetivações.

Essas fotografias das crianças da *Araraquarense*, cuja filiação e profissão dos pais eram obrigatoriamente ressaltadas, eram feitas nos estúdios de fotografia que proliferavam pela região, ou nos lares dos retratados, por profissionais itinerantes que assim que chegavam a uma ou outra cidade do sertão paulista imediatamente anunciavam seus serviços nos jornais. As poses, meticulosamente estudadas, eternizavam não apenas os pequenos, mas as próprias famílias que ficavam mais prestigiadas ainda no meio social em que se inseriam ao exibirem publicamente as suas “finas flores”, tão bem cuidadas.



Ilustração 4: Pureza (*Album da Comarca*, 1929).



Ilustração 5: Singularidade (*Album da Comarca*, 1929).



Ilustração 6: Quanto tempo dura a infância? (*Album da Comarca*, 1929).

Especialmente, a partir da década de 1930, tornaram-se grandes acontecimentos por essas terras as comemorações da “Semana das Crenças”, cujo objetivo anunciado, desde o ano de 1931, era o de “levantar o interesse da população em torno da infância”, transformando-se, por isso, em grandes performances públicas na *Araraquarense*. Dos adultos, sobretudo dos professores primários, que formavam as comissões responsáveis pelo fiel cumprimento do programa que era indicado pelo governo do Estado e adaptado à realidade local, e das crianças, personagens principais da encenação coletiva em torno da valorização de si mesmas – e das atitudes naturalmente caridosas de seus nobres e bondosos corações.⁵⁴

⁵⁴ Kuhlmann (1998); Veiga e Gouvêa (2000), informam que o 12 de outubro foi instituído como data nacional para a comemoração do dia das crianças por meio do decreto federal n. 4.867, de 05/11/1924. Inicialmente, era uma festa destinada basicamente ao público escolar.

Nobreza e bondade que, como vimos, foram tidas historicamente como intrínsecas ao tempo da infância e que, desde muito cedo, viriam à tona se pais e professores cumprissem seu papel de estimular as crianças para que isso ocorresse. Aliás, essa natural benevolência infantil também variava conforme o gênero sexual – e eram componentes vitais da sempre reiterada abnegação dos mais ricos em relação aos mais pobres.

A's 9:30 horas, as meninas do 4º anno do 1º Grupo Escolar, acompanhadas do prof. Clezel, Delegado do Ensino, prof. Alípio de Barros, director daquelle Grupo, profs. Calixto de Souza Aranha e Lauro Rocha, inspectores de ensino e das professoras dd. Alzira do Valle Sampaio e Jahy Arruda, visitaram o Posto de Higiene, onde foram recebidas pelo dr. Herbert Mercer, medico-chefe e dr. Mario Furquin, chefe do serviço de Hygiene infantil. As meninas sobraçavam grandes caixas contendo os enxovaezinhos confeccionados em classe para serem offerecidos aos lactentes pobres do Posto de Higiene (...) Os enxovaezinhos que foram offertados ao Posto para distribuir ás creancinhas pobres serão expostos hoje em uma das vitrinas da rua Bernardino de Campos (*Diario da Araraquarense*, 1934).

Nos eventos que ocorreram, ano após ano, na década de 1930, e que foram especialmente divulgados pela rádio PRB8 e por todos os jornais que circulavam pelo “interland”, era enfatizada a idéia de que todos os brasileiros, independentemente da origem étnica ou social, necessitavam conscientizar-se da enorme importância das crianças para o futuro do Brasil. Por isso, enquanto os membros das classes mais abastadas eram instados a demonstrar publicamente o seu compromisso com a caridade em relação os filhos dos mais “humildes”, estes também eram chamados à sua responsabilidade no cuidado e educação eficientes de sua prole. Se possível, também deveriam fazer caridade em relação aos filhos dos mais necessitados ainda. Tudo em nome da harmonia social e da cooperação entre uns e outros.

O “Dia da creança asylada”. Esse é o nome do dia de hoje. Nas classes, os srs. Professores discorrerão sobre os asylos, os seus fins, sobre a solidariedade e a philantropia.

Procurando desenvolver na consciencia das creanças a noção da solidariedade com a practica de um acto significativo, deu-se-lhes o ensejo de contribuir cada um com a quantia mínima de 200 réis, equivalência aproximada a um tijollo, em beneficio da construção do Orphanato de Meninas N.S. de Fátima. Fez-se a collecta (...)

O orphanato de meninas orphãs é uma obra muito bonita e muito bôa, pois que ella virá diminuir muito mal e muito soffrimento, encaminhando para uma vida menos perigosa aquellas que têm a desventura de não possuir o encanto e a protecção da sua casa e dos seus Paes e também não possuem parentes que cuidem dellas (*Diario da Araraquarense*, 1934).

Nessas semanas especialmente dedicadas à exaltação da infância, eram também exaustivamente propaladas as regras do poder constituído – os símbolos pátrios e os heróis nacionais, as premissas não apenas da caridade, mas também da higiene e da puericultura, além do sempre reiterado respeito ao labor. Tudo numa linguagem muito apropriada ao entendimento dos mais jovens.

As palestras, especialmente as direcionadas ao público infantil, aconteciam uma vez por dia, ao longo de toda a semana, sendo realizadas nos postos de higiene, nas praças, nas escolas públicas e particulares. Os jornalistas, por sua vez – muitos também eram palestrantes – incumbiam-se de lê-las na rádio e de transcrevê-las na íntegra, nas primeiras páginas de todos os jornais, sempre ressaltando o supremo valor da moral burguesa: o amor ao trabalho.

Para eles, a cada faixa etária e grupo social estava destinada uma espécie de ocupação física e intelectual, por isso a ociosidade se transformou num dos males mais severamente criticados. Ricos e pobres, adultos e crianças, todos deveriam trabalhar.

No prosseguimento dos trabalhos da “Semana da Creança” no dia de hontem, consagrado á creança que trabalha, nos estabelecimentos escolares foram feitas prelecções sobre o trabalho e sua necessidade; aproveitamento do trabalho da creança de accordo com a sua capacidade; composições sobre a tendencia de cada alumno para uma profissão e vários outros números do programa (...) (*Diario da Araraquarense*, 1934).

Conforme demonstraram Carvalho (1998); Cunha (1998; 2000) e Nunes (2000), esse tipo de evento público foi muito difundido no Brasil nas décadas de 1920 e 1930. Segundo as (os) autoras (es), sob o rótulo genérico da palavra “civismo” estiveram aglutinados os anseios dos grupos dominantes que ora relacionavam-se à glorificação da pátria, da caridade e da fé; ora entrelaçavam-se à exaltação da disciplina militar e do nacionalismo, dentre tantas outras bandeiras. A historiografia nos informa ainda que a proliferação desse tipo de festa por todo o Brasil, como a “Semana das Creanças” da

Araraquarense, foi estratégia importante não apenas para educar a infância que tinha acesso à educação formal, e, por isso, participava ativamente dos ditos eventos cívicos, mas também para todos aqueles que não freqüentavam as escolas, independentemente da idade ou da classe social.

Por isso, esse tipo de comemoração tinha um admirável caráter educativo, pelo motivo de que exercia influência sobre toda a comunidade, e ainda colaborava para a elevação do papel do professor e da escola, para a sacralização do lar e dos valores burgueses, para a valorização da higiene e da disciplina. Eram momentos especialmente privilegiados, portanto, para a disseminação de uma determinada moral, visto que o espectador ficava cativo dos modelos idealizados pelos rituais, ao tentar localizar-se num desses espaços: lar, escola, família.

A programação impressa em negrito, na primeira página do *Diário da Araraquarense*, no ano de 1931, dá mostras do investimento da comunidade letrada da região nos valores elencados acima, e também do rigor e respeito com que tais semanas eram encenadas, causando verdadeiro *frisson* pelas terras do sertão paulista que, conforme incansavelmente anunciavam os jornalistas daqueles tempos, ainda tinha que fortalecer a *raça*.

12 de outubro: *Dia da Criança – Dia da Raça* – destina-se este dia a lembrar a cada um que a Nação Forte é aquella que tem filhos fortes.

13 de outubro: - *Dia do Lactente*. – Milhares de crianças morrem entre zéro e um anno as mais das vezes pela falta de observancia das noções mais elementares de puericultura.

14 de outubro: - *Dia da Criança Asylada*. Os asylos dando abrigo a milhares de crianças devem merecer toda a sympathia do publico.

15 de outubro: - *Dia da Criança Hospitalisada*. Muitas moléstias são evitáveis. A criança doente o é muitas vezes, por descuido, ignorancia, pobreza.

16 de outubro: -*Dia da Criança que Estuda*. Cada criança que apprende a lêr é o pequeno opperario que trabalha para a construcção de uma Pátria maior.

17 de outubro: - *Dia da Criança que trabalha*. A criança não deve crescer na indolencia. Cada criança deve ter um trabalho adequado á sua idade (*A Noticia*, 1931).

A grande quantidade de festejos realizada nas praças, clubes, e escolas, sempre com distribuição de brindes para os *pequenos*; a freqüência de adultos e crianças nas matinês dos cinemas e nas missas celebradas pela “elevação espiritual” dos mais jovens, e a

consumação de jogos e desfiles, ao longo dessas semanas, garantiam grande visibilidade à temática da infância. Além disso, a publicidade ostensiva dos concursos de robustez infantil, com direito à distribuição de prêmios em dinheiro para os robustos pobres de zero a um ano, e de medalhas e de diplomas para os ricos da mesma faixa etária, colaborava para que, desde cedo, aprendesse-se as naturais diferenças sociais entre uns e outros.

Num compasso muito mais lúdico e restrito, mas não por isso menos educativo, as matinês carnavalescas promovidas pelo Automóvel Clube de Rio Preto, ponto de encontro da elite regional, ao longo da década de 1930, eram também ocasiões privilegiadas para a visibilidade, contemplação e publicidade daqueles que figuravam entre as “finas flores” da *Araraquarense*.

Não há o que se estranhar, o fato de ter sido convidada justamente uma mulher para falar das fantasias, da graça e beleza das crianças da “elite culta” do sertão. Para tarefa tão significativa de exaltação da formosura da infância paulista, *A Notícia* cedeu um raríssimo espaço, em primeira página, para D. Lila Camargo Cucé, que, com suas observações acerca das danças, do encanto e do comportamento dos *pequenos*, remete-nos ao imaginário das “mães de família” de seu tempo e classe social.

Sim, como era de se esperar, ela declaradamente possuía o “espírito” inteiramente voltado à estética, à arte do encantamento e, sobretudo, às crianças que se divertiam, como ela, naquele mundo à parte; naquele universo de sonho e de ilusão para poucos, criado pelos organizadores do evento.

A matinée infantil de carnaval promovida pelo Rio Preto Automóvel Clube culminou em alegria (...). A imprensa bem estilizada não podia faltar no congresso da alegria e da arte.

Rodopiavam pelo salão nesse paraíso artificial tres formosos diabinhos vermelhos a desbaratarem com o melhor dos seus sorrisos de pureza toda a alegoria dos caldeirões de eternidade a ferver a malícia e a maldade para apurar o veneno mal aplicado na terapêutica moral em face de uma festa da mais legítima alegria infantil em sua inocência.

Bebês de chupeta formavam uma exposição rara de bonecas: Uma bonequinha de Lenci, em feltro verde, holandesa “mignon”, boxeur, baianinhas, camponesas, pierrots, palhacinhos, corsários, formariam o mundo maravilhoso dentro de uma vitrine de loja de brinquedo.

Arte e beleza!

Foi a impressão que me ficou na retina á inspiração de meu espírito voltado sempre a tudo o que fale do belo, com a nobreza peculiar da arte.

Rio Preto está de parabéns no progresso de sua distinta e culta sociedade (*A Notícia*, 1933).

2. Menores e moleques

E o que fazer em relação aos sujeitos que jamais posavam sozinhos para as lentes fotográficas dos profissionais que aportavam na região, pelo contrário, que só puderam ter seus retratos estampados, nesta pesquisa, porque faziam parte da paisagem urbana daqueles tempos? Como proceder quanto aqueles que nunca puseram os pés nas matinês carnavalescas das “bonecas” e “diabinhos” de Automóveis Clubes e congêneres, mas de forma cada vez mais cotidiana e insistente ocupavam os arredores desses espaços de sociabilidade das “finas flores” e de seus pais, desestabilizando a ordem aparente? O que dizer ainda das crianças e adolescentes que vertiginosamente passavam a trabalhar nos postos urbanos do sertão que se agigantava, e que teimavam em estragar a estética das ruas recém pavimentadas do sertão?



Ilustração 7: “O povo”, destacando-se os meninos urbanos (*Album da Comarca*, 1929).

O instante citadino, reproduzido na página anterior, captado pelos fotógrafos Demonte, de Rio Preto, nos diz muito sobre esses *outros* da *Araraquarense* dos anos de 1920 e 1930, personagens tão distantes do mundo maravilhoso de D. Lilá Camargo Cucé.

A diferenciação manifesta entre os farmacêuticos e seus ajudantes - limpos, penteados, impecáveis e transparecendo familiaridade com a pose para o retrato, evidentemente contrasta com o restante dos personagens da foto, o “povo”: sujos, descalços, suados, fantasmagóricos, até, eles parecem mesmo não caber direito em suas próprias roupas: justas, curtas ou largas demais. A separação entre os profissionais da saúde, ao fundo, e a dupla de crianças que aparece em primeiro plano, vai muito além da concretude da divisória de madeira que os distingue. Ela personifica, afinal, a cruel diferenciação entre as “bonecas” das matinês, e as crianças que não podiam frequentá-las, aqui encarnadas no menino vesgo, descalço, assustado, quase perdendo o equilíbrio e que de repente se faz ver em meio à cena urbana.

Numa região em franco processo de transformação capitalista, sem dúvida, esse era um dos assuntos que mais incomodava os homens e mulheres de então: tanto a regulamentação do trabalho dos jovens, como também, e principalmente, a ordenação e a vigilância dos ditos menores, vagabundos e viciosos, verdadeiros antípodas das “finas flores”. Rio Preto, Catanduva e Mirasol, respectivamente, denunciavam a atuação dos que eram nomeados como moleques ou rapazelhos em artigos que iam da mera preocupação ao repúdio escancarado, da inquietação velada ao nojo assumido, sempre em primeira página.

Na porta do Cine São José, como também na porta do Capitólio, juntam-se, todas noites, os moleques da cidade que para allí vão com fito de realizar toda a sorte de diabruras e traquinagens. Mexem nos automóveis que allí se encontram a espera dos donos que se divertem. Dizem nomes feios, a altos berros, e perturbam de todo geito as entradas e as saídas dos espectadores (*A Notícia*, 1935).

(...)Trata-se, agora, de diversos garotos maltrapilhos que, além de andarem esmolando pelas ruas e perturbando o trânsito, sobretudo, de pedestres, ainda dirigem, sem motivos, a famílias e transeuntes, gracejos e expressões indecorosas que, aliás, lhe são tão peculiares. Seus constantes e reprováveis actos dão-nos a impressão de que elles, autores, não têm a quem dar satisfações. Porém, se após ter-se a paciência esgotada, se desejar ensilhar-lhes – uma vez que não há quem os ensine – então aparecem pae, tio...com ameaças de queixas á política, etc, etc...

Isto não é justo. Necessário se torna um correctivo para estas anormalidades (*A Cidade*, 1934).

Temos observado, de algúm tempo a esta parte, que uma turma de indivíduos perniciosos, inconvenientes e desclassificados, julgando-se rapazes bonitos e “dandys” gratuitos, promovem em toda a parte, nas praças e vias publicas, no cinema e nos bares e mais logradouros públicos toda sorte de algazarra, atos, gestos e palavras ofensivas á moral e ao docôro publico e ultrajantes ás familias (...). Deixemos de publicar aqui, e em letra de forma, os nomes desses atrevidos e malcriados, por causar-nos ásko vermos insertos nas paginas de nosso jornal os nomes de tais indivíduos. Mas se continuarem, no próximo número, depois de desinfetar-mos convenientemente as paginas, publicaremos aqui, em letras garrafais, os nauseabundos nomes dos componentes dessa escoria social (*Correio de Mirasol*, 1937).

Mas quem eram, afinal, esses personagens tão indolentes, perigosos e indesejados? Qual a idade dessas pessoas que vagavam pelas ruas, aparentemente, sem tutela alguma? Isso não ficava definido objetivamente nos escritos, mas percebe-se, nas entrelinhas dos jornais analisados, que se tratava obrigatoriamente de indivíduos do sexo masculino – jamais uma menina foi retratada como desordeira, no máximo, como órfã vitimizada – de faixas etárias, às vezes, muito próximas, outras vezes distintas.

Na foto acima, por exemplo, observa-se que os dois meninos que aparecem em primeiro plano não têm a mesma idade, sendo que o mais velho está muito mais bem vestido do que seu pequeno companheiro. Suas roupas estão limpas e ele usa inclusive sapato e chapéu – mas também calças curtas, denunciando seu estatuto de criança.

Os tais garotos maltrapilhos e os dandys gratuitos denunciados pelos jornalistas, todos representantes do lado obscuro do progresso e da infância do sertão, seriam como esses garotos que aparecem no instante citadino?

Possivelmente, sim. A hipótese é a de que a maioria dos moleques da *Araraquarense* estava numa espécie de idade de transição entre a infância e a vida adulta, mas que, acima de qualquer critério físico, legal ou psicológico, tinha seu estatuto alterado de criança para moleque ou rapazelho em função do grupo social ao qual pertenciam.

Nos textos compilados, todos compartilhavam de uma mesma condição que os igualava inexoravelmente, e que era apresentada aos leitores sob perigo gradual: ou eram os filhos de pais e mães displicentes, irresponsáveis ou ausentes, o que era muito preocupante;

ou constituíam-se como frutos da pobreza econômica, higiênica, moral e intelectual de uma família corrompida, desestruturada ou inexistente, o que era verdadeiramente gravíssimo. Neste último caso, cabia ao Estado agir depressa, não apenas educando, mas fiscalizando, repreendendo, corrigindo para manter, afinal, a ordem pública que inevitavelmente era alterada pelos que não faziam parte da utopia de evolução, ordem, beleza e progresso que se disseminavam pela *Araraquarense*.

Percebe-se, por intermédio da leitura dos jornais, que da mesma maneira que os primeiros anos da criança se solidificaram no imaginário regional como um período de pureza e de ingenuidade intrínsecas, a adolescência – se é que se pode chamar o tempo dos moleques de adolescência – emergia como um momento crítico, como um período da vida no qual a violência e o desejo pela desordem eram latentes. Por isso, eles eram representados, diferentemente das frágeis crianças, como indivíduos naturalmente suspeitos.

Basta que uma maldade possa ser praticada impunemente ou sem muitos riscos, para que ella ocorra logo ao espírito dos rapazes que se criam mais ou menos livres pelas ruas e precisam inventar coisas com que matem o tempo. Os brinquedos inofensivos aborrecem logo e não duram muito, por isso. (*Diario da Araraquarense*, 1933).

Donzelot (1986); Perrot (1992) e Cunha (1998; 2000), mostraram que, desde o século XIX, podem ser apreendidos, em todo o mundo ocidental, dois tipos básicos de representação de infância: a ideal, burguesa, que deveria ter toda promoção e relativa liberdade para se desenvolver, como era o caso das “finas flores” do sertão; e a popular, tida como naturalmente perigosa, porque passível de incorrer nos mais variados vícios e que, por isso, necessitava estar sempre ocupada e sob vigilância redobrada.

No caso dos jornais paulistas, a idéia que se disseminava, naqueles tempos, era a da urgência tanto na assistência material e moral quanto na prevenção dos possíveis desvios dos menores, dos “pequenos pervertidos” e “precoces rapinantes”, daqueles que cultivavam um “espírito daninho” e que, por isso, colaboravam para que os “bons costumes” fossem “despenhadeiro abaixo”, conforme as expressões da época.

Ainda segundo os estudos dos autores acima citados, parte significativa dos letrados dos séculos XIX e XX – médicos, juristas, padres, educadores, assistentes sociais,

psicólogos e outros – culpavam, muitas vezes, as próprias famílias pela miséria e pelo abandono da prole, já que a assimetria social cada vez mais escancarada, consequência visível de um sistema potencialmente desigual como o capitalista, era transformada discursivamente em incapacidade individual, em falta de mérito e de comprometimento próprio dos pais na educação e cuidados para com os filhos.

Conforme muitos diziam – no sertão e além – as famílias pouco educadas ou, melhor dizendo, pouco empenhadas no cumprimento de suas funções, prestavam enorme desserviço às nações, já que, a partir do momento em que sua prole era corrompida, desperdiçava-se definitivamente uma mão-de-obra fundamental para a manutenção do próprio sistema.

Há por ahi uma chusma de menores dando trabalho á polícia, que de quando em quando recebe denuncias de pequenos furtos praticados por elles. Alguns desses menores já têm passagem pela delegacia varias vezes, sem que os paes devidamente avisados façam quaesquer esforços para cohibir ou para emendar (...) Toda a condemnação que o nosso espirito possa formular contra tal facto, recae, em cheio, sobre os paes e tutores, que não sabem imprimir qualquer disciplina á vida infantil, deixando que as creanças perambulem pelas ruas expostas a todas as tentações e aptas a soffrerem quaesquer seducções perigosas que os arrastam para maus caminhos (...) Ora, essas creanças tem paes que os deixam andar á matroca, em absoluto descaso pelas suas obrigações primaciaes. E isso é doloroso. (*Folha de Rio Preto*, 1937).

Rago (1985); Donzelot (1986) e Cunha (1998) afirmam ainda que o investimento contínuo dos poderes constituídos em relação à infância, observado desde fins do século XIX, tinha como uma das principais causas não apenas o já mencionado fator econômico, relativo ao cultivo e à preservação da mão-de-obra produtiva; mas também as questões políticas e morais referentes à ordenação social e à disseminação dos bons hábitos, tão em voga entre aqueles que se arvoraram em torno da reorganização das cidades.

Mas a suspeição e o estranhamento dos adultos em relação a esses seres (crianças ?, adolescentes?) não se restringiam apenas aos filhos das famílias desestruturadas. Sem dúvida que eram muito maior em relação aos “desocupados” pobres sem apoio familiar, ou seja, em relação àqueles que não trabalhavam ou estudavam e que vagueavam dia e noite pelas ruas das cidades da região, de bar em bar, de estação em estação. Todavia vez ou outra também recaíam sobre os filhos das “selectas famílias” dos “homens de bem”.

Este é o caso, por exemplo, dos historicamente euforizados alunos do 1º Grupo Escolar de Rio Preto que, num só golpe, transformavam-se repentinamente em “terríveis” responsáveis pela desordem verificada nas ruas, no horário da saída das aulas. Por isso, os moradores das casas vizinhas ao estabelecimento se sentiam obrigados a exigir providências imediatas das autoridades municipais – via jornais. Escreviam para *A Notícia* ameaçando, inclusive, colocar suas residências à venda, tudo por culpa dos estudantes que sequer haviam terminado o curso primário e que causavam indignação coletiva por derrubarem mangas com estilingue! Outros tempos...

São terríveis, os daqui. De cigarro ao canto do beijo e estilingue nas unhas, eil-os que por ahi passam os dias a amargurar a vida do próximo. Era de ver como os “garroches” riopretanos se manifestavam eméritos caçadores de...mangas, com estilingue! A pedra lá partia, zunindo; descalgava o fructo e...ia cahir no telhado mais proximo ou quebrar a vidraça mais a geito.
Um horror! (*A Notícia*, 1929).

Entretanto, na imensa maioria das vezes, os menores retratados eram aqueles que não freqüentavam a escola, longe disso, constituíam-se numa ameaça velada à integridade daqueles que lá estavam. De outro canto da cidade de Rio Preto chegava, na mesma época, uma carta destinada à redação *d'A Notícia* redigida pela autoridade máxima do Collegio Progresso, o “nobre” diretor Jorge Cury Madhi.

Segundo informava o redator do jornal, a carta dizia respeito ao “atrevimento dos moleques desta cidade”, tão diferentes dos alunos da instituição administrada pelo Sr. Madhi. O jornalista, assim como o diretor, demarcavam eficientemente os espaços de uns – os pupilos, os alunos, os estudantes – em relação aos outros, os rapazelhos.

Do prof. Jorge Cury Madhi, director do Collegio Progresso, recebemos uma carta narrando-nos que, faz alguns dias, de um grupo de rapazes que se detiveram em frente a estabelecimento de ensino, um entrou na casa, como se fosse sua, com a maior liberdade deste mundo, percorrendo as dependências muito senhor de si. Ao perceber o que se passava, o director do collegio reprehendeu ao rapazelho e seus companheiros, ao que responderam com apupos e insultos (*A Notícia*, 193-).

O que teria levado os meninos que vagavam pelas ruas a adentrarem pelos portões do colégio sem terem sido convidados? Malandragem? Curiosidade, apenas? Seriam eles os

mesmos moleques que tanto irritavam os dignos transeuntes da estação ferroviária local, justamente por conturbarem o ir-e-vir daqueles que utilizavam os serviços de trem?

De qualquer maneira, a natureza dos problemas, envolvendo os menores da *Araraquarense*, girava sempre em torno da desordem, da falta de moral ou da vadiagem. Não existem estatísticas específicas sobre a criminalidade das crianças e adolescentes da região, mas, nas duas décadas de jornais perscrutados, jamais foi noticiado um crime grave, ou mesmo um homicídio, envolvendo tais personagens.⁵⁵

As autoridades policiais de Rio Preto deviam comparecer de vez em quando á estação local da E.F.A. em horas de trem para que tivessem o ensejo de verificar a falta de policiamento que alli se nota e o conseqüente abuso da molecada.

Basta dizer que os terríveis moleques de Rio Preto além de tomarem conta do salão e da plataforma, para onde entram por “debaixo do panno” ainda se empuleiram nos carros em movimento, por ocasião das manobras (*A Notícia*, 1933).

Para Santos (p. 229, 2006), foi nesse momento peculiar de *boom* capitalista, na história contemporânea brasileira, que simbolicamente “os meninos das ruas tornaram-se meninos de rua”, e que esse local se transmutou, por sua vez, num espaço associado à malícia, ao perigo e à esperteza. Nos termos da época, numa verdadeira “escola do crime”. Por isso, para combater a vadiagem e as pequenas delinqüências dos moleques e jovens infratores, foram fundados diversos estabelecimentos especialmente destinados à sua correção em várias cidades do Estado de São Paulo, especialmente na capital.

Nessas instituições idealmente planejadas, eles deveriam aprender um ofício digno para que, no futuro, fossem novamente inseridos no convívio social. É o que supostamente aconteceu com três meninos da *Araraquarense* que, após diversas admoestações, exemplarmente foram encaminhados para o instituto correcional construído na cidade de Mogy Mirim. Lá eles seriam corrigidos moralmente, e também aprenderiam a disciplina necessária para convivência social sadia.

⁵⁵ A título de ilustração, pode-se observar o trabalho de Santos (2006), que coletou dados sobre a criminalidade dos menores na capital. Descobriu-se que a natureza dos crimes praticados por eles era muito diferente daqueles dos adultos. Entre 1904 e 1906, por exemplo, 40% das prisões ocorreram por desordens; 20% por vadiagem; 17% por embriaguez; 16% por roubo.

(...) alguns menores se mostraram refractarios ás medidas correctivas. Para esses, providencias mais enérgicas deviam ser applicadas, na Oconformidade da lei, e o estão sendo. Assim é que hoje seguem para o Instituto Disciplinar de Mogy Mirim tres menores aos quaes foi impossível impedir que persistissem na sua vida desordenada e já viciosa. No Instituto, crescerão e receberão os ensinamentos que já agora é preciso dar-lhes de modo especial, para corrigir-lhes o character em má formação e adequá-los ás exigências moraes da sociedade. Bom será que outros menores que porventura não se intimidarem deante da acção da auctoridade, ou seus responsáveis se acautelem mais, para evitar que a mesma medida lhes venham a ser applicadas (*A Noticia*, 193-).

Mas o bando de moleques que vagava pela região ainda não tinha chegado ao estatuto de infratores. No entanto, já trilhavam o caminho do crime, segundo alardeavam os mais assustados com o grande número de crianças que se avolumava nas ruas das cidades e que parecia fugir ao controle das autoridades em geral.

Ainda na tentativa de delimitar a identidade desses menores do sertão, talvez fosse conveniente relembrar das reflexões assentes entre os juristas, religiosos, educadores e filantropos brasileiros da época que dialogavam, sobretudo, com os estrangeiros nos debates sobre a questão da menoridade que esteve, não obstante, estritamente relacionada ao problema da infância desassistida.

No Brasil, a menoridade se define legalmente desde o Código de Menores de 1927, que passou a regular as condições civis, jurídicas e os direitos de todos os brasileiros com menos de 18 anos, “finas flores” ou não. No entanto, Passeti (2006) e Santos (2006) afirmam que a utilização do termo “menor” esteve inexoravelmente atrelada à idéia de pobreza, transformando-se mesmo num estigma para as crianças com menos recursos. Simbolicamente, o “menor” era – e ainda é – a criança abandonada material e moralmente, desprotegida pelos pais, pela sociedade e pelo Estado. Era o mendigo, o infrator, ou ambas as coisas. Raramente um filho de família estruturada recebia esta denominação. A partir dos anos de 1920, esta terminologia apareceu no vocabulário jurídico nacional como sinônimo de pauperização, abandono e marginalidade.

Londoño (1992) afirma, todavia, que a nova nomenclatura evidencia também uma inédita postura da sociedade e do Estado perante a criança pobre, uma atitude não apenas relacionada à vigilância e à disciplinarização, mas também ligada ao auxílio e ao amparo, cada vez mais necessários, numa sociedade que se tornava muito mais complexa que no

passado. A própria criação do Serviço de Assistência e Proteção à Infância, de 1923, possibilitou que, paulatinamente, os problemas relativos aos filhos das camadas populares deixassem de ser considerados apenas caso de polícia, para se transformarem também num problema social brasileiro. O “menor”, além de ser simbolicamente um indivíduo sempre suspeito, tornava-se, do mesmo modo, um ser humano carente.

No mais, dentre os tratados internacionais firmados, no começo do século XX, em torno da assistência à infância, destacou-se a Declaração dos Direitos da Criança, consolidada em Genebra, no ano de 1921 e, no caso brasileiro, o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, ocorrido em 1922; a Conferência Nacional de Proteção à Infância, de 1933; e a criação da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, vinculada ao Ministério da Educação e Saúde Pública (KUHLMANN, 2001). Finalmente, em 1940, foi criado o Departamento Nacional da Criança, órgão centralizador de todas as políticas nacionais relacionadas ao tema.

O alerta do cronista d’*A Notícia* a respeito da alta taxa de mortalidade infantil verificada entre os mais pobres no Estado de São Paulo, no ano de 1934, é indicativo dessa nova postura e consciência em relação à criança pobre. De cada mil nascidas naquele ano, 193,46 morreram antes de completarem o primeiro ano de vida.⁵⁶

As principaes causas attribuem-se à ignorância dos paes, á miséria de determinadas classes e às precárias condições de salubridade das habitações, nem sempre decorrendes daquellas primeiras.
Humanitariamente e economicamente, é este um problema que necessita ser atacado de frente (*A Notícia*, 1935).

Na verdade, como a ampla mortalidade infantil era um fato, buscou-se, por meio das políticas públicas sistematizadas na década de 1930, preservar a vida da criança desde antes do seu nascimento, com a assistência e a educação das mães; ao longo dos primeiros anos, com o esforço pela criação de creches para as crianças pobres, e de jardins-de-infância para as crianças de todas as classes sociais (KUHLMANN, 1998; 2000). No período da idade escolar, propriamente dito, com o reconhecimento do direito de todos os cidadãos brasileiro, independentemente da condição socioeconômica, ao ensino primário –

⁵⁶ Segundo dados da Fundação Seade, atualmente no Estado de São Paulo, de cada mil crianças nascidas vivas, morrem 13,5% até completarem 1 ano (<http://portal.saude.sp.gov.br>). A medição da mortalidade infantil é um dos índices internacionais utilizados para aferição do grau de desenvolvimento de um país.

regulamentado pela primeira vez na Constituição de 1934 – e, finalmente, durante a adolescência, com a legislação social voltada especificamente à regulamentação do trabalho infantil. Tal legislação buscava coibir os abusos dos patrões em relação aos pequenos trabalhadores, assegurando o direito à carteira assinada aos que ainda não tinham 18 anos, e proibindo o trabalho de menores de 14 anos sem a autorização dos pais ou em locais insalubres.

O fato de a criança pobre ou abandonada ter sido paulatinamente transformada num problema de Estado demonstra que somente a filantropia e a caridade religiosa não eram mais suficientes para cercar um problema que efetivamente fugia ao controle dos poderes constituídos. Assim, sem dúvida, que dentre os fatores mais importantes que definiam a menoridade destacavam-se a carência e a pobreza, nas terras da *Araraquarense* e alhures.

E ainda existia, no período, um outro sério agravante ao problema dos “menores”, que era chamado na imprensa de “hiato nocivo” – expressão que remete aos textos do famoso jurista Almeida Junior, bastante discutidos nos jornais interioranos.

Este autor afirmava que o período da vida que ia dos 11 aos 14 anos era quando se observava uma maior propensão à delinquência e à vadiagem por parte dos jovens em geral, independentemente de sua classe social. Por isso, o interregno que separava o término do ensino primário, que se dava idealmente aos 11 anos, e o início do ensino secundário, que era possível apenas após aprovação nos exames de admissão daqueles que podiam se dar ao luxo de seguir a vida escolar - o que podia ocorrer aos 11, 12, 13, 14 anos ou mais - causava o que era chamado por ele de “hiato nocivo na vida legal dos menores”.

Se tal hiato era extremamente danoso, no final das contas, para a sociedade em geral, era ainda muito mais perigoso para os filhos das camadas populares que não podiam continuar a estudar, mas que, por sua vez, somente aos 14 anos entravam oficialmente no mercado de trabalho, conforme prescrevia a lei. Não que Almeida Junior defendesse que as crianças começassem a trabalhar antes dos 14 anos. Mas questionava-se sobre como o Estado deveria se comportar em relação aos filhos dos pobres atingidos pela lacuna temporal – e legal – entre essas duas fases distintas da vida, ou seja, entre a infância e a vida adulta.

Legalmente, as crianças de 0 a 14 anos, além de serem proibidas de trabalhar, eram também inimputáveis. Além do mais, dos 14 aos 18 anos, se fossem consideradas

infratoras, deveriam ser internadas nos estabelecimentos que começavam a ser construídos especialmente para elas. Corrêa (1997, p. 80) informa que “as crianças da categoria dos 14 aos 18 anos, desde então, numa espécie de limbo legal, serão transformadas em menores”.

Outro aspecto importante a ser considerado é que, após a Primeira Guerra Mundial, foram assinados diversos tratados internacionais destinados à regulamentação do trabalho infantil – assunto, aliás, mais recorrente também na *Araraquarense*, não apenas no que dizia respeito à exploração desse tipo de mão-de-obra, pouco debatida se comparada à verdadeira obsessão que girava em torno da urgente moralização do ambiente de trabalho da criança.

Como observado, o trabalho era um valor em si. Por isso, era desejável que, desde muito cedo, os mais pobres aprendessem um ofício, se fosse este executado em ambiente digno e honrado.

Há patrões – especialmente donos de bars e de tinturarias – que não hesitam em mandar seus empregados, meninos de 12 ou 13 annos, a pensões de má fama onde, com certeza, terão de ouvir e ver coisas pouco edificantes. Para mais, há marmanjos e marmanjas que se divertem com o enleio em que ficam as creanças perante certos espectáculos, ou com que ouvem certas palavras marcantes. Isso é claro, precisa acabar, e já. Esses patrões pouco escrupulosos, que se servem de crianças apenas porque ellas se contentam com menor remuneração, devem ser convidados a pôr termo a tão pouco decorosa exploração (*Folha de Rio Preto*, 1937).

No mais, conforme demonstraram Schwartzman; Bomeny; Costa (2000); Moura (2006) e outros, alguns setores organizados da sociedade brasileira, sobretudo parte dos industriais paulistas, propuseram a redução da idade mínima prevista em lei para a entrada formal das crianças no mercado de trabalho de 14 para 12 anos. Assim, eles poderiam continuar empregando os menores legitimamente, já que o desrespeito às determinações era mais do que corriqueiro. De quebra, ainda preservariam as crianças do “hiato nocivo”.

A esse respeito, Moura (2006) afirma ainda que a crescente pauperização das camadas populares, verificada das primeiras décadas do século XX no Brasil, acabou se transformando em justificativa para a exacerbação da exploração capitalista que era revestida de filantropia. Por isso, os aprendizes eram os trabalhadores mais explorados – juntamente com as mulheres – sob o argumento de que estavam tendo a sorte, ou, melhor dizendo, a grande oportunidade de aprender um ofício. Entretanto, são inúmeros os relatos

de mortes e de acidentes de trabalho envolvendo as crianças trabalhadoras no setor terciário, nas indústrias e na construção civil, muitas exercendo seus afazeres em condições subumanas. Esses também eram os menores das oficinas da *Araraquarense* que estavam supostamente no caminho oposto daqueles que vagavam pelas ruas sem ter o que fazer. Tais aprendizes, mesmo “menores”, estavam no caminho da retidão, da humildade e da honradez.



Ilustração 8: No registro do “pujante” comércio do interior paulista descortinam-se as oportunidades dos aprendizes (*Album da Comarca*, 1929).

Percurso de integridade que também era trilhado pelos menores jornaleiros, entregadores ou ajudantes em geral, as outras crianças da *Araraquarense* que de repente se faziam perceber, mesmo que por intermédio da propaganda caricatural das *Casas Bueno*, de Rio Preto, em puro estilo *blackface*; ou pela voz do jornalista de Catanduva que traduzia para o português erudito – ou seja, para o alto nível de seus leitores – a entrevista realizada ao acaso com um pequeno trabalhador urbano.

No que se refere à caricatura do entregador das *Casas Bueno*, evidenciam-se alguns dos estereótipos da época acerca da criança negra e, por conseguinte, da então denominada “raça negra”. O menor, que bem poderia ser denominado como moleque, é meio risonho,

meio abobado, evidentemente camarada, desastrado e servil, com os lábios pronunciados demais, assim como suas orelhas. Definitivamente seus traços nem remotamente se assemelham aos do *Pequeno Morto* do poema de abertura, aquele sim, representante legítimo das verdadeiras crianças do sertão.



Ilustração 9: Criança trabalhadora caracterizada em estilo *blackface* (*A Notícia*, 1936).

Vale ainda notar que o menino das *Casas Bueno* usa um traje que é arrematado pela civilidade e higiene das luvas brancas que, nele, combinadas com o gestual servil, com a expressão patética e com curvatura das pernas, lembram uma ridícula fantasia, bastante diferente, convém lembrar, daquelas utilizadas pelos *pequenos* que freqüentavam as matinês de carnaval de D. Lilá Camargo Cucé. Uma espécie de fantasia equivocada, ou, talvez, de um uniforme conveniente aos de baixo.

Na verdade, a caricatura das *Casas Bueno* dialoga com uma das representações dos negros mais recorrentes nas décadas de 1920 e 1930, muito presente tanto na imprensa quanto nos cinemas do sertão. Remonta mesmo aos primórdios dos filmes americanos que no início do século XX eram estrelados por atores brancos fazendo o papel de negros, já que estes eram proibidos de atuar nos início dessa indústria.⁵⁷ Tal recurso foi muito utilizado, inclusive no Brasil, aonde a longevidade do estilo *blackface* chegou à TV em 1969, quando o ator Sérgio Cardoso, branco, utilizou *blackface* para fazer o papel de um negro por exigência dos patrocinadores da novela na qual atuava (ARAÚJO, 2000).

Para se chegar ao resultado caricatural desse estilo, pintava-se todo o rosto do artista (ator ou dançarino) de preto, deixando apenas a boca branca em evidência, e introduzia-se rolhas no nariz para que ele aumentasse a maneira caricata. Contraditoriamente, grande parte dos artistas negros do período também passou a usar *blackface* para atuar, como é o caso da dançarina Josephine Baker, nos Estados Unidos (ROSE, 1990).

Enquanto o entregador das *Casas Bueno* equilibrava desajeitadamente as mercadorias compradas pela “selecta freguesia” em seus braços – dentre os pacotes, aliás, poderíamos incluir embrulhos luxuosos dos lençóis de linho do *pequeno morto* – o jornalista *flanêur* de Catanduva reclamava publicamente de seu tédio profissional pela falta de assunto para a coluna de primeira página que escrevia semanalmente para o jornal *A Cidade*. Em função disso, decidiu entrevistar o menino que lustrava suas botas.

Graças à inusitada saída do escritor catanduvense para o seu fastio, ficamos sabendo que os tais moleques do sertão, caricaturais ou não, tinham lá suas esperanças de melhorar de vida, mesmo passando irremediavelmente ao largo do mundo dos *pequenos*.

De mais a mais, não são unicamente os cientistas, os políticos, os diplomatas, que têm direito de ser entrevistados. Os pequenos e humildes soldados da luta quotidiana pela vida, também são dignos dessa deferência. Bem. Depois de ter-me informado o nome e a idade, perguntei-lhe:

Tens paes vivos ainda?

- Não; só tenho mãe; papae já é falecido.

Tens irmãos?

-Tenho 4, todos menores.

Só você trabalha?

-Não; outro irmão, com 8 annos, vende jornaes e a mãe lava roupa

⁵⁷ Como é o caso do famoso filme norte-americano *The Jazz Singer*, estrelado pelo ator branco Al Johnson em 1927, fazendo o papel de um cantor negro. (ROSE, 1990).

Não freqüentas escola?

- Eu já sei ler um pouco; como preciso ajudar a mamãe, não posso ir á escola, mas de noite estudo em casa com u'a moça, nossa vizinha.

Quanto regula seu ganho diario?

- De jornaes, 3\$ a 4\$. Quando pego algum "capiou" para passar tinta, ahi a fêria cresce.

Esse dinheiro você entrega todo á sra. sua mãe?

-Quase tudo; gasto \$400 reis por dia, em sorvetes e doces, quando passa alguma fita de vaqueiro vou ao cinema.

Quer dizer que você tem prazer em trabalhar?

-Muito. A mamãe também ganha; de modo que nós vamos vivendo.

Não pretendes aprender algum officio?

-Pretendo, isto daqui uns 2 annos, conforme a mamãe já disse. Depois que arranjar um pouco a vida, ela vae mandar-me aprender o officio de alfaiate.

Sem perceber que eu estava obtendo informes para o jornal, o garoto gritou – Prompto. As botinas estavam engraxadas. (*A Cidade*, 1930).

Considerações finais

Transitar por entre fronteiras: da história da imprensa, da história da educação, da história do interior paulista, da história das mulheres e da história da infância. Adequar-se às regras acadêmicas e normas internacionais ao tentar produzir uma pesquisa que, de alguma maneira, contribua minimamente para o conhecimento humano sobre as coisas do mundo concreto, imaginado ou ambas as coisas.

Permanecer por quase dez anos viajando pelas estradas do interior paulista descobrindo jornais, lendo jornais, catalogando jornais, copiando, reproduzindo ou fotografando jornais, relendo cinco, dez, quinze vezes jornais precariamente armazenados. Perscrutar o que diziam os jornais, de que maneira diziam os jornais, para quem diziam os jornais.

Procurar vestígios das mulheres tidas como jovens, pobres, velhas, feministas, gordas, feias ou belas; trabalhadoras, sufragistas, modistas, fúteis, mães ou tudo isso junto. Esquadrinhar a construção da infância interiorana na primeira metade do século XX. Buscar compreender os paradoxos envolvidos nessa construção, balizada por presumível ingenuidade, bondade, potencialidade ou perigo, dependendo da classe social do indivíduo, “anjo” ou “moleque”, sobre o qual se falava.

Ouvir apenas muito raramente as palavras emitidas diretamente por esses personagens, trabalhar, na verdade, com a torrente de discursos e imagens arquitetadas regionalmente nas primeiras décadas do século XX por um determinado grupo de pessoas (composto muito mais por homens do que por mulheres) que recobriram o universo feminino e infantil por camadas de estereótipos e julgamentos rápidos que se constituíam, por sua vez, em terreno comum de leitores e escritores de jornais.

Observar, enfim, toda a contradição e dinamicidade da construção da civilização da *Araraquarense*, extrema zona pioneira do Estado de São Paulo, por intermédio de velhas folhas impressas, hoje esfareladas.

Perceber a própria transformação dessas folhas. Acreditar que elas, agora moribundas, no tempo em que circulavam como signo de modernidade e pujança também recriavam o mundo do qual falavam, influenciavam o mundo sobre o qual falavam, educavam os pais, as mães e as crianças, as famílias. Famílias “de bem”, compostas por

“graciosas” meninas, “valentes meninos”, “paes extremosos”, “mães exemplares” e tantos outros epítetos utilizados reiteradamente pelos jornalistas do sertão.

Esta tese assim se orientou. Para isso, em primeiro lugar busquei operar com a noção de deslocamento de um gênero textual, de uma esfera de comunicação para outra: jornais diários, da esfera jornalística, foram deslocados para a esfera educacional, a fim de que se reconhecesse a perspectiva educacional neles contida. O deslocamento de uma esfera para outra desfez fronteiras entre discurso jornalístico, ou esfera jornalística do sentido, e discurso educacional, ou esfera educacional do sentido, que se apresentaram imbricados, devido à interdependência que os constitui; imbricados, sem que cada qual perca suas especificidades. O gênero textual *jornal diário* comprovou-se como passível de circulação de uma esfera para outra, como deve ser todo e qualquer gênero.

Em segundo lugar, trabalhei com a possibilidade de depreensão de sistemas de representações sociais por meio do exame das imagens da mulher e da criança veiculadas nos jornais, naquilo que tais imagens reproduzem de interação de determinada época e determinado espaço com o ator social e vice-versa. Em terceiro lugar e, na verdade em primeiro, na ordem da importância para a base desta tese, operacionalizei a noção de fonte histórica como documentos da cotidianidade, como construção social e como materialidade que revela contradições mesmo quando as oculta.

Fontes utilizadas

Introdução

Do casamento. *A Noticia*, 26/11/1928.

Capítulo 1

O Typographo. *A Noticia*, 7/02/1934.

De macacão ou frack... *A Noticia*, (192-)

Para amansar sobra brava...*A Noticia*, (192-)

Seja-nos permitido...*A Noticia*, (192-)

NOGUEIRA, Mello. Elevadas funções da imprensa. *Diario da Araraquarense*, 1935.

A imprensa do interior...*Diario da Araraquarense*, (193-)

Os dez mandamentos da santa madre Imprensa. *Correio de Mirasol*, 1929.

CASTRO, Jorge. Os novos bandeirantes. *A Noticia*, 02/05/1936.

CARVALHO, João Baptista. S. Paulo de Tarso e S. Paulo de Piratininga. *Correio de Mirasol*, (193-)

São Paulo de semppe. *A Noticia*, 1936.

GARCEZ, Ramon. O caipira e o jeca...*A Noticia*, 1933.

RICARDO, Cassiano. Piratininga. *Folha de Rio Preto* (193-)

MENUCCI, Sud. A Alta Araraquarense estimula o sentimento bandeirante. *A Noticia*, 21/04/1932.

Capítulo 2

FOUTOURA, Costa. Elle é santo. *A Noticia*, 13/02/1931.

Mlle. Cinema. Fitas. *O Municipio*, 11/08/1926.

CONDE LAURO. Lar domestico. *A Noticia*, ([192-)

Em Vienna... *O Municipio*, 25/03/1925.

Uma instituição paulistana que interessa á vida domestica. O que é “A Colmeia”... *A Noticia*, (193-).

O crime de Pagu. *A Noticia*, 1937.

Quanto vale uma mulher. *A Noticia*, 1933.

O sacerdócio da medicina. *A Noticia*, 1933.

NINNO, Angelo. Banho de criança. *A Cidade*, (193-)

MONTEIRO, Tácito. Repousai quarenta dias antes do parto se quereis ter filhos fortes. *A Noticia*, 1925.

NINNO, Ângelo. Como conservar sãos seus filhos. *A Cidade*, 1933.

Mães há que, esquecendo... *A Noticia*, 1925.

FERREIRA, Luiz Nunnes. A mulher e os direitos públicos. *A Noticia*, 30/11/1932.

A mulher na sociedade moderna. *Diário da Araraquarense*, (193-).

TIBIRIÇA, Alice. *Diário da Araraquarense*, 1935.

MARCILIO. *O Município*, 1926.

A doutora Bertha Lutz... *Correio de Mirasol*, 1930.

GAYANO, João. Feminismo. *A Noticia*, 18/06/1925.

IMU. Minha creatura. *A Noticia*, 20/05/1931

MOLES, Osvaldo. Revista. *A Noticia*, 1931.

Notas e notinhas. *A Noticia*, 1931.

Ambas se apresentaram... *Diário da Araraquarense*, 1935.

BELEZA, Newton. Belicosidade feminina. *A Noticia*, 03/06/1931.

MALIGNO. *Correio de Mirasol*, 1931.

MYRIAN. Reparando... *A Cidade*, 31/03/1936.

Capítulo 3

COSTA, Fontoura. O vestido. *A Noticia*, 23/06/1930.

JACQUES, Jean. Sua excelência a moda. *Diário da Araraquarense*, 07/08/1936.

_____. As tardes de dona moda. *Diário da Araraquarense*, 30/07/1936.

FLOREAL, Sylvio. Variações sobre o exagero das moas. *O Município*, 30/05/1926.

BRAGA, Cynira. A Moda. *A Noticia*, 1934.

Instituto de beleza Marcel – inaugurou-se hontem nesta cidade esse novo estabelecimento. *O Município*, [192-].

POLILLO, Raul. A medida da beleza. *A Cidade*, 1933.

Damas rechonchudas. *Correio de Mirasol*, 1935.

BARRETO, Plínio. Engordar e perder o marido. *Diário da Araraquarense*, 1934.

Tudo vae mudar... *A Cidade*, 1934.

COUTO, RIBEIRO. Gorda. *A Noticia*, 16/02/1930.

OCTAVIO FILHO, Rodrigo. Rugas. *A Cidade*, [193-].

CARVALHO, Ribeiro. Com a idade. *Correio de Mirasol*, [193-].

A entrada triumphal de sua magestade...*Folha de Rio Preto*, 12/12/1937.

A princesa Sta. Hilda Filardi...*Folha de Rio Preto*, 5/12/1937.

É deveras graciosa...*Correio de Mirasol*, 1937.

A princeza eleita Srta... *Folha de Rio Preto*, 3/12/1937.

Sta. Olga Scaff, princeza...*Folha de Rio Preto*, 08/12/1937.

A princeza Sta. Edmir Galhardi...*Folha de Rio Preto*, 4/12/1937.

Capítulo 4

CARVALHO, Vicente. Pequeno Morto. *Correio de Mirasol*, 8/09/1929.

P.E.L. Dia da infância. *A Noticia*, 12/03/1931.

MUSSI, Ignácio. As creanças. *A Noticia*, 1936.

JUNQUEIRO? A alma da creança...*O Municipio*, 1929.

A brilhante comemoração da “Semana da Creança” em Rio Preto...*Diario da Araraquarense*, 1934.

Prosseguem com entusiasmo as festas da “Semana da Creança”...*Diario da Araraquarense*, 1934.

A semana da creança: o dia de hontem foi consagrado á creança que trabalha. *Diario da Araraquarense*, 1934.

Semama (*sic*) da criança. *A Noticia*, 1931.

CUCÉ, Lila Camargo. A Matinée infantil do Automóvel Clube (*A Noticia*, 1933).

A falta de policiamento na porta dos cinemas... (*A Noticia*, 1935).

Meninos malcreados. (*A Cidade*, 1934).

Indivíduos perniciosos, inconvenientes e desclassificados. *Correio de Mirasol*, 28/03/1937.

Moleques endiabrados (*Diario da Araraquarense*, 22/03/1933).

Menores ao abandono (*Folha de Rio Preto*, 1937).

Contra a molecada de cigarro e estilingue (*A Noticia*, 1929).

Como são atrevidos alguns moleques desta cidade. (*A Noticia*, 193-).

Moleques na estação (*A Notícia*, 1933).

Resultado da campanha de repressão aos abusos dos menores. (*A Notícia*, 193-).

A assistência à infância problema vital do nosso Estado (*A Notícia*, 06/07/1935).

O trabalho de menores: uma exploração pouco decorosa que deve acabar quanto antes (*Folha de Rio Preto*, 1937).

Entrevistando um engraxate (*A Cidade*, 21/05/1930).

Bibliografia

ABUD, Kátia. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante.** Tese de doutorado. FFLCH/USP, 1985.

_____. **Formação da alma e do caráter nacional: ensino de história na Era Vargas.** In: Revista Brasileira de História, vol.18, 1998.

_____. **A idéia de São Paulo como formador do Brasil.** In: FERREIRA; LUCA; IOKOI (org). *Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo.* São Paulo: Unesp, 1999.

ALMEIDA, Antonio Tavares. **Oeste paulista – a experiência etnográfica e cultural.** Rio de Janeiro: Alba, 1943.

ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e educação: a paixão pelo possível.** São Paulo: Unesp, 1998.

Anuario Estatístico de São Paulo (1929). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1935.

Anuario Estatístico de São Paulo (1928). São Paulo: Casa Vanorden, 1930.

ARANTES, Lelé. **Dicionário rio-pretense.** São José do Rio Preto: Riopretense, 1997.

ARAÚJO; GATTI (org). In: **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa.** Campinas: Editores Associados, 2002.

_____. **A imprensa, co-participe da educação do homem.** Cadernos de História da Educação, v.1, nº1. Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

ARAÚJO, Joel Zito. **A Negação do Brasil: O negro na telenovela brasileira.** São Paulo: Senac, 2000.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica. História da imprensa brasileira.** São Paulo: Ática, 1990.

BANDEIRA, Manoel. **Pneumotórax.** In: Meus poemas preferidos. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **Espelho de papel: a imprensa e a história da educação.** In: ARAUJO; GATTI (org). Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados, 2002.

BENVENISTE, Émile. **Problemas da lingüística geral I.** Campinas: Pontes, 1995.

BERNARDI, Célia. **O lendário Meneguetti: imprensa, memória e poder.** São Paulo: Annablume, 2000.

BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940).** São Paulo: Edusp, 1999.

BITTENCOURT, Circe M.F. **Pátria, civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939).** Dissertação (Mestrado em Educação) – USP, São Paulo, 1988.

_____. **Produção didática e programas de ensino das escolas paulistas nas primeiras décadas do século XX.** São Paulo: Revista da FEUSP, 15, 1989.

BONTEMPI, Bruno. **Mudanças na educação, mudanças na imprensa: a conversão do discurso educacional em opinião pública (O Estado de S.Paulo, 1945-1955)** In: Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação: a educação escolar em perspectiva histórica. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná/Sociedade Brasileira de História da Educação, 2004. v.1.

BOTO, Carlota. **Rascunhos de escola na encruzilhada dos tempos** (Dissertação). São Paulo: FEUSP, 1990.

_____. **A escola do homem novo: entre o iluminismo e a revolução francesa.** São Paulo: Unesp, 1996.

_____. **O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes.** In: FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN, Moysés (org). Os intelectuais na história da infância. São Paulo: Cortez, 2002.

BOUGLÉ, C. In. Durkheim, Émile. **Sociologia e Filosofia.** Rio de Janeiro: Forense, 1970.

BRANDI, Agostinho. **São José do Rio Preto (1852-1894): roteiro histórico do distrito. Contribuição para o conhecimento de suas raízes.** São José do Rio Preto: Ed. Rio-pretense, 2002.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BRUSCHINI; AMADO. **Estudos sobre a mulher e a educação: algumas questões sobre o magistério.** São Paulo: Cadernos de Pesquisa (64), 1988.

_____. **O que elas querem.** In: Mulher (Suplemento Especial). Folha de São Paulo, 8/03/2005.

BITTONI, Dulcília. **Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa brasileira.** São Paulo: Loyola, 1981.

BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Unesp, 1992.

_____. **Variedades de história cultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CAMARGOS, Márcia. **Villa Kyrial: crônica da Belle Époque paulistana.** São Paulo: Senac, 2001.

CAMBI. Franco. **História da pedagogia.** São Paulo: Unesp, 1999.

CAMPOS, Raquel Discini. **A “princesa do sertão” na modernidade republicana: urbanidade e educação na Rio Preto dos anos de 1920.** São Paulo: Annablume, 2004.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito.** São Paulo: Livraria 2 Cidades, 1975.

CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1929-1945.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra.** Campinas: Unicamp, 2000.

CARONE, Edgard. **A República Velha. Evolução política.** São Palo: Difel, 1971.

CARVALHO, Carlos Henrique. **República e Imprensa: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães.** Uberlândia: Edufu, 2004.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas. O imaginário da república no Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. **A escola e a república.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Marta Maria Chagas. **O novo, o velho, o perigoso: relendo “A do cultura Brasil”.** Cadernos de pesquisa. São Paulo, nº 72, 1989 p.19-25.

- _____. Marta Maria Chagas. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: Edusf, 1998.
- _____. **O território do consenso e a demarcação do perigo: política e memória do debate educacional dos anos 30**. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). *Memória intelectual da educação brasileira*. Bragança Paulista: Edusp, 2000.
- CERRI, Luis Fernando. **Non ducor, duco – a ideologia da paulistanidade e a escola**. (Mestrado em História). Unicamp, 1996.
- CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- _____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.
- _____. **O mundo como representação**. In: *Estudos Avançados*, vol 11, 1991.
- _____. **Textos, impressões, leituras**. In: HUNT, Lynn (org). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. **Formas de privatização**. In: *História da Vida Privada: da Renascença ao século das Luzes*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- CHAUÍ, Marilena. **Senso comum e transparência**. In: *O preconceito*. CARDOSO Ruth e outros (org.). São Paulo: IMESP, Imprensa Oficial do Estado, Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, 1997.
- COISAS de mulher. **Revista da Folha**, São Paulo, 8/03/2005. Edição Especial.
- COSTA, Ângela Marques; SCHWARCZ Lilia Moritz. **1890-1914: No tempo das certezas**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CORRÊA, Marisa. **Repensando a família patriarcal brasileira**. In: *Cadernos de Pesquisa*, nº 37, 1981.
- _____. **A cidade de menores: uma utopia dos anos 30**. In: Freitas, Marcos Cezar (org). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.
- CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915**. São Paulo: Educ, 2000.

CUNHA, Marcus Vinícius. **O discurso educacional renovador no Brasil (1930-1960): um estudo sobre as relações entre escola e família.** Tese (Livre-docência) - Unesp, Araraquara, 1998.

_____. **A escola contra a família.** In: LOPES; FARIA FILHO; VEIGA (org). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **O velho estadão: educação e poder nos anos de ouro do Ginásio Otoniel Mota.** Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2001.

DARNTON, Robert. **Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica.** In: O beijo de Lamourette. Mídia Cultura e Revolução. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

_____; ROCHE, Daniel (org). **Revolução Impressa: a imprensa na França 1775-1800.** São Paulo: Edusp, 1996.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

DIAS, Romualdo. **Imagens de ordem. A doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933).** São Paulo: Unesp, 1996.

DISCINI, Norma. **O estilo nos textos.** São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **A comunicação nos textos.** São Paulo: Contexto, 2005.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ECO, Humberto (org). **História da beleza.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ENGEL, Magali. **Psiquiatria e feminilidade.** In: PRIORE, Mary (org). História das mulheres no Brasil. São Paulo, Contexto, 2002.

ESTEVES, Antonio. **República letrada e o sertão: escritores visitam a região da Alta Araraquarense.** In: FERREIRA; MAHL (org). Letras e identidades: São Paulo no século XX, capital e interior (mimeo).

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução.** In: ARAUJO; GATTI (org). Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados, 2002.

FERRARO, Alceu Ravanello. **Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?** Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 81, 2002.

FERREIRA, Antonio Celso. **Vida (e morte?) da epopéia paulista**. In: FERREIRA; LUCA; IOKOI (org). Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo. São Paulo: Unesp, 1999.

_____. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo:Unesp, 2002.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 2005.

_____. **A lógica da neutralidade: um caso de aspectualização do ator**. In: XVIII Anais de seminários do GEL. Lorena: Prefeitura Municipal, 1989.

FONSECA, Thais Nivia. **História e ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e Cultura**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN, Moysés. **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala. (12ª edição). Ed. Universidade de Brasília, 1963.

_____. **Sobrados e Mucambos – decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

GÉLIS, Jacques. **A individualização da criança**. In: História da vida privada: da Renascença ao século das luzes. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

GIESBRECHT, Ralph Menucci. estacoesferroviarias.com. Acessado em 9/01/2007.

GINSBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

_____. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GOLDENBERG, Mirian. **Nu e Vestido**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GOMES, Leonardo. **Gente que ajudou a fazer Rio Preto uma grande cidade**. São Paulo: São José, 1975.

GONDRA, José. **Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem**. In: Educação pela higiene: histórias de muitas cruzadas. Campinas: Cadernos Cedes, n. 59, 2003.

_____. **Artes de civilizar. Medicina, higiene e educação escolar na corte imperial**. Rio de Janeiro: Uerj, 2004.

GONTIJO, Silvana. **80 anos de moda no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

HALL, Catherine. Ergue-se a cortina. PERROT, Michelle (org), In: **História da Vida Privada, vol 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

HERSCHMAN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo; VIDAL, Diana Gonçalves. **Tópicos em História da Educação**. São Paulo: Edusp, 2001.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. Eric. **Era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

HUNT, Lynn. **A Nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2005.

KUHLMANN, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. **Educando a infância brasileira**. In: LOPES; FARIA FILHO; VEIGA (org). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **O jardim-de-infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX**. In: MONARCHA (org). Educação da infância brasileira (1875-1983). Campinas: Autores Associados, 2001.

_____. FERNANDES, Rogério. **Sobre a história da infância**. In: A infância e sua educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LACERDA, R. Cortes de. **Dicionário de provérbios: francês, português, inglês**. São Paulo: Unesp, 2004.

- LAHUERTA, Milton. **Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização.** In: A década de 1920 e as origens do Brasil moderno. São Paulo: Unesp, 2002.
- LAVER, James. **A roupa e a moda – uma história concisa.** São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Ed. Unicamp, 2004.
- LEITE, Miriam L. Moreira. **A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem.** In: Freitas, Marcos Cezar (org). História Social da Infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997.
- LODI, Nilce Aparecida. **O ensino médio em Rio Preto (SP). 1920-1949. Contribuição à história das instituições de ensino no Brasil.** Tese (Doutorado em Filosofia) – Unesp, São José do Rio Preto, 1967.
- LONDOÑO, Fernando Torres. **A origem do conceito menor.** In: Priore, Mary (org). História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1992.
- LOPES, Eliane. **Pensar categorias em história da educação e gênero.** Projeto História, vol. 11, PUC – SP, 1994.
- LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres. **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno.** São Paulo: Unesp, 1997.
- LOURO, Guacira. **Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero.** Projeto História, vol. 11, PUC – SP, 1994.
- _____. **Mulheres na sala de aula.** In: História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2002.
- LOVE, Joseph. **A locomotiva: São Paulo na federação brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LUCA, Tânia Regina. **São Paulo e a construção da identidade nacional.** In: FERREIRA; LUCA; IOKOI (org). Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo. São Paulo: Unesp, 1999.
- _____. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação.** Tese (Doutorado em História), USP, São Paulo, 1996.
- _____. **História dos, nos e por meio dos periódicos: trajetórias e perspectivas analíticas.** PINSKY, Carla (org). In: Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2006.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MACMAHON, Darrin. **Felicidade: Uma história**. São Paulo: Globo, 2006.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. NOVAIS, Fernando (org), In: **História da Vida Privada no Brasil, vol 3**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MAHL, Marcelo Lapuente. **Teorias raciais e interpretação histórica (1894-1940)**. Dissertação (Mestrado em História) – Unesp, Assis, 2001.

_____. **Ecologias em terra paulista (1894-1950). As relações entre o homem e o meio ambiente durante a expansão agrícola do Estado de São Paulo**. Tese de doutorado. Unesp/Assis – 2007.

MANACORDA, Mario Aliguiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700 – 1836**. São Paulo: Edusp/Hucitec, 2000.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista. Imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2001.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas: Unicamp, 1994.

MATOS, Maria Izilda. **Construindo a paulistaneidade. As representações do feminino e do masculino no discurso médico-eugênico, São Paulo (1890-1930)**. História Revista, vol. 1. Universidade de Goiás, 1996.

_____. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. MATOS, Maria Izilda; SOIHET, Rachel (org). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Unesp, 2003.

MATOS, Odilon Nogueira. **Café e ferrovias – a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1981.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios**. São Paulo: Hucitec, 1982.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORAES, M. **Família e feminismo**. Cadernos de Pesquisa, 37, 1981.

MORSE, Richard. **Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole**. São Paulo: Difel, 1970.

MOTA, Carlos Guilherme. **São Paulo: exercício da memória**. Estudos Avançados, v. 17, nº 48. 2003.

MOURA, Esmeralda. **Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo**. In: Priore, Mary (org). História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

NAVA, Pedro. **O círio perfeito**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

NUNES, Clarice. **(Des)encantos da modernidade pedagógica**. In: LOPES; FARIA FILHO; VEIGA (org). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. Questão nacional na primeira república. LORENZO, H.C; COSTA, W.P (orgs) In: **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Unesp, 1997. p.185-193.

PADILHA, Márcia. **A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20**. São Paulo: Annablume, 2001.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **The spectator. O teatro das luzes: diálogo e imprensa no século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1995.

PASSETI, Edson. **Crianças carentes e políticas públicas**. In: Priore, Mary (org). História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

PENA, M. **A revolução de 1930, a família e o trabalho feminino**. In: Cadernos de Pesquisa, 37, 1981.

PERROT, Michelle. Os atores. PERROT (org), In: **História da Vida Privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PESAVENTO, Sandra. **Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo. V.15, n.29. p. 9-27, 1995.

_____. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINTO, Célia. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POSSAS, Lúcia M. **Mulheres, trens e trilhos**. Bauru: Edusc, 2001.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

PRIORE, Mary. Magia e Medicina na colônia: o corpo feminino. PRIORE (org), In: **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____(org). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. PROST; VINCENT (org), In: **História da Vida Privada, 5: da Primeira Guerra aos nossos dias**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

QUAGLIA, Vicente. **A História de Catanduva de A a Z**. São José do Rio Preto: Ed. Rio-pretense, 2003.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário**. Revista da USP, n. 13, 1992.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil – 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. As mulheres na historiografia brasileira. SILVA, Zélia (org.). **Cultura história em debate**. São Paulo: Unesp, 1994.

_____. A história repensada com ousadia. In: JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2005.

Recenseamento Geral do Brasil: 1920. Rio de Janeiro, 1920. v. 4, pt.4: população. BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística.

REVEL, Jaques. **Os usos da civilidade**. In: História da Vida Privada: da Renascença ao século das Luzes. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

REZENDE, Vera Lúcia. **A Independência 1290 AM: a rádio eclética da cidade. A história de uma das mais importantes emissoras do interior do Brasil**. São José do Rio Preto: Color Rio, 2006.

RIBEIRO, Arilda. Mulheres educadas na colônia. LOPES; FARIA FILHO; VEIGA (org). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ROCHA, Heloísa. **A higienização dos costumes. Educação escolar e saúde no projeto do instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

ROSA, Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

ROSE, Phyllis. **A Cleópatra do jazz. Josephine Baker e seu tempo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.

- ROSEMBERG, Fulvia. **Educação e gênero no Brasil**. Projeto História, v.11. PUC – SP, 1994.
- SANTOS, Marco Antonio Cabral. **Criança de criminalidade no início do século**. In: Priore, Mary (org). História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.
- SANTOS, Roberto Elísio; VERGUEIRO, Waldomiro (org). **O tico-tico: 100 anos**. Vinhedo: Opera Gráfica, 2005.
- SCHPUN, Mônica Raisa. **Beleza em jogo: cultura física e comportamento na São Paulo dos anos de 1920**. São Paulo: Boitempo - Senac, 1999.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **1890-1914: No tempo das certezas**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda (orgs). **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e sociedade, v. 15, n.2, jul/dez.1990.
- _____. **História das mulheres**. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.
- SEVCENKO, Nicolau. O rosto do mundo. In: Folha de São Paulo: **Primeira Página**. São Paulo: Publifolha, 1985.
- _____. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- _____. (org). **História da vida privada no Brasil. República: da belle époque à era do rádio**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- _____. **A corrida para o século XXI. No loop da montanha-russa**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOUZA, Gilda de Melo. **O espírito das roupas: a moda no século XIX**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. **Lições da escola primária.** In: Saviani, Dermeval (org). O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004.

TONELLO, Oswaldo. **Memórias de São José do Rio Preto.** São José do Rio Preto: [s.n.], 1998.

VALLE, Dinorah. **Jornais de Rio Preto.** São José do Rio Preto: [s.n.], 1994.

VEIGA, Cynthia Greive; GOUVEA, Maria Cristina. **Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas.** In: Educação e Pesquisa, v.26, n.1. FEUSP, 2000.

_____. **Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos.** In: A infância e sua educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história.** Brasília:UNB, 1998.

VIGARELLO, Georges. **História da beleza. O corpo e a arte de se embelezar, do Renascimento aos dias de hoje.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

VILLELA, Heloísa. **O mestre-escola e a professora.** In: 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.